

Estudos sobre políticas culturais e gestão da cultura:
análises do campo da produção acadêmica e de práticas de gestão

Estudos sobre políticas culturais e gestão da cultura:

*análises do campo da produção acadêmica
e de práticas de gestão*

Organização

LIA CALABRE

ALEXANDRE DOMINGUES

FUNDAÇÃO  Casa de Rui Barbosa

Rio de Janeiro 2019

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Cidadania
Osmar Terra

Fundação Casa de Rui Barbosa

Presidente Substituta
Lucia Maria Velloso de Oliveira

Diretor Executivo Substituto
Ronaldo Leite Pacheco Amaral

Diretor do Centro de Pesquisa
Antonio Herculano Lopes

Chefe do Setor de Políticas Culturais
Lia Calabre

Chefe do Setor de Editoração
Benjamin Albagli Neto

Preparação de Texto: Lais Otero (Tikinet)

Estagiária de Produção Editorial: Meira Santana (FCRB)

Estagiária de Revisão: Carolina de Oliveira Lima (FCRB)

Editoração Eletrônica e Revisão de Provas: 7Letras

Estudos sobre políticas culturais e gestão da cultura [recurso eletrônico] : análises do campo da produção acadêmica e de práticas de gestão / organização, Lia Calabre, Alexandre Domingues. – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019. 1 e-book em formato pdf (256 p.).

ISBN : 978-85-7004-397-9

1. Política cultural. 2. Gestão da Cultura. I. Calabre, Lia, org. II. Domingues, Alexandre, org.

CDD 353.7

Letícia Krauss Provenzano
CRB-7/6334

Fundação Casa de Rui Barbosa
Rua São Clemente 134, Botafogo
22260-000, Rio de Janeiro, RJ
Telefone (21) 3289-4600
fcrb@rb.gov.br | www.casaruibarbosa.gov.br

Sumário

Apresentação	7
Lia Calabre e Alexandre Domingues	
Introdução	9
Lia Calabre	
 <i>PARTE I – O campo de estudos das políticas culturais</i>	
O fomento ao campo de pesquisa em políticas culturais realizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa: breve estudo sobre a institucionalidade e suas ações	17
Deborah Rebello Lima	
O Centro de Referência em Políticas Culturais e Gestão	38
Tânia Aparecida de Souza Vicente	
Políticas culturais, um campo em formação: explorações sociológicas a partir de metodologias informacionais e cientométricas	51
Marcelo Augusto de Paiva dos Santos	
Escritos sobre políticas patrimoniais e a área de história: um balanço preliminar sobre produções intelectuais	75
Vivian Fonseca	

PARTE II – *Formação e ação em políticas culturais e gestão da cultura*

Formação e pesquisa em produção cultural Flávia Lages de Castro e Luiz Augusto F. Rodrigues	111
Economia da cultura e criativa e a formação em organização da cultura Leonardo Costa, Renata Rocha, Nayanna Mattos e Raíssa Caldas	158
Trajetórias e desafios na gestão cultural universitária: a Casa de Cultura Villa Maria da Uenf Simonne Teixeira e Juan Ignacio Brizuela	181
Lutas por direitos, institucionalização e participação cidadã: entre velhos dilemas e atuais debates, um estudo dos modelos sistêmicos de políticas culturais do Rio de Janeiro Adélia Zimbrão e Lessandra da Silva	199
Fomento às expressões culturais dos territórios periféricos: algumas experiências brasileiras Lia Baron	237

Apresentação

Esta obra é, de certa forma, comemorativa: marca o primeiro ano de existência da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão, e o início dos preparativos da décima edição do Seminário Internacional de Políticas Culturais.

A Fundação Casa de Rui Barbosa abriga o setor dedicado à produção de conhecimento sobre políticas culturais desde 2002. Por aqui passaram diversos estudantes, nos mais diferentes graus de formação, que, como bolsistas do Programa de Incentivo à Produção de Conhecimento da Fundação Casa de Rui Barbosa, contribuíram ora com os projetos institucionais, ora com seus projetos pessoais, para o processo de construção e consolidação do campo de estudos das políticas culturais. Pela própria complexidade e multidisciplinaridade da área, entre os pesquisadores que compuseram – e ainda compõem – o setor, encontram-se mestres e doutores em história, administração, políticas públicas, comunicação, sociologia, psicologia social e ciência política, entre outros, que individual e coletivamente são colaboradores de primeira hora da programação anual desenvolvida.

Esta obra demonstra bem o exposto. Além de pesquisadores do setor e parceiros de longas jornadas, alguns dos autores dos textos são bolsistas e ex-bolsistas que, pelo desenvolvimento natural de suas trajetórias profissionais, são, agora, membros da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

*Lia Calabre
Alexandre Domingues*

Introdução

Esta obra é um dos resultados do primeiro ano de existência da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e nada mais oportuno do que começarmos esta introdução apresentando o histórico desse projeto. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) mantém desde a década de 1990 o programa de cátedras, tendo como um de seus objetivos promover formação, pesquisa e outras atividades para a produção de conhecimento, em consonância com os objetivos e as diretrizes dos programas e áreas de alta prioridade para essa instituição. Em 2015, o Ministério da Cultura iniciou estudos com a finalidade de instaurar uma Cátedra Unesco de Gestão Cultural no Brasil. No primeiro modelo, pretendia-se criar uma cátedra que reunisse um conjunto de universidades e que pudesse dar suporte para um processo de formação amplo na área de gestão cultural. O projeto foi sendo discutido com o conjunto da equipe e aperfeiçoado.

O programa de cátedras da Unesco possui uma série de requisitos, regras e prazos anuais fixos de apresentação de candidaturas. A partir de um estudo mais sistemático, tanto sobre as exigências da Unesco quanto sobre as cátedras já existentes, a equipe de dirigentes do Ministério da Cultura foi desenhando um modelo mais factível de candidatura, tendo como foco principal estudos em políticas culturais e gestão. A proposta final foi a de que o projeto fosse, então, coordenado pela FCRB e tivesse um perfil mais de pesquisa. A partir da aprovação da Unesco, o projeto seria desdobrado e o Ministério iniciaria uma série de aportes técnicos e financeiros para que ele adquirisse dimensões efetivamente mais amplas.

O projeto foi construído com base na experiência de pesquisa do setor de políticas culturais da FCRB, com abertura para as áreas de gestão e de formação,

contando inicialmente com o apoio de professores da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Estadual do Norte Fluminense, que a partir dos seus grupos de pesquisa se dispuseram a formar uma rede de pesquisadores associados. O projeto foi encaminhado à Unesco no primeiro semestre de 2016, sendo aprovado e assinado o convênio em 2017, ficando o setor de políticas culturais responsável pela coordenação do projeto.

É importante registrar que, nos anos de 2017 e 2018, o projeto também contou com o apoio decisivo da direção da área internacional do Ministério da Cultura, o que permitiu, inclusive, a realização de dois seminários, ampliação por tempo determinado da equipe de bolsistas e esta publicação.

Como foi dito rapidamente na apresentação, para cumprir as atribuições institucionais, o setor de políticas culturais da FCRB conta com a colaboração de alguns atores fundamentais: os bolsistas e os colaboradores. Sempre com uma pequena equipe de pesquisadores, o setor tem desenvolvido pesquisas e organizado seminários e publicações, contribuindo, assim, para a consolidação de uma área de estudos: a de políticas culturais. No conjunto das atividades, o trabalho dos parceiros externos pesquisadores, de diferentes níveis e áreas de formação, somado ao dos bolsistas, tem sido muito importante. Esta publicação é prova disso.

O conjunto dos artigos apresentados gira em torno dos campos de políticas culturais e de gestão, buscando, cada um a seu modo, apresentar pesquisas e análises, em um esforço conjunto de reflexão sobre a institucionalidade do campo.

A obra está dividida em duas partes. A primeira é intitulada “O campo de estudos das políticas culturais”, cujos dois primeiros artigos são dedicados ao estudo da produção do setor de políticas culturais da FCRB e os dois seguintes, a analisar a produção acadêmica. A segunda parte, cujo título é “Formação e ação em políticas culturais e gestão da cultura”, é dedicada à análise tanto de alguns estudos de caso dos processos de formação quanto da ação no campo da gestão da cultural e das políticas culturais.

O artigo que abre a obra é “O fomento ao campo de pesquisa em políticas culturais realizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa: breve estudo sobre a institucionalidade e suas ações”, de Deborah Rebello Lima, doutoranda e pesquisadora da Cátedra, mas que foi bolsista e realizou um serviço de consultoria para o setor de políticas culturais. A autora analisa o papel das atividades feitas pelo setor em sua relação com o campo da produção de

conhecimento acadêmico sobre a área de políticas culturais. Tendo como fonte as publicações, programações e anais dos seminários realizados pelo setor de políticas culturais no período de 2002 a 2015, o artigo nos apresenta um trabalho de sistematização e análise de dados que busca lançar luz sobre a problemática do fortalecimento desse campo de pesquisa.

O texto seguinte trata do projeto e execução do Centro de Referência em Políticas Culturais e Gestão, que é um dos projetos centrais desenvolvidos no âmbito da Cátedra Unesco. Um de seus pilares é a disponibilização de informações e documentação de maneira a contribuir com o campo da pesquisa. No artigo intitulado “O Centro de Referência em Políticas Culturais e Gestão”, Tânia Aparecida de Souza Vicente, historiadora e arquivista, que é bolsista mestre no projeto e tem a função de coordenar o trabalho de ingresso de dados no repositório institucional, reflete sobre a importância do trabalho com dados abertos e apresenta ao público geral um pouco da lógica de construção dessa base de dados.

Seguindo para análises mais abrangentes da área de conhecimento, temos o artigo de Marcelo Augusto de Paiva dos Santos, “Políticas culturais, um campo em formação: explorações sociológicas a partir de metodologias informacionais e cientométricas”. Marcelo, a partir de sua investigação e análise, permite-nos conhecer a configuração e as tendências do campo dos estudos de políticas culturais. Ele é pesquisador associado à Cátedra e integrou a equipe de bolsistas graduados.

Para fechar a primeira parte, temos o artigo de Vivian Fonseca, que apresenta em “Escritos sobre as políticas patrimoniais e a área de história: um balanço preliminar sobre produções intelectuais” uma importante análise sobre a produção de estudos no campo do patrimônio, um dos mais tradicionais em termos temas de pesquisas acadêmicas que integram a área de políticas culturais. Vivian Fonseca é pesquisadora associada à Cátedra e teve uma bolsa de curta duração de pós-doutorado no setor de políticas culturais.

“Formação e pesquisa em produção cultural” é o artigo que abre a segunda parte da presente obra. Os professores Flávia Lages de Castro e Luiz Augusto F. Rodrigues apresentam um importante debate sobre a formação acadêmica de um conjunto de profissionais que atuam no campo da produção, da gestão e da política cultural, tendo como base o curso de formação em produção cultural da Universidade Federal Fluminense. Flávia e Luiz Augusto são pesquisadores associados à Cátedra e parceiros em inúmeras outras atividades realizadas pelo setor de políticas culturais.

Em seguida, temos o artigo “Economia da cultura e criativa e a formação em organização da cultura”, de autoria de Leonardo Costa, Renata Rocha, Nayanna Mattos e Raíssa Caldas, professores e alunas da Universidade Federal da Bahia. Os autores baseiam seus estudos e reflexões no conceito de organização da cultura, que extrapola os campos a gestão e das políticas culturais. Fazendo recorte de um trabalho maior, como os próprios autores dizem, o artigo contém parte dos resultados de uma pesquisa “que teve como propósito realizar uma análise comparativa da atual formação em economia da cultura e em economia criativa nos cursos superiores em produção e gestão da cultura”. Renata Rocha e Léo Costa são professores da Universidade Federal da Bahia e pesquisadores do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, que é associado à Cátedra.

Em seguida, Simonne Teixeira e Juan Ignacio Brizuela, no artigo “A Casa de Cultura Vila Maria da Uenf: trajetórias e desafios na gestão cultural universitária”, nos trazem as questões sobre o papel de uma casa de cultura em uma universidade pública e sobre o próprio papel da universidade no campo da cultura. Simonne (parceira de inúmeras outras atividades) e Juan são associados à Cátedra.

Os dois artigos que fecham este volume estão mais focados em experiências de políticas públicas locais e suas relações com a participação social.

O primeiro deles é “Lutas por direitos, institucionalização e participação cidadã: entre velhos dilemas e atuais debates, um estudo dos modelos sistêmicos de políticas culturais no Rio de Janeiro”, de Adélia Zimbrão e Lessandra da Silva. O artigo é um recorte de uma pesquisa maior, ainda em andamento, que pretende mapear e analisar o processo de construção e implementação dos sistemas de cultura nos municípios e no estado do Rio de Janeiro. Adélia integra a equipe de pesquisa do setor de políticas culturais da FCRB e é pesquisadora da Cátedra.

Fechando o volume com “chave de ouro” – uma expressão comum no campo da cultura –, temos o artigo de Lia Baron, “Fomento às expressões culturais dos territórios periféricos: algumas experiências brasileiras”, cujo objetivo principal é analisar algumas práticas governamentais que de alguma maneira reconheceram as expressões culturais em suas dimensões territoriais. Lia Baron é pesquisadora associada à Cátedra e teve uma bolsa de curta duração de pós-doutorado no setor de políticas culturais.

É importante ainda registrar que esta obra é fruto de um esforço que envolve uma equipe maior – não somente os que estão aqui como autores –,

que continuamente colabora para a efetividade dos projetos desenvolvidos pelo setor de políticas culturais da FCRB.

Desejo a todos uma ótima leitura.

Lia Calabre

Dezembro de 2018

PARTE I

O campo de estudos das políticas culturais

O fomento ao campo de pesquisa em políticas culturais realizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa: breve estudo sobre a institucionalidade e suas ações¹

Deborah Rebello Lima²

Este artigo é resultado de pesquisa e análise sobre o setor de estudos em políticas culturais e sua principal ação de divulgação e arregimentação: o Seminário Internacional de Políticas Culturais. Tratar do histórico desse setor e dessa ação é importante para compreender de forma ampla o campo³ de estudos no Brasil e seu fortalecimento ao longo dos últimos 15 anos.⁴

É pertinente salientar que a criação do Serviço de Estudos em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) – nome formal do setor – foi incentivada no intuito de que ele se efetivasse como um espaço avançado de reflexão sobre práticas governamentais federais, estaduais e municipais, com o propósito de compreender características do campo, tendências históricas, inovações políticas, entre outras questões. Seu surgimento ocorreu em 2002, por meio de portaria publicada pela FCRB, e levando em consideração orientação proferida pelo Conselho Nacional de Política Cultural. O setor foi importante para acompanhar o período de maior investimento federal no campo e o empenho nacional

1 Este trabalho utiliza como base os dados levantados durante a realização de assessoria técnica entre os anos de 2015 e 2016. Dessa maneira, o recorte temporal trabalhado neste artigo vai do ano de criação do setor, em 2002, até 2015, ano de construção do projeto para a Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão.

2 Pesquisadora e integrante da Cátedra Unesco em Políticas Culturais e Gestão. Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: deborahrebello@gmail.com.

3 O termo “campo” será utilizado neste trabalho enquanto conceito apoiado nas reflexões de Pierre Bourdieu.

4 Há que se levar em consideração que esse campo, no início dos anos 2000, era ainda algo em gestação no país e múltiplos atores contribuíram para sua constituição.

no fortalecimento de ações em níveis estadual e municipal por meio de políticas de reforço ao pacto federativo e ao compartilhamento de responsabilidades, como o Sistema Nacional de Cultura. Conforme ilustra trecho de sua portaria de criação, o setor seria:

[...] destinado à realização de estudos, pesquisas, seminários e atividades similares, tanto de âmbito nacional quanto internacional, em sua área de atuação, devendo constituir-se, gradativamente, em centro nacional de referência de políticas culturais, organizando e mantendo para tanto, inclusive, um arquivo operacional sobre o tema.⁵

Desde sua criação foi colocado que o objetivo seria audacioso, não caberia ao então Serviço de Estudos em Políticas Culturais apenas a elaboração de estudos autônomos sobre o campo. O principal era que ele se tornasse lócus de referência para o estudo de práticas de políticas culturais, englobando olhares sobre experiências nacionais e internacionais. Tal movimento foi sendo aos poucos construído, e o Seminário Internacional de Políticas Culturais, aqui retratado, e a criação da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão podem ser considerados dois pontos fundamentais nessa direção.

Analisando o escopo de trabalho, foram identificadas três grandes frentes operadas ao longo de quase 16 anos de existência. Primeiramente, o desenvolvimento de pesquisas autônomas e com definição de escopo por parte do corpo de pesquisadores, algo que faz parte da finalidade do Centro de Pesquisas da FCRB e sua extensa divisão temática. Em segundo lugar, sinaliza-se o trabalho colaborativo com o Ministério da Cultura e suas vinculadas para o fornecimento de subsídios e/ou assessoramento, quando solicitado, uma ferramenta essencial para a produção de conteúdo necessária para a reflexão sobre práticas políticas ou para a criação de novos programas e ações governamentais. Em terceiro, destaca-se o incentivo à produção de conhecimento⁶ por meio do fornecimento de bolsas de pesquisa nos níveis de iniciação científica, técnico, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado para o desenvolvimento de pesquisas sob orientação de

5 FCRB. *Portaria nº 2*, p. 1.

6 Tal programa é uma referência da FCRB e não se limita ao estudo em políticas culturais: estende-se a todas as áreas de conhecimento que possuem atividades de pesquisa e a algumas abordagens técnicas.

profissionais da FCRB, especialistas do campo.⁷ Soma-se a isso o empenho em elaborar publicações e proporcionar a circulação das ações desenvolvidas na sede da Casa, no Rio de Janeiro.⁸ Além disso, há o desenvolvimento de parcerias celebradas com outros órgãos ou entidades, como o convênio com a Autoridade Pública Olímpica (APO), que foi responsável pelo desenvolvimento de um projeto de memória de organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos realizados no país em 2016. Por último, mas não menos importante, como mecanismo de publicização de dados, circulação de conhecimento e arregimentação do campo, o setor desenvolveu – e ainda desenvolve – seminários, colóquios e encontros. A atuação de maior destaque é o Seminário Internacional de Políticas Culturais, que chega em 2019 a sua 10ª edição.

O evento vem se firmando como um espaço fundamental de diálogo entre produções acadêmicas e técnicas sobre o campo de pesquisa em políticas culturais. Afinal, ao longo dos anos, ampliou seu público de trabalho direto. Atualmente, o seminário recebe trabalhos de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), pesquisadores e professores, além de gestores públicos e privados, para a reflexão sobre práticas e rumos operativos. Compreende-se que tal abordagem plural e inclusiva proporciona fundamental aproximação entre saber acadêmico e prática cotidiana de gestão (tanto na esfera pública quanto na privada). O espaço também tem se fortalecido como essa arena plural para o debate sobre políticas culturais contemporâneas, especialmente pelo empenho de construção de pontes com pesquisadores nacionais e internacionais, por meio de participações como convidados ou na apresentação de trabalhos, algo que contribui para o florescer da produção de conhecimento sobre o campo de políticas culturais levando em consideração não apenas o Brasil, mas a América Latina.

7 Esse incentivo, ainda que sem condições de ser executado em larga escala por questões orçamentárias, pode sim ser percebido como um catalisador importante do campo, especialmente por fornecer bolsas de aperfeiçoamento em nível de graduação, algo em desuso no país. Essa iniciativa é extremamente relevante para contribuir na formação de novos pesquisadores e no fomento a pesquisas no campo, fora do desenvolvimento de ações formativas de mestrado e doutorado.

8 A coordenação do setor e a FCRB também optaram em disponibilizar, tanto quanto fosse tecnicamente possível, os eventos realizados por meio de *streaming* ao vivo na internet e gravações posteriores no canal institucional no YouTube.

O histórico de atuação do Setor de Estudos em Políticas Culturais e do Seminário Internacional de Políticas Culturais é um relevante episódio estruturante de um ambiente de estudos que se encontra disperso nas mais variadas áreas de conhecimento, tendo em vista a características plurais da cultura. No entanto, a relevância dessas duas ações deve ser salientada, pois tanto o setor quanto o evento são frentes desenvolvidas de maneira institucionalizada e fora de estruturas universitárias, o que confere ao trabalho de ambos especificidades fundamentais para o desenvolvimento e fomento a pesquisas teóricas e aplicadas.

MERGULHANDO NO DESENVOLVIMENTO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

Atualmente, o Seminário Internacional de Políticas Culturais é um evento âncora no calendário anual da rede de pesquisadores do campo, assim como o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), realizado pela Universidade Federal da Bahia,⁹ e o Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura (EBPC), realizado de forma itinerante. No entanto, apenas a ação da Casa de Rui Barbosa volta-se exclusivamente para o debate de políticas culturais, um eixo basilar na análise macro de estudos em cultura.

Tratar desse histórico de colaboração do Setor de Estudos em Políticas Culturais nesse campo é levar em conta essas múltiplas frentes que culminaram no seminário como arena plural e em constante transformação, não apenas adotando o tom acadêmico como elemento central. As primeiras iniciativas foram atuações de atendimento, mapeamento e identificação desse campo de pesquisa. Nesse sentido, o recém-criado setor e sua equipe de gestão optaram pela realização de seminários e colóquios com o propósito de identificar profissionais que se voltassem para a temática e estabeleceram trabalhos colaborativos. Já naquele momento, no início dos anos 2000, foram realizadas discussões cruciais e transversais sobre pesquisas e diversos temas, como o aprofundamento sobre a questão da diversidade cultural. A seguir são listados os eventos de base e constituição do Setor de Políticas Culturais e um breve resumo de cada um:

9 A Universidade Federal da Bahia, por meio do Cult, é outro *locus* extremamente relevante quando se reflete sobre o campo de pesquisa em políticas culturais.

Colóquio “Políticas culturais: diálogo indispensável”: série de palestras iniciada nos anos de 2003 e 2005. Teve como propósitos fundamentais o resgate e a produção de informações para a área de políticas culturais.¹⁰

Seminário da Diversidade Cultural: dentro do bojo das discussões da temática para a aprovação da Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais, aprovada em 2005, a FCRB, em parceria com as Secretarias da Identidade e Diversidade Cultural e de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, realizou o referido seminário com o intuito de tocar em diversos aspectos dessa discussão.

Seminário Metodologias e Pesquisas na Área da Cultura: uma ação articulada entre a FCRB e a Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura com o objetivo de apresentar aos pesquisadores brasileiros os modelos metodológicos de pesquisa cultural desenvolvidos na França para o aprimoramento do processo de institucionalização das pesquisas socioeconômicas brasileiras.

Seminário Internacional Metodologias e Pesquisas na Área da Cultura: pesquisadores do Brasil, da França e da Colômbia se reuniram na FCRB com o objetivo de propiciar um intercâmbio entre estudiosos dos modelos metodológicos e de pesquisa no campo da institucionalização das análises socioeconômicas brasileiras.

Segundo Lia Calabre,¹¹ reunir especialistas e estudantes para debaterem os estudos do campo é algo importante e fruto também de um movimento conjuntural.¹² O Setor de Estudos e o Seminário Internacional surgiram nesse ambiente de florescimento e ampliação do investimento no campo, elementos que podem ter contribuído para o aumento do interesse de pesquisa. De acordo com a pesquisadora e chefe do setor:

Observamos um significativo movimento de ampliação tanto do campo de estudos das políticas culturais mais especificamente,

10 Com a recente criação do Setor de Estudos em Políticas Culturais, a realização dessa série indicava esforços de levantamento e publicação de trabalhos e pesquisas sobre o campo realizadas nas últimas décadas no Brasil.

11 Lia Calabre de Azevedo é historiadora e a pesquisadora responsável pela constituição do Setor de Estudos em Políticas Culturais desde sua criação, em 2002. Foi chefe do referido serviço entre os anos de 2002 e 2015 e de 2016 até os dias atuais. Lidera a equipe responsável pela criação do Seminário Internacional de Políticas Culturais e coordena a Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão. No intervalo de tempo citado, foi presidente da FCRB.

12 CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: diálogo indispensável*, v. 2, p. 7.

quanto de temáticas caras à elaboração de tais políticas como, por exemplo, a da economia da cultura, da gestão cultural e a da criação de base de dados para a área. Podemos dizer que tal conjuntura é reflexo de um movimento de mão dupla, onde de um lado se encontram novos cursos de graduação e pós-graduação e de outro um mercado de trabalho que cada vez mais exige profissionais melhores qualificados; tal processo ocorre tanto na área pública quanto na da iniciativa privada.¹³

Considera-se, portanto, que ocorreu essa via de mão dupla, em que o contexto histórico foi um catalisador essencial para esse aumento de interesse no desenvolvimento de pesquisas, e o trabalho do setor foi relevante por atuar na articulação de saberes dispersos no cenário brasileiro e, posteriormente, latino-americano. Com isso, além da contribuição do crescimento do campo com a realização de eventos e com a capacidade de provocação da rede de pesquisadores para temáticas latentes, houve o esforço de possibilitar a circulação do conhecimento produzido.

Para democratizar o acesso às reflexões realizadas e contribuir para a preservação de suas memórias, uma parte sensível dessas pesquisas, eventos e/ou palestras foi publicada em livros, primeiramente impressos e, posteriormente, digitais. A seguir, são listadas as obras resultantes desses primeiros eventos realizados:

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: diálogo indispensável – v. 2*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

CALABRE, Lia; LOPES, Antonio Herculano. *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

A criação de um evento serial e voltado para o debate e reflexão de questões amplas sobre políticas culturais ocorreu em 2006. No entanto, a primeira versão do seminário não possuía o mesmo desenho que opera hoje, antes ele tinha um escopo de atuação nacional e outro formato de diálogo com o campo.

Acredita-se que tais particularidades ocorreram devido à necessidade de mapeamento e arregimentação dos principais nomes de pesquisa que

13 Ibid.

estavam espalhados em distintas instituições pelo Brasil, um trabalho de articulação realizado pelo Setor de Estudos em Políticas Culturais e incentivado na época pela Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Naquele momento, o número de pesquisas sobre políticas culturais, ainda que levemos em consideração um cenário multidisciplinar, não possuía o mesmo volume dos dias atuais. O surgimento do evento, de certa forma, confunde-se com esse florescer do campo de pesquisa; melhor dizendo, pode ser considerado um catalisador e indutor de crescimento do volume de pesquisas, juntamente com o contexto político favorável no país.

Com isso, entre os anos de 2006 e 2010, o evento anual ocorrido era denominado Seminário de Políticas Culturais e apresentava curadoria centrada em busca ativa, ou seja, na utilização de convites a pesquisadores que tratassem das questões abordadas em cada um dos anos. Naquele momento, as edições possuíam temáticas norteadoras que estabeleciam uma espécie de eixo narrativo dos debates e para a escolha dos participantes.

Esses temas eram rotas de conhecimento sobre as pesquisas que vinham sendo feitas, ao mesmo tempo em que instigavam o campo a debater quais caminhos ainda apresentavam pouca análise e tinham potencial para observação mais atenta. Os dois primeiros anos do evento estiveram focados em questões estruturantes das políticas culturais. Em 2006, o principal olhar era para as questões de política cultural como um campo de estudos; em 2007, focou-se na oportunidade de levantar diálogos e mapear tendências; em 2008, objetivou-se discutir a política como um campo de reflexões e ações; por último, em 2009, foram lançados olhares sobre dinâmicas da gestão, processos participativos e desenvolvimento.

O I Seminário de Políticas Culturais, realizado em 2006, sob o título “Políticas culturais: um campo de estudo?” teve como objetivo “apresentar estudos e discutir questões ligadas à gestão, produção, indicadores e equipamentos no campo da cultura”.¹⁴ Foi realizado nos dias 12 e 13 de setembro de 2006 e contou com a apresentação de 18 trabalhos, divididos em cinco mesas. Desses 18 trabalhos, 12 foram reunidos e publicados posteriormente (o título da publicação foi mencionado anteriormente).

O primeiro evento serial colocou em tom de questionamento se efetivamente existia um campo de estudos em políticas culturais. Segundo Lia Calabre, a percepção geral era que: “Podemos afirmar que sim. Um campo

14 CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: um campo de estudo*, p. 7.

novo, é verdade, mas extremamente promissor”¹⁵ Já em sua primeira edição, o evento buscava ocupar esse papel de arregimentador e provocador de questões transversais e necessárias para a pesquisa em políticas culturais.

Levando em consideração o grau de formação dos participantes, nesse primeiro evento, 50% dos palestrantes eram doutores ou doutorandos em distintas áreas de conhecimento que tratavam de temáticas sobre políticas culturais. É pertinente ilustrar que apenas 5% dos sujeitos apresentavam somente a graduação e sobre outros 5% não foi informada e/ou encontrada a titulação. Nesse primeiro momento, as principais referências eram pesquisadores já em atuação e que estudavam sobre políticas culturais ou estavam migrando de área.

A segunda edição do seminário teve como título “Políticas culturais: diálogos e tendências” e apontou como objetivo, assim como a edição anterior, “contribuir com reflexões e debates para a construção do campo de estudos de política cultural”¹⁶ O encontro ocorreu entre os dias 4 e 5 de outubro de 2007, foi composto de seis mesas e uma conferência. Foram apresentados 25 trabalhos, dos quais 17 foram publicados posteriormente.

Novamente, a Secretaria de Políticas Culturais colaborou com a iniciativa, o que permitiu o convite a palestrantes internacionais e contribuir com questões que eram caras naquele momento histórico, talvez a principal delas: a falta ou fragilidade de indicadores e dados sobre a área da cultura no país. O escopo de debate era amplo, as temáticas abordadas gravitaram em torno de questões urgentes no contexto, como o debate sobre diversidade cultural e cidadania. No entanto, a preocupação com o incentivo a olhares históricos sobre as formas de operação do Estado no campo esteve evidente também. Segundo Lia Calabre: “O conhecimento dos tempos, projetos, personagens e experiências distintas que compõem a história e a ação de tais órgãos é fundamental no processo de construção de novos modelos e instrumentos de gestão da cultura”¹⁷

O perfil dos participantes denotou maior presença de doutores e doutorandos, com baixo índice de especialistas e nenhuma presença de graduados. Cerca de 70% dos participantes eram doutores e 20% eram mestres. É pertinente ressaltar que essa análise diz respeito apenas aos expositores,

15 Ibid.

16 CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: diálogos e tendências*, p. 7.

17 Ibid., p. 8.

aos sujeitos que participaram do evento como palestrantes; não se leva em conta aqui o perfil de formação do público.

A terceira edição do evento teve como título “Políticas culturais: reflexões e ações” e foi realizada entre os dias 24, 25 e 26 de setembro de 2008. Contou com 25 apresentações, sendo nove delas reunidas em publicação posterior. Esse evento foi a continuidade do trabalho de fortalecimento de um campo de estudos, de acordo com Maurício Siqueira, um dos pesquisadores do setor:

Essa iniciativa do Setor de Estudos em Políticas Culturais da FCRB soma-se aos dois seminários anteriores, em 2006 e 2007, em que foram respectivamente tratados os temas das questões de política cultural como um campo de estudos e das possibilidades de diálogos e mapeamentos de tendências. [...] O amplo leque de autores e temas tratados no 3º Seminário reflete uma trajetória em que o Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa voltou-se para abrir e consolidar parcerias com instituições públicas e privadas nos âmbitos municipal, estadual e federal. Essa preocupação com a ação na esfera das políticas públicas de cultura tem sido conjugada também com esforços voltados para o campo acadêmico, em seus estudos e pesquisas.¹⁸

Já naquele momento, o seminário e o trabalho do setor de estudos vinham se consolidando como iniciativas importantes de fortalecimento do campo, não apenas em perspectivas acadêmicas, mas também como lócus de análise política sobre o contexto brasileiro. A capacidade de articulação e o estabelecimento de parcerias para o robustecimento das práticas foi crescendo. A partir de 2008, a Fundação Itaú Cultural assumiu o papel de parceiro oficial da atividade e iniciou essa colaboração fazendo o lançamento da coleção Rumos Itaú Cultural¹⁹ no evento. A presença da Fundação, associada à iniciativa, permitiu a viabilização das publicações dos eventos e o financiamento para a participação de convidados internacionais e/ou nacionais. Um dado relevante levando em conta o diminuto orçamento da cultura, em especial da FCRB.

18 SIQUEIRA, Maurício. Apresentação, p. 8.

19 “Cabe observar que o Rumos Itaú Cultural é um programa de apoio à produção artística e intelectual criado em 1997. Trata-se de um programa que fomenta a produção cultural e artística nas mais diversas regiões do Brasil e cujos produtos são colocados à disposição gratuitamente para os interessados”(SIQUEIRA, Maurício. Apresentação, p. 8).

O perfil geral dos participantes da edição acompanhou as particularidades observadas nos anos anteriores, com 44% deles sendo doutores ou doutorandos e 16% mestres ou mestrandos. A predominância de especialistas era marcante, especialmente se levarmos em conta a estrutura de curadoria abordada.

A edição ocorrida em 2009 foi a quarta com amplitude nacional e teve o título “Políticas culturais: reflexões e ações”. Contou com 15 apresentações, sendo 10 delas reunidas em publicação posterior com o mesmo nome do evento. O perfil geral de participantes continuou o mesmo de todo o período, com predominância para doutores ou doutorandos permaneceu, com 60%; o restante era composto de 13% de mestres e 27% não informados/encontrados.

A avaliação desse período de realização do evento, entre 2006 e 2009, aponta para a compreensão de que a ação acompanhou o círculo temático fundacional do campo de pesquisa em políticas culturais. As temáticas tratadas vinculavam-se de maneira bastante evidente com a agenda pública e política que vinha sendo debatida no período, preocupando-se com temas estruturantes, como: gestão cultural, direito à cultura, diversidade cultural, informações e dados sobre a cultura, entre outros.

No entanto, o crescimento do campo e o maior número de pesquisadores que direcionaram seu interesse de observação para o debate de políticas culturais sinalizavam que era preciso ampliar o debate, multiplicar as vozes, amplificar a capacidade de ressonância desse evento e, conseqüentemente, possibilitar efeitos positivos no próprio campo de estudos.

O número de trabalhos apresentados, apesar da oscilação no formato utilizado, não apresentava volume tão grande, ainda que de qualidade expressiva. O evento mantinha-se como um espaço de discussão mais focado em especialistas e tinha potencial para fomentar a publicização de outras análises. A seguir, indica-se o panorama de trabalhos apresentados ao longo dos anos de 2006 a 2009:

Tabela 1 – Número de trabalhos apresentados por ano (2006-2009)

2006	2007	2008	2009
18	25	24	14

Fonte: elaborado pela autora.

Assim como foi realizado nos eventos anteriores, parte das palestras ofertadas ao público foi posteriormente publicada em livros – dessa vez, a maior parcela deles em parceria com a Fundação Itaú Cultural. A seguir, são listados os livros publicados nesse contexto:

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: um campo de estudo*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2009.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2009.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: diálogos e tendências*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: teoria e práxis*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2011.

A ALTERAÇÃO DE ESCOPO – O SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

A partir de 2010, em virtude do crescimento do campo, de parcerias institucionais importantes e da necessidade de ampliar o debate, o evento mudou o escopo e tornou-se internacional. Dessa forma, a partir daquele período mudou o nome, a amplitude, o desenho, a forma de diálogo e indução de pesquisas no campo e o número de trabalhos apresentados.

Vale sinalizar que, anteriormente, o evento e outras ações do setor já contavam com convidados estrangeiros. Em média, em cada um dos anos entre 2010 e 2015, foram convidados dois palestrantes estrangeiros por edição. No entanto, a partir dessa fase, o Setor de Estudos em Políticas Culturais incorporou outros objetivos a esse esforço de divulgação e arregimentação do campo. A preocupação não estava mais centrada apenas no contorno e características brasileiras, era preciso estabelecer conexões mais fortes com experiências internacionais, especialmente as latino-americanas.

O processo curatorial também foi alterado. Não apenas a chamada busca ativa, por meio de convites direcionados, era a ferramenta utilizada para a construção da programação do evento. Além disso, foi aberta uma chamada de trabalhos para a apresentação de comunicações (artigos em formato científico) para interessados nacionais e internacionais. Poderiam

submeter artigos pesquisadores oriundos de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), profissionais de pesquisa que tivessem esses graus de formação e gestores (públicos e privados) com interesse em partilhar e contribuir com a discussão. Esse movimento de ampliação foi extremamente relevante como ferramenta de indução de pesquisa à medida que abriu mais um espaço de divulgação científica de estudos feitos em âmbito acadêmico. O caráter “inovador” diz respeito ao incentivo para que profissionais do campo, não necessariamente desenvolvendo pesquisas de mestrado ou doutorado, pudessem apresentar reflexões sobre práticas e experiências vividas.

Essa postura coaduna com as características de um campo em estruturação, com poucos núcleos de formação exclusiva e com predominância multidisciplinar. Assim, proporcionou ao evento se destacar como uma arena de trocas acadêmicas de alto rendimento, mas não apenas isso. A possibilidade de olhares técnicos e práticos, aliados a temáticas fortemente atreladas às conjunturas vividas, possibilitou que o evento construísse um perfil único no campo e se fortalecesse no circuito de reflexão e produção de conhecimento sobre políticas culturais.

Com a ampliação de escopo, houve diversidade maior de temáticas e sujeitos e maior número de trabalhos apresentados. Com isso, criaram-se dois universos distintos: o primeiro é o de trabalhos, falas e colaborações de pesquisadores convidados pelos organizadores, ou seja, fruto da curadoria, da busca por sujeitos que pudessem colaborar com a discussão; o segundo grupo diz respeito aos trabalhos submetidos por distintos pesquisadores, tendo como único filtro a temática das políticas culturais (alocados por proximidade narrativa ou temática em sessões de comunicações específicas). Não existia uma predefinição de grupos temáticos ou formas de abordagens dos estudos, algo comum em eventos acadêmicos de amplo escopo. Essa diversidade de possibilidades proporcionou que as programações fossem construídas de forma única e retratassem de maneira peculiar a agenda de pesquisa que vinha sendo desenvolvida anualmente, pois a programação não estava focada em divisões de grupos temáticos predefinidos. O intuito principal era proporcionar encontros, debates e trocas intensas entre pesquisadores e gestores com distintos olhares, objetos, análises e perfis, e o público, também diverso, frequentador do seminário.

A partir desse ponto, em que o evento mudou o seu formato de operação, e levando em consideração o objetivo deste artigo de debater sua

contribuição para o campo de estudos em políticas culturais, por escolha metodológica, esta análise volta-se exclusivamente para os trabalhos submetidos aos organizadores. Dessa forma, discute-se brevemente o perfil dos participantes e apresenta-se um panorama geral de temas tratados, o que permite a construção de um retrato sobre a produção do campo.

Com a abertura para a chamada pública, não se abandona o papel da “rede de pesquisadores” fomentada pela existência desse evento e de outros similares, como o Enecult, pois a maior parte dos pesquisadores convidados, ao longo do período de 2010 a 2015, contribuiu com os debates e na produção textual. Da mesma forma em que a produção em que os artigos submetidos e aprovados também foram publicados e disponibilizados ao público.

Diante do aumento do escopo de atuação e do fortalecimento das duas frentes de difusão do conhecimento, os organizadores optaram por ofertar ao público a produção por meio de dois canais. Um seria a publicação de um livro físico (que posteriormente foi disponibilizado apenas digitalmente) com os artigos dos convidados da organização (palestrantes e conferencistas), editado em parceria com a Fundação Itaú Cultural. O segundo canal foi a publicação de todas as comunicações aprovadas nos anais do evento (primeiramente em mídia digital – CD – e, posteriormente, em *e-book*).

Durante a edição de 2010 foram mantidos os subtítulos expostos ao público como ilustração da tônica narrativa empreendida pelo evento, ação que era presente também nos anos anteriores. O tema abordado foi “Reflexões e ações”, seguindo esse exercício analítico sobre o próprio campo de estudos e os vazios de análise que mereciam atenção.

Naquele ano, as discussões ocorreram durante três dias, nos dias 22, 23 e 24 de setembro, e contaram com a apresentação de 41 comunicações, além de oito palestras e cinco conferências.²⁰ O evento ganhou mais corpo e circulação pelo aumento do número de participantes. Cerca de 40 trabalhos foram selecionados para serem apresentados na modalidade “Comunicação oral”.

Com a abertura para o recebimento de trabalhos por meio de chamada pública, o perfil de autores também foi alterado. A incidência de doutores e doutorandos ainda foi grande, 38%, mas já houve maior diversificação, com 50% de mestres ou mestrandos e 8% de graduados.

20 Esses trabalhos podem ser encontrados nos anais do evento. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2010/09/23/comunicacoes-individuais-artigos-em-pdf/>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

Nessa mesma edição, a pedido de participantes, foi realizada uma reunião para a formação de uma rede de jovens pesquisadores em políticas culturais. Não se sabe ao certo os rumos dessa iniciativa.

A segunda edição internacional do evento já indicou um crescimento de interesse no campo de cerca de 25% em comparação ao ano anterior, pois contou com 50 trabalhos inscritos. As atividades ocorreram entre os dias 21 e 23 de setembro de 2011, nas dependências da FCRB. O evento teve como temática: “Desafios: os campos da formação em gestão cultural e da produção de informações”.

Naquele momento, com o crescimento acelerado do volume de pesquisas, as discussões sobre necessidades formativas ficavam mais evidentes. Tal preocupação era também um dos elementos de institucionalização das políticas culturais, afinal, o próprio Sistema Nacional de Cultura preocupava-se com a importância da formação de gestores públicos e privados como uma questão a ser alcançada. Pensar na formação de atores e na geração de dados sobre o cenário de políticas culturais era algo mais do que relevante, era urgente.

No que tange ao grau de formação dos participantes, 39% eram doutores ou doutorandos; 56%, mestres ou mestrandos; e de 5% não foi informada e/ou encontrada a titulação. Novamente, seguindo a tendência do ano anterior, há um crescimento do número de mestrandos e/ou mestres, um indicativo de maior interesse pela temática no desenvolvimento de pesquisas e possível indicativo de fortalecimento do campo.

A terceira edição do evento nesse novo formato demonstrou o início da necessidade de crescimento e da ampliação de espaço para discussões. O número de trabalhos submetidos foi bem maior do que nos anos anteriores, o que levou a um total de 71 comunicações ofertadas ao público. A programação contou com um dia a mais e ocorreu entre 19 e 21 de setembro de 2012, disponibilizando ao público 18 mesas de comunicações, três mesas de palestras e uma conferência.

Nessa edição foram convidadas vencedoras do Prêmio Rumos de Pesquisa para apresentarem seus trabalhos. As pesquisadoras puderam ofertar ao público resultados de pesquisas recentes, o que já indicavam a pluralidade de possibilidades de análise que crescia na pesquisa setorial.

O perfil geral de participação continuou a se diversificar: 42% eram doutores e doutorandos; 49%, mestres e mestrandos; 4%, especialistas ou pós-graduandos; e 1%, graduado. O índice crescente de mestres e

mestrandos em debates sobre o tema serve de indicativo do aumento do interesse no tema para o desenvolvimento de pesquisas em pós-graduação.²¹

A quarta edição internacional do evento ocorreu entre os dias 16 e 18 de outubro de 2013. Apresentou três conferências (duas internacionais e uma nacional) e uma mesa de palestras. Contou também com 81 artigos apresentados de diversas partes do país. O perfil geral manteve-se estável: 39% eram doutores e doutorandos; 45%, mestres e mestrandos; 5%, especialistas; e 1%, graduado.

A quinta edição teve seu calendário modificado e ocorreu durante os dias 7, 8 e 9 de maio, alterando o período de realização desde seu início (o segundo semestre). Foi composta de duas conferências internacionais e quatro palestras de convidados nacionais. O quadro de participantes continuou com as mesmas características: 41% eram doutores e doutorandos; 40%, mestres e mestrandos; 5%, especialistas; e 1%, graduados.

Nesses dois anos pairou o interesse em se debruçar sobre estudos, levantamentos e análises a respeito do campo, sem necessariamente restringir o debate a análises essencialmente acadêmicas. Algumas práticas de institucionalização de políticas vinham ganhando centralidade – por exemplo, o Sistema Nacional de Cultura fora aprovado em 2012 – e eram essencialmente recentes as análises sobre as experiências de construção e implementação de planos estaduais de cultura por todo o país. Por isso, parte das discussões realizadas no evento durante os anos de 2013 e 2014 foram reunidas na mesma obra, sob o título *Políticas culturais: olhares e contextos*. Afinal, se o campo de pesquisa estava em franca ampliação e buscando alternativas de consolidação, o mesmo ocorria com o desenvolvimento de ações governamentais e da sociedade civil.

A sexta edição do Seminário Internacional de Políticas Culturais apresentou mais uma inflexão no ano de 2015: o crescimento de mais um dia e a alta média de trabalhos submetidos, apontando para o maior interesse em analisar questões das políticas culturais (nacional e internacionalmente). O evento ocorreu entre os dias 26 e 29 de maio e contou com duas mesas e duas conferências internacionais. O perfil geral continuou o mesmo, com 43% de doutores e doutorandos, 43% de mestres e mestrandos, 4% de especialistas e 3% de graduados.

21 É pertinente sinalizar que esse interesse está disperso nas mais distintas áreas do conhecimento.

O levantamento de dados e informações contribui para a compreensão de que o campo de estudos e interesse sobre políticas culturais vem crescendo desde o ano de 2002 até o recorte retratado aqui, em 2015. Tal fato pode ser compreendido tendo em vista o aumento do número de trabalhos propostos e apresentados no evento (a Tabela 2 indica o número de artigos aprovados e apresentados em cada uma das edições do Seminário Internacional de Políticas Culturais), ainda que com períodos de estabilização, por questões operacionais da própria FCRB, que passou a limitar o número de comunicações orais a serem apresentadas.

Tabela 2 – Número de trabalhos apresentados por ano (2010-2015)

2010	2011	2012	2013	2014	2015
40	53	71	80	125	117

Fonte: elaborado pela autora.

No que tange ao atendimento ao público, todas as ações desenvolvidas pelo setor e pela Casa de Rui Barbosa são gratuitas. Os eventos estiveram disponíveis para toda a população, mas o perfil de frequência foi de estudantes do campo (em nível de graduação ou pós), profissionais e pesquisadores. Em mais de uma oportunidade, o Ministério da Cultura, por meio de seus gestores, escolheu divulgar ou lançar ações políticas no evento pela capacidade de ressonância no meio, o que também ilustra a importância do espaço para o campo de estudos.

Dando continuidade à iniciativa de proporcionar a circulação do conhecimento produzido e apresentado durante o evento, boa parte das palestras proferidas durante esse período foi publicada em livro (impresso e/ou digital). A seguir são citados os livros editados ao longo desse período e que contêm a produção de parte dos convidados pela organização a participar do evento na posição de conferencistas ou palestrantes; os anais com as publicações de comunicações orais estão listados nas referências bibliográficas do artigo:

Ano de 2010 – CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: teoria e prática*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2011.²²

22 Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/02/Politicaculturais-Teoria-e-Praxis.pdf>>. Acesso em: 29. jan. 2019.

Ano de 2011 – CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: pesquisa e formação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.²³

Ano de 2012 – CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: informações, territórios e economia criativa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2013.²⁴

Anos de 2013 e 2014 – CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: olhares e contextos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2015.²⁵

Ano de 2015 – CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: conjunturas e territorialidades*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017.²⁶

Como sinalizado anteriormente, as comunicações foram publicadas nos anais do evento, editados em publicação digital com registro no International Standard Book Number (ISBN). A partir de 2010, primeiramente por meio de um *blog* e, posteriormente, por um *site*, optou-se por construir uma plataforma digital exclusiva para disponibilizar conteúdos produzidos e informações diversas ao público.²⁷

Sobre o escopo temático trabalhado, era de se esperar que, com a possibilidade de mais sujeitos apresentando trabalhos e pesquisas, a amplitude de temáticas também seria afetada. Além disso, com o passar dos anos, o contexto de ações governamentais também provocou novas reflexões sobre o que seria objeto de atenção das políticas públicas de cultura em níveis federal, estadual e municipal. A ampliação de possibilidades proporcionou um caleidoscópio de temáticas tratadas; com isso, outras inserções foram percebidas, como: políticas culturais e cidades, economia criativa, políticas

23 Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/02/Pol%C3%ADticas-Culturais-pesquisa-e-forma%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

24 Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/02/Pol%C3%ADticas-Culturais-informa%C3%A7%C3%B5es-territ%C3%B3rios-e-economia-criativa.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

25 Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/02/Politicaculturais_olhares-e-contextos.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

26 Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/05/IC-POLCULTURAIIS_vol3_ONLINE_AF-2.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

27 Disponível em: <politicasculturais.com.br>. Acesso em: 29 jan. 2019. Nesse canal, é possível ter acesso a todos os materiais.

públicas para culturas populares, um grande interesse no então Programa Cultura Viva, entre outros exemplos.

CONCLUSÃO

O campo de estudos sobre políticas culturais tem sido construído de maneira diversa e multivocalizada. Afinal, pesquisadores de inúmeras áreas têm dedicado seus esforços para analisar e investigar ações políticas no campo da cultura, tanto no Brasil como em outras partes do mundo. Inúmeros outros atores, internacionais inclusive, partilham também desse esforço de discussão e reflexão sobre o papel da cultura na garantia de direitos, na potencialização de desenvolvimento local e no exercício da cidadania, entre outras questões. Acredita-se que há um esforço de elevar a cultura a um patamar de maior importância dentro da agenda governamental dos países, entendida como uma categoria dentro do rol de direitos a serem garantidos aos cidadãos.²⁸

No Brasil e em outros países da América Latina, especialmente durante a primeira década dos anos 2000, foi percebida a adoção desse discurso que une a importância do investimento na área cultural como vetor para exercício da cidadania. Essas novas percepções foram sendo incorporadas ao discurso governamental e às suas práticas. Em muitos lugares, ocorreu um processo de institucionalização e construção de um arcabouço burocrático (por meio da criação de órgãos, leis etc.) com o propósito de dar materialidade e sustentabilidade às ações efetuadas na área da cultura.

Em diversos locais ocorreu o que podemos entender como uma fuga de abordagens episódicas que enxergam o investimento em cultura como algo efêmero e pontual. A experiência brasileira a partir de 2002, acredita-se, reforçou essa necessidade de investimento estrutural no campo. Contudo, um cenário macropolítico de instabilidade não permitiu a permanência de desenhos de políticas e a consolidação de avanços percorridos.

O panorama apresentado ao longo deste esforço analítico reforça a importância que o Setor de Estudos em Políticas Culturais da FCRB ocupa nesse processo, a existência de um espaço institucional que se dedique à pesquisa e à memória de práticas governamentais empreendidas nas três esferas é algo realmente importante para a continuidade de ações e

28 Ainda que possamos observar períodos de avanços e retrocessos políticos no desenvolvimento de políticas culturais.

posturas mais democráticas. O fato de ele assumir um caráter articulador e fomentador analítico do campo proporciona o fortalecimento da percepção de que políticas públicas de cultura devem ser forjadas nessa interface entre governo e sociedade civil. Não se trata da defesa de posturas políticas específicas, mas do fomento à garantia de direitos culturais, constitucionalmente sinalizados no país.

De fato, o Setor de Estudos em Políticas Culturais e, em especial, o evento cumprem um papel estratégico na reflexão e na crítica sobre o desenvolvimento de políticas no país. Ao longo dos 16 anos de existência do setor e 13 de realização do evento, percebe-se que o campo apresentou importantes indicativos de crescimento, aprofundamento e ampliação dos debates, ainda que a agenda política brasileira tenha arrefecido no levante da defesa do investimento em políticas culturais em períodos mais recentes.

Nos quatro primeiros anos de realização do seminário, o foco esteve centrado em tópicos mais amplos sobre políticas culturais, como: gestão da cultura, desafios na formação do gestor, práticas e equipamentos culturais, direito e cidadania cultural, diversidade, e participação da sociedade civil. Nos anos seguintes, outros temas estiveram mais evidentes: políticas culturais e universidades, conselhos, planos, experiências em políticas setoriais, economia criativa, indicadores e informações culturais etc. Por outro lado, os modelos internacionais e, em especial, as conferências com convidados (gestores e pesquisadores de outros países da América Latina) permitem que o evento ventile novas possibilidades e apresente outras questões que estão sendo debatidas pelo mundo. Isso reforça a característica do seminário de reverberar questões que estão latentes no campo de pesquisa nacional, mas também de realizar esforços para trazer novas temáticas.

Também é pertinente observar que a variedade de áreas de formação sempre foi um dado presente no evento, desde seus primeiros anos de realização (ainda que o número de participantes fosse bastante reduzido, se compararmos com edições mais recentes). No entanto, cabe enfatizar o aumento da diversidade de campos de diálogo a partir do ano de 2011, quando o número de trabalhos apresenta um crescimento representativo. Isso corrobora com a percepção de que o ambiente de estudos de políticas culturais é mais rico quanto mais proporciona a interação de debates de múltiplas áreas do conhecimento – postura observada desde o início das ações do evento, em 2006.

Levando em conta os objetivos delineados para o setor em sua portaria de criação, considera-se que o desenho atual caminha para alcançar

a amplitude anteriormente almejada. Afinal, ele vem se consolidando como espaço de referência em discussão sobre políticas culturais e contribui de maneira importante para a ampliação do campo de pesquisa com ações múltiplas. Não somente a realização do Seminário Internacional de Políticas Culturais pode ser apontada como uma essencial ferramenta de fomento ao campo de estudos e à arregimentação da rede de pesquisadores que se debruça sobre o tema, mas também inúmeras outras ações, como as pesquisas desenvolvidas pelos servidores vinculados ao setor, o recorrente Programa de Incentivo à Produção de Conhecimento empreendido pela instituição e, mais recentemente, o Centro de Referência de Políticas Culturais (para a guarda de documentações e a disponibilização de fontes de maneira aberta para estudos no campo), além da celebração do convênio para a criação da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão.

É imperativo estabelecer ações imediatas que possibilitem o maior fortalecimento do setor e garantam a continuidade de sua essencial independência de análise e propositiva. O olhar para as políticas culturais tem possibilitado à FCRB um importante canal de trocas com o Sistema MinC e a valorização da interface internacional da instituição. Ações de fortalecimento do campo e que garantam a continuidade de práticas são rotas fundamentais para a garantia dos direitos culturais, constitucionalmente sinalizados, e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: diálogo indispensável* – v. 2. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

_____. *Políticas culturais: um campo de estudo*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

_____. *Políticas culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2009.

_____. *Políticas culturais: diálogos e tendências*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

_____. *Anais do I Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

_____. *Anais do II Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

_____. *Anais do III Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

_____. *Anais do IV Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

_____. *Anais do V Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

_____. *Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

FCRB. Ver FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Portaria nº 2*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002.

SIQUEIRA, Maurício. Apresentação. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2009.

O Centro de Referência em Políticas Culturais e Gestão

*Tânia Aparecida de Souza Vicente*¹

UM AMBIENTE ABERTO E LIVRE

A descrição de um repositório digital, geralmente, é carregada de preocupações e responsabilidades em lidar com informações tecnológicas que possibilitem ao usuário entender os meandros da sua construção e as facilidades de acesso aos documentos indexados. Esta apresentação, na verdade, pretende dar conta de outra vertente do mesmo objeto: delinear o Centro de Referência em Políticas Culturais e Gestão, do Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), como um lócus referencial, muito mais atravessado pelas vicissitudes da política de democratização, da informação e do conhecimento no Brasil. Pretendemos falar de sua capacidade em tornar visível a gestão e as políticas culturais, sejam elas das instituições públicas ou da sociedade civil organizada, por meio da disponibilização de documentos coletados durante a execução de projetos, estudos e investigações, além das publicações derivadas.

Estamos diante dessa tarefa desde 2017, ingressando em base de dados digital com os documentos que resultaram de pesquisas anteriores e de projetos atuais do Setor de Políticas Culturais da FCRB. A meta é reunir, preservar e disponibilizar as fontes e os resultados de investigação sobre o campo.

As fontes de dados de pesquisa incluem um amplo, diversificado e heterogêneo espectro de documentos, na maioria dos casos em formatos digitais. Esses materiais de pesquisa, únicos, não são disseminados juntamente com artigos de periódicos, comunicações de congresso e publicações em geral, e ficam inacessíveis aos demais pesquisadores e sociedade. Assim, a implantação de

1 Mestre em Comunicação, Imagem e Informação pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista de pesquisa do Centro de Referência em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: cinemarj@hotmail.com.

infraestruturas que permitam a seleção, o arquivamento e o acesso a dados de pesquisa possibilitará, além de sua reutilização e geração de novos conhecimentos, a transparência das pesquisas, sua maior efetividade, credibilidade dos resultados, visibilidade e impacto.²

Sob esse contexto, colocamo-nos, objetivamente, em conformidade com as tendências e movimentos que levaram à implantação e à consolidação dos repositórios digitais no Brasil, tendo como marco a publicação do *Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação*, em 2005.³ O citado manifesto, reeditado em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), entre outras ações, recomenda assegurar uma gestão da informação apropriada com acesso aberto aos dados, considerando que os recursos envolvidos são públicos, e, principalmente, “publicizar e facilitar o acesso aos dados de pesquisa, a fim de que a sociedade e o cidadão tomem conhecimento do que é produzido na ciência e seus benefícios”.⁴

Então, podemos afirmar que o Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais (Rubi), como outros repositórios, é fruto de um amadurecimento, no Brasil, do pensamento sobre a democratização do conhecimento, seguindo as transformações sociais, a consolidação das leis de acesso e o desenvolvimento tecnológico global. No que diz respeito ao processo de elaboração do sistema informatizado e da inserção de estudos no mundo digital, a criação do Rubi representa o esforço da FCRB em tornar cada vez mais democrática a pesquisa.

A disponibilização de informações pelo nosso repositório visa, sobretudo, ao crescimento do campo da política cultural no Brasil, além de fornecer subsídios para que cada vez mais possamos entender as relações da cultura com o processo democrático, permitindo acesso continuado do público às informações.

O Centro de Referência em Políticas Culturais e Gestão, do Setor de Políticas Culturais da FCRB, concentra suas fontes de pesquisa dentro do Rubi,⁵ onde também estão lado a lado, organizados em “comunidades”, os

2 IBICT. *Manifesto de acesso aberto a dados da pesquisa brasileira para a pesquisa cidadã*, p. 1.

3 SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. Introdução.

4 IBICT. *Manifesto de acesso aberto a dados da pesquisa brasileira para a pesquisa cidadã*, p. 1.

5 A implantação do Rubi em 2016, pela FCRB, tem sua primeira proposta de criação ainda em 2010. Esse intervalo foi importante para estudos de viabilidade e planejamento pelo Centro de Memória e Informação (CMI), responsável pelo seu desenvolvimento.

documentos digitais e informações de todos os acervos da instituição: dos museus, das bibliotecas, do arquivo histórico.

Como consequência dessa configuração, compartilhamos com o Rubi o mesmo estilo de constituição e manutenção, além da interface e das ferramentas de busca, seguindo a tendência internacional, no desenho e no ambiente *web*, com um formato aberto e livre – fato decisivo para garantia da preservação digital.

Um fator fundamental de sucesso para o aumento da longevidade dos objetos digitais, não importando a estratégia de preservação digital adotada, está relacionado com a adoção de padrões, especialmente os padrões abertos – que são padrões cuja documentação está publicada e prontamente disponível e que tem o desenvolvimento baseado em processos consensuais envolvendo as várias partes interessadas.⁶

Para criação da plataforma Rubi foi usado o DSpace, desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology. Aqui no Brasil sua implantação recebe apoio do Ibict.⁷

O DSpace um *software* livre que, ao ser adotado pelas organizações, transfere a elas a responsabilidade e os custos com as atividades de arquivamento e publicação da sua produção institucional. O DSpace possui natureza operacional específica de preservar objetos digitais, iniciativa de grande interesse da comunidade científica.⁸

O sistema está disponível gratuitamente para qualquer instituição como um *software* adaptável para as funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e acesso de arquivos em PDF, DOC, mp3 e mp4, para citar os mais comuns. Com poucos cliques é possível indexar e fazer *upload* de vídeos, entrevistas, áudio, textos e fotos. Seu acervo é igualmente intuitivo e direto. Gera listas classificáveis por título, autor e assunto. Trabalhamos para permitir ao usuário o acesso a informações completas, tangíveis, compreensíveis em todos os níveis de formação, orgânica no que diz respeito aos dados que traduzem os vínculos que um documento guarda com sua série ou coleção de origem, incluindo resumos técnicos que remetem aos aspectos de autoria, tema, localização e data. São seguidas

6 SAYÃO, Luiz Fernando. Conservação de documentos eletrônicos, p. 194.

7 TREZZÉ, Luziana Jordão Lessa; MELO, Elisete. A pedra preciosa da Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 76.

8 IBICT. Sistema para construção de repositórios institucionais digitais (DSpace).

as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a política da FCRB, prevista no texto das políticas e diretrizes do Rubi.⁹

METADADOS

O Centro de Referência em Políticas Culturais e Gestão se constitui em um centro de documentação em ambiente *web*, repositório de dados, de informação e documentos digitais, no qual podemos encontrar fontes referentes às políticas culturais e da gestão pública da cultura. Apresenta metadados referenciais e consistentes. Serve aos pesquisadores do campo, estudantes de disciplinas congêneres, grupos culturais e produtores de cultura. Como não poderia deixar de ser, a gestão pública da cultura implementada pelo Ministério da Cultura (MinC) é a mais numerosa entre as fontes encontradas, representadas principalmente pela legislação da cultura.

Por sua vez, a palavra-chave “legislação da cultura” remete não só à esfera do MinC, mas às legislações das esferas municipal, estadual e federal, com datas de 1973 a 2018, abarcando o antigo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A divisão geral de acervo é de acordo com as comunidades do centro de referência, definidas para nortear os primeiros passos da indexação, com a mesma função das séries temáticas gerais: cátedra, entes federados, governo federal, política cultural global, produção acadêmica, produção do setor de pesquisa em políticas culturais/FCRB, sociedade civil.

Trabalhamos com parte dos metadados oferecidos no cardápio do Rubi e estamos preparando um vocabulário controlado na área de políticas culturais. Obviamente, já existem bons dicionários na área, mas o que pretendemos é selecionar um vocabulário que represente o conjunto de fontes com o qual trabalhamos e que nos auxilie mais objetivamente na tarefa de indexação. Mas, antes disso, é preciso entender que estamos dentro da disciplina da documentação, que envolve conceitos também específicos.

O desafio, ou a dificuldade, para tratar um tema como o da “documentação” reside exatamente em sua aparente naturalização, tendo em vista que os termos documento e documentação fazem parte da linguagem do cotidiano, sendo necessário, portanto, conceituá-los de uma forma mais precisa quando o objetivo da discussão se inscreve no ambiente acadêmico, ou seja, num ambiente que não pode

9 FCRB. *Políticas e diretrizes do Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais – Rubi.*

avançar enquanto recorrer aos termos do cotidiano em detrimento do recurso a uma linguagem de especialidade, ou sua construção.¹⁰

A informação, aqui, também é “entendida como integração entre povos”,¹¹ elemento que está compreendido na comunicação e na interação de ideias, como um dado que modifica outro dado e acrescenta sentidos – e o próprio termo documentação, que entendemos como “espelho do mundo, que permite detectar diferenças e aproximações, para chegar a sínteses”.¹²

UMA REDE DE COLABORAÇÃO

O Centro de Referências em Políticas Culturais e Gestão da FCRB é uma iniciativa da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão, criada oficialmente em setembro de 2017. Ele se expande com a mobilização de uma rede de pesquisadores levada a cabo pela Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão da FCRB. Por sua vez, a rede de pesquisadores é intensificada com “atividades permanentes [...] de seminários nacionais e internacionais, simpósios, colóquios, publicações, oficinas e cursos de qualificação avançada, em parcerias com universidades e instituições diversas do campo da gestão da cultura e das políticas culturais”.¹³

Dois projetos formam a sua base conceitual: o de 2016, *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade – projeto de construção de um centro de referência*, já concluído, e o *Levantamento e análise do campo de pesquisa em políticas culturais no século XXI*, ainda em execução, ambos com a coordenação de Lia Calabre. Ambos tratam de mapear os estudos realizados e em andamento para reuni-los no repositório, com a perspectiva de construir um *corpus* significativo, implementar diálogos e ampliar o acesso.

A contribuição de pesquisadores brasileiros, presentes em diversos outros centros de pesquisa, núcleos ou programas universitários, institucionais ou privados, é fundamental para o acesso às fontes utilizadas em suas análises e seus resultados, que, de forma distinta, ficariam fragmentados em outras bases e acervos. Levando em conta o fato de que a dispersão do conhecimento e das pesquisa no Brasil é uma barreira a ser transposta para o

10 SMIT, Johanna Wilhelmina. A documentação e suas diversas abordagens, p. 11.

11 Ibid., p. 18.

12 Ibid., p. 18.

13 FCRB. *Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão*.

desenvolvimento do campo das políticas culturais, como afirma Lia Calabre, podemos observar o real sentido que a confluência de fontes incorporadas no Centro de Referências em Políticas Culturais e Gestão representa.

A dispersão e a fragmentação dos estudos de políticas culturais e de gestão cultural, tanto no que tange aos campos disciplinares, quanto as instituições de ensino, ou ainda à distribuição geográfica, são elementos dificultadores da formação de um campo mais consistente de estudos.¹⁴

O grupo de pesquisadores desenvolve investigações em torno de: políticas públicas dirigidas para comunidades; políticas públicas contemporâneas para o cinema nacional; cultura como uma instância do desenvolvimento no âmbito da cooperação internacional; mapeamento dos estudos em políticas culturais; economia criativa e formação em organização da cultura, patrimônios e lutas por direitos; estudo dos processos de territorialização das políticas culturais; concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural, com análise das estratégias dos grandes conglomerados; análise do cenário midiático e cultural brasileiro; democratização da mídia e da área cultural; produção de conhecimento acadêmico e redes de colaboração, com foco em sistemas de ciência, redes interdisciplinares e mudança social; efeitos do Sistema Nacional de Cultura e dos Sistemas Municipais de Cultura do Rio de Janeiro; leis de incentivo fiscal; e democracia e participação no âmbito das políticas culturais brasileiras.

Enfim, com base nos estudos anteriores, é possível reunir documentos sobre interculturalidade, pensamento latino-americano, território, geocultura, história cultural, memória, identidade, história do esporte, história oral, ensino de história, gestão cultural, economia criativa, patrimônio cultural, federalismo, democracia e participação social, entre tantos outros descritores próprios de um campo que periodicamente se reconstrói e se ressignifica.

Como foi visto, na medida de seu crescimento, o Centro de Referência em Políticas Culturais e Gestão vem se afirmando um ambiente no qual podemos encontrar fontes para compreender os diferentes contextos históricos da política cultural brasileira e dos sujeitos envolvidos no processo, tomando os conceitos de espaço e tempo¹⁵ como definidos por Clifford

14 CALABRE, Lia. *Políticas culturais e contemporaneidade*, p. 6.

15 Também utilizamos o conceito geertziano na definição do que é a cultura, grosso modo entendida como um tecido de significados elaborado como explicação ou representação das ações do grupo.

Geertz, com significados específicos em cada cultura, a partir das percepções de cada sociedade.¹⁶

Em relação à dimensão espacial, podemos nos referir hoje aos âmbitos culturais públicos e privados, aos espaços comunitários, das universidades, das instituições, das divisões geográficas e geopolíticas. Com relação aos sujeitos, há interconexão das informações com o que o Estado e a sociedade produzem, com a atuação de produtores culturais, grupos, núcleos de pesquisa e demais agentes constituintes. A dimensão cronológica está vinculada aos contextos da ação das políticas culturais no Brasil em determinados momentos, nos quais é possível estudar a organização, a gestão, a otimização de recursos, o fomento aos projetos, as tentativas de diminuir diferenças regionais para o acesso à cultura, um quadro característico do pleno exercício democrático quando está construído um maior diálogo com a sociedade.

Entendendo que o exercício dos direitos culturais, mediante políticas públicas que viabilizem o acesso a eles, exige um modelo de democracia dialógico e deliberativo, tem-se como objetivo demonstrar a necessidade de as instituições encarregadas de propor políticas públicas, que efetivam o direito fundamental de acesso à cultura, compartilhem sua proposição com a sociedade civil para que uma política pública cultural seja eficaz, transformadora e permanente.¹⁷

Ainda sobre a dimensão temporal, o acervo digital pode, também, refletir os períodos específicos de grande interferência pública na cultura ou até de seu cerceamento. Afinal, o Repositório em Políticas Culturais e Gestão pode ser uma ferramenta para a observação da história da cultura brasileira, no contexto político e de gestão, além de diminuir distâncias entre os usuários e as fontes secundárias e primárias de pesquisa (principalmente estas últimas), aproximando diferentes sujeitos da cultura de diversas regiões e fundamentando novos estudos.

Quanto às coleções, podemos destacar aquelas em que transparecem a política e a gestão da cultura no Brasil e a participação da sociedade. Os documentos das três Conferências Nacionais de Cultura (CNC), de 2005, 2009 e 2013, são exemplos dessa relação.

16 GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*.

17 NARCISO, Luciana Rocha. *Políticas públicas como instrumento de realização dos direitos culturais previstos na CF/88*, p. 13.

As CNC são precedidas das estaduais, municipais ou locais. Funcionam com grupos temáticos de trabalhos (GT) e plenárias setoriais e gerais. No final, emitem um documento que expressa a participação dos envolvidos e sugerem políticas públicas para a cultura. É por meio das CNC que o Conselho Nacional de Política Cultural dialoga com a sociedade, consultando-a sobre suas prioridades. Ainda em fase de levantamento do tema, já reunimos mais de 100 documentos sob essa rubrica.

Também os documentos do Plano Nacional de Cultura remetem à I Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, em novembro de 2000; à proposta de emenda constitucional (PEC) 306, aprovada em 2005; às mudanças sobre a visão da cultura pelo Estado; aos documentos dos planos estaduais e municipais, importantes como fontes. Juntos, os planos também somam mais de 100 entradas.

O Cultura Viva é outra coleção importante. Instituído pelo MinC em 2004, o programa tinha como objetivo o fortalecimento da participação da sociedade na cultura e o fomento aos projetos que incluíssem serviços culturais apontados para a população, por meio da criação de pontos de cultura em todo país.¹⁸ O MinC, pela Secretaria de Programa e Projetos Culturais, organizava editais para escolha de propostas vindas de organizações/instituições que desenvolvessem ações de caráter cultural e social, sem fins lucrativos, para o Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Reunimos documentos sobre esse tema, contendo diversidade de espécies e largo período de abrangência.

Documentos do Conselho Federal de Cultura (CFC) da década de 1960, produzidos no âmbito do antigo MEC (1953 a 1985), representam outro importante exemplo. São originais em papel, digitalizados e que foram reunidos como fontes em projeto da professora Lia Calabre. Os documentos incluídos nessa coleção são decretos, anteprojetos de lei, ofícios e exposição de motivos, entre outros.

Está presente no repositório outro grupo orgânico de 21 documentos que dizem respeito ao contexto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), que não se concretizou, mas marcou com debates, diálogos e opiniões o universo do cinema nacional. É possível acessar o anteprojeto da Ancinav, um requerimento do deputado

18 Para melhor entender o Cultura Viva, ver o artigo de Sophia Cardoso Rocha e Ana Lúcia Aragão, “Direitos culturais no Brasil e uma breve análise do Programa Cultura Viva”.

federal do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Beto Albuquerque para transformar a sessão plenária da Câmara em sessão geral para debater a criação da agência, uma resolução da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) que publica comentários ao anteprojeto, notícias publicadas pelo *Jornal Câmara Hoje* e as notas do MinC. No âmbito da indexação, os documentos dizem respeito à política do audiovisual, do cinema – de forma mais específica –, do financiamento e da política para a cultura de forma geral. Embora o conjunto não apresente número significativo de documentos, ele é determinante para os estudos da política nacional do audiovisual. Uma revisão historiográfica mostra as dificuldades do Estado brasileiro em adentrar o universo das redes de TV. Havia um pleito dos cineastas ligados ao Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), em contraponto às posições do Fórum do Audiovisual e do Cinema, representados pela Rede Globo, pelas *majors* do cinema norte-americano e por alguns diretores nacionais de sucesso.

O anteprojeto da Ancinav pretendia regular o audiovisual como um todo, e não somente o cinema, sendo capaz de regular, fiscalizar e fomentar o setor. Previa apoio não só à produção, mas também à distribuição, exibição e infraestrutura, pretendendo estimular a ampliação do parque exibidor. Visava, conforme o artigo 3º, garantir o desenvolvimento e a preservação do patrimônio cultural, assegurar o direito dos brasileiros sob o conteúdo audiovisual, tanto para usufruir como para produzir, e fortalecer a diversidade cultural. Comprovando a ligação da proposta com a nova visão de política cultural adotada pelo governo Lula.¹⁹

Coletamos da plataforma Cultura Digital uma série de documentos de diversas procedências, mais de 2 mil arquivos ainda em processo de indexação. A plataforma, criada em 2015, representou um dos eixos de atuação da Política Nacional das Artes, uma iniciativa do MinC durante a primeira e a segunda gestões do ministro Juca Ferreira e mantida em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Segundo o texto presente no *site*, desde 2009 plataforma hospeda *blogs* de diferentes desenvolvedores, com naturezas diversas, mas principalmente de organizações e grupos da cultura. Salvamos conjuntos de documentos ainda disponíveis na plataforma, que está em visível declínio, em vias de desaparecimento e em nada se confunde com o que foi nos seus primeiros anos de existência: 7 mil integrantes, quase

19 FERNANDES, Marina Rossato. *Ancinav*, p. 6.

2 mil *blogs*, 400 grupos de discussão e 500 fóruns. A plataforma foi responsável pelos principais fóruns de discussão do Marco Civil da Internet.²⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma questão que nos parece importante sobre o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência em Políticas Públicas e Gestão é o da consciência de que lidamos com memória institucional de um Estado que opera dentro de contextos conflituosos, de uma sociedade que vive incertezas quanto ao futuro de suas instituições e com a precarização de seus equipamentos culturais.

Outro ponto é que, ao analisar os dados já incorporados no Rubi nesse primeiro período, acreditamos que ele representa um esforço significativo de compreender o campo das políticas culturais e que cada sujeito desse processo – pesquisadores, bolsistas e colaboradores – traz para dentro de si suas experiências e suas indagações. Essas experiências e indagações corporificam-se em metodologias, em problemas de pesquisa, em novas e instigantes investigações.

Um último ponto é que, ao levantarmos fontes na internet, deparamos com a impermanência das informações digitais nas redes sociais e *sites* oficiais relativos à política cultural brasileira. Sofremos hoje não com a obsolescência tecnológica, mas com as contradições e instabilidades que envolvem a organização da cultura em todos os níveis, principalmente na esfera federal.²¹ Espelha-se um eterno recomeço de projetos, um constante apagamento dos resultados de anos de mobilização, em que os sujeitos do processo cultural nem sempre podem ser identificados e pesquisas,

20 “Debates importantes, como a criação do Marco Civil da Internet, proposto pelo Ministério da Justiça em 2010, usaram a rede não apenas como espaço de discussão, mas como ferramenta para a colaboração do público e sistematização de contribuições enviadas ao projeto de lei. A importância da rede foi reconhecida mundialmente em 2010 ao receber a menção honrosa na categoria Comunidades Digitais do Ars Electronica, um dos mais importantes prêmios da área” (CULTURA DIGITAL. Sobre.).

21 Não podemos deixar de citar a troca de quatro ministros da Cultura em curto período (2016-2018). Lembramos a medida provisória (MP) que acabava com o MinC em maio de 2016, transformando-o em uma secretaria do Ministério da Educação, com sua rápida revogação diante das reações contrárias: A MP nº 841, de 12 de junho de 2018, que diminuía o orçamento do MinC, destinando parte para a segurança pública, revista depois pelo Senado. A MP nº 850, de 10 de setembro de 2018, que suprime o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e cria a Agência Brasileira de Museus, ainda está em tramitação. Por fim, citamos a triste extinção do MinC em 2019, no bojo das reformas ministeriais.

projetos e iniciativas são invisibilizados. Então, nosso trabalho é, também, um exercício de salvaguardar vestígios, sinais, símbolos que representam a memória de ações culturais, das instituições, dos equipamentos culturais brasileiros, da política e da gestão da cultura. Tomando emprestado o pensamento de Tarkovski sobre as artes, queremos perceber a cultura da mesma forma que ele avalia a criação artística.

A criação artística, afinal, não está sujeita a leis absolutas e válidas para todas as épocas; uma vez que está ligada ao objetivo mais geral do conhecimento do mundo, ela tem um número infinito de facetas e de exemplos que ligam o homem à sua atividade vital; e, mesmo que seja interminável o caminho que leva ao conhecimento, nenhum dos passos que aproxima o homem de uma compreensão plena do significado da sua existência pode ser desprezado como pequeno demais.²²

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHR, André; FERREIRA, Manuela. Customizações no DSpace para melhorar interação do usuário no Repositório Digital Lume. In: WORKSHOP DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 10., 2016, Gramado. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2WuGqlx>>. Acesso em: 26 out. 2017.
- BEZERRA, Laura; ROCHA, Renata. Políticas do audiovisual. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org.). *Políticas culturais*. Salvador: Edufba, 2012. p. 113-138. Disponível em: <<http://bit.ly/2RSbARH>>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais e contemporaneidade: criação de um centro de referência e de estudos em política culturais*. Projeto. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2CPANSq>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- CULTURA DIGITAL. Sobre. 21 nov. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2Sfkacq>>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- FCRB. Ver FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA.
- FERNANDES, Marina Rossato. *Ancinav: análise de uma proposta*. 2014. Dissertação (Mestrado em Imagem e Som) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Políticas e diretrizes do Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais – Rubi*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.
- _____. *Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão*. Rio de Janeiro, 1 jun. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2DGjyEQ>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

22 TARKOVSKI, Andrei. *Esculpir o tempo*, p. 9.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

IBICT. Ver INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Manifesto de acesso aberto a dados da pesquisa brasileira para ciência cidadã*. Brasília: Ibict, 2016. Disponível em: <<http://sitehistorico.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2016/ibict-lancamanifesto-de-acesso-aberto-a-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. *Sistema para construção de repositórios institucionais digitais (DSpace)*. Brasília: Ibict, 2019. Disponível em: <<http://www.ibict.br/tecnologias-para-informacao/dspace>>. Acesso em: 15 mar. 2019

NARCISO, Luciana Rocha. *Políticas públicas como instrumento de realização dos direitos culturais previstos na CF/88*. Estudo de caso – Programa Curitiba Lê. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

RIBEIRO SEGUNDO, Washington et al. *Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE): instalação, migração e configuração*. Brasília: Ibict, 2014.

ROCHA, Sophia Cardoso; ARAGÃO, Ana Lúcia. Direitos culturais no Brasil e uma breve análise do Programa Cultura Viva. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 3., 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FCRB, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2HAz2xR>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no Governo Lula*. Salvador: Edufba, 2010.

RUBIM; Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença*. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIN, Linda (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: Edufba, Facom/Cult, 2005.

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.). *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: Edufba, 2009.

SAYÃO, Luiz Fernando. Conservação de documentos eletrônicos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; ROCHA, Cláudia Regina Alves (Org.). *Conservação de acervos*. Rio de Janeiro: Mast, 2007. (Mast Colloquia, v. 9).

SHINTAKU, Milton; FERREIRA, Sueli; ROBREDO, Jaime. Repositórios brasileiros implementados com DSpace. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 10., 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: Ufba, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2CQkTr2>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia Niemeyer Matheus (Org.). *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: Mast, 2008. (Mast Colloquia, v. 10).

TARKOVSKI, Andrei. *Esculpir o tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TREZZÉ, Luziana Jordão Lessa; MELO, Elisete. A pedra preciosa da Fundação Casa de Rui Barbosa: implementação do Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais. *Memória e Informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 73-86, 2017.

Políticas culturais, um campo em formação: explorações sociológicas a partir de metodologias informacionais e cientométricas

*Marcelo Augusto de Paiva dos Santos*¹

A área de ciências naturais e seus domínios aplicados vêm passando por amplo processo de reflexão sobre suas características e dinâmicas de formação. O contexto das análises que se voltam para o domínio da própria ciência enquanto processo, nessas áreas, corresponde a uma ampla pressão para a sua própria auto-observação. É nesse contexto que pesquisas desafiadoras estão eclodindo nos dias atuais, notadamente nos temas em saúde, por exemplo. É o caso do recente estudo que procura desvendar quais são e onde se localizam os pesquisadores em dengue no Brasil.²

Entretanto, esses tipos de pesquisa ainda se encontram em pequena escala na área de ciências humanas, apesar de algumas iniciativas nessa direção.³ Ainda mais desafiadores são os estudos que tematizam o próprio surgimento de campos emergentes (ou subcampos) nas áreas das humanidades, que apresentam pouca longevidade acadêmica, apesar de seus contínuos crescimentos nos últimos anos. É nesse contexto que esta pesquisa se encontra, com o intuito de investigar uma área recente e emergente nas ciências sociais e aplicadas: a área de políticas culturais.

Nesse sentido, torna-se premente observar como as mais recentes formas de produção de conhecimento se afluam na estrutura produtiva específica do Brasil, com o intuito de apreender quais são os regimentos que configuram esses circuitos de novas agendas de pesquisa. Novos ciclos de estudos vão se apresentando, sugerindo recentes empreendimentos no

1 Doutorando pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj) e membro do Centro de Gestão em Estudos Estratégicos (CGEE). E-mail: paiva.marcelosantos@gmail.com.

2 MAGALHÃES, Jorge L. Extração e tratamento de dados na base Lattes para identificação de *core competencies* em dengue.

3 MAIA, Velcemiro Inacio. *O campo da sociologia no Brasil: a estrutura relacional e os condicionantes do isomorfismo institucional*.

mundo investigativo, revelando objetos ainda inexplorados e novas formas de interpretar problemas empíricos já consolidados nas áreas de conhecimento mais tradicionais. Somado a esse processo, está a crescente complexidade com a qual essas redes científicas se constroem na medida em que se aumenta progressivamente o número de atores e produtos que qualificam o universo científico.⁴ A composição dessas redes emergentes dá o tom de novos estudos que intentam diagramar ferramentas para visualizar: a) como estas se configuram no panorama mais atual de produção investigativa; e b) como (e se) se desenham comunidades unidas por empreendimentos científicos comuns. As interações entre seus atores justificam esses arranjos: a ciência é vista, portanto, como um grande universo com dinâmicas e padrões que buscam criar nichos de coesões investigativas.⁵

É nesse ínterim que novos subcampos vão ganhando força e empenhando estratégias de demarcação e diferenciação no universo científico. Nesses subcampos, fluxos de informações organizam conexões internas, produzindo a formação de estruturas sociais, no intuito de incentivar e monitorar o próprio comportamento de seus atores entrelaçados. Assim, o agrupamento de pesquisadores em novas agendas de pesquisa e os mecanismos de suas institucionalizações, por diferenciação, desenham o caminho no qual esses campos emergentes se circunscrevem. Entretanto, tais arranjos coletivos referentes a esses campos costumam acontecer em instâncias menos visíveis ao corpo dos processos rotineiros da ciência⁶ e circunscritas em dinâmicas mais precárias de relacionamento, ao compreendermos as múltiplas dinâmicas de colaboração e competição na área científica.

Pensar essas formações é também olhar, de forma mais acurada, a composição de forças sociais que vão produzindo conhecimento e utilizando-o como recurso dentro das mais distintas esferas da vida social. Assim, este artigo tem como intenção interpretar os possíveis princípios ordenadores desses estudos emergentes, tendo como mote as seguintes perguntas oriundas da sociologia do conhecimento: quais são as maneiras de se pensar as intersecções entre os mais diversos conhecimentos gerados pelas esferas da vida social, como o conhecimento científico, e como eles interagem entre si? Quais desenhos sociais formativos são possíveis e o que eles denotam sobre a construção da ciência no cenário brasileiro?

4 MAIA, Velcemiro Inacio. *O campo da sociologia no Brasil*, p. 14.

5 *Ibid.*, p. 15.

6 *Ibid.*, p. 16.

A ÁREA DE POLÍTICAS CULTURAIS

Em uma empreitada para organizar as produções de sentido sobre a literatura de políticas culturais, Alexandre Barbalho⁷ aponta o livro do teórico Teixeira Coelho como um dos marcos nacionais sobre a área – o *Dicionário crítico de políticas culturais*, publicado pela primeira vez em 1997. Segundo Barbalho, a obra é um bom ponto de partida para se pensar a imaginação sistemática sobre a área no Brasil, principalmente por sua característica de produzir um dicionário para a literatura. O livro apresenta a noção de políticas culturais enquanto ciência da “organização das estruturas culturais”,⁸ um entendimento problematizado por Barbalho.

De acordo com ele, as políticas culturais, por serem práticas discursivas sobre a cultura e a política, não devem ser confundidas enquanto fenômeno científico, porém são passíveis de análises acadêmico-científicas. Estas estão se desenvolvendo em um cenário de confluência de saberes, mesmo que possivelmente em nível disperso, como qualificou Antonio Rubim.⁹ Alexandre Barbalho¹⁰ também enfatiza a importância do conceito de indústrias culturais para se pensar a produção de conhecimento sobre essas políticas. De acordo com ele, essa característica se deve ao impacto que tais indústrias possuem sobre o campo da cultura, inclusive a partir dos fenômenos midiáticos. Assim, o autor centraliza a literatura por meio dessas qualificações, no intuito de concatenar um sentido de definição sobre o tema para o desenvolvimento científico da área. É enfatizando essa mesma característica que, para Luciana Piazzon Lima, Pablo Ortellado e Valmir de Souza, o debate sobre as políticas culturais vem se consolidando, em nível teórico, na distinção do papel da democracia cultural enquanto elemento investigativo para a cultura de pesquisa na área.¹¹

Tais características passam a compor a compreensão sobre a literatura que tem sido indexada enquanto espaço de pesquisa em políticas culturais. Outros elementos também estruturam o debate: o dilema entre nacional

7 BARBALHO, Alexandre. *Por um conceito de políticas culturais*.

8 Ibid.

9 RUBIM, Antonio Albino Canela. *Enecult, dez anos*, p. 9-33.

10 BARBALHO, Alexandre. *Por um conceito de políticas culturais*.

11 LIMA, Luciana Piazzon; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir de. *O que são políticas culturais?*, p. 2. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-et-alii.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

e diversidade regional, no que tange aos problemas de identidade; a perspectiva sobre economias criativas como uma agenda de intervenções que consideram o impacto das indústrias culturais; e a noção de acesso aos bens simbólicos perante um cenário de democratização e desdemocratização.¹² Nesse sentido, a literatura de políticas culturais apresentaria, de acordo com essas sistematizações, tais características diluídas em múltiplas áreas dos saberes. Ainda sobre a área, Antonio Rubim apresenta a retomada da pauta cultural na gestão do então ministro da Cultura, o cantor Gilberto Gil (2003-2008), como elemento primordial para o aceleração das produções de contribuições para o campo.¹³ Adiciona também os estímulos internacionais, notoriamente a partir das agendas comprometidas em tematizar o problema das diversidades culturais como mote principal.

É também nesse contexto que surgem múltiplos eventos nacionais que intentam fornecer espaço para o diálogo entre os saberes envolvidos, citando aqui o Colóquio de Políticas Culturais: o Diálogo Indispensável – promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa – e os seminários produzidos pela parceria das secretarias de Diversidade Cultural e de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, sob o comando de Gil. A principal ênfase de contribuições para o campo recai, entretanto, no surgimento do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), nos Seminários Internacionais de Políticas Culturais, também da Fundação Casa de Rui Barbosa, e em toda a produção promovida pelo Itaú Cultural como norteadores do debate sobre políticas culturais no Brasil.¹⁴ Em termos de publicações que encabeçaram essa busca de sistematização e produção de identidade para o campo, algumas são citadas por Rubim: as pesquisas realizadas pela Casa de Rui Barbosa e as obras da Coleção Cult, com livros dedicados exclusivamente à temática. É nessa efervescência produtiva que surge a primeira Rede de Pesquisadores em Políticas Culturais (Redepcult). Como consequência, por fim, desse aceleração produtivo e com ares de uma agenda emergente de pesquisa, Antonio Rubim cita a eclosão de iniciativas promovidas na criação de, no mínimo, 20 cursos de graduação e pós-graduação sensíveis ao assunto.

12 Ibid., p. 11.

13 RUBIM, Antonio Albino Canela. Políticas culturais no Brasil, p. 59.

14 Ibid., p. 61.

A respeito do panorama dos estudos sobre a ciência, a reflexão acerca da produção do conhecimento científico tem centralizado o debate sobre a formação das principais agendas para o seu desenvolvimento enquanto campo de pesquisa. O ciclo de vida de certos temas nevrálgicos para distintas áreas de conhecimento desempenha, nesse sentido, fortes influências em como a ciência se configura enquanto processo social conectado aos problemas sociais de cada comunidade. A discussão orienta, inevitavelmente, para os processos de institucionalização de cada área de estudo, em nível tanto organizacional quanto epistemológico. É dizer que a capacidade de sistematização dos temas mais recorrentes em distintas áreas do conhecimento reflete, de certa maneira, na possibilidade que cada área possui de se estabelecer como domínio de conhecimento consolidado e nas suas estratégias de diferenciação e auto-observação.

Para Velcemiro Maia,¹⁵ existem dois campos longitudinais que importam para uma análise mais robusta sobre a consolidação das áreas de pesquisa e de suas agendas temáticas: 1) o científico, que se refere ao conjunto total de pesquisadores envolvidos em uma área, operando sob os modelos de coesão que formulam seu empreendimento coletivo; e 2) o organizacional, relacionado ao universo de docentes matriculados em programas de pós-graduação de cada área, empenhados em dar continuidade institucional, enquadramento epistemológico e fecundar novos pesquisadores para posteriores quadros ocupacionais. Para o autor, campo organizacional e campo científico se fundamentam a partir de dinâmicas tanto competitivas quanto colaborativas, tanto internamente quanto na interação entre eles. Ainda considera que as áreas de conhecimento acabam gerando diversos agrupamentos coletivos temáticos com contornos de especialização acadêmica, estruturando laços fortes de interação científica.

É a partir da ideia de laços que, por exemplo, a teoria das redes é utilizada para lançar mão de uma abordagem teórico-metodológica sobre interações sociais dessa natureza científica. As redes de interação organizam e distribuem capitais sociais internos aos seus agrupamentos, estabelecendo dinâmicas de obrigação, sanção, solidariedade e competição. No universo científico, elas não só produzem a institucionalização de grandes áreas do conhecimento, como norteiam as direções que suas instituições tomam,

15 MAIA, Velcemiro Inacio. *O campo da sociologia no Brasil*.

produzindo ramificações, aglutinações, separações em diferentes subcampos de pesquisa. Newman¹⁶ – um dos principais teóricos sobre redes científicas – afirma, por exemplo, que a produção de comunidades na ciência é amplamente influenciada pela interação a partir de marcadores específicos, como categorias sociodemográficas (região geográfica, por exemplo), e por outros aspectos, como socialização formativa e experiências de internacionalização. Essa perspectiva relacional do campo científico permite uma análise mais comunicativa sobre a produção de conhecimento, imprimindo aos seus atores variáveis de interação, sejam elas fracas ou fortes, que importam para sua sobrevivência acadêmico-científica.

Ao pensarmos em campo organizacional e científico, a ideia de que as áreas de conhecimento dependem dos possíveis arranjos das suas interações sociais permite o surgimento de uma pauta fecunda para pensarmos o problema da especialização do conhecimento, como no campo de políticas culturais. A possibilidade de produzir métricas de rede do campo científico, mais conhecida como cientometria, serve, portanto, como metodologia para construções críticas de indicadores da ciência, seja para aferir sua produtividade ou, até mesmo, sua estrutura organizacional.

Um dos exemplos de estudos sociológicos que se baseiam em dados cientométricos em escala internacional e que aborda as ciências sociais é o de Thomas Brisson e Koichi Tachikawa.¹⁷ Os autores procuram compreender a formação das principais agendas no campo de estudos sociais, tentando produzir um panorama dos pontos mais relevantes da área no Japão. Para alcançar tal objetivo, ambos passam a localizar quantitativamente traços temáticos, mais especificamente da sociologia, a partir de todas as publicações registradas na Associação Japonesa de Sociologia.

Os resultados demonstraram, por exemplo, a relevância que temas internos, como envelhecimento e juventude, assumem sobre o respectivo campo de investigação, junto com assuntos como gênero, pobreza e migração.¹⁸ Indicam também a relevância desses temas nas atividades de instituições de pesquisa na área e no estreitamento do seu debate com o campo de políticas públicas. Tais levantamentos suscitaram enriquecedoras argumentações sobre a importância da organização etária, não só para o campo científico, mas também como princípio organizador das próprias relações na sociedade japonesa.

16 NEWMAN, Mark. The structure and function of complex network.

17 BRISSON, Thomas; TACHIKAWA, Koichi. Current topics of social science research in Japan.

18 *Ibid.*, p. 3.

Em âmbito internacional, de acordo com o International Social Science Council em seu relatório de 2010 sobre as ciências sociais,¹⁹ o aceleramento das mudanças sociais impôs igual aceleramento da produção de teoria social, modificando estatutos e construindo novos modelos de conhecimento na área. Nesse contexto, as relações entre mundo social e mundo da investigação sociológica desafiam uma a outra continuamente. Não obstante, além do aumento do ritmo de produção das disciplinas sociais e da quantidade de especialistas formados nessas áreas, observa-se a transformação do mundo científico a partir de relações ainda mais complexas e difusas, tornando seu universo marcado por dinâmicas de competições e colaborações, nem sempre visíveis facilmente.²⁰ Pensar o campo de políticas culturais sob essas referências também se converte em um desafio sobre como compreender os padrões científicos contemporâneos.

DESENHO CIENTOMÉTRICO

A primeira etapa desta pesquisa foi a diagramação de um agrupamento de possíveis pesquisadores na área estudada. O recorte populacional teve como meta identificar uma rede de indexação de pesquisadores que, pelo menos alguma vez, estiveram em contato com a área de políticas culturais. Para apurar esse fenômeno, um extrator da plataforma Lattes desenvolvido pelo CGEE – o InsightNet – foi anexado ao *software* de diagramação de rede Gephi, que não só permite observar a incidência de termos de busca, mas também gerar o desenho de uma rede de pesquisadores com base em critérios de cálculos entre arestas de interação (expressas por relações entre as proximidades de pesquisadores por *similaridade semântica* em seu currículo Lattes e/ou coautoria).

Dos mais de 3.500.000 pesquisadores registrados em toda plataforma, foram procurados somente aqueles que dessem positivo no extrator nos seguintes termos de busca: “políticas públicas de cultura”, “política pública de cultura”, “políticas culturais”, “políticas culturais”, “política cultural”, política cultural”, “política de cultura”, “políticas de cultura”, “política de cultura” e “políticas de cultura”. O intuito era localizar os currículos que apresentavam esses conteúdos expressos em qualquer campo, lidos pelo algoritmo

19 INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL. *2010 world social science report knowledge divides*.

20 MAIA, Velcemiro Inacio. *O campo da sociologia no Brasil*.

processado pelo InsightNet. O argumento aventado aqui é de que, para se apurar pesquisadores na área, eles minimamente necessitam atribuir sentido a suas atividades científicas a partir dessas palavras. É verdade que muitos outros pesquisadores participam do campo sem necessariamente nominar esses termos em suas atividades. Entretanto, para os fins de uma dissertação que pudesse ser assertiva nas análises cientométricas, optou-se por selecionar os currículos que indexavam a área, por meio dos critérios de busca aqui apresentados. A extração foi realizada no dia 16 de dezembro de 2016.

Os resultados foram substantivos: encontraram-se cerca de 5.075 currículos que apresentavam esse conteúdo em suas indexações. Além de extraí-los para um banco de dados integrado, o InsightNet diagramou uma rede de pesquisadores, levando em consideração, como já evidenciado, suas similaridades semânticas e coautorias. A diagramação serviu para verificarmos que a área, nesse primeiro desenho, possuía muitos pesquisadores com baixíssima ou quase nula similaridade semântica (portanto, pouco conectados), assim como a presença de muitos pesquisadores (nós) soltos na rede, que, além de não se parecerem semanticamente, não desempenharam coautoria alguma (critérios usados para representar uma aresta, ou seja, uma relação).

Isso demonstrava que o universo de 5.075 pesquisadores não se configurava como uma rede interativa e que, muito provavelmente, o uso desses termos de busca era esparso e necessitava de mais recortes para resultar em melhor agrupamento científico. Decidiu-se, portanto, limpar esses currículos, no intuito de encontrar uma rede de pesquisadores que: 1) se parecessem semanticamente ou tivessem coautoria; 2) fossem produtivos; e 3) tivessem seus currículos atualizados recentemente. Esses critérios permitiriam que a rede fosse vista como atual, produtiva e interativa. Essas três características são importantes para imaginarmos um campo de pesquisa, uma vez que sua própria fundamentação depende dessas qualidades para sua descrição.

Isso significa que para uma rede ser qualificada enquanto agrupamento provável de pesquisadores, é necessário que ela conte com atualização/alimentação curricular dos seus membros, que atenda aos critérios de interatividade e que esteja produzindo contribuições científicas. Não há campo de pesquisa se não houver interação entre seus pesquisadores, assim como não há campo que não produza e tampouco que tenha desaparecido nos últimos anos. A partir dessas afirmações, novos cortes foram realizados. É importante ressaltar que esses novos cortes focaram, centralmente, apenas nas informações curriculares contidas nas produções bibliográficas revisadas

dos pesquisadores, isto é, que tenham passado por revisão de pares: capítulos de livro, artigos completos em periódicos e trabalhos publicados em anais (o que significa que outros campos de descrição, como a minibiografia, foram ignorados).

Nesse sentido, a lupa que localiza similaridade e coautoria será restrita, dessa vez, ao universo de produção revisada de cada autor. O motivo é dotar a busca de controle e rigor metodológico acerca da legitimidade dos pesquisadores da área, partindo do critério editorial (todas as três entradas possuem revisão por editores) como respaldo, dando apoio à ideia de uma rede produtiva e com técnicas de autocontrole. Dos 5.075 resultados, primeiramente foram retirados todos aqueles que não interagem com pelo menos outro pesquisador no recorte de produção revisada (interação interna à rede). Nas análises cientométricas, essa interação é expressa por um grau de conectividade, determinado por uma expressão matemática que leva em consideração a presença de similaridade semântica intracurrículos,²¹ bem como a quantidade de coautorias estabelecidas.

Assim, pesquisadores que possuíam grau zero de conectividade seriam aqueles que não se pareciam semanticamente com nenhum outro em sua produção revisada, que nunca foram coautores de forma endógena à rede ou, em último caso, com produção revisada inexistente. Ao retirarmos essa parcela, o número de pesquisadores foi para 3.788. Importante relatar que tais pesquisadores excluídos não necessariamente jamais foram coautores ou não se pareçam com nenhum pesquisador semanticamente em todo o universo Lattes. Na verdade, eles não interagiam internamente com aquele determinado grupo de pesquisadores de 5.075 currículos extraídos. Poderiam ser *outsiders* do campo aqui desenhado. Com o número menor de pesquisadores, ainda era necessário satisfazer o critério de produtividade da rede, bem como o de sua atualização. Priorizou-se, portanto, a seleção de pesquisadores que possuísem: a) mestrado concluído; ou que tivessem b) especializações concluídas (para amparar o crescimento da área por meio desse tipo de formação).

A defesa aventada aqui é de que nesses circuitos a produção científica passa não só a ser maior, mas também a qualidade de suas atividades passa

21 Estabeleceu-se como *cutoff* o limite decidido pelo CGEE de similaridade útil, ou seja, que represente as conexões entre currículos para além de uma similaridade basilar entre todos do universo. Em outras palavras, termos muito gerais, rotineiros em todos os currículos, foram colocados em uma lista de *stop-words* e ignorados. A regra de decisão do *cutoff* foi baseada no recurso da lei de potência.

por uma avaliação mais exigente pelos seus pares. As análises de editores em publicações e, até mesmo em congressos especializados, passam a exigir maior controle científico de tais trabalhos, influenciando a rede não só a produzir mais, como a produzir com maior qualidade científica. Dessa forma, uma seleção que levasse em consideração só mestres, especializados e doutores/doutorandos fortaleceria a ideia de uma rede produtiva na área. Com tais exclusões, a população caiu para 3.543 pesquisadores. Assim, a rede satisfazia os critérios de produtividade e interatividade.

Ainda seria necessário excluir currículos desatualizados para que a rede fosse considerada atual perante o cenário científico. Estabeleceu-se o ano de 2007 como ano-base para considerarmos a autoatualização do Lattes como critério de tempo. O ano foi escolhido porque é a partir desse momento que se observa um *boom* de produção de teses e dissertações indexadas para o tema.²² Assim, todos os currículos que não foram atualizados desde 2007 foram excluídos da população. O total de cortes foi de 41 currículos Lattes. Dessa forma, atendendo a todos os critérios, a população se resumiu ao número expressivo de 3.502 currículos no campo de pesquisa aqui analisado. É dizer, portanto, que existe um número considerável de possíveis pesquisadores em políticas culturais, considerando que, além de terem indexado em suas informações curriculares ao menos uma vez algum dos termos de busca estabelecidos, também são currículos produtivos, atuais e interativos (referente às suas produções revisadas) dentro do corpo total de pesquisadores.

Por meio desses cortes diagramou-se um primeiro grupo populacional de pesquisadores envolvidos na temática de políticas culturais, com o número expressivo de 3.502 sujeitos. Esses pesquisadores possuem como marca a indexação por descrição curricular, positiva para os termos de busca no Lattes de forma geral, dos termos específicos da área de políticas culturais. As similaridades semânticas e coautorias foram capturadas a partir da produção revisada entre os seus integrantes. Importante, novamente, ressaltar que tais pesquisadores podem apresentar níveis distintos de dedicação à área. De qualquer maneira, é um número muito mais seguro para determinação de relações cientométricas, quando comparado aos critérios de preenchimento de área de atuação e linha de pesquisa no Lattes, que tendem a comprometer o desenho multidisciplinar de áreas.

22 CALABRE, Lia. Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil.

A partir dessa metodologia de indexação, esses investigadores apresentam chances de se envolver na área, uma vez que utilizam seus termos para nomear suas informações acadêmicas. Porém, ainda é possível demarcar melhor esse grupo com mais um corte de definição populacional. A diferença entre termos de busca e palavras-chave se torna primordial para o desenho metodológico. Enquanto os conteúdos positivos aos termos de busca representam formas gerais e livres de indexar informações curriculares, as palavras-chave tentam sintetizar e catalogar significados de produções científicas, instrumentalizando sentidos de sistematização textual. Portanto, a indexação de *keywords* (palavras-chave) é considerada mais forte que a indexação via termos de busca, uma vez que ela se volta para a forma como os autores sistematizam e auto-observam o conteúdo textual de suas produções, para além de descrever suas atividades curriculares. A plataforma Lattes permite indexações dessa natureza para cada produção revisada que for registrada nos currículos da base.

Com base nisso, o próximo corte se refere à seguinte pergunta: quais desses 3.502 pesquisadores indexaram de modo autodeclarado em suas atividades científicas revisadas, nos campos específicos do Lattes para isso, como *keywords* as mesmas palavras importantes no campo, a saber, “política(s) de cultura”, “política(s) culturais” e “política(s) pública(s) de cultura”? O que importa fundamentalmente nesse recorte, portanto, são os pesquisadores que escolheram e atribuíram as ditas palavras-chave como gatilhos para dar acesso às suas produções científicas. Para dotar de rigor científico o corte, é necessário estabelecer como essencial que somente as *keywords* autodeclaradas para atribuir significado a artigos publicados em periódicos, capítulos de livros ou livros publicados e trabalhos apresentados em anais científicos devem ser consideradas, uma vez que essas produções perpassam por ampla e densa avaliação editorial, tornando o material periciado cientificamente. Adiciona-se que esse arranjo impede possíveis *outsiders* de comporem a rede, no caso de alguém ter indexado o termo apenas em uma banca, por exemplo. Também ficam excluídas, por exemplo, *keywords* utilizadas para dotar de significado resumos publicados em anais e outros materiais científicos de formação acadêmica, como teses, dissertações e pareceres.

Assim, esse corte foi atribuído à demarcação populacional com a finalidade de descobrir não só possíveis pesquisadores na área, mas os prováveis também. A ideia era produzir mais um escalonamento. Isso implica

dizer que as chances de um pesquisador fazer parte desse campo ao indexar uma das palavras-chave primordiais à área nos espaços delimitados pelo Lattes, com caráter de publicação revisada, são maiores que um pesquisador que a usa tão somente como marcador de conteúdo descritivo das suas informações curriculares de forma generalizada. Com essa metodologia, o número de investigadores caiu de 3.502 para 556.

Esses pesquisadores representam a malha de acadêmicos encontrada pelos mecanismos de indexação aqui trabalhados, formando o segundo escalonamento – logo, a segunda rede. Podemos entendê-la como uma sub-rede, uma vez que está contida na rede do primeiro escalonamento. Assim, é possível diferenciar os dois grupos populacionais: um primeiro, de possíveis pesquisadores em políticas culturais, com 3.502 pesquisadores e um segundo, interno ao primeiro, de prováveis pesquisadores em políticas culturais, com 556 investigadores.

A ideia, portanto, consistiu em demarcar dois grupos populacionais que pudessem respeitar a possível multidisciplinaridade na área, uma vez que isso não implica um corte estritamente por domínio de atuação ou linha de pesquisa. Permite, portanto, que esse campo possa conter distintos pesquisadores, de diferentes áreas, que em algum momento de sua trajetória estiveram envolvidos com a temática analisada aqui. Significa também dizer que o recorte populacional busca dialogar com as literaturas nacional e internacional, que constata a multidisciplinaridade e a juventude como características centrais do campo.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO CIENTÍFICO
CONTEMPORÂNEO NO CENÁRIO BRASILEIRO:
A CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS DE PESQUISA

Após a extração das informações curriculares desses pesquisadores, também foi elaborado um *ranking* de palavras-chave usadas pelos que compõem a rede de 556 investigadores. O levantamento se deteve somente sobre as palavras usadas nas indexações de publicações revisadas por pares de todos os integrantes, por recorrência e por número de pesquisadores que a usaram. O *ranking* permite a observação, em uma escala sincrônica, de quais palavras efetivamente são as mais acionadas pelos pesquisadores da rede de prováveis atuantes na área.

Figura 1 – Tabela sincrônica de *keywords* para os 556 pesquisadores

PALAVRA-CHAVE EM PUBLICAÇÃO GERAL DOS 556 PESQUISADORES	QUANTIDADE DE VEZES USADAS EM TODO PERÍODO LATTES PARA ESSA POPULAÇÃO	QUANTIDADE DE PESQUISADORES QUE A USARAM
Política cultural	748	293
Políticas culturais	568	232
Cultura	903	220
Políticas públicas	520	135
Educação	405	110
Memória	384	99
Identidade	292	91
Cidadania	285	82
Cinema	263	77
História	168	70
Comunicação	539	68
Brasil	200	65
Política	195	64
Cultura popular	269	63
Patrimônio cultural	268	57
Literatura	153	56
Cidade	145	56
Arte	173	55
Pesquisa	90	50
Gênero	146	48
Globalização	116	48
Democracia	237	47
Mídia	200	44
Turismo	122	42
Antropologia	180	41
Fotografia	129	41
Patrimônio	112	41
Modernidade	92	41
Identidade cultural	143	40
Desenvolvimento	75	40
Movimentos sociais	154	39
Corpo	189	38
Trabalho	79	37
Estado	134	36
Diversidade cultural	126	36
Teatro	85	35
Museu	129	33
Rio de Janeiro	145	32
Imagem	74	32

Fonte: elaborado pelo autor.

Uma ponderação importante para a análise da Figura 1 é que as principais palavras que aparecem nela representam os usos semânticos mais gerais, o que pode nublar outras palavras-chaves mais intraespecíficas da rede como um todo. De qualquer maneira, é interessante a presença da indexação para “políticas públicas”, “identidade”, “educação”, “cidadania”, “cinema” e “patrimônio”, tanto pela quantidade de vezes que foram utilizadas quanto pelo número de pesquisadores as usaram. Algumas reflexões podem encaixar a leitura desses resultados: a importância das políticas públicas como eixo de análise das políticas culturais, a importância do cinema para os estudos no tema enquanto linguagem artística, entre outros aspectos. Destaca-se também a presença dos estudos que se enquadravam como de “memória” e “cultura popular”. A Figura 1 também revela que certas palavras, apesar de terem sido usadas relativamente por menos pesquisadores, eram bastante usadas por aqueles que a escolhiam, como é o caso de “comunicação”.

Outra questão é premente: conforme já evidenciado, os termos “políticas culturais” e “política cultural” são resultados induzidos metodologicamente. Foram utilizados como critério de recorte, junto com as palavras “políticas de cultura” e “políticas públicas de cultura” (bem como seus singulares). Todos os investigadores, para compor a rede de prováveis pesquisadores, tinham que ter feito ao menos um uso dessas *keywords*. É por conta disso que o somatório dos pesquisadores que as utilizaram tem de ser idêntico a 556. Na Figura 1, vemos que “política cultural” aparece com 293 indexantes e “políticas culturais”, com 232. O somatório é igual a 525. O que falta para fechar 556 representa os outros pesquisadores que, de forma residual, indexaram as demais palavras de controle (política(s) de cultura e política(s) pública(s) de cultura).

Scott Frickel,²³ autor estadunidense sobre a sociologia da ciência, define o termo *social intellectual movements* como o fenômeno que abarca as iniciativas por ação coletiva, do campo científico, responsáveis pela produção de novas áreas de pesquisa. Para ele, esses movimentos buscam alcançar legitimidade pelas comunidades de avaliação por meio de técnicas de sistematização de semânticas, temas e métodos, apresentando alguma novidade intelectual como defesa epistemológica. Ao pensarmos sobre o campo de políticas culturais, é possível compreendermos a agenda cultural com sua dimensão de aplicação política como importante balizadora semântica dos temas que surgem em suas publicações. Os termos como “patrimônio”, “desenvolvimento”,

23 FRICKEL, Scott. A general theory of scientific/intellectual movements.

“turismo” e “cidadania” parecem sugerir este cenário, uma vez que são também objetos consagrados historicamente enquanto ação política.

O exercício proposto pelo desenho da Figura 1 permite uma quantificação semântica dos termos envolvidos em alguma literatura tematizada, abrindo uma agenda para investigações sobre as dinâmicas da produção do conhecimento científico.

LOCALIZANDO A PUBLICAÇÃO CORRENTE SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS NO LATTES

Levando em consideração que os integrantes da rede de 556 pesquisadores podem apresentar diferentes dedicações ao tema e que essas dedicações são mobilizadas por distintas áreas do saber, é possível que exista uma produção para esses estudiosos muito mais ampla que a específica de políticas culturais. O pressuposto é fundamental: ao voltarmos nossos olhos apenas para a população de 556 pesquisadores prováveis, é importante notarmos que, de toda a sua publicação geral, provavelmente exista uma mais específica sobre políticas culturais. Encontrá-la, entretanto, não é tarefa fácil.

Foi elaborado, portanto, um quadro de palavras-chave, mais amplo do que o usado previamente, para encontrar publicações que possam estar envolvidas com o tema de políticas culturais. O intuito foi observar quantos artigos apresentavam, pelo menos uma vez, um dos termos mais recorrentes do campo de pesquisa enquanto palavra-chave, para além dos termos que dão nome a ele.

Quadro 1 – Conjunto de palavras-chave

Critério de delineamento das publicações	Palavras de controle	Palavras de dinamização
Definição	Conjunto de <i>keywords</i> que são nucleares à definição da área de pesquisa em políticas culturais	Conjunto de <i>keywords</i> que são associadas e correntes aos sentidos da área de políticas culturais
Conjunto de palavras-chave	Políticas(s) cultural(is) Política(s) de cultura Política(s) pública(s) de cultura	Identidade cultural Patrimônio (cultural) Patrimônio imaterial Indústria cultural Direitos culturais Diversidade (cultural) Mediação cultural

Fonte: elaborado pelo autor.

Dois conjuntos de palavras foram eleitos para o teste: 1) um conjunto de termos de controle usado para definição populacional; e 2) um conjunto de termos adicionados para ampliação do escopo inicial de temas (a população se mantém a mesma):

QUANTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS COMPLETOS ACEITOS EM PERIÓDICOS

Para identificar a quantidade de artigos indexados pelos conjuntos de palavras-chave de controle e/ou de dinamização publicados em periódicos, foram extraídas publicações que atingiam o limite de 16 artigos por pesquisador. Isso quer dizer que foram contabilizados até o décimo sexto artigo indexado de cada pesquisador. A razão desse recorte é que, na medida em que um pesquisador apresenta mais de 16 artigos indexados, há mais capilares e, portanto, mais difícil fica a contagem total de publicações por essa entrada.

O recorte limítrofe foi realizado para dar à pesquisa agilidade na sua metodologia de contagem volumétrica de artigos em periódicos e para retirar possíveis publicações desviantes do padrão das análises pretendidas, uma vez que autores com mais de 17 artigos costumam ser um *não padrão* quando se compara a quantidade de produções por autor. Para fins de esclarecimento, somente quatro pesquisadores possuíam mais de 16 artigos indexados na rede provável.

Foram detectados 663 artigos indexados em periódicos pelos conjuntos de palavras-chaves em todo o período no Lattes, fornecendo um bom panorama de publicações na área. A data de publicação do artigo segue a organização básica do sistema: para que artigos sejam indexados e, inclusive, registrados na base, que datam de antes da sua criação enquanto plataforma (antes do final da década de 1990), compete ao autor de cada currículo fazer o trabalho de memória do artigo e descrevê-lo no seu currículo Lattes.

Assim, todo registro de obra anterior aos anos 1990 é contingente e bastante flutuante de pesquisador para pesquisador, sendo por isso de baixíssima expressão quantitativa. Da rede provável de 556 pesquisadores, o número de autores publicantes com esses termos enquanto palavras-chave em periódicos é de 304, correspondendo a quase 54% da rede total de prováveis pesquisadores. Desses 304 autores, apenas 123 possuem *mais de um artigo indexado* em periódicos.

Considerando que o levantamento do *software* demonstrou 304 publicantes em periódicos e um universo de 663 artigos, ressaltando que apenas

123 pesquisadores possuem mais de uma contribuição, a subtração de 123 em 304 será o valor absoluto da quantidade de pesquisadores que apresentam uma contribuição solo na área – ou seja, 181 pesquisadores, o que corresponde a 59,5% da rede de publicantes. Mais adiante, outras questões serão apresentadas em torno da população que publica mais de uma contribuição em periódicos, sendo 123 pesquisadores, correspondentes a 22,1% da rede de prováveis estudiosos em políticas culturais.

No que tange à distribuição por década de artigos indexados, seguem os resultados:

Tabela 1 – Distribuição de artigos indexados em periódicos por década

Década	Quantidade de artigos indexados	Média de artigos indexados publicados em periódicos por ano para sua década correspondente
1970	3	0,3 por ano/10 anos
1980	19	1,9 por ano/10 anos
1990	110	11 por ano/10 anos
2000	263	26,3 por ano/10 anos
2010	259	43,2 por ano/6 anos

Fonte: elaborado pelo autor.

Para interpretar a Tabela 1, alguns cuidados são necessários. A distribuição observada se baseia nos artigos indexados pela metodologia apresentada, disponível na Figura 1, e não necessariamente representa a totalidade isomórfica de artigos sobre a área de políticas culturais. Provavelmente são ainda mais artigos que apresentam semelhança de tema entre seus conteúdos e que se dedicam à área de políticas culturais, mas não apresentam os indexadores aqui selecionados para uso metodológico. Assim, a Tabela 1 representa mais um termômetro a partir de específicas técnicas de coleta, baseadas em uma metodologia de alta probabilidade de agrupamento. Dessa forma, pode-se sugerir que a distribuição representa um possível retrato (de muitos outros) quantificado do campo de pesquisa e que também reflete o aumento de periódicos receptivos à área.

Como já expressado, os artigos indexados antes do final da década de 1990 foram realizados fora do tempo de existência da própria plataforma Lattes, sendo, portanto, os seus registros uma métrica pouco precisa da real quantidade de trabalhos indexados à época. Apesar disso, a distribuição apresentada mostra com clareza um movimento de alargamento

do campo de forma contínua, trazendo a expectativa de que até o final da década de 2010, em 2020, se tenha um número de 432 artigos para o período, levando em consideração o ritmo que artigos indexados são apresentados nos anos passados.

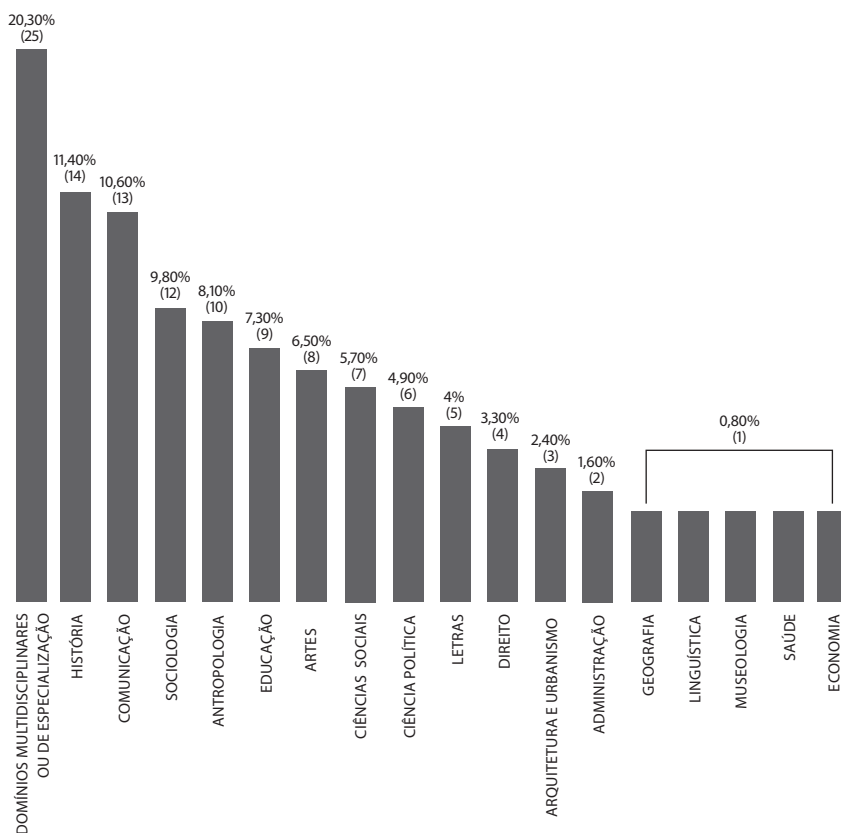
Importante ressaltar que a quantidade de artigos publicados pelos 123 pesquisadores que possuem mais de uma contribuição indexada em periódicos pode sugerir certa concentração de contribuições por uma elite publicante no referido campo de pesquisa. Como já evidenciando, o número de pesquisadores com uma única publicação indexada em periódicos é de 181. Se este valor for diminuído do total de 663 artigos, o resultado será a quantidade total de artigos indexados publicados em periódicos por pesquisadores com contribuições maiores do que um artigo indexado: 482 artigos, correspondendo a 72,6% do total de artigos indexados em periódicos. É dizer, portanto, que 22% da rede de prováveis pesquisadores em políticas culturais concentra mais de 70% dos artigos indexados recolhidos pela metodologia apontada no começo do capítulo. Será nesse agrupamento menor, de 123 pesquisadores, que repousaremos a última análise estatística deste artigo, a ver: a distribuição dos pesquisadores por área da última titulação.

A análise proposta pela Tabela 1 permite o delineamento de elites publicantes em distintas áreas emergentes e aferir seu crescimento ao longo das décadas. Tais informações auxiliam na identificação das dinâmicas que podem sugerir aproximações entre a geração de saberes sociais e o conhecimento científico, apontando para uma possível “janela de contato/irritação” entre a realidade social de determinado período e o conjunto de atividades científicas temáticas que se expandiram concomitantemente. O grande avanço da literatura de políticas culturais na década de 2010 pode vir a se correlacionar com uma maior demanda por estudos dessa ordem ou uma maior resposta às demandas da década anterior, o que merece maior aprofundamento teórico e empírico.

ÁREA DE CONHECIMENTO DA ÚLTIMA TITULAÇÃO

O intuito aqui era fotografar a última área de titulação para a rede de concentração referida anteriormente, composta pelos 123 pesquisadores mais publicantes. Busca-se imaginar quais seriam essas áreas de saber confluentes na produção de conhecimento de políticas culturais no Brasil. Observá-las, nesse recorte, pode ilustrar como essas disciplinas participam em escalas maiores de pesquisa no tema.

Figura 2 – Área de última titulação dos 123 pesquisadores



Fonte: elaborado pelo autor.

Importante sinalizar que, especificamente, para apurar área de artes, definiu-se teatro, cinema, dança e artes visuais como componentes desse campo maior. Dito isso, os resultados apontam que: a) os pesquisadores se distribuem em distintas áreas de pesquisa, ressaltando sua multidisciplinaridade; e b) a maior parcela deles advém de doutorados (ou mestrados ou especializações) de domínio multidisciplinar ou de saberes específicos. Isso quer dizer que 25 pesquisadores tiveram sua última titulação ou em áreas não tradicionais do saber (com ênfase multidisciplinar) ou em áreas especializadas de conhecimento (como semiologia), que eram programas de estudo ainda mais setorizados do que a sua grande área. Em segundo lugar, observa-se a presença de história e em terceiro, de comunicação. Cabe ressaltar que se optou por permanecer a categoria de ciências sociais

enquanto um agrupamento, uma vez que não era possível, para essa variável, distribuí-la em antropologia ou sociologia ou em ambos.

O desenho multidisciplinar ressalta a confecção de uma rede semântica de pesquisadores que inspira novas ponderações sobre o padrão científico contemporâneo, notadamente, das áreas emergentes: a possibilidade de uma disposição cada vez menos monodisciplinar e o surgimento de interações, mesmo que ainda não formais e concretas, de preocupações científicas próximas por diferentes literaturas de saberes. Apesar desse estudo ser voltado apenas para a área de políticas culturais, os resultados permitem uma reflexão mais profunda sobre a noção de especialização do conhecimento. Peter Haas²⁴ caracteriza a possibilidade de imaginarmos a produção de comunidades epistêmicas enquanto categoria útil de análise.

De acordo com o autor, essa categoria permitiria que compreendêssemos a especialização como a forma de produção de uma rede de profissionais com reconhecida competência em uma esfera específica, que possuiria certa autonomia acerca de determinado conhecimento. Apesar de as comunidades permitirem a presença de atores com trajetórias tanto acadêmicas quanto não acadêmicas, elas possuem um conjunto institucionalizado e normativo de crenças em princípios que providencia certa razão de direcionamento prático, compartilha noções de validade e crenças causais que são, intersubjetivamente, critérios internos definidos para pesagem e validação do conhecimento e, por fim, participa de um mesmo empreendimento político comum. Cabe também dizer que esses empreendimentos podem assumir formato de promoção de políticas públicas, principalmente quando seu direcionamento é permeado pela aplicabilidade de suas investigações.

Para Peter Haas,²⁵ o que as fundamenta é, em primeira ordem, a crença na veracidade e na aplicabilidade de métodos e técnicas e na produção de um estilo de pensamento convergente. A produção de um nicho linguístico também é considerada como elemento importante desse processo. No que tange à área de políticas culturais, a formação semântica multidisciplinar pelo critério linguístico permite antever a formação de um nicho temático com afinidade entre áreas, porém, a sua demarcação em uma “comunidade epistêmica” necessita de mais variáveis para seu delineamento acurado. Em outras palavras, a disposição semântica em rede pode sugerir a produção de uma comunidade, mas não a comprovar.

24 HAAS, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination.

25 Ibid.

Essa leitura aponta para uma possível interpretação mais congregadora da especialização do conhecimento, tomando-a como um conjunto de fundamentação de parcerias entre pesquisadores, imprimindo, assim, uma organização coletiva diante de algum conjunto de conhecimento. Em sua conceituação, Peter Haas define a comunidade epistêmica como “*redes de profesionales de reconocida experiencia y competencia en un dominio particular del conocimiento, que reclaman autoridad en ese ámbito o área temática, a partir de creencias y objetivos políticos compartidos*”.²⁶ Nesse sentido, além de ser um conceito que se direciona para além do universo científico, contemplando outros setores de conhecimento na vida social, a noção de comunidade epistêmica tem como pressuposto a demanda por autoridade em um tema de especialidade a partir da chave da competência. Desse conceito, é possível desenhar o problema da divisão do trabalho intelectual como uma questão de socialização, conversão e formação de um agrupamento identitário, que perpassa pela esfera da legitimidade e do reconhecimento.

Assim, o desafio de compreender quando um arranjo semântico provável se converte em comunidade epistêmica – como na área de políticas culturais – é o cerne investigativo da natureza desta proposta teórico-metodológica, sendo, portanto, explicitado como um problema de pesquisa com pouca literatura disponível. Vale investigar quando e como que os arranjos multidisciplinares, que se diluem em diferentes ordenamentos do campo científico, produzem coalizão para a consolidação de uma área emergente, dotada de recursos e organicidade própria. Sugere-se como rendimento analítico compreender as estratégias de mudança social no campo científico, associadas às variáveis de ação coletiva e de estabilidade institucional, retomando o conceito de *scientific intellectual movement* apresentado anteriormente.

Este artigo tem como horizonte concatenar métodos cientométricos com questões caras à sociologia da ciência e do conhecimento, visando avançar no recente campo da sociologia da governança científica. Assim, sugere-se que a observação das interações nessas novas áreas de pesquisa pode evidenciar seus princípios ordenadores, agregando um conhecimento maior sobre as dinâmicas sociais envolvidas com a produção de suas possíveis comunidades epistêmicas.

26 Ibid., p. 3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBALHO, Alexandre. Por um conceito de política cultural. In: _____. *Textos nômades: política, cultura e mídia*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.
- _____. O papel da política e da cultura nas cidades contemporâneas. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, p. 1-3, 2009.
- _____. Políticas culturais no Brasil: primórdios (1500-1930). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. *Anais...* Salvador: Ufba, 2009.
- _____. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.
- BRISSON, Thomas; TACHIKAWA, Koichi. Current topics of social science research in Japan. In: INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL. *2010 world social science report knowledge divides*. Paris: ISSC, 2010.
- BRITO, Aline Grasielle Cardoso de; QUONIAM, Luc; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. Exploração da Plataforma Lattes por assunto: proposta de metodologia. *TransInformação*, Campinas, p. 77-86, jan.-abr. 2016.
- CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 1., 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: Ufba, 2005.
- _____. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: Ufba, 2007.
- _____. Políticas culturais no governo militar: o Conselho Federal de Cultura. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO – IDENTIDADES, 13., Rio de Janeiro, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpuh, 2008.
- _____. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo entre Brasil, Argentina, México e Colômbia. *Escritos*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 7, p. 323-345, 2014.
- _____. Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências. *Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura*, Niterói, ano 4, n. 7, p. 109-129, set. 2014.
- _____. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: RUBIM, Antonio Albino Canela; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: Edufba, 2015. (Coleção Cult).
- CAPES. Ver COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Tabela de áreas do conhecimento*. Brasília: Capes, 2012.

FRICKEL, Scott. A general theory of scientific/intellectual movements. *American Sociological Review*, Washington, v. 70, n. 2, p. 204-232, 2005.

HAAS, Ernst B. *Scientists and world order: the uses of technical knowledge in international organizations*. Berkeley: University of California Press, 1978.

HAAS, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, Cambridge, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL. *2010 world social science report knowledge divides*. Paris: ISSC, 2010.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir de. *O que são políticas culturais?: uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura*. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-et-alii.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da infometria e da cienciométrica e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio-ago. 1998.

MAGALHÃES, Jorge L. et al. Extração e tratamento de dados na base Lattes para identificação de core competencies em dengue. *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 3, p. 30-54, 2014.

MAIA, Velcimiro Inacio. *O campo da sociologia no Brasil: a estrutura relacional e os condicionantes do isomorfismo institucional*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MENA-CHALCO, Jesús P.; DIGIAMPIETRI, Luciano A.; CESAR JUNIOR, Roberto M. Caracterizando as redes de coautoria de currículos Lattes. In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING, 1., 2012, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2012.

MICELI, Sergio (Org.). *A história das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Revistas dos Tribunais, 1989.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (Org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NEWMAN, Mark. The structure and function of complex networks. *Siam Review*, Philadelphia, v. 45, p. 167-256, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa social: introdução às suas técnicas*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

PINTO, Leonardo Araújo. Cientometria: é possível avaliar qualidade da pesquisa científica? *Scientia Medica*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 64-65, 2008.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa; CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Capes, 1955. (Série Estudos e Ensaios, n. 6).

RECUERO, Raquel. Métricas de centralidade e conversações em redes sociais na internet: desvelando estratégias nos debates presidenciais de 2014. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 8., 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ESPM-SP, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canela. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canela; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

_____. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, Antonio Albino Canela; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: Edufba, 2015. (Coleção Cult).

RUBIM, Linda; SOUZA, Delmira de; VIEIRA, Mariella. ENECULT, dez anos: balanço, trajetórias e resultados. In: RUBIM, Linda; SOUZA, Delmira de; VIEIRA, Mariella (Org.). *Enecult 10 anos*. Salvador: Edufba, 2014. (Coleção Cult).

SCARPA, Alice Duarte. *Técnicas de processamento de linguagem natural aplicadas às ciências sociais*. 2014. Dissertação (Mestrado em Matemática Aplicada) – Escola de Matemática Aplicada, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

SIMMEL, Georg. O campo da sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros no acervo da biblioteca nacional, 1945-1966*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

Escritos sobre políticas patrimoniais e a área de história: um balanço preliminar sobre produções intelectuais

Vivian Fonseca¹

Nos últimos anos, assistimos à multiplicação de reportagens, articulações de coletivos, movimentos sociais, falas de autoridades, entre outras esferas, nas quais os patrimônios históricos e culturais passaram a ser pauta frequente. Entre elas, notícias sobre novos reconhecimentos patrimoniais em âmbitos local, nacional e internacional.² Há ainda coletivos e movimentos sociais que, via demanda de reconhecimento patrimonial, buscam acesso a direitos, os mais variados, como à cidade, à memória e à propriedade.

A título de ilustração, podemos citar o caso das disputas em torno do Cais José Estelita, no Recife, capital do estado de Pernambuco. Entre os vários argumentos que coletivos, associações e militantes apontavam para impedir seu desmonte, que visava à construção de condomínios residenciais de luxo, havia a prerrogativa de que aquela área se colocava como um patrimônio da cidade.³ Essa linha embasou a solicitação de patrimonialização enviada ao Ministério

-
- 1 Coordenadora do Programa de História Oral e pesquisadora da Escola de Ciências Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), *campus* Maracanã. Pesquisadora associada à Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: vivianluizfonseca@gmail.com.
 - 2 Recentemente, diversas reportagens foram publicadas por canais de comunicação variados a respeito da titulação da literatura de cordel como patrimônio cultural do Brasil em setembro de 2018. Entre eles, destacamos reportagens do periódico *Folha de São Paulo* e do canal *G1*, ambas de 19 de setembro de 2018. Em julho de 2017, o Cais do Valongo, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, tornou-se o 21º sítio brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Sobre ele, percebemos uma série de matérias, como as dos jornais *El País* (9 de julho de 2017) e *O Dia* (23 de novembro de 2018).
 - 3 NÓBREGA, Maria de Lurdes; TRINDADE, Isabella Leite; CÂMARA, Andrea Dornelas. O cais onde o patrimônio atraca: o Cais José Estelita como parte integrante da paisagem cultural do Recife.

da Cultura e ao seu órgão voltado para o tema, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que em 2016 negou o pedido.⁴

Em finais de 2016, um escândalo político envolvendo os então ministros do governo Michel Temer (2016-2018), Marcelo Calero e Geddel Vieira Lima, teve como eixo central normas técnicas do Iphan referentes à liberação de construções em área de bens culturais tombados. Calero, titular do Ministério da Cultura, pediu demissão do governo alegando que Geddel, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, o havia pressionado para que ele interferisse no Iphan a fim de liberar uma obra em Salvador/BA para construção de imóvel residencial no qual Geddel Vieira Lima possuía um apartamento. O órgão federal do patrimônio havia embargado a obra e determinado adequação do projeto de construção do imóvel, alegando que a proposta original, de cerca de 30 andares, comprometia a visibilidade de bens tombados naquela região da cidade.⁵

Mais recentemente, em função do trágico incêndio ocorrido em 2 de setembro de 2018 no Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, multiplicaram-se as reportagens em jornais e magazines no Brasil e no exterior sobre a situação de preservação de museus e demais conjuntos patrimoniais no país. Ainda, diversas matérias de periódicos brasileiros procuraram debater como a pauta da cultura e, mais especificamente, do patrimônio aparecia (ou não) nas propostas dos principais presidenciáveis do país durante a campanha política de 2018.⁶

Esses são apenas breves exemplos de como a agenda do patrimônio tem permeado debates políticos e sociais no Brasil contemporâneo. No âmbito acadêmico, a temática também se faz presente com bastante vigor. Pode-se perceber o aumento expressivo de conferências, congressos,

4 Apesar de ter arquivado o pedido de tombamento, havia, até finais de 2017, uma pendência ligada à área do Iphan relativa ao Serviço de Arqueologia. Essa questão vem sendo noticiada por vários veículos de comunicação, como no caso da notícia “TRF5 não encontra motivos legais para impedir a construção de prédios no Cais José Estelita, no Recife”. Para coluna sobre o movimento Ocupe Estelita, ver NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha; TRINDADE, Isabella Leite; CÂMARA, Andrea Dornelas Câmara. #resisteestelita – pelo direito a preservação do cais.

5 A questão foi objeto de reportagens variadas. A título de ilustração, ver AGÊNCIA BRASIL. Geddel vira réu por improbidade administrativa no caso Calero; CURY, Teo. Geddel vira réu por pressão a Calero para liberar obra milionária; ESTADÃO CONTEÚDO. Geddel vira réu por pressionar Calero a liberar obra em Salvador; NERY, Natuza; GAMA, Paulo. Fora do governo, Calero acusa Geddel de pressioná-lo para liberar obra.

6 Entre as várias reportagens, como exemplo, citamos a publicada no canal *GI* (SOTO, Cesar. Propostas das campanhas dos presidenciáveis para a cultura: museus).

pesquisas de pós-graduação e publicações sobre o tema. Conforme argumenta José Reginaldo Gonçalves, esse cenário demonstra a relevância do patrimônio “nas políticas públicas e no cotidiano de diversos segmentos sociais”⁷ nas últimas décadas. Mais ainda, o antropólogo pondera sobre o porquê de as sociedades contemporâneas se mostrarem “tão sensibilizadas pelas palavras ‘patrimônio’ e ‘memória’ e tão obcecadas pelas ações de proteção e preservação de seus ‘bens culturais’”.⁸ A questão de ouro vem sendo objeto de vários pesquisadores que têm se proposto a refletir sobre a presença alargada da categoria patrimônio em nosso cotidiano.

Como bem observa Gonçalves,⁹ com a ampliação do conceito de patrimônio operada nos últimos anos, diversos grupos sociais, antes alijados do reconhecimento patrimonial, passaram a demandar do Estado reconhecimento de seus bens, pois, em última instância, significaria “lutar pela própria existência”. Fonseca¹⁰ argumenta que o patrimônio tem se colocado, nos últimos anos, como estratégia discursiva de segmentos sociais notadamente minoritários na luta por direitos como moradia, aposentadoria, acesso à terra e à cidade, entre outros, além de demandar do Estado brasileiro apoio financeiro, político e social para manutenção de seus bens culturais. Nessa chave, Gonçalves aponta que:

A partir dos anos 1980, o tema invadiu a agenda de diversos movimentos sociais. Se até aquela década, ao menos no contexto brasileiro, as discussões sobre o patrimônio restringiam-se à esfera do Estado e dos intelectuais que dirigiam as agências de preservação histórica, a partir de então o tema difundiu-se pela sociedade civil, sendo reinterpretado e utilizado por grupos e associações civis como um instrumento de luta política. A noção de “identidade” desempenha nesses processos um papel crucial.¹¹

Essa dimensão política se dá em paralelo à mudança no âmbito da categoria de patrimônio operada pelas políticas públicas. Aos imóveis, monumentos, estátuas, ou seja, aos bens de natureza material, vieram se somar os patrimônios imateriais. Em suma, no Brasil, até o final da década

7 GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio, p. 212.

8 Ibid.

9 Ibid., p. 213.

10 FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio cultural imaterial inscrito nas Listas da Convenção de 2003 da Unesco.

11 GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio, p. 213.

de 1990, as políticas de patrimônio estavam voltadas para a preservação de bens materiais, deixando à margem diversas outras expressões oriundas da cultura popular que não se enquadravam no tipo de proteção possível naquele momento, o tombamento. Nessa mesma década, os debates mais aprofundados acerca das manifestações que poderiam ser entendidas como patrimônios levaram à publicação do decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000,¹² que instituiu o registro como instrumento de preservação de bens culturais imateriais. Via de regra, os patrimônios imateriais são identificados com manifestações da cultura popular, antes preteridas das políticas de patrimônio. Nesse sentido, seriam salvaguardados bens associados a ofícios, modos de fazer e celebrações, entre outros.

Os debates sobre as diferentes categorias e conceitos patrimoniais são extensos e têm sido objeto cada vez maior de pesquisas acadêmicas. Para fins deste capítulo, nos interessa realizar um balanço analítico das publicações na área das políticas de patrimônio. De maneira mais específica, nosso principal interesse se volta para a análise das produções acadêmicas que têm como objeto políticas patrimoniais no Brasil, entendendo-as como inseridas num campo mais amplo denominado de políticas culturais. Atualmente, encontramos um número expressivo de publicações, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema. Tendo em vista esse cenário, foi necessário realizar um recorte que oriente a análise deste artigo. Assim, nestas linhas priorizou-se um olhar inicial para as produções recentes na área de história. Por fim, deve-se ressaltar que este capítulo se configura como uma proposta inicial de balanço de uma pesquisa em andamento.

PRIMEIROS ESCRITOS: O PAPEL DO SPHAN

Para cotejarmos a produção recente na área de história, é importante recuperarmos as instituições, atores sociais e áreas disciplinares envolvidas na escrita sobre as políticas patrimoniais brasileiras. Nesse ponto, o órgão federal de preservação, criado em 1937, como veremos, encontra grande centralidade.

No Brasil, a década de 1930 se apresenta como um marco ao tratarmos do tema da “preservação do patrimônio”. Se é possível mapear debates sobre a questão desde os anos 1920 tanto no Congresso Nacional quanto

12 BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 agosto de 2000.

em jornais, é somente nos anos 1930 que uma legislação federal voltada não apenas para a identificação, mas para o acautelamento desses patrimônios nacionais é estruturada. Assim, deve-se mencionar a promulgação do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que, entre outros aspectos, “regulamenta a proteção dos bens culturais” e explicita “os valores que justificam a proteção, pelo Estado, de ‘bens móveis e imóveis’” e, ainda, “tem como objetivo resolver a questão da propriedade desses bens”.¹³ Nesse momento, é instituído o instrumento do tombamento e é oficialmente criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹⁴ (Sphan).¹⁵

Apesar de sua regulamentação ocorrer só no Estado Novo, em finais de 1937, o Sphan começa a funcionar em caráter experimental em 1936 – já sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Quando da aprovação da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, reorganizou-se a estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), que foi vinculado diretamente ao Ministério do Serviço do Patrimônio. No entanto, a lei que o regulamentava ainda não havia sido aprovada e continuou tramitando nas Casas Legislativas. Sua votação final estava no horizonte quando, em novembro, o Estado Novo (1937-1945) foi instituído. Mesmo assim, o ministro Gustavo Capanema conseguiu a aprovação do decreto-lei 25/1937 pelo presidente Getúlio Vargas durante o período conturbado de estabelecimento do novo regime, 20 dias após o golpe.¹⁶

É importante ressaltar que, em 1936, um primeiro anteprojeto para o órgão de preservação é desenhado por Mário de Andrade, intelectual

13 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*, p. 32.

14 Ibid.

15 Apesar de gozar de grande estabilidade em seu *modus operandi*, o Sphan acompanha algumas reformas administrativas, fazendo com que sua categoria de serviço seja alterada algumas vezes até chegar ao nome como o conhecemos atualmente, instituto. Entre essas mudanças, destaco a promovida pelo decreto-lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946, que o transforma em diretoria e cria quatro distritos para a DPHAN (sedes em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo). Anos mais tarde, já na gestão do arquiteto Renato Soeiro e em plena Ditadura Militar, é publicado o decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, que organiza administrativamente o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e transforma a DPHAN em instituto. Em 1979 nova alteração é feita, e o então Instituto passa a se chamar Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória (estrutura dupla de administração direta e indireta). Em 1990, muda para Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), e no ano de 1994 volta a se chamar instituto (Iphan), nome que permanece até os dias de hoje. FONSECA, Vivian L. Patrimônio cultural imaterial no Brasil.

16 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*.

modernista com grande expressividade no período.¹⁷ Conforme argumenta Márcia Chuva,¹⁸ a proposta de Mário de Andrade serviu de base para debate e elaboração do projeto de instituição federal de preservação do patrimônio nacional a cargo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Sphan. Além do anteprojeto, o decreto-lei 25/1937 se alimentou também de projetos de lei para proteção do patrimônio brasileiro apresentados no Congresso Nacional durante os anos 1920 e, ainda, teve influência da legislação francesa.

São muitas as questões que mereceriam análise nesse processo de implementação do Sphan, assim como em seu momento inicial de atuação, e sobre esses aspectos há uma vasta bibliografia.¹⁹ Para este capítulo, nos interessa pontuar o papel do Sphan, de seu primeiro diretor e de seu corpo de técnicos e pesquisadores na formulação de narrativas e publicações sobre o tema das políticas de patrimônio no Brasil.

O órgão federal de preservação do patrimônio brasileiro, hoje Iphan, produziu diversos documentos e publicações dedicados a recontar sob perspectiva histórica a trajetória da instituição, assim como dos marcos conceituais e legais da proteção do patrimônio nacional. O Iphan, por meio de seus gestores, pesquisadores, técnicos e consultores, elaborou ao longo de sua vida institucional um discurso sobre si, construindo, por exemplo, periodizações que se veem presentes em diversos textos acadêmicos.²⁰ Sobre esse aspecto, o historiador Diogo de Souza Brito argumenta que, ao final dos anos 1970,

[...] momento da reforma administrativa do Iphan que resultou na criação da Sphan/Pró-memória (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória), avaliava-se que reforma institucional requeria uma delicada operação de reformulação da memória que abria em torno de si, um período de intensas incertezas. Naquele momento, o controle da memória se revelava uma arma fundamental nas disputas pelo controle do poder institucional. A solução adotada foi, então, reescrever a história oficial em busca de novas bases de fortalecimento da identidade institucional.²¹

17 BOTELHO, André. *De olho em Mário de Andrade*; CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu*.

18 CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*.

19 CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*; RUBINO, Silvana. *As fachadas da história*; VELLOSO, Mariza. *O tecido do tempo*.

20 FONSECA, Vivian L. *Patrimônio cultural imaterial no Brasil*.

21 BRITO, Diogo. *Escrever a história do Iphan*, p. 185.

No entanto, apesar dos anos 1970 e 1980 serem importantes para pensarmos a produção intelectual sobre as políticas de patrimônio brasileiras, esse esforço de construção de narrativa é anterior. Nessa chave, Diogo Brito²² defende que a década de 1950 seria um primeiro marco. Cite-se, nesse caso, a publicação *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos* (1952), de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Brito²³ defende que essa obra pode ser vista como a “primeira versão oficial da memória institucional”. Segundo o pesquisador, no livro em questão, o diretor do Sphan apresenta a legislação brasileira voltada para a preservação do patrimônio, além de justificar a existência do próprio Sphan e a intervenção do Estado com o objetivo de garantir que os patrimônios nacionais não se perdessem ou fossem destruídos.

Essa perspectiva sobre as narrativas do Sphan está presente nas pesquisas de José Reginaldo Gonçalves²⁴ ao analisar os discursos patrimoniais brasileiros. O antropólogo cunha a expressão “retórica da perda”, que também nomeia seu livro, referência obrigatória no campo de estudos sobre o patrimônio. Com essa expressão, o autor afirma que as narrativas e as defesas que levaram à constituição de uma política de preservação no Brasil (e não apenas neste país) estão relacionadas à ideia de que era preciso agir com urgência. Caso contrário, a sociedade brasileira perderia seu patrimônio e, por conseguinte, sua memória nacional – que estaria em perigo graças ao processo de crescimento e desenvolvimento das cidades que se colocava nos anos 1920 e 1930. Nesse momento, o patrimônio a ser defendido é basicamente composto pelos chamados de “pedra e cal”, e esse perigo se colocava tendo como argumento as constantes demolições que ocorriam naquele período.

Voltando à obra de 1952 de autoria de Andrade, cabe ainda apontar que ela é utilizada para uma finalidade que nos interessa particularmente nesse texto: “legitimação de seus [do Sphan] critérios de seleção e de seus métodos de proteção, conservação e restauro”.²⁵ O historiador argumenta ainda que na obra se encontra implícito que o patrimônio histórico e artístico nacional, “mais do que presumido, era uma essência, e por isso faltava apenas uma legislação para reificá-lo”.²⁶ No mais, Brito aponta que a argumentação de Andrade

22 Ibid.

23 Ibid., p. 188.

24 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*.

25 BRITO, Diogo. *Escrever a história do Iphan*, p. 188.

26 Ibid., p. 189.

“apresentava o campo da preservação como uma atividade puramente técnica e não como um projeto político do Estado na área da cultura”.²⁷ A intervenção do Estado seria, portanto, “uma resposta à histórica demanda da sociedade brasileira pela preservação dos monumentos nacionais”.²⁸

No livro de 1952, ainda conforme Brito,²⁹ Rodrigo Melo Franco de Andrade defende o Sphan e a legislação em vigor, destacando a eficiência das suas ações em prol da preservação do patrimônio nacional, apesar da estrutura precária, do baixo orçamento e do número reduzido de funcionários. Vale uma última ressalva sobre a obra: apesar de sua circulação restrita no período, a publicação lançava as bases de alguns mitos que serão (re)construídos e recuperados no final dos anos 1960 e, principalmente, nas décadas 1970 e 1980 pelas produções intelectuais institucionais³⁰ e, de certa maneira, se veem presentes em diversas publicações acadêmicas. Entre esses mitos, destaca-se a categorização como “fase heroica” do período no qual Rodrigo de Andrade ficou à frente do Sphan. Em relação a esse ponto, Brito conclui que “Se ele [Rodrigo Melo Franco de Andrade] lançou as sementes dessa memória, ela seria cultivada (e utilizada) por seus seguidores. Estes é que adjetivariam o período de sua gestão como ‘heroico’”.³¹

Sobre este aspecto, Mariza Velloso,³² em sua tese de doutorado intitulada *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil – 1920-1970*, defendida na Universidade de Brasília (UnB), cunha o conceito de “Academia Sphan” ao se referir à chamada “fase heroica” do órgão e ao esforço imputado nesse momento à formação de um discurso sobre o patrimônio nacional. Guardando as especificidades de cada momento histórico, essa formulação proposta por Velloso pode nos ajudar a pensar o Iphan atualmente à medida que a instituição ainda se coloca como local a partir do qual grande parte dos estudos sobre patrimônio é originada. Sobre esse aspecto, voltaremos a tratar mais adiante.

O protagonismo do Sphan na formulação das narrativas sobre as políticas patrimoniais que o próprio órgão desenvolvia e aplicava é percebida por

27 Ibid.

28 Ibid., p. 190.

29 Ibid.

30 Ibid.

31 Ibid., p. 194.

32 VELLOSO, Mariza. *O tecido do tempo*.

outros autores. Nesse momento, destacamos a historiadora Márcia Chuva³³ que, ao analisar o processo de constituição do Sphan e da política de preservação do patrimônio em âmbito federal, aponta para o papel dos intelectuais modernistas³⁴ não só na estruturação do órgão federal, mas igualmente nas construções narrativas sobre o patrimônio no Brasil. A autora aponta que:

Intelectuais de peso que moldaram o patrimônio histórico e artístico brasileiro, como Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade – embora consagrados por outras vias de reconhecimento e inserção social – tendo em mãos seus passaportes para a modernidade – atuaram decisivamente dentro do governo Vargas, especialmente no Estado Novo. *Esses intelectuais* tornaram-se, a um só tempo, funcionários dedicados do Sphan, onde *consolidaram todo um pensamento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro, e os gênios fundadores de uma nação moderna*, que se identificavam na crença comum que possuíam acerca da universalidade da cultura e da arte. Com base nessa crença, *formularam as teses acerca do patrimônio cultural brasileiro que inseriram o Brasil no mundo civilizado*.³⁵

Apesar da autora, nesse trecho, destacar a atuação desses intelectuais e do órgão durante o Governo Vargas (1930-1945) e, no campo do patrimônio, especialmente a partir do Estado Novo (1937-1945), urge mencionar que a construção narrativa sobre as políticas patrimoniais não se limitou a esse período ou aos intelectuais citados. Nesse aspecto, cita-se a pesquisa de mestrado de Cíntia Mayumi de Carli Silva³⁶ sobre a *Revista do Patrimônio*, editada pelo Sphan desde 1937. Em sua dissertação, Silva defende a importância da *Revista do Patrimônio* na constituição e consolidação de narrativas sobre o conjunto de bens que tinham sido eleitos como patrimônios nacionais, assim como a legislação, as políticas e as ações definidas pelo órgão e seus técnicos para tombamento, preservação e restauro do patrimônio brasileiro. Além do próprio corpo técnico do Sphan, outros intelectuais foram figuras frequentes nas edições do periódico. Ainda que não

33 CHUVA, Márcia. Fundando a nação; CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*.

34 Apesar de usar a expressão de intelectuais modernistas, a autora faz a ressalva de que essa categoria não daria conta da heterogeneidade e disputas do grupo. Maiores debates sobre a questão podem ser vistos em: CHUVA, Márcia. Fundando a nação; CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*.

35 CHUVA, Márcia. Fundando a nação, p. 314, grifos da autora.

36 SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio*.

fossem diretamente vinculados ao órgão federal, faziam parte e circulavam na mesma rede intelectual que os funcionários e consultores da instituição.

Ao tratar das publicações do Sphan, Márcia Chuva³⁷ aborda igualmente a *Revista do Patrimônio*. Diferentemente de Cíntia Silva,³⁸ o objeto principal de análise de Chuva não é a *Revista*, mas sim as políticas patrimoniais do Sphan e os processos narrativos de legitimação de determinadas manifestações culturais materiais como o patrimônio nacional – nesse caso, notadamente o barroco. Nessa chave de análise, a autora afirma que:

A política editorial do Sphan foi marcada por uma produção discursiva descritiva e classificadora do *patrimônio histórico e artístico nacional*, capaz de conquistar legitimidade para prescrever os atributos desse *patrimônio* e para fixar um mapa de possibilidades. Com ela, o Sphan passaria a balizar e polarizar os debates sobre essa temática, fazendo com que, ao se falar de preservação cultural no Brasil, se tornasse impossível não se remeter à sua produção ainda que para criticá-la ou questioná-la.³⁹

Silvana Rubino⁴⁰ também se dedica a pensar o lugar da *Revista do Patrimônio* no projeto de construção de legitimidade narrativa para o Sphan. Para Rubino, é preciso compreender a *Revista* em diálogo com uma série de documentos, estudos e publicações elaboradas pelo órgão no período que teve Andrade como seu diretor. Outros autores chegam a conclusões semelhantes. Entre eles, citamos Lowande⁴¹ que, em artigo dedicado a analisar a produção historiográfica sobre as políticas patrimoniais, defende que, em grande medida, o “que tem sido narrado, até agora, sobre as políticas públicas de proteção do patrimônio cultural brasileiro corresponde, direta ou indiretamente, a uma necessidade do próprio Iphan, ao longo de sua trajetória, de conferir sentido às suas práticas”. Vivian Fonseca⁴² argumenta que, ainda hoje, um número expressivo de publicações sobre as políticas de patrimônio tem relação direta ou indireta com o Iphan, seja terem autoria de seu corpo técnico, seja por serem de pesquisadores que trabalharam no órgão temporariamente ou lá realizaram cursos

37 CHUVA, Márcia. Fundando a nação.

38 SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio*.

39 CHUVA, Márcia. Fundando a nação, p. 322, grifos da autora.

40 RUBINO, Silvana. *As fachadas da História*.

41 LOWANDE, Walter. Orientando-se em meio a lapsos, p. 51.

42 FONSECA, Vivian L. *Patrimônio cultural imaterial no Brasil*.

de especialização e/ou mestrado. Diogo Brito,⁴³ igualmente, aponta em seu artigo a centralidade do órgão federal de preservação na produção intelectual sobre patrimônio e suas políticas de preservação.

Retomando a análise sobre a *Revista*, Márcia Chuva⁴⁴ recupera falas de importantes atores nesse processo de conformação de discursos sobre o patrimônio, como Lucio Costa, Rodrigo de Andrade e Augusto C. da Silva Telles. Nessas falas, segundo a autora, é possível perceber a importância da *Revista do Patrimônio* na conformação dessas narrativas sobre o que seria o patrimônio nacional. Assim, a historiadora destaca artigo de Silva Telles no periódico em questão, no qual o autor afirma que, antes da criação do Sphan, não havia publicações sobre artes e arquitetura barroca do período colonial brasileiro. Mais uma vez, percebemos a centralidade que o órgão pretende ocupar – e que, em muitos momentos, ocupa – não somente no que tange às políticas públicas de patrimônio, como também na produção intelectual sobre elas. Apesar disso, Rodrigo Melo Franco de Andrade argumentava que a *Revista* não se tratava de um instrumento de propaganda do Sphan, mas sim uma publicação que se apoiava nos especialistas das questões tratadas, buscando se apresentar como um canal de divulgação de arte e de história.⁴⁵

Em relação aos temas e aos autores dos artigos publicados na *Revista*, Cíntia Silva⁴⁶ levanta que em seus 15 números iniciais há uma predominância dos temas de “arquitetura” e “documentação”, presentes em todas essas edições. Eles são seguidos por “história da arte” e “história”: ambos os termos constam em 13 dos 15 números. Em menor aparição, a autora aponta “etnografia”, “arqueologia” e “acervos e coleções”, em ordem decrescente. A pesquisadora traz ainda outro dado interessante: o perfil dos autores dos artigos. Silva afirma que “As ocupações dos principais colaboradores do periódico em questão eram heterogêneas, mas se concentram em três: oito eram historiadores da arte, cinco eram historiadores e três eram arquitetos ou engenheiros”.⁴⁷ A autora faz ainda a ressalva de que a *Revista* não apresentava informações sobre os autores e, pelo que ela mapeou, alguns deles eram, inclusive, formados pelo próprio Sphan. Esse perfil também se via presente na composição do

43 BRITO, Diogo. Escrever a história do Iphan.

44 CHUVA, Márcia. Fundando a nação.

45 Ibid., p. 323.

46 SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio*, p. 120.

47 Ibid., p. 110.

corpo técnico do órgão. No entanto, diferente do que ocorre na *Revista*, no Sphan os arquitetos e engenheiros se viam em maior número nesse período.⁴⁸

Não apenas a *Revista* ocupa esse lugar de centro de produção e irradiação de discursos sobre o patrimônio e as políticas patrimoniais. Podemos encontrar uma série de publicações que cumpriram (ou se propunham a cumprir) esse papel. Cíntia Carli Silva⁴⁹ defende essa perspectiva e afirma que possíveis lacunas deixadas pela *Revista do Patrimônio* podem ter sido ocupadas por outra série editorial do órgão, as *Publicações do Sphan*, em geral apresentadas no formato de monografias. Sobre elas, a autora afirma que “Seus autores, em geral, não pertenciam ao quadro de funcionários do Sphan, embora isso não fosse uma regra”.⁵⁰ A pesquisadora segue argumentando que, assim como a *Revista*, essa série editorial não teve regularidade e, ao longo das três décadas nas quais o Sphan foi dirigido por Andrade, foram realizadas 22 publicações. Silva⁵¹ acrescenta que metade das 22 obras editadas por Andrade é de autores que também publicaram na *Revista do Patrimônio*. Por fim, a autora aponta que “Os prefácios e introduções dessa série, nem sempre assinados por Rodrigo, apontam que se tratava de divulgar pesquisas, documentos, acervos e, no caso mais conhecido, de publicar cursos ministrados aos funcionários do órgão”.⁵² A autora cita ainda outros tipos de publicação, o que mostra o investimento do Sphan na difusão do conhecimento que produzia e/ou validava.

Até este momento, percebemos nas análises a centralidade de Rodrigo Melo Franco de Andrade na organização dessas narrativas. Após sua aposentadoria e, logo em seguida, seu falecimento, a figura de Rodrigo de Andrade continuaria sendo mobilizada nos escritos institucionais ou de intelectuais ligados ao órgão. “Rodrigo”, como muitas vezes se escuta, segue sendo uma personagem de grande relevo nas formulações atuais do Iphan sobre sua história.

Em 1967, após três décadas à frente do Sphan, Rodrigo de Andrade se aposentou e, logo depois, em 1969, faleceu. Nesse ínterim, a instituição começa a preparar uma obra que deveria servir de homenagem pelos 70 anos de Andrade, em 1968. Entretanto, conforme argumenta Brito,⁵³ com sua morte, o livro intitulado *A lição de Rodrigo*, publicado em 1969, transformase em uma homenagem póstuma. Nessa obra, o historiador afirma que são

48 CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*.

49 SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio*.

50 *Ibid.*, p. 139.

51 *Ibid.*

52 *Ibid.*

53 BRITO, Diogo. *Escrever a história do Iphan*.

abordadas as continuidades presentes nas práticas do órgão federal, ou seja, lições que foram aprendidas com Andrade e que, em função de sua eficiência, deveriam permanecer. Ainda sobre a coletânea em questão, Brito afirma que:

[...] a questão identitária que perpassa a comemoração da aposentadoria e falecimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade era a seguinte: por onde e como caminhar sem o antigo líder e principal ideólogo? Ao se colocarem como “porta-vozes” dos feitos e do legado deixado por Andrade, esse grupo de “amigos” do patrimônio construiu para o personagem celebrado uma representação marcada pela unidade e coerência, imagem esta que o grupo não deixava de requerer para si e para a instituição, numa tentativa de consolidar uma “imaginada” coesão em torno do projeto preservacionista que seria continuado.⁵⁴

A figura de Rodrigo de Andrade, nessa publicação, era celebrada e suas “virtudes morais” e sua abnegação em prol da preservação do patrimônio nacional e da estruturação do Sphan eram destacadas.⁵⁵ Ainda segundo o autor, ao destacarem as virtudes de Andrade como mestre, seus amigos e parceiros de trabalho, ou discípulos, autores da coletânea, buscavam se colar a essa imagem virtuosa. De maneira mais específica, nessa obra de 1969, os autores, de acordo com Brito,⁵⁶ lançam “uma ponte entre três imagens que a memória institucional defenderia e disseminaria ao longo dos anos”, quais sejam: 1) a origem do órgão ligada ao movimento modernista; 2) um corpo técnico com alta qualificação; e 3) produção de estudos seguindo parâmetros científicos. Sobre essa questão, Eliza Vaz Ribeiro⁵⁷ escreve que os critérios definidos pelo corpo técnico do Sphan, subjetivos pela sua própria natureza, eram apresentados pelo órgão e seus funcionários como dotados de cientificidade e objetividade. No entanto, esses critérios teriam espelhado “o pensamento de seu corpo técnico e dirigente, por meio de uma autoridade que lhes foi outorgada historicamente”.⁵⁸ Eliza Ribeiro encaminha a conclusão de seu artigo defendendo que:

O que se procurou mostrar neste texto é que, ao contrário do que grande parte da bibliografia sobre o Sphan/Iphan afirma, o processo de formação da política patrimonial não se deu necessariamente

54 Ibid., p. 196.

55 Ibid.

56 Ibid., p. 199.

57 RIBEIRO, Elisa Vaz. Da subjetividade ao discurso da cientificidade.

58 Ibid., p. 45.

pela superioridade da capacidade técnica dos modernos, ou pela cientificidade de seus métodos, mas, principalmente, por critérios subjetivos: em um primeiro momento, daqueles que os nomearam e, em segundo momento, dos próprios técnicos do Sphan.⁵⁹

Sobre este aspecto, Brito⁶⁰ reforça que, nessa obra de 1969, “Era a representação da cientificidade do Sphan, construída por Rodrigo de Andrade, que se reafirmava”. Para o autor, outra obra ocupa um lugar fundamental na construção narrativa do órgão, artigo de autoria de Luís Saia, escrito em 1972 e publicado em 1977: “Até os 35 anos, a fase heroica”. Escrito no âmbito das comemorações dos 35 anos da instituição, o texto foi publicado quando de outra celebração, dessa vez referente ao quadragésimo aniversário do órgão. No artigo em questão, Saia reforça a importância e vinculação com o período de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, mas aponta que, em função de algumas mudanças de contextos, é preciso que a instituição dialogue com os novos tempos, adaptando-se e aprimorando-se.

Segundo Brito,⁶¹ apesar das expectativas em relação ao Programa Cidades Históricas (PCH),⁶² o diretor do órgão que assumiu quando da aposentadoria de Andrade, Renato Soeiro, arquiteto que havia trabalhado de perto com seu antecessor, não recebia tratamento sequer próximo do destinado a Rodrigo. Sua gestão, na historiografia produzida pelo próprio órgão nos anos posteriores, é tratada como um hiato entre as de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, estes sim, vistos como expoentes e figuras de relevo na defesa e na política de preservação do patrimônio brasileiro. Sobre esse aspecto, Cíntia Carli Silva argumenta que:

O próprio Sphan, ao inventar sua história, a divide em dois grandes momentos: o “heroico” e o “moderno”. Os primeiros trinta anos de atuação (1937-1967) são correspondentes à gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, situados como sua fase “heroica”, segundo adjetivação de Mário de Andrade. O período seguinte, sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979), é caracterizado como uma fase “intermediária”. E a fase considerada “moderna”, que nomeia o período a partir de

59 Ibid., p. 45-46.

60 BRITO, Diogo. Escrever a história do Iphan.

61 Ibid.

62 O nome completo do PCH, iniciado em 1973 no Nordeste, era Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, com sua utilização para fins turísticos. Não é nosso objetivo realizar uma análise aprofundada do programa. Para análises mais detalhadas, consultar: CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH)*; SPHAN; FNPM. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil.

1979, com a renovação da política cultural que se deu no órgão com a entrada de Aloísio Magalhães, que permanece até 1982.⁶³

Cíntia Carli Silva não é a única autora a identificar e perceber essa construção narrativa. Antes dela, podemos citar Márcia Chuva⁶⁴ e Silvana Rubino,⁶⁵ entre outros. Essa periodização também é vista, frequentemente, em diversos estudos acadêmicos sobre o tema, como é o caso de José Reginaldo Gonçalves⁶⁶ e Maria Cecília Londres Fonseca.⁶⁷

Sobre a ratificação da imagem da gestão de Andrade como heroica, cabe ressaltar que as obras institucionais supracitadas não são as únicas que caminham nesse sentido. Essa dimensão esteve presente em praticamente todas as publicações do próprio órgão e de diversos pesquisadores. Como exemplo, cite-se o livro de 1980 produzido pelo Sphan e pela Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e intitulado de *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Nele, essa nomeação de heroica é explicada da seguinte maneira:

[...] sob a pressão do tempo perdido, de séculos de abandono, e da carência crônica de dinheiro e de recursos humanos, a instituição [Sphan], em seus primeiros anos de vida, teve que redobrar os esforços para dar conta da tarefa a que se propunha.⁶⁸

Mais uma vez, portanto, reforça-se a imagem de sacrifício e abnegação de seu primeiro diretor e seu corpo de técnicos, pesquisadores e consultores. Sobre essas questões, Brito conclui que:

Assim, o mais surpreendente em seu poder de perpetuação talvez não seja sua constante reiteração na memória oficial – alicerce de sustentação da identidade institucional –, mas, sobretudo, sua força para impor-se sobre a historiografia acadêmica que também aceitaria e propagaria essa tradição personalista de análise: tudo o que foi feito na (e pela) instituição até 1967, seria tributado às virtudes pessoais de Rodrigo de Andrade como condutor desse empreendimento heroico.⁶⁹

63 SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio*, p. 53.

64 CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*.

65 RUBINO, Silvana. *As fachadas da História*.

66 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O jogo da autenticidade*, p. 63-75.

67 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*.

68 SPHAN; FNPM. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil*, p. 28.

69 BRITO, Diogo. *Escrever a história do Iphan*, p. 202.

Nesse momento, chegamos a um novo ponto na construção narrativa realizada pelo órgão federal de preservação do patrimônio: o final dos anos 1970 e a década de 1980 que, além de ratificarem a imagem de Rodrigo Melo Franco de Andrade, vão recuperar e conferir maior centralidade à figura de Mário de Andrade, operação esta que influencia diversos estudos atuais na área do patrimônio imaterial.

NOVOS ESCRITOS OU DESDOBRAMENTOS? A PERSPECTIVA DA “FASE MODERNA”

O final dos anos 1970 marca um processo de transformação não apenas na esfera política e social do Brasil – que nesse momento iniciava sua abertura política após 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985). Para o tema que nos mobiliza neste capítulo, o do patrimônio e, mais especificamente, as narrativas sobre as políticas do patrimônio, esse período também se coloca como de modificações. É importante pontuar que as mudanças operadas no âmbito do órgão federal e de suas políticas se estruturam ainda dentro do período da Ditadura Militar e, em parte, podem ser explicadas pelo prestígio de que Aloísio Magalhães gozava não apenas no país de modo geral, mas com os grupos dirigentes do regime militar.⁷⁰

Em março de 1979, como mencionado, Aloísio Magalhães toma posse como diretor do Iphan. Ainda no mesmo ano, 1979, em 13 de novembro, via decreto nº 84.198, o instituto é transformando em secretaria⁷¹ e se torna “um dos órgãos centrais da direção superior do MEC e mantendo o regimento interno que fora aprovado em 1971”.⁷² Ainda em novembro, o Congresso Nacional aprovou a lei nº 6.757, criando a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), personalidade jurídica de direito privado, garantindo maior flexibilidade administrativa. Essa estrutura passa a ser a responsável pela implementação das políticas de preservação do Sphan⁷³ e a ela são incorporados ainda o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) – que era liderado

70 SILVA, Sabino. *Litígios patrimoniais*. O autor argumenta, ainda, que para a aproximação de Aloísio Magalhães com o alto escalão da Ditadura Militar foi essencial a ausência de um discurso de classe. Silva explica que nas proposições de incluir os grupos populares nas políticas de cultura, Aloísio, entretanto, não discutia o lugar subalterno desses grupos na sociedade.

71 SPHAN; FNPM. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil*.

72 CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no Brasil*, p. 95.

73 IPHAN. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*.

por Aloísio Magalhães⁷⁴ – e o PCH. Nesse período, o Sphan e a FNPM atuavam em conjunto, sendo conhecidas pela sigla Sphan/Pró-Memória.

Deve-se mencionar, ainda, que ao final do período do convênio que possibilitava a existência do CNRC já se discutia qual seria a melhor forma de institucionalizá-lo. O caminho escolhido, então, teria sido associá-lo à estrutura do Iphan,⁷⁵ o que, nessa perspectiva apresentada por Aloísio Magalhães, nos ajudaria a compreender a indicação do próprio Aloísio para sua direção. Para além dessa questão, é preciso retomar que os anos 1970 são marcados pelo desgaste das políticas de preservação empreendidas pelo Iphan, pesando, para tal, sua vinculação a uma ação preservacional elitista.⁷⁶

Em relação a essa questão, Walter Lowande igualmente percebe essa operação e argumenta que a equipe envolvida no CNRC, sob liderança de Aloísio Magalhães, volta seus olhares para a trajetória do Iphan. Nessa perspectiva, sua “fase heroica”, apesar de ser vista como dotada de seriedade e rigor ético e metodológico, é entendida como tendo celebrado uma visão do passado brasileiro elitista. E, por fim, essa visão se configurava, para esse grupo, como “uma concepção de cultura ‘morta’”.⁷⁷

Em 1981, dois anos após sua posse, Aloísio Magalhães destaca os feitos do Sphan, mas faz a ressalva de que “A instituição permanece, entretanto, voltada sobretudo para os bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosos ou leigos, a que se juntou posteriormente o conceito de sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes”.⁷⁸ No mesmo artigo, Magalhães acrescenta que o conceito de bens culturais vigente até então se encontrava carregado de valor histórico, quase sempre de viés elitista, e basicamente voltado para o passado. Para ele, era preciso, nessa concepção, incluir os bens de fazer popular.

Em relação às mudanças empreendidas pela atuação de Aloísio Magalhães na arena do patrimônio cultural, merece destaque a conceituação das narrativas históricas sobre o assunto. Enquanto ao longo da gestão de Rodrigo de Andrade e, ainda, na de Renato Soeiro, a cultura brasileira e, por conseguinte, o patrimônio cultural eram interpretados e valorizados pelos conceitos de “civilização” e “tradição”, Aloísio detinha uma

74 Para estudos sobre o CNRC, ver: ANASTASSAKIS, Zoy. *Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil*; FALCÃO, Joaquim. Um líder e seu projeto.

75 MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?*

76 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*.

77 LOWANDE, Walter. Orientando-se em meio a lapsos, p. 55.

78 MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?*, p. 54.

interpretação próxima à conceituação antropológica do termo, segundo defende Gonçalves.⁷⁹ Lowande, nesse aspecto, aponta que:

O grupo de Magalhães passa, então, a construir um discurso para o presente, a partir de uma construção histórica: é preciso substituir a noção de um “patrimônio-pedra-e-cal” por outra, por uma cultura viva e heterogênea, que buscasse um desenvolvimento interno, autêntico e democrático, de populações tradicionais do país. Além do mais, entre a atuação exemplar de Melo Franco de Andrade e os novos ideais de modificação, do presente, haveria um período de práticas anacrônicas, efetivadas durante a gestão anterior, de Renato Soeiro, e que deveria, portanto, ser superado. Estavam assim dispostos e disponíveis os dois grandes blocos discursivos que serviriam às periodizações posteriores da “trajetória” do Iphan.⁸⁰

Essa operação narrativa se apresentou e se apresenta com tamanha expressividade que, até os dias de hoje, a produção acadêmica sobre a gestão de Renato Soeiro e o período que corresponde à sua direção coloca-se em número bastante inferior se comparada aos escritos que correspondem às gestões de Andrade e Magalhães. Recentemente, entretanto, o tema das políticas patrimoniais voltadas para o imaterial tem ocupado a centralidade de produções acadêmicas, notadamente na área de antropologia.

Retomando a gestão de Magalhães, Chuva,⁸¹ Brito⁸² e Lowande⁸³ concordam que uma publicação específica ocupará grande centralidade nessas construções discursivas. A obra *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, citada anteriormente neste texto, foi publicada em 1980 e conta autoria do Sphan/Pró-Memória. Os três pesquisadores apontam que, entre diversos outros aspectos, Mário de Andrade é alçado nesse livro a um papel de destaque na constituição das políticas patrimoniais. Segundo Brito,⁸⁴ “De acordo com esta nova formulação, Mário de Andrade teria uma importância igual ou mesmo superior à de Rodrigo M. F. de Andrade na criação do Sphan”.

79 GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano.

80 LOWANDE, Walter. Orientando-se em meio a lapsos, p. 55.

81 CHUVA, Márcia. Os arquitetos da memória.

82 BRITO, Diogo. Escrever a história do Iphan.

83 LOWANDE, Walter. Orientando-se em meio a lapsos.

84 BRITO, Diogo. Escrever a história do Iphan, p. 205.

Brito⁸⁵ e Fonseca⁸⁶ defendem que essa operação narrativa evidencia um cenário de disputas que era colocado no âmbito da Sphan naquele momento. Magalhães, em quatro décadas de atuação do órgão federal, seria seu terceiro diretor e o primeiro que não viria do seu próprio quadro de funcionários, como foi o caso de Soeiro, ou seria artífice da construção e estruturação da instituição, como Andrade. Desse modo, procurou destacar que sua gestão não se colocava como uma intervenção externa e alheia à própria história institucional, mas, por outro lado, buscava resgatar uma perspectiva que se via presente desde o anteprojeto de 1936 apresentado por Mário de Andrade ao ministro Gustavo Capanema.⁸⁷ Sobre essa perspectiva, Brito sintetiza que:

Mário de Andrade servia a este fim, pois, segundo o livro [supracitado, de 1980], sua conceituação dos bens culturais seria muito mais ampla do que a introduzida na legislação de 1937, o que terminou por restringir a atuação do órgão a um grupo específico de bens, os monumentos de pedra e cal. De outra perspectiva, o CNRC estaria sintonizado com a preocupação do PCH de “reinscrição dos bens recuperados no contexto socioeconômico e cultural das comunidades a que pertencem por meio de seu uso como elemento dinâmico de uma ativa e presente trajetória histórica” [Sphan; FNPM, 1980]. Assim, insinuava a narrativa, seria lógico que um dia esses três caminhos se encontrassem [CNRC, PCH, Sphan].⁸⁸

A gestão de Aloísio Magalhães é encerrada precocemente com sua morte repentina em 1982. No entanto, por ora, cabe destacar que esse conjunto interpretativo segue sendo mobilizado em diversas produções intelectuais institucionais e acadêmicas, notadamente quando a política do patrimônio imaterial entra em cena.

AS NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS E O LUGAR DAS POLÍTICAS PARA O PATRIMÔNIO IMATERIAL

Neste momento, operamos um pulo cronológico que busca atender aos objetivos apresentados neste capítulo. Portanto, não nos deteremos

85 Ibid.

86 FONSECA, Vivian L. *Patrimônio cultural imaterial no Brasil*.

87 Ibid.

88 BRITO, Diogo. *Escrever a história do Iphan*, p. 210-211.

na análise das políticas e suas narrativas operadas no restante da década de 1980, tampouco na análise da Constituição Federal de 1988 ou das políticas nos anos 1990.⁸⁹ Fazemos apenas uma ressalva a esse respeito. Apresentam-se em menor número os estudos sobre os anos 1980 e 1990, exceto quando se trata da gestão de Aloísio Magalhães e da Carta Magna brasileira. Em relação aos anos 1990, uma parte considerável dos estudos recentes foca no conjunto de iniciativas realizadas principalmente ao final dessa década e que dialogam com o processo de institucionalização da política voltada para o patrimônio imaterial.

Se o grupo que assume o controle do Sphan sob liderança de Aloísio Magalhães recupera Mário de Andrade e seu anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) de 1936, as produções institucionais dos anos 1990 e 2000, em linhas gerais, reforçam essa genealogia, realizando uma ponte entre Mário de Andrade, o CNRC, o Iphan de Aloísio Magalhães e o estabelecimento do instrumento de registro de bens culturais imateriais a partir de 2000.

Apesar desses deslizamentos de construção de memórias, pode-se perceber um ponto de permanência. O Iphan, ao longo de suas oito décadas de existência, segue, até hoje, como centro produtor de uma parte expressiva das publicações e narrativas sobre as políticas patrimoniais no Brasil.

Além das edições institucionais, há um número expressivo de publicações que se dedicam ao tema do patrimônio imaterial de autoria de pesquisadores que já fizeram ou fazem parte do corpo de funcionários e/ou colaboradores do próprio instituto. Ou, ainda, de instituições federais que se dedicam ao tema da cultura e, especificamente, da cultura popular, como o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) que, desde 2003, passou a ser vinculado ao Iphan. Uma quantidade relevante das principais pesquisas e produções acadêmicas que têm como objeto o patrimônio imaterial é de pesquisadores, portanto, com dupla inserção, ou seja, além do campo acadêmico, também são gestores e/ou técnicos, muito deles personagens de relevo no desenho de políticas públicas voltadas para o tema.⁹⁰

Um exemplo de publicação voltada para a construção da memória institucional é *O registro do patrimônio imaterial – dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*, cuja primeira

89 Para análises mais detalhadas sobre a questão, ver: CAMPOS, Yussef. *A dimensão política do patrimônio cultural na constituinte de 1987-1988*.

90 FONSECA, Vivian L. *Patrimônio cultural imaterial no Brasil*.

edição data de 2000.⁹¹ Com apresentação do então ministro da Cultura do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Francisco Weffort, o dossiê se propõe a recuperar as discussões que possibilitaram a regulamentação do registro do patrimônio imaterial no Brasil. Nesse texto é destacada a realização do “Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção” como um marco na discussão que desembocará na regulamentação desse tipo patrimonial. O seminário foi realizado em novembro de 1997 em Fortaleza, no Ceará, pela 4ª Superintendência Regional do Iphan. Nele estiveram presentes representantes de variadas instituições públicas e privadas, da Unesco e da sociedade.⁹²

Como um dos componentes da publicação, consta o “Relatório final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial” (GTPI), assinado pela arquiteta Márcia Sant’Anna, então Coordenadora do GTPI. Nesse relatório, o seminário de 1997 é apresentado como a recuperação de “uma discussão histórica”, cujo objetivo era expor e debater “estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial”.⁹³ Nessa concepção, a retomada histórica teria como marco inicial as propostas presentes no anteprojeto de Mário de Andrade de 1936 e, em seguida, nas discussões levadas a cabo por Aloísio Magalhães no CNRC e na FNPM, citados anteriormente. As próprias ações de Aloísio Magalhães, nesse texto, são apresentadas como uma retomada das propostas de Mário de Andrade voltadas para o que hoje se convencionou chamar de patrimônio imaterial e que, no momento de criação do Sphan, não foi incorporado à política nacional de preservação. Nessa narrativa, no entanto, ao final dos anos 1980 essas propostas teriam se visto refletidas na Constituição Federal de 1988 por meio dos artigos 215 e 216. No mesmo relatório, Sant’Anna destaca que a:

91 A referida obra já teve seis edições e, em cada uma delas, pode-se verificar algumas diferenças – por exemplo, nos textos de referência sobre o patrimônio imaterial escolhidos para publicação. Além disso, como o processo de regulamentação do patrimônio imaterial se aprofundou, novo texto legal, a resolução nº 001/2006, por exemplo, foi incluída no dossiê. A quinta edição, publicada em 2012, compôs o *kit* entregue aos mestres e capoeiristas presentes na reunião para escolha dos representantes da cidade do Rio de Janeiro para o Conselho de Mestres do Estado do Rio, realizada em janeiro de 2014. A atividade fez parte das ações da salvaguarda da capoeira implementadas pela Superintendência Regional do Rio de Janeiro/Iphan e foi iniciada em 2013. O texto de apresentação da edição de 2012 é de autoria do então presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida.

92 IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial – dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*.

93 SANT’ANNA, Márcia. Relatório final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, p. 12.

[...] preocupação com a documentação das manifestações ligadas à cultura tradicional e popular não esteve, no Brasil, restrita ao Iphan ou à esfera patrimonial. Várias outras instituições se debruçaram sobre o assunto, entre elas destacando-se o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje ligado à Funarte [Fundação Nacional de Artes].⁹⁴

A estruturação institucional que começa a se conformar a partir de 2000 e ganha força com as reformas burocráticas instituídas na gestão do ministro da Cultura Gilberto Gil durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), assim como a construção narrativa operada em relação ao patrimônio imaterial, talvez nos ajude a compreender a mudança do CNFCP da Funarte para o Iphan. Para fins deste capítulo, não nos aprofundaremos nas análises sobre a conformação de processos burocráticos e institucionais. Estes já foram objetos de pesquisas anteriores da autora.⁹⁵ Assim, gostaríamos de propor um foco relativo aos temas trabalhados nas produções acadêmicas recentes sobre políticas patrimoniais, assim como o lugar disciplinar e/ou institucional desses escritos.

Conforme apontado anteriormente, o Iphan segue como um centro que mantém grande relevância quando se trata de produção intelectual sobre as políticas patrimoniais. Há ainda uma observação importante: até os dias atuais, uma parte expressiva das publicações se propõe a analisar as políticas federais de preservação do patrimônio, em detrimento das políticas municipais e estaduais, apesar de percebermos mudanças nesse cenário – mesmo que, em relação a alguns estados, ainda tímidas.

Ao analisarmos a produção recente, notadamente as voltadas para o patrimônio imaterial, percebemos uma presença expressiva da área de antropologia. Essa presença não é de todo uma surpresa: por exemplo, das obras clássicas citadas ao longo deste capítulo, encontramos um número grande, proporcionalmente, de antropólogos. Entre eles, estão José Reginaldo Gonçalves, Marisa Velloso e Silvana Rubino. Maria Cecília Londres Fonseca, outra autora que se mantém como referência no campo, vem da área de sociologia⁹⁶ e Márcia Sant'Anna, da arquitetura. Destacam-se, ainda, como referências no campo, por mais que não tenham sido debatidos devidamente neste texto, a presença de museólogos, como Mário Chagas. Dos autores citados, apontamos Márcia Chuva e Lia Calabre como

94 Ibid., p. 11.

95 FONSECA, Vivian L. *Patrimônio cultural imaterial no Brasil*.

96 SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio*.

historiadoras. Nesse ponto, uma última observação: vários desses autores se relacionaram direta ou indiretamente com o órgão federal de preservação do patrimônio. Sant'Anna ocupou, por exemplo, o cargo de primeira diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan. Londres Fonseca, por sua vez, foi parte da equipe do finado CNRC, da FNPM, fazendo-se presente, posteriormente, nos quadros do Conselho Consultivo da instituição. Chuva, antes de se integrar ao corpo docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), fez parte do quadro do Iphan.

Retomando as áreas disciplinares, recorro que, ao analisar parte das produções intelectuais do Sphan, mais especificamente a *Revista do Patrimônio*, Cíntia Silva⁹⁷ aponta uma presença expressiva de historiadores, historiadores da arte e arquitetos. Conforme destacamos anteriormente, Chuva⁹⁸ aponta que nesse período, em grande maioria, a instituição tinha grande presença de arquitetos, mas também de historiadores e engenheiros. Ao observarmos a composição atual do Iphan, percebemos, por outro lado, que uma área antes minoria vem crescendo na composição de seus quadros, a antropologia.

Em relação a essa questão, Jaqueline de Oliveira Silva e João Leal argumentam que a instituição da política do patrimônio imaterial tem despertado o interesse de diversos pesquisadores, mas em especial os antropólogos. Para os autores:

Vários fatores podem ser enumerados como responsáveis por esse interesse dos antropólogos pelo patrimônio. A princípio, vemos uma mobilização em torno da abertura de um nicho de trabalho no âmbito dos inventários e projetos de salvaguarda. Mesmo que de forma incipiente, o PCI garante a atuação de antropólogos pela própria legislação, em especial para aqueles que já possuem algum conhecimento acumulado a respeito do bem a ser patrimonializado.⁹⁹

Na mesma página, Silva e Leal¹⁰⁰ defendem ainda que o foco das políticas relacionadas ao imaterial estaria em consonância com a “vocação política da antropologia, especialmente no caso do Brasil, em que o surgimento e fortalecimento da disciplina estão diretamente relacionados ao

97 Ibid.

98 CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*.

99 SILVA, Jaqueline de Oliveira; LEAL, João. *Culturas objetificadas, inventadas, vividas*, p. 175.

100 Ibid.

trabalho junto aos povos indígenas, povos de terreiro e quilombolas”. Sobre essa afirmação, seria interessante realizar um debate fino sobre o estado da arte tanto dos estudos de antropologia quanto dos estudos históricos. Em função de espaço, esta discussão ficará para outro momento. Em suma, os autores defendem que, em função da trajetória de constituição da antropologia e seus objetos de análise, a conformação da política do imaterial atrairia antropólogos quase que naturalmente.

Por outro lado, essa relação estreita da antropologia com o campo patrimonial – seja na gestão ou no âmbito acadêmico – não é recente. Para além das observações realizadas anteriormente, recupero o capítulo de Regina Abreu e Manuel Ferreira Lima Filho, publicado na coletânea *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*, organizada por Izabela Tamaso e Manuel Ferreira Lima Filho. No texto intitulado “A trajetória do GT Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia”, Abreu e Lima Filho se propõem a recuperar a criação do grupo de trabalho (GT) supracitado, que tem como marco o ano de 2004.¹⁰¹ Se o GT foi criado em 2004, percebemos que a articulação desse campo, na antropologia, já vem de anos anteriores, pois a conformação desses grupos pressupõe amadurecimento intelectual e articulação do campo, elementos que não se estruturam rapidamente.

Ainda sobre esse GT, notamos um dado interessante. Inicialmente o grupo é nomeado apenas como “de Patrimônio”. No entanto, em 2010, optou-se pela inclusão em seu nome da temática dos museus. Esse fato, conforme argumentam os próprios autores, demonstra um crescimento dos estudos de museus e, mais explicitamente, sua expansão no Brasil e seu desenvolvimento institucional. Esse ponto pode ser percebido pelo aumento dos cursos de graduação em museologia e pela criação, em 2009, do Instituto Brasileiro de Museus¹⁰² (Ibram).¹⁰³

Anteriormente, mencionamos, ainda que brevemente, o GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia, criado em 2004. No entanto, é preciso mencionar que a área de história também possui, no âmbito de sua associação nacional, um GT destinado à temática.

101 ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia.

102 FONSECA, Vivian L. *Patrimônio cultural imaterial no Brasil*.

103 Recentemente, no segundo semestre de 2018, foi criada a Agência Brasileira de Museus (Abram) que, em tese, deveria substituir o Ibram. No entanto, a questão segue em aberto.

Conforme foi possível mapear no sítio eletrônico da Associação Nacional de Pesquisa Universitária em História (Anpuh), o GT História e Patrimônio Cultural foi criado em julho de 2011 durante o XXVI Simpósio Nacional de História da Anpuh, realizado na Universidade de São Paulo (USP).¹⁰⁴ Como parte da atual gestão do GT, encontramos Márcia Chuva, historiadora já citada. A análise da produção relativa a esse GT é parte das atividades da pesquisa em andamento intitulada *Patrimônio também é política cultural: um balanço do estado da arte atual sobre o tema no Brasil*, vinculada à Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa desde agosto de 2018, contando com seu apoio institucional.

AS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA ÁREA DE HISTÓRIA: UM PRIMEIRO OLHAR

Por ora, para percebermos o lugar da área de história nesse conjunto de produções, proponho outro caminho de análise: um olhar preliminar para as teses de doutorado disponíveis no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).¹⁰⁵ Nesse momento, optou-se por realizar o recorte nas teses de doutorado por compreendermos que, em geral, representam pesquisas de maior fôlego, amadurecimento intelectual, profundidade e, ainda, já indicam um pesquisador mais inserido na vida acadêmica.

Em relação às teses, pelo alto número de publicações, nessa primeira fase propomos olhar para aquelas defendidas recentemente, a partir de janeiro de 2015 até dezembro de 2017. Nesse período de três anos, foram indexadas 569 teses defendidas em 150 programas de pós-graduação no Brasil e que tratam sobre o patrimônio. Esses programas estão distribuídos em 92 instituições e 40 áreas de avaliação segundo critérios da própria Capes. Esse número se amplia de maneira expressiva ao incluirmos as dissertações de mestrado que, sozinhas, totalizam 1.843 textos defendidos. Em momento posterior, indicamos o interesse de ampliar a pesquisa não apenas para teses defendidas em anos anteriores, como também a inclusão de dissertações.

104 Sobre a questão, consultar o documento “Ata de criação do grupo de trabalho nacional de patrimônio cultural – Anpuh”, disponível em: <<http://www.anpuh.org.br>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

105 O banco de teses da Capes pode ser consultado em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/>>. Para este texto, foram realizadas consultas entre os meses de agosto e dezembro de 2018.

Nessa esfera, cabe ressaltar que das 569 teses mencionadas, apenas 71 foram defendidas em programas de pós-graduação avaliados na Capes na área de história. As cinco principais áreas de avaliação concentram 289 teses defendidas. Elas são assim nomeadas pela coordenação, seguindo ordem decrescente de indexações, tendo em vista o critério de teses defendidas: 1) arquitetura, urbanismo e *design*, somando 79 teses; 2) história, com 71; 3) geografia, com 54; 4) interdisciplinar, com 47; e 5) antropologia/arqueologia, com 38. Duas outras áreas ainda concentram número expressivos: 1) educação e direito, cada uma com 33 teses; e 2) administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo, com 22.

A escolha de palavra-chave de busca como “patrimônio” se deu em função de verificarmos que não há padronização de escolha a partir de descritores previamente definidos. Isso significa que cada pesquisador pode escolher livremente a palavra-chave que, na sua visão, melhor define seu objeto de análise. Desse modo, em uma pesquisa livre inicial, identificamos que um termo comum nas mais variadas teses seria “patrimônio”.

Deve-se ressaltar que, ao se realizar a pesquisa na base via “patrimônio”, abre-se a possibilidade de, nessa contagem mais abrangente, incluirmos teses que tratem de patrimônios financeiros, por exemplo, e não exatamente dos históricos e culturais. No entanto, se pesquisássemos utilizando apenas os termos “patrimônio histórico e artístico”, “patrimônio histórico”, “patrimônio histórico e cultural”, “patrimônio cultural” e suas variações poderíamos não conseguir rastrear algumas das publicações na área, como se verificou nos testes preliminares realizados em julho de 2018 no banco de dados em questão. Assim, para identificarmos se as teses de doutorado se enquadram no perfil que pretendemos analisar, é necessário verificar individualmente cada uma das 569 produções intelectuais.

Em relação às áreas de concentração, a que ocupa o primeiro lugar é a nomeada como “museologia e patrimônio”, com 20 teses, fato este que vai ao encontro das percepções de Regina Abreu e Manuel Ferreira Lima Filho¹⁰⁶ sobre ampliação do campo da museologia, mencionado anteriormente. Essa área é seguida, em ordem decrescente, por história e fundamentos da arquitetura e do urbanismo, com 18 trabalhos; educação, com 15; estudos interdisciplinares em memória social, com 15; e história e sociedade, com 13. As áreas de concentração dizem respeito às 71 teses

106 ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia.

de doutorado defendidas em programas de pós-graduação avaliados na Capes na área de história.

No que tange às instituições que abrigam os programas de pós-graduação, há um empate no Sudeste quando verificamos as cinco instituições de ensino superior com maior número de defesas e que abrigam esses programas. Em ordem decrescente, critério teses defendidas, vemos: 1) USP, com 69 produções; 2) Unirio, com 37; 3) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com 34; 4) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 32; e 5) Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com 28.

A esse balanço inicial, é preciso realizar uma ressalva: o objetivo desta pesquisa é analisar as produções intelectuais sobre políticas patrimoniais. No entanto, ainda são poucos os pesquisadores que indexam suas teses sobre patrimônio associando-as aos termos “política cultural”, “política de patrimônio”, “política pública de patrimônio” e suas variações. Para procedermos a essa análise, mais uma vez, é necessário verificar individualmente cada produção.

Ao centrarmos a análise nas 71 teses de doutorado defendidas em programas de pós-graduação avaliados na área de história, percebemos que apenas 23 têm como objeto de estudo políticas de patrimônio, todas relacionadas ao caso brasileiro – por mais que algumas realizem debates também com o cenário internacional, principalmente as ações da Unesco. Destas, em apenas uma tese identificamos a indexação, como palavra-chave, de termo que possa ser identificado com políticas patrimoniais de imediato: “política pública”.¹⁰⁷

Desse modo, apesar de percebermos o número expressivo e crescente de pesquisas e publicações na área recentemente, a maior parte se concentra em discussões teóricas inerentes à conformação do patrimônio imaterial no mundo ocidental, buscando perceber o contexto de ampliação das categorias patrimônio e cultura, assim como o patrimônio como categoria afetiva para grupos sociais e relações com os conceitos de memória e identidade. As pesquisas que se propõem a analisar *políticas de patrimônio* são ainda em um número inferior, apesar de virem crescendo nos últimos anos, como já apontava Fonseca.¹⁰⁸

107 Como metodologia de pesquisa, inicialmente, optou-se por analisar as seguintes informações das teses de doutorado: título, palavras-chave e resumo. Posteriormente, voltaremos a essas publicações para igualmente analisar seus sumários, introduções e bibliografia.

108 FONSECA, Vivian L. *Patrimônio cultural imaterial no Brasil*.

Do ponto de vista dos temas, cerca de metade das teses aborda direta ou indiretamente políticas federais de preservação do patrimônio, com destaque para a atuação do Sphan durante a gestão de Rodrigo de Andrade. Percebemos, ainda, estudos sobre museus, assim como educação patrimonial. Em menor número, notou-se pesquisas sobre o patrimônio imaterial. No caso da área de antropologia, essa dimensão se altera, e a maior parte das teses voltadas para políticas patrimoniais, proporcionalmente, trata de objetos relacionados ao patrimônio imaterial. Em resumo, a área de história, em sua maioria, continua dedicada aos temas mais consolidados relacionados às políticas patrimoniais pelo que foi observado no banco de teses da Capes entre os meses de agosto e dezembro de 2018. Alguns desses temas, inclusive, se relacionam com questões que começaram a ser construídas como objetos de pesquisa e construção narrativa pelo próprio Sphan em suas primeiras décadas.

É importante mencionar que é possível que outras teses defendidas no período analisado não tenham sido inseridas no banco supracitado, o que poderia fazer com que esse número se alterasse. Além do mais, para analisarmos com maior profundidade e precisão a produção de programas de pós-graduação avaliados na área de história, é necessário ampliar o período de mapeamento e inserir as dissertações de mestrado como fontes para o estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo procurou perseguir o objetivo de realizar um primeiro balanço do estado da arte da produção intelectual brasileira sobre as políticas públicas de patrimônio implementadas no país.

Nesse processo, é notória a centralidade do órgão federal do patrimônio criado em 1937 no intento de construir narrativas sobre as suas práticas institucionais. Em um momento no qual a existência do Sphan e o tombamento de bens culturais eram questionados diariamente nos jornais e, principalmente, em ações judiciais, podemos compreender essas ações como buscas de legitimidade social e política. Para tal, o grupo de intelectuais reunidos no Serviço do Patrimônio procurou conferir ares de cientificidade às suas ações.

Em momentos posteriores, o objetivo buscado por elaborações discursivas sobre a trajetória do órgão federal e as políticas implementadas foi conferir legitimidade para seu novo diretor, Aloísio Magalhães, e as mudanças que ele procurava implementar tanto burocraticamente quanto

nas ações de preservação. Ainda que com objetivos diferentes, um ponto se mantém em comum: a centralidade do Sphan/Iphan na elaboração e publicação das produções intelectuais sobre o patrimônio brasileiro e as políticas desenhadas para garantir sua preservação. Essa dimensão, pelo que podemos perceber, se mantém como uma tradição do órgão que, ainda hoje, se coloca como centro produtor de pesquisas e publicações sobre o tema. Essas publicações são muitas vezes institucionais, mas também podem ser elaboradas por pesquisadores, técnicos e gestores que são ou foram do quadro de funcionários do órgão ou, em algum momento, tiveram com ele relação profissional e/ou acadêmica. Resta lembrar que o Iphan possui um curso de mestrado profissional em preservação do patrimônio que, anteriormente, se colocava como curso de especialização.

Mesmo com a estruturação de cursos de pós-graduação no Brasil e maior interesse de acadêmicos sobre a temática em questão, é possível perceber que dialogar com a produção intelectual do Iphan é inescapável e, ainda, diversos estudos acadêmicos, em muitos casos, ratificam construções de memória operadas pelo próprio órgão.

Por fim, ao analisarmos as teses de doutorado defendidas na área de avaliação de história na Capes entre 2015 e 2017 percebemos que o campo de estudos históricos, ao tratar do tema patrimônio, não tem como seu principal objeto de pesquisa as políticas patrimoniais. Quando o fazem, não as percebem, diretamente, como parte das políticas culturais. Essa dimensão aparece igualmente nas produções intelectuais institucionais, por mais que esse aspecto tenha começado a ter algumas mudanças recentemente. Esses apontamentos nos fazem refletir sobre as razões de as políticas de patrimônio serem percebidas por gestores e pesquisadores acadêmicos como separadas das demais políticas culturais. Uma possibilidade, talvez, se dê em função do esforço promovido pela primeira direção do Sphan de afirmar suas ações deslocadas de qualquer relação política, à medida que os processos de tombamento, preservação e restauro eram apresentados como atividades dotadas de objetividade e calcadas em parâmetros puramente científicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia. In: TAMAZO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA, 2012.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

AGÊNCIA BRASIL. Geddel vira réu por improbidade administrativa no caso Calero. *Congresso em Foco*, Brasília, 9 jul. 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/justica/geddel-vira-reu-por-improbidade-administrativa-no-caso-calero/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

ANASTASSAKIS, Zoy. *Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural do Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BETIM, Felipe. Cais do Valongo, patrimônio mundial no Rio para não esquecer o horror da escravidão. *El País Brasil*, São Paulo, 9 jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/09/politica/1499625756_209845.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOTELHO, André. *De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil*. Coordenação Lilia Schwarcz. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, p. 2, 7 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BRITO, Diogo. Escrever a história do Iphan: disputas pela memória, problemas para a história. *Projeto História*, São Paulo, v. 61, p. 182-216, jan.-abr. 2018.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. (Coleção FGV de Bolso, Série Sociedade & Cultura).

_____. *Políticas culturais: diálogos e tendências*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010. (Coleção FCRB, Série Aconteceu).

CAMPOS, Yusef. *A dimensão política do patrimônio cultural na constituinte de 1987-1988*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial do Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: Unesco: Educarte, 2008.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia: museus e políticas de memória*, Lisboa, v. 19, n. 19, p. 35-67, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/index>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

_____. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul.-dez. 2003.

_____. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CURY, Teo. Geddel vira réu por pressão a Calero para liberar obra milionária. *Estadão*, São Paulo, 9 jul. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/geddel-vira-reu-por-pressao-a-calero-para-liberar-obra-milionaria/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

ESTADÃO CONTEÚDO. Geddel vira réu por pressionar Calero a liberar obra em Salvador. *Veja*, São Paulo, 9 jul. 2018. Disponível em: <<https://abr.ai/2RDEhfZ>>. Acesso em: 31 out. 2018.

FALCÃO, Joaquim. Um líder e seu projeto. In: TABORDA, Felipe; LEITE, João de Souza (Org.). *A herança do olhar: o design de Aloísio Magalhães*. Rio de Janeiro: Petrobras: ArtViva Produção Cultural: Senac Rio, 2003.

FNPM. Ver FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Iphan, 1997.

_____. O Centro Nacional de Referência Cultural. In: TABORDA, Felipe; LEITE, João de Souza (Org.). *A herança do olhar: o design de Aloísio Magalhães*. Rio de Janeiro: Petrobras: ArtViva Produção Cultural: Senac Rio, 2003.

_____. O patrimônio cultural material inscrito nas listas da Convenção de 2003 da Unesco: observações preliminares. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 1-13, 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/9897/7606>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

FONSECA, Vivian L. *Patrimônio cultural imaterial no Brasil: o registro da capoeira como estudo de caso*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. (Coleção Ciências Sociais Passo-a-Passo).

G1 PERNAMBUCO. Literatura de cordel recebe título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. *G1 Pernambuco*. 19 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2018/09/19/literatura-de-cordel-recebe-titulo-de-patrimonio-cultural-imaterial-brasileiro.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Iphan, 1996.

_____. O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural no Brasil. In: IBPC. *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *O registro do patrimônio imaterial – dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Iphan, 2000.

_____. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil – 2003 – 2010*. Brasília: Iphan, 2010.

LOWANDE, Walter. Orientando-se em meio a lapsos: considerações sobre a produção historiográfica relativa às políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil. *Revista CPC*, São Paulo, n. 15, p. 50-66, nov. 2012-abr. 2013.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

NERY, Natuza; GAMA, Paulo. Fora do governo, Calero acusa Geddel de pressioná-lo para liberar obra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2SqnfWF>>. Acesso em: 31 out. 2018.

NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha; TRINDADE, Isabella Leite; CÂMARA, Andrea Dornelas. O cais onde o patrimônio atraca: o Cais José Estelita como parte integrante da paisagem cultural do Recife. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 3., Belo Horizonte, 2014. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/87.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2014.

_____. #resisteestelita – pelo direito a preservação do cais. *Vitruvius*, São Paulo, ano 15, maio 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.178/5507>>. Acesso em: 31 out. 2018.

O DIA. Cais do Valongo recebe título de Patrimônio Mundial da Unesco. 23 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-dejaneiro/2018/11/5595818-cais-do-valongo-recebe-titulo-de-patrimonio-mundialda-unesco.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RIBEIRO, Elisa Vaz. Da subjetividade ao discurso da cientificidade: paradoxos acerca da historiografia do Sphan. *Revista CPC*, São Paulo, n. 15, p. 27-49, nov. 2012-abr. 2013.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. Patrimônio: história e memória como reivindicação e recurso. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília (Org.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

_____. Relatório final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *O registro do patrimônio imaterial – dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Iphan, 2000.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980 (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 31).

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas*. 2010. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Jaqueline de Oliveira; LEAL, João. Culturas objetificadas, inventadas, vividas. As políticas para o patrimônio cultural imaterial e a atuação dos antropólogos. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 170-187, jan.-jul. 2016.

SILVA, Roberto Sabino. *Litígios patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2012.

SOTO, Cesar. Propostas das campanhas dos presidentiáveis para a cultura: museus. *GI*, Rio de Janeiro, 29 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/29/propostas-das-campanhas-dos-presidenciaveis-para-a-cultura-museus.ghtml>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SPHAN. Ver SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. TRF5 não encontra motivos legais para impedir construção de prédios no Cais José Estelita, no Recife. *GI*, Recife, 16 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/trf-5-considera-legal-leilao-do-terreno-dos-armazens-do-cais-jose-estelita-no-recife.ghtml>>. Acesso em: 31 out. 2018.

VELLOSO, Mariza. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio no Brasil – 1920/1970*. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

PARTE II

Formação e ação em políticas culturais e gestão da cultura

Formação e pesquisa em produção cultural

Flávia Lages de Castro¹

Luiz Augusto F. Rodrigues²

Começamos por apresentar um debate que vem tensionando o campo e é ainda inconcluso. Trata-se da forma como são entendidas as diversas atuações no campo da organização e mediação cultural – e mesmo das diferentes (e muitas vezes coincidentes) terminologias utilizadas. Em que concernem a formação e a atuação profissional do produtor cultural, do gestor cultural, do agente cultural etc.?

Preferimos nos afastar de qualquer dicotomia muito fechada entre os termos, até mesmo por conta de nosso lugar profissional, que não se configura necessariamente a partir de tais premissas. Entretanto, não podemos nos esquivar de detalhar um pouco mais certas tensões existentes.

A formação da área de organização, administração e gestão das artes e da cultura é bem recente. As primeiras publicações, surgidas ainda nas décadas de 1970 e 1980, referiam-se a aspectos operacionais, em especial ligados ao teatro³ ou mesmo ao *marketing*, como na publicação de 1993.⁴ Os próprios estudos em políticas culturais e/ou a referência a esse campo de pesquisa eram ainda incipientes e recentes. Pode-se citar, por exemplo, os estudos de Micelli e Gouveia, de 1985, fruto de uma pesquisa encomendada pela Fundação Nacional de Artes (Funarte) ao Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp), cujas considerações

1 Professora adjunta do Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando na graduação em Produção Cultural e na pós-graduação em Cultura e Territorialidades. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF e do Laboratório de Ações Culturais (Labac/UFF). E-mail: flavialages@id.uff.br.

2 Professor titular do Departamento de Arte da UFF, atuando na graduação em Produção Cultural e na pós-graduação em Cultura e Territorialidades. Coordenador do Labac/UFF. E-mail: luizaugustorodrigues@id.uff.br.

3 BRITO, Moema Renart de. *Manual de administração teatral*; LYRA, Heloisa (Org.). *A cena pelo avesso: subsídios para apostila sobre a organização do conhecimento da administração teatral*.

4 MUYLAERT, Roberto. *Marketing cultural & comunicação dirigida*.

se estendem ao trabalho comparativo sobre as políticas de preservação do patrimônio em Inglaterra, Estados Unidos e França.⁵

Destaque-se que a primeira metade da década de 1990 foi o contexto de ampliação dos investimentos em cultura por meio do modelo de renúncia fiscal, sobremaneira aplicados em projetos artístico-culturais definidos prioritariamente por agentes do mercado, contando com recursos públicos. Trata-se das Leis Rouanet (1991) e do Audiovisual (1993), baseadas na renúncia de tributo federal (imposto de renda) e, em âmbito estadual, a pioneira lei paulista de 1990 – popularmente denominada Lei Mendonça.⁶ Foi nesse contexto de insipiência de estudos⁷ e de ampliação da presença de agentes do mercado que foi aprovado o curso de graduação em Produção Cultural da UFF no ano de 1995, com primeiro ingresso de alunos no ano seguinte. Surgiu, portanto, na premência de se pensar criticamente o desenvolvimento de projetos, ações e políticas no campo da cultura, e não somente de preparar tecnicamente os discentes para a formulação e o desenvolvimento específico de projetos culturais.

Nosso objetivo neste texto é pensar sobre os contextos intelectuais daquele momento, refletir sobre produção/gestão/política cultural e – sobretudo – detalhar a pioneira formação em Produção Cultural da UFF (tanto seu escopo formativo quanto as pesquisas dele oriundas).

FORMAÇÃO DE “AGENTES” DA CULTURA: CONJUNTURA HISTÓRICA

O contexto histórico no qual nascem as questões que redundam na imperativa necessidade de melhor aparelhamento técnico/intelectual dos agentes de cultura surge concomitante com a embrionária conscientização de setores populares e políticos sobre a importância das políticas culturais. Ou seja, afirmamos aqui que nascem paralelos e correm no mesmo sentido a noção de importância – em e para alguns setores – das políticas

5 MICELLI, Sergio; GOUVEIA, Maria Alice. *Política cultural comparada*.

6 O incentivo fiscal à cultura foi implementado no Brasil pela Lei Sarney (lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986) e consolidado pelas Leis Rouanet (lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991) e do Audiovisual (lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993), consideradas de “inegável desenvolvimento à produção e à circulação de bens culturais no País”, conforme apresentado no site do Ministério da Cultura (MinC) (AGÊNCIA CÂMARA. Renúncia fiscal para incentivo à cultura poderá aumentar). A Lei Mendonça (lei nº 10.923, de 30 de dezembro de 1990) é uma prescrição municipal de São Paulo.

7 Cabe destacar – embora alguns anos mais tarde – a publicação da primeira obra de referência nessa área de estudos. Trata-se do *Dicionário crítico de política cultural*, organizado por Teixeira Coelho e publicado em 1997.

em cultura e dos que tenham habilidades para lidar com estas. Não é de se estranhar, portanto, que nos anos 1980, no Brasil, tenhamos um tom amador apoiado em engajamentos sociais que:

[...] nos primeiros anos de profissão no setor se desenvolveram uma série de atividades que poderíamos denominar como encontros-formação, através de jornadas, congressos, seminários que não tem um componente formativo, no sentido estrito, [...] mas exercem uma função capacitadora clara e explícita destes novos profissionais da gestão cultural. Muitas dessas atividades se orientam mais para intercâmbio de experiências que para a construção de um *corpus* formativo ou um programa de conteúdos explícitos [...].⁸

Essa é, permitindo-se aqui uma elucubração, uma característica ainda presente na formação de base, de chão, do agente cultural. Muitos ainda são formados à romana: *per exemplo* – pelo exemplo, ou pela necessidade do seu próprio fazer artístico e/ou ação político-social de sua comunidade. Isso posto, pode-se considerar que a pouca ou nenhuma distância entre engajamentos políticos sociais e ações em cultura não é, majoritariamente, subproduto do agir cultural, mas está no substrato da formação.

No Brasil, a parceria entre Estado e iniciativa privada, tendo o primeiro como incentivador – ainda que nominal – e o segundo como beneficiário de políticas de renúncia fiscal, acabou por ampliar um mercado de cultura que antes era suprido por um número menor de pessoas quando se tratava da cultura “reificada” e redundou em uma ampliação da noção de política cultural, até porque passou-se a considerar outros atores como primordiais para a formação e realização dessa e de outras políticas no Brasil.

Isso, inclusive, porque no final da década de 1980, conforme indicado a seguir, a sociedade civil era vista como dotada de qualidades morais que gerariam uma diversidade de atores espontâneos posicionados além de interesses econômicos ou políticos particulares, haja vista seu pressuposto coletivo. Isso porque:

Sociedade civil e participação aparecem como elementos-chave em agendas diversas de reforma da democracia como, por exemplo,

8 MARTINELL SEMPERE, Alfons. *La gestión cultural*, p. 6, tradução nossa. No original: “en los primeros años de encargo profesional en ese sector se desarrollan una serie de actividades que las podríamos denominar como de encuentro-formación, a través de jornadas, congresos, seminarios que no tienen un componente formativo, en el sentido estricto, [...] pero que ejercen una función capacitadora clara y explícita de estos nuevos profesionales de la gestión cultural. Muchas de estas actividades se orientan más al intercambio de experiencias que a la constitución de un corpus formativo o un programa de contenidos explícito [...]”.

aquelas do aprofundamento da democracia (*deepening democracy*), da transparência e controle social das instituições políticas (*social accountability*), do fortalecimento da capacidade de ação e participação da sociedade na gestão pública (*empowered participation*), da democracia deliberativa e, é claro, nas literaturas da democracia participativa e da própria sociedade civil.⁹

É, para nós, claro que a construção da economia da cultura, desde seus primórdios, somada à conjuntura do período que engloba o final da década de 1980 e o início da década de 1990, valoriza – de alguma forma – fazeres da sociedade civil, nos quais percebemos os movimentos de profissionalização com formação específica na área de gestão e política cultural.

Se, num primeiro momento, as leis trouxeram maior profissionalismo a artistas e produtores culturais individualmente, posteriormente pôde ser observado também o desenvolvimento de segmentos artísticos inteiros. A partir das experiências de sucesso de alguns representantes de áreas artísticas específicas na utilização das leis, esse aprendizado foi disseminado, levando outros profissionais a buscarem oportunidades semelhantes. [...] Passaram a ocorrer também exigências de maior profissionalismo dos responsáveis pelos processos de viabilização das atividades culturais, agora ofertadas em maior volume de forças (além do meio cultural em si, governo, empresas, sociedade) num processo de afinação de linguagens e expectativas. Além dos conhecimentos diretamente relacionados ao ofício artístico propriamente dito e à colocação dos trabalhos em contato com seus públicos, esse cenário fez com que se tornasse fundamental a percepção do alcance e da dimensão social das produções culturais, por parte de todos os profissionais envolvidos em sua realização.¹⁰

Deve a universidade ser a única a formar os elementos agentes da cultura? Sem dúvida, em 1995 reclamava, com certa razão, Teixeira Coelho da ausência – segundo ele, de proporções olímpicas – da universidade brasileira na responsabilidade da formação de agentes de cultura.

A figura do agente cultural, do animador cultural, do mediador cultural ou outro nome com que se queira chamá-lo, tornou-se uma exigência do público e da própria dinâmica cultural. A universidade brasileira, no entanto, a tem ignorado olímpicamente. Secretarias de cultura e instituições privadas vêm, há anos, tratando

9 GURZA LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil, p. 78.

10 CORRÊA, Marcos Barreto. *Do marketing ao desenvolvimento cultural*, p. 44-45.

de preparar como podem, e quando podem, esses recursos humanos [...]. A universidade, porém, evidenciando mais uma vez os tons paternalistas e patrimonialistas que a têm orientado ao longo da maior parte de sua existência, existe apenas para dar chance de nascimento ao artista que, mais tarde, produzirá obras das quais apenas uns poucos se apossarão.¹¹

Entretanto – embora o curso de Produção Cultural da UFF tenha nascido no mesmo ano da citação anterior –, imputar à universidade “a” responsabilidade de formação é relegar conhecimentos e fazeres competentes e brilhantes que já se realizavam sem esta “tutela” a um plano de inexistência ou a um valor secundário.

Essa questão é recorrente. Embora tenhamos formações universitárias de moldes e pressupostos diferentes no país, percebe-se em quase todas as Conferências Nacionais de Cultura que não é ponto pacífico:

[a] questão da formação dos profissionais, sejam eles das áreas de gestão ou das linguagens e práticas artísticas, está presente em praticamente todos os eixos [os cinco eixos temáticos com propostas para discussão na conferência]. A discussão varia entre a premência do reconhecimento formal de determinados saberes, a necessidade de ampliação de alguns cursos já existentes nos diversos níveis de ensino e a preocupação com a necessidade de criação de cursos de formação em novas áreas.¹²

Nós, do ponto de vista da academia, a consideramos agente primordial na formação da sociedade que almejamos, inclusive no papel de avalista tão exigido pela nossa sociedade positivista/iluminista. Por outro lado, concordamos com Alvarez, Dagnino e Escobar e vamos além, considerando que a cultura – seu fruir, seu fazer, seu refletir, seu gestar etc. – é algo ativo e, principalmente, relacional. Assim sendo, estes se realizam como processo “posto em ação quando conjunto de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros”¹³ – o que faz da universidade uma arena privilegiada, mas que não deve, jamais, ser a única.

11 COELHO, Teixeira. *Moderno pós-moderno*, p. 20.

12 CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil, p. 87. A autora se refere à 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005.

13 ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos, p. 24.

PRODUÇÃO, GESTÃO E POLÍTICA CULTURAL: DISCUTINDO OS TERMOS

O produtor cultural não é um executivo operacional de projetos culturais; ele é mais um estruturador do pensar e do agir no campo cultural, aquele que articula os campos da gestão e da política cultural.

Propomos nos afastarmos do embate, ainda recorrente, que articula produção cultural com produção executiva de projetos na área da cultura, assim como articula gestão cultural com gestão administrativa de equipamentos culturais, ou ainda gestão de órgãos públicos de cultura. Todos, a nosso ver, entendimentos que reduzem em muito a área. Além disso, nos encontramos num campo no qual as próprias terminologias se encontram em disputa. Como apontado por Rodrigues:

“Produtor cultural” são os artistas e criadores, dizem os produtores de cultura. “Gestor cultural” é o secretário ou ministro de cultura, precipitam-se outros a dizer. Sugiro não utilizarmos as palavras produtor e gestor a partir de seus significados imediatos fora do campo cultural. Ou melhor: proponho colocarmos o foco na palavra “cultura”, buscando entender cultura enquanto valor gregário que nos coloca em movimento em direção ao outro (ou aos outros) e enquanto referência estruturante das subjetividades, entendimentos e posicionamentos dos sujeitos e grupos sociais frente às realidades e aos imaginários. Assim, o sentido de cultura é de instituição de processos (sempre em movimento, sempre sujeito a novas percepções e disputas), mais do que de reafirmação de práticas que se dão no consenso. Entendo que a cultura, embora assentada nos preceitos da memória e da tradição, é e deve ser movida pela capacidade de reinventar-se, pelo vir a ser. Sob tal argumentação, entendo que a denominação “produção cultural” é substantivada pela palavra “cultural”, e, portanto, não significa a produção em si. Utilizemos a expressão “produtores de cultura” para nos designar a nós todos; “produtores artísticos” para referenciar os sujeitos que operam processos no campo das linguagens expressivas, “produtores executivos” para os que se encarregam da operacionalização de processos culturais (projetos culturais, instituições etc.), deixando que o termo produtor cultural se refira àquele sujeito social mediador de processos que fortaleçam as práticas culturais dos indivíduos e grupos. Particularmente, tendo a não colocar muita oposição entre a concepção apontada para o produtor cultural e aquela que entendo se referenciar ao gestor cultural, também ele um mediador e estimulador de processos sociais e culturais no campo das práticas culturais. Assim, deixo o termo “gestor institucional” ou “gestor público” ou “gestor de projetos, de programas ou de ações culturais”

ou “gestor de equipamentos culturais” e assim por diante para designar cada inserção específica em que o sujeito social estiver inserido. Mas saliento: em se tratando do universo da cultura, é essencial que os gestores/produtores todos que operam nesse campo sejam “gestores/produtores culturais”.

O que me parece mais adequado é que a utilização do termo “gestão ou produção cultural” pressuponha a “promoção e fomento de processos e mediações no campo cultural, com suas diferenças e negociações imanes”¹⁴.

Propusemos,¹⁵

[...] que as terminologias sempre deixem clara de que inserção na gestão se está falando, e mesmo em que etapa do circuito cultural os sujeitos sociais estão envolvidos. Assim, pode-se falar (embora não de forma exaustiva ou conclusiva) em diferentes categorias/funções (destaque-se que muitas funções comumente se interpenetram):

CRIAÇÃO/PRODUÇÃO DE CULTURA

- criadores e demais produtores de cultura
- técnicos no universo da cultura

FOMENTO DO BEM CRIADO/PRODUZIDO

- *promoters*
- agenciadores de artistas/grupos
- produtores executivos
- marqueteiros e divulgadores
- captadores de recursos financeiros
- formatadores de projetos culturais

TRANSMISSÃO/PRESERVAÇÃO DA CULTURA

- formadores/professores/escritores
- curadores e críticos
- profissionais de preservação
- legisladores

GESTÃO DE PROCESSOS

- gestores de projetos culturais
- gestores de carreiras artísticas
- gestores de instituições culturais
- gestores de espaços culturais
- gestores de políticas em cultura (governamentais ou não)

14 RODRIGUES, Luiz Augusto. Produção cultural na Universidade Federal Fluminense, p. 144-146.

15 CASTRO, Flávia Lages de; RODRIGUES, Luiz Augusto F. *Cultura e gestão cultural*, p. 18-19.

USO/FRUIÇÃO DO BEM

- mediadores culturais
- agentes culturais
- produtores culturais
- gestores culturais etc.

É sempre bom reforçar que política cultural não se trata exclusivamente de ações governamentais, como já chamaram a atenção diversos autores, entre eles García Canclini, Bayardo, Coelho e Barbalho. Peguemos a definição de García Canclini, que defende que política cultural é o “*conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social*”.¹⁶

Acrescentamos, também, a concepção sobre *desculturalizar* a cultura, como apontado nas palavras de Victor Vich:

A proposta de desculturalizar a cultura implica então em arrancar a cultura de sua suposta autonomia e utilizá-la como recurso para intervir na transformação social. As políticas culturais atuais devem posicionar-se, acima de tudo, como agentes críticos da modernidade que Walter Benjamin figurou como um pavio aceso. Em sua opinião o progresso, liderado somente por uma pura acumulação do capital, não se dirige ao desenvolvimento, mas à destruição do mundo. Benjamin¹⁷ sustentava: “É preciso cortar o pavio ardente antes que a chama alcance o dinamite” ([1955] 1987, p. 64).¹⁸

MAPEAMENTOS DA FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL (2018) E SUAS TERMINOLOGIAS

Segundo Rodrigues,

[...] há grande indefinição sobre as terminologias utilizadas para os cursos na área de produção e gestão da cultura, e isso desde os primórdios da formação, na década de 1990. Ainda hoje, as

16 GARCÍA CANCLINI, Néstor (Ed.). *Políticas culturales en América Latina*, p. 26.

17 O autor se refere à obra: BENJAMIN, Walter. *Dirección única*. Madri: Alfaguara, 1987. 1. ed. Alemã 1955.

18 VICH FLÓREZ, Victor Miguel. *Desculturalizar a cultura: desafios atuais das políticas culturais*, p. 20.

denominações e tipologias são bem diversas, e mesmo diferenciadas. Em termos de graduação, encontramos três formatos principais: bacharelado independente, habilitação em outro bacharelado, graduação tecnológica. Os dados gerais do país, segundo mapeamento em periódica atualização (estudos em parceria com a ABGC, já citados) remetem para: três bacharelados denominados Produção Cultural (UFF/*campus* Niterói, UFF/*campus* Rio das Ostras, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ/*campus* Nilópolis), um bacharelado em Produção e Política cultural (Universidade Federal do Pampa – Unipampa/*campus* Jaguarão) e um bacharelado interdisciplinar com concentração em Política e Gestão da Cultura (Universidade Federal da Bahia – Ufba/*campus* Ondina). Tem-se ainda o campo de gestão e organização da cultura como ênfase (ou habilitação) em graduações mais “tradicionais”, como: Comunicação Social com ênfase em Produção em Comunicação e Cultura (Ufba/*campus* Ondina), Comunicação Social com ênfase em Mídias Sociais e Produção Cultural (Universidade Federal de Pernambuco; o mais recente dos cursos), Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural (Unipampa/*campus* São Borja), Administração com ênfase em Marketing e Entretenimento (Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM/*campus* Rio). Fica evidente a pluralidade e diversidade de enfoques.

Se observarmos as graduações tecnológicas (estas em bem maior quantidade e diversidade regional no país), as denominações variam em: Produção Cultural, Gestão Cultural, Gestão de Eventos. Em percentuais gerais, por região, tem-se: região Norte sem nenhum curso, Nordeste com quatro cursos (14%), Centro-Oeste com seis cursos (21%), Sul com cinco cursos (17%) e Sudeste com 14 cursos (48%), sendo que destes 48%, 64% estão localizados no estado de São Paulo.¹⁹

Dada a imprecisão dos termos utilizados, propomos sair do embate terminológico, nominando – se necessário – por uma tríplice fusão: produção/gestão/mediação cultural.

19 RODRIGUES, Luiz Augusto F. Produção cultural na universidade federal fluminense: trajetória e atualidade de um bacharelado (e outras reflexões), p. 143-144. A citação faz referência ao mapeamento nacional da formação na área da gestão/produção cultural desenvolvido a partir de 2010 (e atualizado até 2018), numa parceria entre o autor e a Associação Brasileira de Gestão Cultural (ABGC). Ver RODRIGUES, Luiz Augusto F.; MARCO, Kátia de. *Mapeamento da formação em gestão, produção cultural e entretenimento*.

PRODUÇÃO CULTURAL DA UFF – ESTRUTURA E PRODUÇÃO MONOGRÁFICA

O bacharelado em Produção Cultural da UFF foi criado em 1995, tendo seu primeiro ingresso em 1996 e os primeiros formandos em 2001. O curso sofreu seu primeiro ajuste curricular em 2000, momento no qual foi reduzida a carga horária em disciplinas da área das artes plásticas (o curso foi criado pelo Departamento de Arte, o que – originalmente – o marcou em demasia) e acrescidas disciplinas de planejamento cultural. Com a reforma curricular de 2000, as linguagens artísticas passaram a ter apenas uma disciplina de fundamentos para cada uma das seis expressões (artes visuais, audiovisual, teatro, dança, literatura e música), somadas a algumas disciplinas de teoria da arte. Tal ajuste permitiu reforçar a ênfase em planejamento e gestão. O curso é estruturado em disciplinas que articulam três eixos: 1) linguagens artísticas; 2) teorias da arte e da cultura; e 3) planejamento e gestão da cultura. Desse terceiro eixo, quatro disciplinas são projetuais (Projeto Cultural I, II III e IV) e outras enfocam subsídios de cunho mais teórico que respaldam as disciplinas de Projeto, que por sua vez apresentam focos que vão se alargando, conforme a seguir:

- PROJETO CULTURAL I: planejamento do evento cultural e sua formatação, tendo em vista seu enquadramento nas leis de incentivo e/ou busca de patrocinadores.
- PROJETO CULTURAL II: a dimensão do planejamento institucional de espaços culturais.
- PROJETO CULTURAL III: planejamento e articulação de ações culturais com grupos culturais e sociais diversos.
- PROJETO CULTURAL IV: planejamento cultural em escala municipal ou regional.

Quando foi criado o curso, o contexto nacional demandava profissionais que atuassem criticamente no campo cultural, diante da importância quase que exclusiva das leis de incentivo cultural baseadas na renúncia fiscal. Passados 20 anos, a necessidade principal, a partir de 2005, passou a ser formar quadros capazes de atuar e fortalecer a gestão de processos e de políticas na área da cultura.

Em se tratando de área nova no país, sem parâmetros curriculares que lhes antecedam e instruem, as dificuldades são sempre mais

complexas, a começar pelo próprio nome da graduação (como já apresentado), e evidenciadas pelo ainda baixo quantitativo de cursos superiores nesse campo. Outro estudo a se registrar é o mapeamento de alunos e ex-alunos do curso de Produção Cultural da UFF/Niterói,²⁰ desenvolvido em 2011, que buscou identificar a trajetória dos egressos e os caminhos da formação durante o curso na instituição. Tais estudos foram publicizados no Encontro Internacional Formação em Gestão Cultural, realizado pelo Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc/SP) em 2012 e publicados na revista editada pelo Labac/UFF em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT/UFF).²¹

Em 2011, procedeu-se novo ajuste curricular no projeto político-pedagógico do curso, fruto de discussões periódicas com os alunos que resultaram em algumas alterações.

Segue a estrutura curricular vigente com a reforma de 2011, com indicação das três grandes áreas que estruturam o curso. Observa-se que, com exceção das cargas horárias indicadas, todas as demais são de 60h semestrais, ou seja: 4h/semanais durante 15 semanas. Todas as disciplinas são ligadas ao Departamento de Arte, à exceção de três externas (a saber: Introdução à Administração, Introdução à Filosofia – ou disciplina afim – e Realidade Socioeconômica e Política Brasileira).

Como requisito final, o trabalho de conclusão de curso (TCC) é defendido perante banca integrada pelo(a) orientador(a) mais dois membros.

20 É importante apontar que em 2005 foi criada extensão de turma no polo da UFF no município de Rio das Ostras, que posteriormente passou a se configurar como curso independente ao da sede em Niterói.

21 *PragMATIZES: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, disponível no site <www.pragmatizes.uff.br>. Tais estudos se encontram no artigo a seguir: RODRIGUES, Luiz Augusto F. Formação e profissionalização do setor cultural: caminhos para a institucionalidade da área cultural.

Figura 1 – Estrutura curricular



Fonte: elaborado pelos autores.

PLANILHAS E GRÁFICOS ACERCA DOS TCCS

Os estudos a seguir se referem à indexação temática (feita livremente, em sua maioria a partir dos títulos dos trabalhos monográficos) dos TCC do bacharelado em Produção Cultural da UFF/Niterói, defendidos ao longo da existência do curso, dos primeiros trabalhos apresentados em 2001 até o ano de 2017, totalizando 600 monografias.

Deixamos apenas os dados de título e ano. Autoria e docente orientador/a de cada trabalho podem ser encontrados no *site* do Labac/UFF.²²

Os trabalhos foram aqui catalogados por temática específica, segundo quatro categorias macro: 1) política e gestão cultural *stricto sensu* (incluindo-se aqui reflexões sobre direitos autorais e patrimônio); 2) política e gestão cultural *lato sensu*, trazendo enfoques transversais: diversidade, identidades de gênero, apropriação dos territórios pela cultura, identidades etc.; 3) produção cultural com foco nas expressões artísticas; e 4) administração/gestão executiva.

Tabela 1 – Relação eixo temático / quantitativo de trabalhos

Eixo temático	Quantitativo
Política e gestão cultural <i>stricto sensu</i>	113
Política e gestão cultural <i>lato sensu</i>	231
Produção cultural com foco nas expressões artísticas	127
Administração/gestão executiva	128
Total de monografias	599

Fonte: elaborado pelos autores.

22 UFF. Bacharelado em Produção Cultural. *Indexação dos trabalhos de conclusão de curso (2001-2017)*.

Figura 2 – Política e gestão cultural *stricto sensu*



Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 1 – Relação tema / ano de monografias apresentadas

TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
1 – Política e gestão cultural = 53	
O papel do Estado brasileiro na cultura	2002
A arte como ferramenta de transformação social	2003
Cultura instrumento de transformação social: o caso do Programa Escolas de Paz da Unesco	2003
Inventivas oficiais: um estudo sobre a trajetória das políticas culturais no Brasil	2003
A cultura no desenvolvimento social	2004
Cultura – uma ecologia humana: uma abordagem da cultura a partir do pensamento ecológico	2004
Cultura, cidadania e construção social: o papel dos agentes culturais	2004
O caminho da transformação através da arte-análise do grupo Nós do Morro	2004
Produção cultural-globalização-cultura: vozes circulares	2004
Sobrado cultural: uma abordagem sobre políticas públicas de juventude orientadas pela cultura	2004
A produção cultural para a inclusão social – análise de projeto de articulação e inclusão social	2005
Cooperação cultural internacional: a ibero-americana e os desafios contemporâneos	2006
Cultura e qualidade de vida nas plataformas marítimas	2006
O indivíduo e a ação local: elementos para uma gestão pública em cultura	2006
O produtor cultural e a colonialidade: a questão latino-americana e o estudo do caso acreano	2006
A arte como inclusão social: estudo de caso sobre o grupo cultural Afroreggae	2007
Brésil, Brésils: l'année du Brésil en France a partir de uma política de diplomacia cultural	2007
Ética e política cultural: uma análise do Programa Cultura Viva	2008
Os perigos e benefícios do nacionalismo cultural brasileiro	2008
Produção cultural: o curso, o mercado e os mecanismos	2008
Transformação na realidade: uma proposta para efetiva inserção social	2008
De ponto a ponto: o desafio na construção, implementação e apropriação de uma política e seu relacionamento com o lugar	2009
Festival Panorama – 20 anos de história que resultaram numa estrutura de trabalho madura e inovadora	2010
Identidades culturais em trânsito: por uma gestão cultural relacional	2010
Perspectivas de integração cultural na América do Sul	2010
Programa Cultura Viva: cultura, juventude e política	2010

Projeto cultural: reflexões para além de um instrumento técnico	2010
Reestruturação do portal do curso de produção cultural	2010
Arte, público e produção cultural	2011
Da renúncia fiscal à democracia cultural: uma saída plausível para as políticas culturais no Brasil	2011
Fórum Nacional de Gestão Cultural	2011
Gestão cultural a partir de uma abordagem micropolítica	2011
Museu, sociedade e desenvolvimento – o Núcleo Experimental de Educação e Arte/ MAM – RJ e a construção de uma gestão participativa	2011
Virada Cultural de São Paulo – análise dos aspectos culturais do evento	2011
Ações para a ampliação do acesso à cultura: o exercício da democratização da cultura nos editais de seleção pública de projetos	2012
Cidadania cultural: proposta de construção de políticas públicas culturais	2012
Políticas culturais aplicadas nas favelas do Cantagalo e Batan diante da instalação das UPP's	2012
Produtor cultural em formação: tipologia da graduação e campo profissional no Brasil	2012
Uma visão sobre o campo da cultura: políticas públicas culturais e educacionais no Brasil Contemporâneo	2012
Vuelvo Al Sur: panorama da gestão de residências artísticas no Mercosul	2012
Compartilhando cultura: gestão compartilhada e sistema municipal de cultura – um estudo de caso	2013
FICA: um evento sustentável? Um estudo de caso baseado na norma ISO 20.121	2013
A apropriação do produtor cultural sobre o conceito de animador cultural	2014
A experiência multicultural e a produção coletiva de identidade: mapeamento e análise da população de tripulante à bordo de navios do tipo transatlântico	2014
Cooperação internacional e formulação de políticas culturais: o modelo Unesco	2014
Entre um passo e outro: estudos de público do balé clássico e da dança contemporânea na cidade do Rio de Janeiro	2014
O Cultura Viva e a economia criativa: ensaios sobre as políticas culturais no Brasil contemporâneo	2014
A produção cultural em tempos de (des)encantados	2015
Coletivo Chama – a importância do gestor cultural na elaboração de estratégias para afirmação artística	2015
Democracia cultural: o edital de ações locais como um estudo de caso	2015
Periferias cariocas e a descentralização das políticas públicas de cultura da cidade	2015
A formação do gestor cultural: uma experiência do projeto TV Bandejão e suas contribuições para a formação acadêmica de produção cultural	2017
Seminário do Plano Municipal de Cultura de Ipatinga	2017

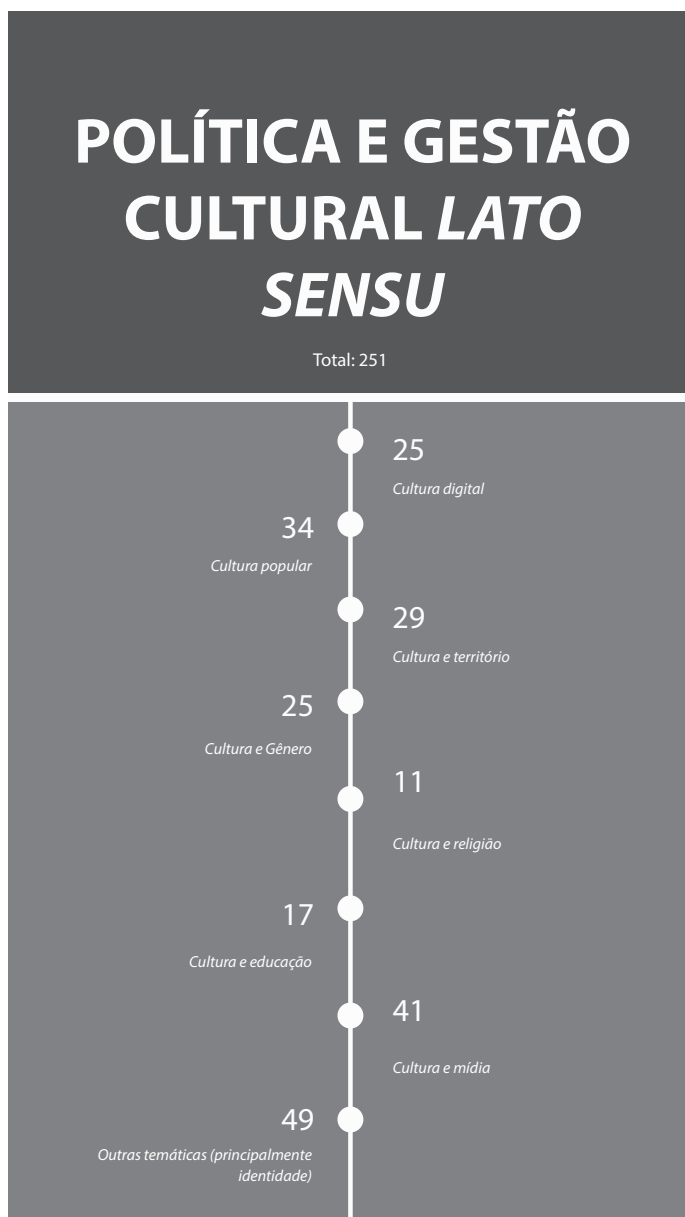
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
2 – Gestão de políticas municipais de cultura = 39	
Revisitando Itaboraí	2001
Abraçando Muriqui: um programa de ações culturais para a região de Muriqui – Niterói	2001
Cidadania cultural e as artes visuais: proposta para São João de Meriti	2002
O terceiro setor e a comunidade: o caso da ONG ASAC no município de São Gonçalo	2003
O incentivo à cultura como emblema e significação na disputa à prefeitura municipal de Ouro Preto	2004
Santos Reis: estudo de manifestação cultural no município de Valença-RJ	2004
O uso da cultura como instrumento de legitimação do governo: uma proposta de política pública de cultura para o município de Itaboraí – RJ	2005
Luís Antônio Pimentel e a vida cultural na Niterói dos anos 1930	2006
Política e gestão: um olhar crítico sobre a cultura de Teresópolis	2006
Arte religiosa e cultural: um estudo das políticas culturais de Niterói e São Gonçalo	2006
Estudo de factibilidade cultural: as transformações e o impacto sociocultural ocasionado pela implementação da Petrobras na cidade de Macaé a partir do bairro da Imbetiba	2007
Os entre-meios do lugar: Charitas e a produção cultural do espaço	2007
Miguel Pereira: desenvolvimento urbano através da cultura e do turismo	2007
Panorama cultural de Macaé 2007	2007
De portas abertas e ladeiras abaixo... Arte pública nas ruas de Santa Teresa, Rio de Janeiro	2007
O papel da política cultural na preservação da memória e identidade de Arraial do Cabo/RJ e no desenvolvimento do município	2008
Cultura em Niterói: uma análise da política cultural no município entre 2006-2008	2009
Análise do campo de atuação do produtor cultural em espaços expositivos: um estudo de caso no município de Cabo Frio	2010
Macacucine – o amor é filme: primeiro festival de cinema da cidade de Cachoeiras de Macacu – RJ	2010
Políticas culturais em contextos periféricos: o caso da cidade de São Gonçalo	2010
Festival de esquetes de Niterói – uma análise comparativa entre as duas edições	2010
Políticas públicas para a cultura em Nilópolis: identidade e memória	2010
Teatro de rua em Niterói – descobrimo o teatro e suas potencialidades nos caminhos e praças da cidade	2011
Ação cultural e cidadania para Magé	2011
Uma Nova Friburgo: as transformações de seu cenário cultural	2011
Catumbi: decadência irremediável?	2011

Cultura popular e gestão cultural municipal: um estudo de caso da manifestação do Jaraguá, Anchieta, ES	2011
Breve análise da política cultural no município de Nilópolis – RJ	2011
Arariboia e a Noiva de Cocar: um estudo referente aos reflexos da hibridização cultural em Niterói no século XVI	2012
Projeto de formação de agentes culturais no município de Barra de Pirai	2012
Niterói através dos cinemas: uma análise das relações do niteroiense com os cinemas de rua entre 1950 e 1989	2013
O uso do vídeo participativo como ferramenta para uma mobilização social com a população de rua da cidade do Rio de Janeiro: projeto cineclubes Luzes da Cidade	2013
Cabo Frio, tu és dotada de belezas mil: um estudo de caso sobre o turismo cultural no município de Cabo Frio	2013
Niterói Sk8 Downhill – festival de cultura urbana	2014
Nos trilhos cariocas: a estrada de ferro Central do Brasil e o subúrbio	2014
Artrua, Arte Core, O Cluster e FAU 021 – o circuito da economia da cultura nos principais eventos de arte urbana da cidade do Rio de Janeiro	2015
Diagnóstico sobre a dança na cidade de Niterói	2016
Rio: a parada é <i>funk</i> . Os processos de legitimação e repressão do poder público em relação à cultura <i>funk</i> , tendo como análise o evento “Rio Parada Funk”	2016
Primavera literária e cultural – fomentar e florescer a cultura em Nova Friburgo	2016
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
3 – Direitos autorais = 7	
MP3, pirataria e direitos autorais	2002
Guia sobre órgãos responsáveis pelo direito autoral da área musical	2003
Todos os direitos desviados: as possibilidades de licenciamento dos bens culturais no capitalismo cognitivo	2012
Direito autoral nas artes visuais: potencialidades do direito de sequência	2015
A economia da autoria: estudo de caso sobre o coletivo artístico Filé de Peixe	2015
Direito autoral e função social: um olhar sobre as produções acadêmicas através do caso <i>O jovem Frankenstein</i>	2016
Direitos intelectuais coletivos: a proteção jurídica de expressões culturais tradicionais de povos indígenas no Brasil	2017

TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
4 - Patrimônio = 14	
Patrimônio: uma história em cada esquina	2002
Inventário do patrimônio imaterial: antecedentes e trajetória na área patrimonial	2004
Corrida, cultura e patrimônio: o registro de bens culturais imateriais no Brasil	2006
O patrimônio cultural na formação de identidade local	2007
Patrimônio cultural imaterial: a solidez da fragilidade	2010
O turismo cultural e sua capacidade de promover a preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento econômico	2011
Turismo cultural: identidade, imagem e patrimônio cultural no caso de Paris	2012
Antigas estações, novos espaços culturais: estudo sobre experiências e possibilidade de refuncionalização do patrimônio cultural ferroviário brasileiro	2013
O ciclista aprendiz – pelos caminhos patrimoniais de Mário de Andrade	2013
Pedra do Sal: o resgate da memória africana em um dos berços do samba	2014
Não vivo do passado, é o passado que vive em mim: a intersecção entre patrimônio imaterial e <i>performance</i>	2014
Diálogos jongueiros – uma proposta de reflexão conjunta em torno da política de salvaguarda do patrimônio imaterial no jongo de Pinheiral – RJ	2014
Feira de antiguidade da Praça XV: atores sociais, contradições e ações de salvaguarda	2016
Patrimônio cultural e arte urbana: tensões e relações	2017

Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 3 – Política e gestão cultural *lato sensu*



Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Relação tema / ano de monografias apresentadas

TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
5 - Cultura digital = 25	
Espaços culturais virtuais: a arte e a cultura na internet	2001
A influência do áudio digital na produção fonográfica	2002
Portal de produção cultural na internet	2003
Comunidades virtuais: descrições, cartografias, dinâmicas	2004
Indústria fonográfica: da invenção do fonógrafo às mídias digitais	2004
<i>Blogs</i> : novos canais de comunicação social e plataformas emergentes para a produção cultural brasileira	2006
Cinema digital: as consequências da digitalização e o futuro para a sétima arte	2007
No palco, a plateia: como a “era da informática” vem transformando o espectador em protagonista e a criatividade em diferencial econômico	2007
“ <i>Soulseek</i> – ou a busca da alma”: tecnologias par-a-par e música digital	2008
A distribuição digital e a indústria fonográfica brasileira	2009
As cidades do conhecimento e da cultura	2009
Música e internet: o público como agente transformador	2010
No limite da preservação digital: um estudo da digitalização de acervos culturais	2010
A cultura do hiperconsumo no século XXI e os <i>sites</i> de redes sociais – usos e apropriações por consumidores e empresas	2011
Cinema digital e democracia da produção da sétima arte: breve estudo da produção cinematográfica digital brasileira a partir do filme <i>Apenas o fim</i>	2011
O impacto das novas tecnologias digitais no campo cultural: questões ético-legais e modelos alternativos de negócio	2011
Quando a revolução digital é revolução cultural: as ações do Ministério da Cultura, de 2003 a 2011, para a cultura digital no Brasil enquanto políticas culturais de Estado	2011
Cidades Refletidas: o Núcleo de Produção Digital – NPD Niterói e a fruição da fotografia	2012
Twitter e a banda McFly: o encurtamento da distância entre fãs e ídolos	2013
Projeto música no formato digital	2015
Profissão <i>youtuber</i> : um estudo comparativo entre os produtores de conteúdo audiovisual na <i>web</i>	2016
O consumo de <i>streaming</i> : o caso Spotify	2016
<i>Youtubers</i> : profissão, fãs e produção – o caso de Kéfera Buchmann	2016
Novas mídias e a profissionalização infantil: o caso dos <i>youtubers</i> mirins	2017
YouTube o consumo compartilhado: uma análise das interações entre <i>booktubers</i> e suas audiências	2017

TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
6 – Cultura popular = 34	
Intertextualidade momescas: um breve estudo sobre o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro	2002
Carnaval fora de época. Uma forma nova de lazer da pós-modernidade	2003
Círio de Santo Antônio e outras práticas culturais no município de Oriximiná – PA	2003
Meia lua inteira: sobre a multidimensionalidade da capoeira	2004
Da festa popular à indústria cultural: a reconfiguração do carnaval	2005
“Príncipe e sereias”: imaginário e magia na barquinha	2005
“Aldeia cultural: I Mostra de Conhecimento Tradicional de Aldeia Velha”: uma proposta ecológica	2006
Manifestações culturais e produção de subjetividades fora da lógica comercial	2006
Cordel com a corda toda: mediação e reconfiguração do popular no contemporâneo	2007
Comida e capoeira: patrimônios do Brasil	2008
Crescendo e aparecendo: a evolução visual da escola de samba	2008
Gesto e tradição na milenar cultura japonesa: a cerimônia do chá	2008
A voz popular: reflexões sobre a cultura popular brasileira através da vida e obra	2010
O carnaval de rua do Rio de Janeiro: o caso da patrimonialização da Banda de Ipanema	2010
Gastronomia e cultura: um diálogo gastronômico através da cozinha paraense	2011
Terreiro em movimento: o Encontro Festivo entre a tradição e a produção	2011
Capoeira ao redor do mundo: pesquisa para a realização de um documentário audiovisual	2013
Folia em ordem: uma análise do carnaval de rua contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro	2013
Os Filhos do Vento e sua festa à beira-mar: celebração e visibilidade das culturas ciganas na sociedade carioca contemporânea	2013
Reflexões sobre o fazer etnográfico: uma experiência de pesquisa de mapeamentos da produção cultural de favelas	2013
As três cidras do amor – desmembrando os contos populares	2014
Capoeira: da produção de subjetividade às políticas culturais	2014
Cardosão das Laranjeiras: é mais que um bloco!	2014
Cultura <i>pop</i> japonesa: consumo e identidade na tribo otaku	2014
Cultural popular carioca: uma análise do <i>funk</i> através da globalização	2014
De bar em bar: um estudo sobre as transformações da cultura culinária nos botequins através de um olhar sobre o festival Comida de Buteco em Belo Horizonte	2014
Escola de Folia de Reis Mestre Diniz: elaboração de um projeto cultural de preservação à cultura popular da folia de reis do morro Santa Marta	2014

O quilombo de candeia nos tempos idos de 2014	2014
Um bumba-boi carioca: memória e identidade maranhense em Parada de Lucas-RJ	2014
Apropriações de culturas tradicionais nos festivais de música eletrônica e cultura alternativa	2015
Mambo di Semba – um estudo da cadeia produtiva dos sambas enredo das escolas de samba do grupo especial do Rio de Janeiro	2015
O meu coração bate com surdo e tamborim: análise das formas de produção, organização e gestão do bloco "Simpatia é quase amor"	2015
Dos barracões às mídias: desfilando no carro alegórico da criação e mediação cultural do carnavalesco Paulo Barros	2016
O carnaval quem é que faz? O carnaval ainda quem faz é o folião: tensões e relações entre economia, política e cultura no carnaval de Salvador hoje	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
7 – Cultura e território = 29	
Sociabilidade no centro de Niterói	2001
30 anos do conjunto habitacional da Cohab Itaúna III – Salgueiro	2003
Cultura e turismo: instrumentos de revitalização de centros urbanos	2003
Grafite e o meio urbano: história e contexto	2003
Zona portuária: entre o passado e um futuro	2003
(Re)descobrimo a cidade: um estudo sobre o patrimônio mageense	2004
A união: cultura e território na terra da Mãe de Deus	2006
Cultura e urbanismo como elementos transformadores da cidade	2010
O espaço urbano e a sociabilidade: um estudo sobre a área portuária	2010
Uma experiência de ocupação em todos os espaços do cinema	2010
Uma visão do modelo multiplex sob o prisma do conceito de lugar	2010
A indústria cinematográfica e o turismo – representações culturais da cidade-destino	2012
A indústria do turismo e a apropriação e exploração de identidades locais: caso do Favela Tour	2012
O porto e as maravilhas: uma cidade em reconstrução	2013
Porto (cri)ativo: um estudo de caso da antiga fábrica Bhering sob influência do Projeto Porto Maravilha	2013
Vila Mimosa: o lugar que não estava lá	2013
A Copa do Mundo e a cidade neoliberal: Copa pra quem?	2014
Niterói e seu "caminho" para a modernização: o caminho Niemeyer e a cidade de Niterói	2014
Procura-te Inácio: cartografias do encontro na cidade	2014
Utopias e heterotopias no uso do espaço público da cidade de São Paulo – Virada Cultural	2014

A Itaipu das campanhas: identidade, território e luta em Itaipu	2015
A “velha roupa colorida” das revoltas de junho: o midiativismo e o direito à cidade	2015
Vozes do século XIX – a fazenda Ponte Alta e os seus usos atuais	2016
A produção cultural em Duque de Caxias como centralidade da disputa de novas narrativas sobre o território	2017
Largo da Batalha: das batalhas de confete às disputas simbólicas no território	2017
O corpo fixo na cidade: análise dos skatistas da Praça Olímpica de Teresópolis	2017
Projeto Porto Maravilha e a projeção na cultura: análise de equipamentos culturais na zona portuária do Rio de Janeiro	2017
Táticas pelo direito à cidade: usos múltiplos na Cinelândia	2017
Uma volta pelo setor sul de Goiânia	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
8 – Cultura e gênero = 25	
A Mãe d'Água, a Princesa de Bambuluá e outras histórias de Cascudo: a representação de personagens femininas em contos coligidos por Luís da Câmara Cascudo	2004
O perfil identitário da mulher carioca e a fofoca como um instrumento revelador	2007
Universalismo <i>versus</i> relativismo cultural, no mundo da arte e da cultura: o caso da clitoridectomia	2007
A figura feminina na música popular brasileira do século XXI	2008
Sísifo: o homem absurdo	2008
Cabides modernos, a tríade que influenciou o comportamento feminino da década de 50: moda, cinema e sociedade	2010
<i>Nouvelle vague</i> e a moda feminina nos anos 60	2011
A questão de gênero e a identidade da mulher carioca	2014
Ser-tão mulher: caminhos do olhar e outras perspectivas sobre a sertanidade	2014
A inserção da mulher no cinema: Agnès Varda e seus enredos subversivos	2015
A representação das “mulheres da classe C” em revistas femininas populares: hábitos, estilos de vida e consumo	2015
Barbie vs Hot Wheels: consumo e construção de gênero na infância – análise de propagandas veiculadas no canal Cartoon Network	2015
Configurações das identidades LGBTs e sua relação com a cultura do consumo e o capitalismo	2015
É melhor tu rabiscar! – re-existências, problematizações	2015
Literatura erótica escrita por mulheres: um estudo cultural do mercado literário e sexualidade feminina	2015
Círculo de mulheres: a ancestralidade da alma e a cura das relações	2016
Festivais de cinema <i>queer</i> – a construção de outros espaços no processo de empoderamento na comunidade LGBTTI	2016

Gênero, moradia e luta: narrativas resistentes das mulheres da Vila Autódromo	2016
Instituto Cacilda Borges: manifesto feminino no universo da música clássica	2016
Virar bofe não dá! A normatização da heterossexualidade e políticas culturais ético-identitárias como emancipação de identidades estigmatizadas	2016
A mulher do fim do mundo: um estudo sobre os discursos sociais de Elza Soares e partir de sua trajetória	2017
Meu <i>cosplay</i> , minhas regras: uma análise sobre o <i>cosplay</i> feminino e o espaço da mulher no universo <i>nerd</i> e <i>geek</i>	2017
Mulheres na arte – Pammela Castro: trajetória e discursos	2017
Mulheres na arte urbana – a experiência artística	2017
Transgeneridades e o corpo – território em disputa	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
9 – Cultura e religião = 11	
A igreja evangélica, modelos de sociabilização e estratégias de mobilização cultural da periferia carioca	2002
A religião e o espetáculo: símbolos e <i>pop stars</i> da indústria da religião	2002
Comunidade de aliança e vida Canção Nova: uma indústria cultural católica na era do espetáculo	2008
<i>Heavy metal</i> e cristianismo: relações satânico-cristãs	2008
O jovens da comunidade judaica no RJ: o caso do Hillel	2010
O budismo tibetano carioca	2011
Valei-me, meu padimciço: a religião como sistema cultural na cidade de Juazeiro do Norte-CE	2012
Candomblé Cultura Viva: impacto político e cultural na formação da sociedade brasileira	2013
Salve Jorge pelas ruas da cidade: uma observação participante do culto ao santo no subúrbio carioca – rito, sincretismo e devoção	2013
Indie <i>gospel</i> : interseções entre o <i>rock</i> e a religião cristã	2016
A casca da banana: espiritualidade pós-tradicional, estudo de caso: Fundação Internacional Arte de Viver	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
10 – Cultura e educação = 17	
Cidadania cultural pelas ações educativas: um estudo de caso sobre a exposição expressionismo alemão	2001
Arte-educação e filosofia: viajando no mundo das ideias	2002
Artes na educação: memórias de uma professora	2004

Obra de arte e experiência estética: apontamentos para o ensino das artes nas escolas públicas de nível fundamental	2008
O estudo do modelo educacional atual pela perspectiva da diferença	2009
Produção cultural e educação: um desafio de como trabalhar arte no ensino	2010
A produção cultural e a educação <i>soka</i> : a cultura de criação de valores humanos	2011
Uma primitiva e mágica visão de mundo: a relação eu-tu e a experiência estética na educação ambiental	2012
Artecaminhando	2013
Arte-educação e pedagogia de projetos: apontamentos para uma educação cultural	2013
Bem-vindos sejam ares de mudança: novos paradigmas para a escola e aportes da educação biocêntrica	2014
O produtor cultural nas escolas	2014
Os encontros da educação e da cultura: para a atuação do produtor cultural dentro da instituição escolar	2014
Cultura e educação: uma análise sobre o espaço escolar como produção da diversidade cultural brasileira	2016
A reforma do ensino médio e o campo cultural: uma análise da parceria público-privada entre o Instituto Ayrton Senna e a SEEDEUC/RJ	2017
O produtor cultural na escola: a contribuição da arte-educação na construção e expansão da criatividade	2017
Rota do amanhecer: pesquisa e elaboração. Os caminhos de aprendizagem na inovação social brasileira	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
II – Cultura e mídia = 41	
Celebridades, deidades, mitos e afins na indústria cultural	2002
A indústria cultural para além da cultura de massa	2002
A catarse enquanto fenômeno mítico contemporâneo	2004
A maior visibilidade do negro na mídia: novelas e publicidade	2004
“Que maravilha de fim de semana”: ética e estética nos programas de televisão	2004
A TV pública e o seu papel na sociedade: o caso da TVE Brasil	2006
Teledramaturgia e o imaginário brasileiro: uma análise etnográfica da minissérie <i>Hilda Furacão</i>	2006
Projac: real e imaginário na cidade dos sonhos da TV Globo	2007
A construção da celebridade no universo midiático contemporâneo – estratégias para o <i>branding</i> do ator do eixo Rio-São Paulo	2008
Ídolo e indústria cultural: a figura estratégica do popstar no mercado de emoções	2008
Produção de arte na TV: do seu surgimento à telenovela <i>Desejo proibido</i>	2008
Programas infantis de TV: cultura, entretenimento e consumo	2008
Telenovela: influência no comportamento	2008

A cultura das novas mídias: uma abordagem de como a cultura participativa está mudando as relações midiáticas	2010
A espetacularização do futebol. A mídia e a massa	2010
O uso de imagens amadoras: paralisia e mobilidade políticas	2010
<i>Esquenta!</i> Mediação cultural: tudo junto e misturado	2011
Filipetas: a inserção das micromídias no cenário cultural	2011
A construção da imagem pública de Luciano Huck: o “Lar doce lar” e os mecanismos de dádiva, dominação e exercício de poder	2012
A indústria cultural e os fãs da saga <i>Crepúsculo</i> : a convergência de interesses no universo midiático contemporâneo	2012
A moda e a mídia sob a ótica do <i>reality show Esquadrão da moda</i>	2012
Lady Gaga: desconstruindo o fenômeno	2012
O desafio da TV pública refletido na programação da TV Brasil	2012
Será que é só o Tufão que a Carminha manipula?: a retroalimentação das mídias com o objetivo de criar padrões de comportamento	2012
Virada imagética na televisão: o caso HBO através das séries <i>Família Soprano</i> e <i>Filhos do carnaval</i>	2012
A indústria cinematográfica hollywoodiana e a alta costura: as relações e influências entre as grifes e as estrelas convergindo no sucesso de público <i>Sex and the city</i>	2013
Comércio da fama: um panorama histórico sobre o fenômeno da celebridade	2013
É som de preto, de favelado e caso de polícia: a criminalização do <i>funk</i> e sua correlação com o poder público e a mídia	2013
A prática da produção de arte nas telenovelas brasileiras: o caso de <i>Cordel encantado</i>	2014
Quem conta a história? – parâmetros contemporâneos do dimensionamento e da caracterização de elencos nas telenovelas da Rede Globo	2014
A capa da Copa – o discurso da imagem veiculada nas capas de jornais durante a copa do mundo de 2014	2015
A culpa é realmente das estrelas? – um estudo sobre os <i>nerdfighters</i>	2015
A influência das mídias sociais contemporâneas na construção cultural do corpo	2015
De Bedrock a Springfield: representação nos desenhos animados do horário nobre	2016
De fã para fã: a cultura participativa na produção da <i>fanfiction</i> no fanfiction.com.br	2016
Fãs, instituições midiáticas e narrativa transmídia: análise do universo Marvel	2016
Identidade e representação dos fãs na cultura <i>nerd/geek</i> : analisando a Comic Con Experience	2016
Afeto, <i>performance</i> e a cultura fã: a cena <i>cover</i> de <i>K-pop</i> no Brasil	2017
Naruto além do <i>anime</i> : dinâmicas de consumo e disputas dos fãs da série	2017
Os impactos das novelas da Globo: a representação das empregadas doméstica na novela <i>Cheias de charme</i>	2017
Os olhos que tudo veem – interatividade, subcelebridade e <i>digital influencers</i> em Power Couple Brasil	2017

TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
12 – Outras temáticas (identidades etc.) = 49	
Da ironia e suas balbúrdias	2003
O brinquedo como instrumento cultural: uma revisão contextualizada do modelo socialmente aceito no Brasil e suas consequências	2003
Brincando com a cultura: a percepção de cultura da criança e sua apropriação pelos processos de produção cultural	2004
Um olhar do olhar de dentro	2004
A cor da cultura: uma ação afirmativa transformada em objeto cultural	2006
A terceira crise da representação: tecnologias e paradigmas	2006
Crítica & produção a partir de Walter Benjamin	2006
Os valores da arte	2006
O nós do cinema e a produção cultural de identidades	2007
A costura do invisível – um sistema de signos revestidos	2008
Cerimoniais dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007	2008
Mudança	2008
O tempo dos sem tempo	2008
A relação sociedade x tempo x trabalho: como o uso do tempo e a dedicação ao trabalho podem influenciar a vida contemporânea	2009
Eis que na calada noite surge um clube: produção coletiva e hibridação no Clube da Esquina	2009
Vendendo vinhos sem garrafas	2009
A arte de Sonia: um destino de exceção de imagem	2010
Alma brasileira	2010
Arte e atitude <i>punk</i> na cultura contemporânea	2010
Brasilidades na região parisiense: o olhar deslocado em uma terra de conflitos	2010
Ciclo natural: a necessidade da arte para a questão ambiental	2010
A sexualidade infantojuvenil nos quadrinhos: um estudo das adaptações à cultura contemporânea em <i>A turma da Mônica jovem</i>	2011
Cultura e identidade: indústria fonográfica – a percepção do novo e seu uso no caso <i>Born this way</i>	2011
O papel do intercâmbio internacional no processo de percepção do outro de si mesmo	2011
O tornar invisível da arte contemporânea e da produção cultural	2011
Por um mundo melhor: o Rock in Rio e a reconfiguração das identidades juvenis na pós-modernidade	2011
Chá das 5: produções culturais criativas	2012
Extensão em cena	2012

Grafite x pichação: analisando paradigmas estéticos e sociais	2012
Jornalismo cultural: as relações entre cultura e comunicação – um estudo de caso do jornal <i>Meia Hora de Notícias</i>	2012
O uso da cultura como recurso para uma mobilização social no território periférico: uma análise sobre o Instituto Raízes em Movimento (Complexo do Alemão – RJ)	2012
Sobre o espectador e a obra de arte: da participação à interatividade	2012
<i>Kitsch for dummies</i> : manual de instruções para novos usuários	2013
Erotismo no forró: “Eles só querem / só pensam em namorar”	2014
“Eu abro meu peito e canto amor por você”: uma análise sobre as identidades periféricas ativadas	2014
Complexo é ter identidade – juventude em formação no Alemão. A experiência Favelado 2.0 do coletivo GatoMídia	2016
Consciência sensível: caminho do autoconhecimento – o retorno da deusa por uma autoetnografia da Arca da Montanha Azul	2016
<i>Folk metal</i> : a apropriação e o hibridismo cultural	2016
Identidades em fluxo: uma análise sobre as construções identitárias dos sujeitos em deslocamento no curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense de Niterói – RJ	2016
<i>In dubio pro libertate</i> : a polêmica envolvendo o gênero biográfico e seu papel na construção social da memória	2016
Lou(cura): saúde mental, cultura e a iniciativa do Hotel da Loucura	2016
A importância dos festivais de música na construção do <i>êthos</i> da juventude: <i>millenials</i> , identidade, consumo da experiência e um estudo de caso do Lollapalooza Brasil	2017
Corpo tátil: a identidade pela diferença. Uma análise transpassando os conceitos de representatividade e inclusão social	2017
É hora de mosher! – uma pesquisa sobre sociabilidades do <i>metalcore</i> na Planet Music	2017
Representações na construção da memória coletiva e histórica – manifestações artísticas como caminhos e ferramenta de construção da memória nas manifestações de junho de 2013	2017
Santa ou puta: a dualidade do imaginário em Maria de Nazaré e Maria Madalena – proposição projetual e reflexões teóricas	2017
Sociedades e comunidades sustentáveis baseadas em ecorrevolução e sistema permacultural	2017
Um estudo sobre o uso do tempo livre e as práticas culturais dos moradores do condomínio Vivendas das Andorinhas, no bairro de Cosmos, Rio de Janeiro	2017
Um novo olhar sobre a acessibilidade e seus caminhos através do teatro, apresenta, a disformidade do disforme: a deficiência como parte da condição humana	2017

Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 4 – Produção cultural com foco nas expressões artísticas



Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Relação tema / ano de monografias apresentadas

TEMA / TÍTULO / QUANTITATIVO	ANO
13-a – Artes audiovisuais = 30	
Anos 90 no cinema ibero-americano	2002
Um estudo sobre o videoclipe	2002
Videografia: produtor cultural e sua imagética	2002
A construção do olhar histórico na estética de Eisenstein	2003
Eduardo Coutinho: trajetória e contribuição para o cinema documental brasileiro	2004
O cinema novo em <i>Central do Brasil</i>	2004
<i>Câncer x O invasor</i> : a representação da personagem marginal no cinema brasileiro	2005
Uma tarde com os clássicos	2005
<i>Desencanto, Ran e Closer</i> : três estudos de palimpsesto na relação teatro-cinema	2006
Entretelas: cinema e tv por Carlos Manga	2006
Filmes autobiográficos: entre-linguagens	2006
O papel da crítica e a crítica de papel: no cinema com Pauline Kael	2006
O cinema itinerante no Brasil dos vácuos de exibição	2008
Três obras de arte que contribuíram para o desenvolvimento da linguagem cinematográfica entrelaçadas aos discursos ideológicos de seus realizadores	2008
Osso duro de roer: uma análise do produto cinematográfico <i>Tropa de elite</i> e sua repercussão social	2009
A atividade cinematográfica e o papel do Estado no Brasil e na França: do surgimento da regulação à comunicação oficial <i>online</i>	2011
Uma produtora para Djeca: um estudo dedicado à PAM Filmes	2011
Cinema brasileiro: antagonismos e aproximações entre os modelos de produção tradicional e informal	2012
Documentários musicais brasileiros: mapeamento e análise	2012
Ponto Cine – um cinema além da tela	2012
A ficção e a realidade na produção dos documentários de Eduardo Coutinho e a obra <i>Cabra marcado para morrer</i>	2014
A linguagem do videoclipe no universo fílmico: análise do caso <i>Snatch – porcos e diamantes</i>	2014
O cinema alemão e o projeto nazista: instrumentalização política e disseminação de uma ideologia	2014
<i>O som ao redor</i> e a exibição cinematográfica na era hipermoderna	2014
Festivais de cinema e valor simbólico: um estudo do circuito de exibição do filme <i>Sudoeste</i>	2015
Grupo Estação de Cinema: uma gestão em favor da cultura cinematográfica carioca	2015

Nigéria: o negócio do “Cinema povo” + Congresso Online de novos modelos da produção da cultura	2015
A lei da TV paga: marco legal do audiovisual em favor da diversidade cultural	2016
Cem anos de cinema de animação no Brasil e a experiência na formação do curta-metragem de animação “Lobinha além do muro”	2017
Estudo sobre gêneros cinematográficos no regime militar	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
13-d - Dança = 8	
Dança e sociedade	2001
A imagem do corpo na dança	2006
Dança folclórica portuguesa: da raiz à tradição	2006
Expressão carioca da dança afro: Rio Maracatu	2008
A importância da dança contemporânea na cultura brasileira	2011
Memória da dança: importância, registro, preservação e legado	2014
O festival de dança de Joinville: a construção do maior festival de dança do mundo	2014
Passinho foda: bondes e a produção cultural independente	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
13-l - Literatura = 11	
A música da poesia de Manuel Bandeira	2001
Do contar histórias: um mosaico contemporâneo	2004
<i>O livro do desassossego</i> , de Fernando Pessoa: texto e contexto	2004
Compartilhando histórias	2005
Uma geografia cultural na poesia: a hibridação cultural a partir da obra de Raimundo Gadelha	2007
A literatura popular em Ariano Suassuna: a interpenetração da literatura de cordel em <i>Auto da Compadecida</i>	2008
Limites e possibilidades de autonomia em leitura: uma análise crítica	2008
A relação entre o livro e o leitor: recortes para uma investigação através dos tempos	2009
Língua portuguesa: a apropriação de um bem cultural	2009
Geração Babel: outras tradições para a poesia brasileira dos anos 90	2012
<i>Booktubers</i> : um novo agente cultural literário	2017

TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
13-m – Música = 40	
The Bossa Nova Concert at Carnegie Hall: cultura, imperialismo e diplomacia	2003
MV Bill e Mano Brown: ideologia e política no <i>rap</i> brasileiro	2003
Noel Rosa: homem romântico, poeta moderno	2003
Tributo a Cássia Eller	2003
“Movimentos”: a bossa nova na aventura de um CD	2004
A música como elemento formador do universo cultural da criança	2005
De onde vem o forró: debaixo do barro do chão?	2005
Entre o samba brasileiro e o <i>jazz</i> norte-americano: transformações da música negra no Novo Mundo	2005
A música e o instrumento: a tecnologia incorporada e representada liricamente pela arte do ouvir	2006
<i>Funk</i> carioca: expressão cultural da periferia	2006
Musikfabrik: sua história, sua trajetória, seu futuro	2006
Os Mutantes: ética e estética no contexto tropicalista	2007
A música clássica na cidade do Rio de Janeiro: breve diagnóstico cultural	2008
“É como diz o ditado: pobre só vai pra frente quando trupica”. Uma viagem costeira pelo “progrêssio”, segundo Adoniran Barbosa	2008
<i>House</i> : uma nova bossa no Rio	2009
Música: acerto da vida	2009
Quando um muro separa uma ponte une: a resistência na música popular brasileira a partir da história do MPB4	2009
A estética tropicalista em Gal Costa	2011
Alto José do Pinho: uma questão de música na identidade	2011
<i>Funk</i> um futuro samba? Uma análise sobre as semelhanças desses movimentos culturais	2011
O charme do charme: uma pequena pesquisa sobre o movimento cultural e sua comunidade	2011
Música e erudição: a interdição do acesso à música clássica	2012
Nei Lopes: em forme de arte	2012
O forró e os novos sentidos da identidade nordestina	2012
Produção alternativa e o Rock in Rio: a inovação do fazer cultural nos anos 80	2012
Desafios e reflexões sobre uma banda em meio a uma indústria em transição: a experiência do RivoTrio 2mg como banda independente	2013
Encontros com a viola caipira em São Francisco-MG: experiência de trabalho e deslocamento de olhar em torno das práticas de um instrumento	2013
Gabriel, o mediador: o <i>rapper</i> como elemento de ligação	2013

O som que Deus criou: análise de distribuição e consumo de música <i>gospel</i> na sociedade evangélica e o papel do produtor cultural no mercado musical evangélico	2013
Produção musical (in)dependente – um estudo sobre o <i>rock</i> contemporâneo	2013
Projeto Black Sound Festival: movimento cultural de <i>hip hop</i>	2013
Tecnobrega: uma análise da música brega paraense a partir dos anos 1980	2013
“Não ouça como disco quem te ouve como <i>hit</i> ”: a nova MPB e os caminhos de profissionalização a partir do <i>blog</i> Musicoteca	2014
Meu maracatu pesa uma tonelada de <i>performance</i> : estudo sobre música e a <i>performance</i> dentro do movimento cultural do Manguebeat	2015
Paisagens emocionais de Björk: a influência do território islandês em sua obra	2016
Para ver se eu aprendo alguma coisa nessa parte do caminho: um estudo sobre a experiência musical independente a partir da trajetória de Tulipa Ruiz	2016
Vocês pensaram que eu não ia rebolar minha bunda hoje, né? Um estudo sobre a inserção do <i>funk</i> na indústria fonográfica a partir da trajetória de Anitta	2016
Campo da música e os agentes da cena de <i>rock</i> autoral independente de Niterói: uma análise da iniciativa cultural Ponte Plural	2017
Rio Novo Rock: a relevância dos circuitos de <i>shows</i> dentro da reconfiguração da indústria da música	2017
Um barzinho, um violão e o <i>couvert</i> no coração: um estudo sobre música ao vivo nos bares de Itaipuaçu – Maricá	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
13-d – Teatro = 25	
Grupos teatrais e sua atuação junto a projetos sociais	2002
A produção do teatro musical brasileiro através de Jardel Jércolis 1925-1944	2003
Curso técnico de formação de atores	2003
Festival Universitário de Esquetes teatrais – Fuet	2004
O corpo grita: a máscara simbólica do ator	2004
30 anos esperando Godot: as faces do absurdo e o problema da modernidade no palco brasileiro	2005
Pasolini e o mito como transgressão em Medéia: elogio à barbárie	2006
A <i>commedia dell'arte</i> e suas influências nas marchinhas de carnaval	2008
O personagem cômico do teatro	2008
O teatro amador em cena: cinco anos da Companhia Teatral Lexovense	2008
Vianinha: o teatro e seu tempo	2010
João Caetano, o ator-produtor na construção de um teatro nacional	2011
A <i>commedia dell'arte</i> na história do teatro	2011
A consolidação da <i>stand-up comedy</i> no Brasil	2011
De Walter Pinto a Cláudio Botelho e Charles Moeller: a retomada do teatro de revista no século XXI	2011

Z.É – Zenas improvisadas – reflexões sobre teatro, obra aberta e humor	2011
Teatro infantil – história, reflexões e caminhos	2012
Projeto de realização do espetáculo: a <i>Santa Joana dos Matadouros</i> de Bertolt Brecht	2013
Revista, Broadway e Rio de Janeiro: desafios e conquistas do mercado contemporâneo dos musicais cariocas	2013
Teatro musical brasileiro na primeira década da ditadura militar: as suas origens, a censura e seu papel fundamental para a história cultural e política do país	2013
O maior ator do Brasil – 100 anos de Grande Othelo	2016
O teatro e a ancestralidade – um estudo sobre o espetáculo Salina (a última vértebra) e a tradição do congado	2016
Um estudo sobre o consumo da comédia <i>stand up</i>	2016
A dramaturgia do ator a partir do treinamento pré-expressivo e suas possibilidades de atravessamento de sentido – diário de campo	2017
O processo importa ou sobre o programa de fomento ao teatro para a cidade de São Paulo	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
13-v – Artes visuais = 13	
O expressionismo na moderna pintura brasileira: Ivan Serpa	2002
As categorias “moldura” e “linha orgânica” em Lygia Clark	2006
Ativismo poético: ludicidade e deriva performática nos limites da arte e da vida	2008
Grafite, uma abordagem histórica e sociocultural	2008
A <i>pinhole</i> como meio expressivo: um estudo sobre significâncias da corporeidade em fotografia	2012
O simbolismo da cor como caracterização de um espaço centrado na ideia do corpo em <i>Amarelo Manga</i>	2012
Tomie Ohtake e o abstracionismo informal no Brasil	2012
O retrato da moda pelo impressionismo	2013
A imagem do negro na fotografia: poéticas e devires	2013
Arte contemporânea, coletivos de artistas e espaço público: apontamentos sobre ações de OPAVIVARA!	2013
Uma experiência de grafite expandido – o coletivo de arte IDOLNO	2014
Grafite: leituras estéticas e políticas de uma arte urbana	2015
Lapi nas entrelinhas	2015

Fonte: elaborado pelos autores.

Monografias com foco na administração/gestão executiva

Figura 5 – Administração / gestão executiva – de equipamentos, de projetos, de financiamento de projetos



Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 4 – Relação tema / ano de monografias apresentadas

TEMA / TÍTULO / QUANTITATIVO	ANO
14 - GESTÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS = 54	
As salas de cinema de Botafogo: seus espaços e seus públicos	2002
Entre as contas do Tribunal e a luz da Light: um estudo de caso	2002
O Centro Cultural Justiça Federal: estudo sobre sua implantação	2002
Políticas culturais e a Aliança Francesa: suas atividades na cidade de Niterói: um estudo de caso	2002
Uma política cultural para o Centro de Artes UFF	2002
Análise comparativa de duas instituições públicas federais da cidade do Rio de Janeiro: o Museu Nacional de Belas Artes e o Paço Imperial	2003
Museu Vivo do Fandango	2003
Museu: identidade e função: um estudo comparativo entre o Museo Guggenheim Bilbao e o Centro Galego de Arte Contemporânea	2003
É caminhando que se faz o caminho: experiência de uma casa de cultura na cidade flutuante	2004
Espaço Cultural Sérgio Porto: trajetória e identidade na cena teatral carioca	2004
Multiplex: o cinema na era do <i>fast-food</i>	2004
O visível amarelo invisível: museu, usuários e códigos disciplinares	2004
Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas: um nordeste carioca	2005
Espaço Cultural das Ondas – ECO	2005
Princípios administrativos aplicados à formação de uma gerência/administração cultural	2005
Projeto Guaratiba em Cena: lona cultural Roberto Burle Marx	2005
Centro Coreográfico do Rio de Janeiro: anatomia e crítica de um centro de arte pós-moderno carioca	2006
Educação cultural: nos museus de arte contemporânea. Estudo de caso: Centro Galego de Arte Contemporânea e Museu de Arte Contemporânea de Barcelona	2006
Entre tamancos e livros: o Real Gabinete Português de Leitura como espaço de memória cultural e experiência de gestão	2006
Gestão no espaço cultural: estudo de caso Centro Cultural Telemar	2006
Em busca da identidade: Arte Sesc, um estudo de caso	2007
A mediação entre a obra de arte e o público: estudo de caso sobre as ações educativas do MAC-Niterói	2008
Ecomuseu de Jurujuba navegando pela tradição pesqueira local	2008
Escola de Música da Rocinha	2008
Relações públicas e produção cultural: potencialidades do Museu de Arte Contemporânea de Niterói	2008

Centro Luiz Gonzaga de tradições nordestinas – o nordestino no Rio de Janeiro: memória e tradição – um patrimônio cultural nacional	2009
Um outro olhar sobre a Casa de Oliveira Vianna: estudo preliminar de revitalização	2009
Curadoria: a intermediação da arte ao indivíduo	2010
Instituto Inhotim: o museu integrando arte e natureza	2010
Rio Arte: a importância das autarquias nas políticas do Rio de Janeiro	2010
A cultura gaúcha como agente transformador do corpo do ator/bailarino no Centro de Tradições Gaúchas	2011
Eco Parque – uma experiência alternativa para vivências, lazer e ecologia	2011
Centro Cultural das Artes Integradas da Ilha do Governador	2012
Museu de Favela do Pavão – Pavãozinho – Cantagalo	2012
Entre a imagem e o olhar: visitas guiadas em museus, heterotopia e poder	2013
O museu como agente de sensibilização e representação sociocultural local: ações desenvolvidas pelo museu de arqueologia de Itaipu/Museu Sócio ambiental de Itaipu	2013
Ampliando emoções – a reabertura do Teatro Popular	2014
Circuit – propostas para um circuito cultural em Niterói a partir da integração de seus espaços culturais	2014
Lonas culturais municipais da zona oeste do Rio de Janeiro: desafios e potencialidades	2014
Mediações e representações na favela: o caso do Centro de Artes da Maré	2014
Quem é do Méier não Bobéier: análise da política de gestão do Imperator Centro Cultural João Nogueira a partir da territorialidade e da construção de identidades no Méier	2014
Trinta anos de Centro Cultural São Paulo (1982-2012) no coração da metrópole: cultura e política	2014
Empresas privadas e a produção de cultura no Brasil: estudo de caso do Oi Futuro	2015
Entre a rua e a biblioteca: usos, práticas e percepções do espaço cultural por frequentadores em situação de rua	2015
O circo na Lapa: análise sobre a revitalização do bairro carioca com a chegada do Circo Voador	2015
Santos Dumont e Stefan Zweig: um olhar sobre distintas experiências de gestão de museus casas no município de Petrópolis – RJ	2015
Acessibilidade cultural para as pessoas com deficiência: análise dos centros culturais do centro do Rio de Janeiro	2016
Arte, cidade e pertencimento: desafios da relação entre museus, arte contemporânea e sociedade – estudo de caso: MAC d(e) Niterói	2016
Não há coisa mais linda neste mundo que o meu carinho por você: as relações sociais do choro a partir das experiências da escola de música da Rocinha e do Centro de Ópera Popular de Acari	2016
Novos usos da biblioteca? – estudo de caso da Biblioteca Parque de Niterói	2016
Refuncionalização do Centro Cultural Abrigo dos Bondes	2016
Museus de bairro – museus de vínculo: estudo de caso do Museu do Ingá	2017

Potência do afeto na vida pública das instituições culturais. Abordagem spinozista sobre as mediações integradas entre gestão, curadoria e educação. Estudo de caso do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea	2017
Tudo que é concreto se desmancha no ar: museu sem paredes. Um bicho na paisagem	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
15 – Gestão de equipamentos culturais = 11	
Estudo sobre estratégias para desenvolvimento de público em museus de arte: o caso de quatro museus norte-americanos	2001
1ª Niterói Musifest Instrumental: um fenômeno globalizado em Niterói: “uma reflexão sobre a prática”	2005
Curadoria e mediação: o Museu Afro Brasil como media	2006
Um repertório musical erudito em doze meses de preparação: a atuação e os bastidores da Orquestra Sinfônica Brasileira	2006
O Corpo e o Galpão das gerais: a dialética do local e do global	2008
Rádio Nacional, memórias no ar, reminiscências na voz de profissionais e ouvintes da mais importante emissora de rádio do Brasil	2008
Be-In Festival Mais Noise	2010
Estúdio móvel experimental	2010
Rádio Rural FM: ciência, cultura e informação no ar	2010
TV Brasil e a materialização de uma emissora de comunicação pública	2014
Administrar é preciso – uma reflexão sobre a administração na produção cultural – estudo de caso Burburinho Cultural	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
16 – Gestão de projetos culturais = 12	
Esplendores de Espanha: de El Greco a Velásquez – um estudo de caso sobre exposições de grande porte	2001
Displace/thisplace: produção e reflexão da exposição	2003
O incremento turístico através da elaboração de uma programação de eventos culturais e de negócios nos hotéis do Rio de Janeiro: o estudo do caso do Hotel Intercontinental	2005
Extensão universitária, problematizando e (re)conceituando – um estudo de caso do Festival UFRJMAR	2011
Nu e louco feito um quadro da Bienal – os horizontes prováveis das bienais de São Paulo	2011
Criação e produção colaborativa: a experiência de “Cavalos e baias”	2012
Metodologia PMBOK: uma opção para o projeto cultura	2012
Meu querido Erasmus: intercâmbio como produção cultural	2012

Cultivando em solos férteis: o projeto solos culturais e a potência juvenil como transformadora da sociedade	2013
Alegria e pedagogia no ambiente hospitalar – investigações sobre Doutores da Alegria e Cinema no Hospital	2014
Ancine: desvendando a apresentação e a aprovação de projetos audiovisuais para captação de recursos incentivados	2016
Projeto Solusom – mercado fonográfico na era digital	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
17 – Marketing cultural e captação de recursos = 32	
Arte e consumo: um estudo sobre a indústria cultural brasileira e a utilização do <i>marketing</i>	2002
Parceria público-privada no investimento em cultura: o caso do Rio de Janeiro	2002
Patrocínio cultural: um estudo de caso sobre a Petrobrás	2003
Enredos: valores, motivações e estratégias	2004
Investir em cultura: este é o melhor negócio: a cultura patrocinada e o biênio do cinema brasileiro	2004
Projeto do Selo Musical Independente: Undercult Industry: um novo conceito de difusão da música alternativa	2004
Um estudo sobre <i>marketing</i>	2004
<i>Marketing</i> cultural: o conceito de cultura utilizado pelas grandes empresas estatais do estado do Rio de Janeiro na seleção dos projetos e patrimônios culturais	2005
<i>Marketing</i> cultural: profissionalização, políticas e aplicações – o exemplo do CCBB	2005
O <i>marketing</i> cultural nas escolas de samba: estudo de caso da conexão entre o Grêmio Recreativo Estação Primeira de Mangueira e o Instituto Estrada Real – MG no carnaval de 2004	2006
Produzindo um filme publicitário	2006
Teatro dependente e independente das leis de incentivo	2007
O <i>marketing</i> cultural e a Petrobras	2010
O patrocínio como ferramenta no <i>marketing</i> cultural	2010
A organização em rede dos festivais independentes de música: um estudo de caso da Abrafin	2011
A participação privada no financiamento à cultura no Brasil. Um estudo comparado com o Reino Unido	2011
O <i>marketing</i> institucional em instituições de ensino público	2011
Selo de responsabilidade cultural – teoria e viabilidade	2011
<i>Crowdfunding</i> – uma alternativa para o financiamento de atividades culturais	2012
O conceito de álbum como formato artístico para além dos suportes tecnológicos e reconfigurações do mercado fonográfico	2012

Entre a ficção e a realidade: o <i>merchandising</i> social nas telenovelas do autor Manoel Carlos	2013
<i>Music branding</i> : estratégias musicais no meio empresarial	2013
Patrocínio cultural e as alternativas e soluções para o financiamento de novos projetos: Um estudo de caso do Projeto RH2K	2013
As estratégias de inserção de novos artistas no mercado fonográfico	2014
Estudo de caso sobre captação de recursos na área da cultura e o projeto misturou geral – RJ	2014
Infância e consumo: análise das estratégias publicitárias da linha de produtos Turma da Mônica	2014
O mundo feito Coca-Cola: <i>marketing</i> cultural e o projeto Coca-Cola de teatro jovem	2014
A cultura como <i>branding</i> : uma análise das empresas culturais	2015
O ovo da serpente: a economia da cultura entre leis de incentivo e novos modelos de financiamento	2016
O produtor fonográfico no <i>crowdfunding</i>	2016
Essa molezinha vai acabar: o modelo de negócio da Ademafia e do Baile do Ademar	2017
Ouvinte apoiador: relações de financiamento coletivo na podosfera nacional a partir da comunidade do Anticast	2017
TEMA/TÍTULO/QUANTITATIVO	ANO
18 – Economia e consumo da cultura = 19	
A cultura entre o bem e o produto	2002
Indústria fonográfica para crianças: Brasil 1980-2000	2003
Metamorfose da moda: moda e costume dos anos 50 no Brasil: a evolução do consumo	2003
“Fugindo” das grandes: o mercado fonográfico brasileiro conhecendo a capacidade empresarial de seus artistas	2007
Economia da cultura: uma abordagem crítica	2008
O sustentáculo à procura de autossustentabilidade: perspectivas para o desenvolvimento do setor cultural	2008
Economia da cultura: bases analíticas e desdobramentos sociais	2010
Empreendedorismo cultural	2010
Mercado fonográfico: sua crise e adaptação	2010
Moda e produção cultural	2010
A construção da cultura da moda ocidental e o <i>coalhunter</i> como personagem da moda contemporânea	2011
Música independente: uma descrição do mercado nacional	2011
Arte e valor: considerações sobre o objeto de arte como mercadoria	2013
Empreendimentos culturais e criativos: alternativas de financiamento	2014

Plunct, mágico, <i>boom</i> : o processo de consolidação do mercado fotográfico infantil no Brasil dos anos 80	2014
Pôr do sol Salinas – produção e abordagem crítica sobre o mercado dos desfiles de moda	2014
Sustentabilidade na economia criativa e na economia solidária: um estudo sobre a rede Fitovida e a relação entre meio ambiente e cultura	2014
A indústria do entretenimento como produção cultural: uma nova visão sobre os megaeventos	2015
Temperando valores: um estudo das relações entre gastronomia e economia através do evento Rio Gastronomia	2016

Fonte: elaborado pelos autores.

CONCLUSÃO (MAS NEM TANTO...)

Vimos argumentando que a formação no campo da organização da cultura, embora este seja ainda muito recente e pouco efetivado no Brasil, apresenta escopo muito ampliado que o vincula aos estudos em política cultural e em gestão cultural, ambas entendidas de maneira também bastante ampla em relação às suas bases conceituais e norteadoras, em especial quando se observa os movimentos acadêmicos e científicos produzidos a partir do bacharelado em Produção Cultural da UFF, aqui detalhado.

De modo a reafirmar tal assertiva e nos baseando mais uma vez em dados e indicadores, trazemos neste momento resultados preliminares de estudos bibliométricos feitos a partir das monografias do ano de 2016 que reforçam o argumento de muito menor foco na produção executiva da cultura em comparação a seus eixos transversais e de cunho conceitual amplo.

Antes de apontarmos uma breve análise dos autores trabalhados nas monografias, apresentamos as temáticas mais recorrentes, entendendo-se que as referências utilizadas são reflexos delas.

Tomando-se o ano de 2016, foram defendidas 43 monografias como TCC. A Tabela 2 ilustra o quantitativo de TCC por eixo temático principal.

Tabela 2 – Relação eixo temático / quantitativo de monografias

Eixo temático	nº de TCCs	Percentual total
Política e gestão cultural <i>stricto sensu</i>	5	12%
Política e gestão cultural <i>lato sensu</i>	22	51%
Produção cultural com foco nas expressões artísticas	7	16%
Administração/gestão executiva	9	21%

Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação às referências bibliográficas, cabe destacar que não foram considerados *sites*, vídeos ou entrevistas. Contabilizaram-se 1.105 referências extraídas dos 43 trabalhos (média de 26 títulos por monografia). Passaremos a tratar a recorrência de autores e/ou títulos constantes nesse universo. Advertimos que apenas os autores que apareceram mais de duas vezes no total compilado serão referenciados aqui.

Uma especificidade sobre a qual se cabe comentar é a utilização de referências a documentos federais. Das 34 incidências, 22 dizem respeito a leis, medidas provisórias, resoluções e instruções normativas. Entre as demais, destacam-se quatro referências ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), três ao MinC e três à Agência Nacional de Cinema (Ancine).

AUTORES E OBRAS

Pierre Bourdieu contribuiu com 29 referências nesse conjunto de 43 monografias. Foi, disparado, a maior referência teórica encontrada. Eis as obras mais citadas e seus quantitativos: *A distinção*, cinco vezes; *A ilusão biográfica*, cinco vezes; *O poder simbólico*, quatro vezes; *As regras da arte*, quatro vezes; e *A produção da crença*, três vezes. As demais surgiram apenas uma ou duas vezes.

Michel Foucault foi utilizado nove vezes, sendo cinco referências ao livro *História da sexualidade*.

Henry Jenkins foi utilizado também por nove vezes, sendo cinco referências ao livro *Cultura de convergência* e três a uma obra ainda não traduzida para o português: *Fans, bloggers and games*. Jenkins é um estudioso estadunidense sobre meios de comunicação contemporâneos.

Néstor García Canclini e Stuart Hall foram os dois autores latino-americanos mais utilizados. Das cinco referências a García Canclini, apenas a obra *Culturas híbridas* se repete duas vezes. Já em relação a Stuart Hall, sua pequena obra *A identidade cultural na pós-modernidade* foi referenciada em sete monografias. Ao todo, Hall foi citado dez vezes.

Manuel Castells foi referenciado cinco vezes, contribuindo com os estudos sobre redes informacionais na contemporaneidade. Pierre Lévy apareceu três vezes.

O conceito de cultura encontrou no pequeno livro de Roque de Barros Laraia (*Cultura: um conceito antropológico*) um potente material de

referência, tendo sido citado seis vezes. Já Claude Lévi-Strauss foi utilizado três vezes, mesma quantidade de referências ao antropólogo Gilberto Velho.

Os estudos sobre economia da cultura tiveram duas referências estrangeiras principais: A obra homônima de Françoise Benhamou – que foi citada três vezes – e Paul Tolila, com cinco referências ao seu livro *Cultura e economia*. O tema encontrou na brasileira Ana Carla Fonseca Reis a possibilidade de utilização de quatro de seus textos (um deles aparecendo duas vezes).

Já os estudos sobre *funk* encontram em Micael Herschmann uma importante referência. O autor apareceu em seis citações. O campo das políticas culturais foi estudado, sobretudo, pelas reflexões de Alexandre Barbalho. Das cinco referências a esse autor, apenas um texto se repete e mais um é em coautoria.

Publicado inicialmente em 1997, o *Dicionário crítico de políticas culturais*, organizado por Teixeira Coelho, mostrou-se – sobretudo nos primeiros anos do curso – importante obra utilizada nas disciplinas. No entanto, considerando os TCC defendidos em 2016, essa obra aparece apenas duas vezes. Outras duas obras do autor foram também utilizadas, perfazendo quatro referências a Teixeira Coelho.

A discussão sobre indústria cultural ganhou quatro referências a trabalhos de Theodor Adorno e Max Horkheimer. As quatro referências a Zygmunt Bauman são todas oriundas de obras diferentes, mas que abordam a questão das identidades no contexto contemporâneo.

Cinco citações a Gilles Deleuze foram encontradas, sendo duas delas referentes a *Mil platôs*, uma coautoria com Félix Guattari.

Howard Becker contribuiu também com quatro obras distintas – assim como Marilena Chaui, que também foi citada quatro vezes, sendo duas delas a partir de seu livro *Cidadania cultural*. Acrescente-se aqui as três utilizações de textos do pensador português Boaventura de Sousa Santos.

Duas professoras da UFF vêm apontando importantes contribuições aos estudos culturais, em especial abordando cultura popular e periferia. São elas Ana Enne e Adriana Facina. Seis textos diferentes de Ana Enne foram registrados, assim como outros cinco diferentes textos de Adriana Facina. Seguindo essa lógica, observou-se três citações à tese de doutorado de Marina Frydberg, professora do curso, em trabalho que aborda a temática das etnografias musicais. Também da UFF, mas ligado ao curso de geografia, observou-se cinco referências a Rogério Haesbaert. Simone Pereira de Sá, também da UFF, apareceu três vezes, a partir de dois artigos que focalizam os estudos culturais.

Discussões sobre a reprodutibilidade técnica das obras de arte foram utilizadas três vezes a partir do livro de Walter Benjamin.

Os estudos de gênero têm se mostrado uma realidade crescente no curso. Três diferentes obras tendo Flávia Biroli como autora, coautora ou organizadora (estas duas últimas em parceria com Luis Felipe Miguel) foram utilizadas. *Problemas de gênero*, de Judith Butler, apareceu apenas duas vezes, mas cabe a referência. Os estudos *queer* utilizaram três textos não traduzidos de Skadi Loist, e a temática do feminismo utilizou três textos não traduzidos de Iris Marion Young. Outra referência para a temática de gênero são alguns textos de Rossana Brandão Tavares, autora que apareceu em quatro citações.

Oriundos de dois campos disciplinares distintos, registraram-se quatro textos do educador Paulo Freire e três textos sobre psiquiatria de Sigmund Freud. Oriundos de uma mesma monografia, identificaram-se três trabalhos de Paulo Amarante sobre saúde mental.

Alguns autores têm se mostrado importantes referências aos estudos sobre a indústria fonográfica: três trabalhos utilizaram o livro *Os donos da voz*, de Márcia Tosta Dias, foram encontradas cinco referências a três textos de Leonardo Marchi e outras três a textos de Lucina Viana. Outra referência ao tema se encontra em Eduardo Vicente: sua dissertação de mestrado e um artigo em revista apareceram duas vezes cada, mas 13 entrevistas dadas por Eduardo foram utilizadas em monografias que discutiram a indústria da música.

Estudos sobre consumo cultural apontaram, por três vezes, a obra *O mundo dos bens*, de Mary Douglas e Baron Isherwood. Já o tema da cultura de massas utilizou livro homônimo de Edgar Morin por três vezes. As celebrações foram discutidas em quatro artigos de Alex Primo e em três textos de Chris Rojek. Estudos sobre livro e leitura utilizaram três obras de Luís Milanese.

O artigo “Memória, esquecimento, silêncio”, de Michael Pollak, foi citado três vezes – mesmo número de referências a Tomaz Tadeu da Silva e seus estudos sobre a identidade e, ainda, a textos de Carlos Vainer sobre o empresariamento da cidade contemporânea.

A questão da inclusão e da acessibilidade encontraram referência em quatro textos de Viviane Panelli Sarraf e em outros quatro de Romeu Kazumi Sassaki. Concluem-se as indexações aqui analisadas com a indicação, por três vezes, do livro *A conveniência da cultura*, de George Yúdice.

Esperamos que essa breve bibliometria, referida há apenas um ano (trata-se de estudo inicial e em desenvolvimento que visa seguir análise

homóloga ano a ano, para então buscar perceber algo mais sólido em séries mais longas), possa corroborar nossa argumentação sobre a ênfase conceitual que permeia a formação em produção cultural da UFF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CÂMARA. Renúncia fiscal para incentivo à cultura popular poderá aumentar. *Secretaria Especial da Cultura*, Brasília, 7 dez. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2GpDgpY>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BRITO, Moema Renart de. *Manual de administração teatral*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, MEC, 1973. (Cartilhas de Teatro, v. 3).

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CASTRO, Flávia Lages de; RODRIGUES, Luiz Augusto F. *Cultura e gestão cultural*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

COELHO, Teixeira. *Moderno pós moderno*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

_____. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Fapesp: Iluminuras, 1997.

CORRÊA, Marcos Barreto. *Do marketing ao desenvolvimento cultural*. Belo Horizonte: [s.n.], 2004.

CUNHA, Maria Helena. Gestão cultural: construindo uma identidade profissional. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: Ufba, 2007.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (Ed.). *Políticas culturales en América Latina*. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1990.

GURZA LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

LYRA, Heloisa (Org.). *A cena pelo avesso: subsídios para apostila sobre a organização do conhecimento da administração teatral*. Rio de Janeiro: Fundacen, 1989.

MARTINELL SEMPERE, Alfons. *La gestión cultural: singularidad profesional y perspectivas de futuro*. [S.l.]: Cátedra da Unesco de Políticas Culturales y Cooperación, 2001.

MICELLI, Sergio; GOUVEIA, Maria Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

MUYLAERT, Roberto. *Marketing cultural & comunicação dirigida*. São Paulo: Globo, 1993.

PEDROSO, Sandra. O produtor cultural e a formalização de sua atividade. *PragMATIZES: revista latino-americana de estudos em cultura*, Niterói, ano 4, n. 7, p. 165-173, set. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10395>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Gestão cultural e seus eixos temáticos. In: CURVELLO et al. *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007-2008*. Rio de Janeiro: Decult, Uerj, 2009.

_____. Formação e profissionalização do setor cultural: caminhos para a institucionalidade da área cultural. *PragMATIZES: revista latino-americana de estudos em cultura*, Niterói, ano 2, n. 3, p. 63-80, set. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2G8rnpa>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

_____. Gestão cultural e diversidade: um ponto de cultura em estudo. In: FRADE, Cáscia et al. *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2009*. Rio de Janeiro: Decult, Uerj, 2012.

_____. Produção cultural na universidade federal fluminense: trajetória e atualidade de um bacharelado (e outras reflexões). In: COSTA, Leonardo; MELLO, Ugo. *Formação em organização da cultura no Brasil: experiências e reflexões*. Salvador: Edufba, 2016.

RODRIGUES, Luiz Augusto F.; MARCO, Kátia de. *Mapeamento da formação em gestão, produção cultural e entretenimento*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Gestão Cultural, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2MMJKQU>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

RUBIM, Antônio Albino Canela; BARBALHO, Alexandre; COSTA, Leonardo. Formação em organização da cultura: a situação latino-americana. *PragMATIZES: revista latino-americana de estudos em cultura*, Niterói, ano 2, n. 2, p. 125-149, mar. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10347>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

UFF. Ver UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Bacharelado em Produção Cultural. *Indexação dos trabalhos de conclusão de curso (2001-2017)*. Organizado por Luiz Augusto F. Rodrigues. Niterói: UFF, 2018. Disponível em: <<https://labacuff.files.wordpress.com/2018/10/2018-indexac3a7c3a30-dos-tccs-produc3a7c3a30-cultural-uff-2001-a-20172.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

VICH FLÓREZ, Victor Miguel. Desculturalizar a cultura: desafios atuais das políticas culturais. *PragMATIZES: revista latino-americana de estudos em cultura*, Niterói, ano 5, n. 8, p. 11-21, out. 2014-mar. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10398>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

Economia da cultura e criativa e a formação em organização da cultura

*Leonardo Costa*¹

*Renata Rocha*²

*Nayanna Mattos*³

*Raíssa Caldas*⁴

No contexto internacional, cada vez mais as funções relativas à área da organização da cultura ficam evidentes e explícitas, consolidando o papel dos agentes que as desempenham dentro do campo e da dinâmica das profissões culturais.⁵ Nesse sentido, os diversos programas acadêmicos têm contribuído para a profissionalização da prática dessa área que abandona, progressivamente, o campo do empirismo e requer uma maior sistematização de reflexões. A organização da cultura é um campo ainda em processo de constituição, que vem exigindo desses profissionais conhecimentos aprofundados sobre cultura e o domínio das práticas e técnicas inerentes ao seu universo de atuação. Esse processo de profissionalização tem sido gradual e diferenciado em diversos países, e a formação aparece como um fator que contribui para a construção dessa identidade profissional.

No âmbito dessa área de atuação, a relação entre cultura e economia, um enlace-chave do mundo contemporâneo, adquire especial relevo, visto que:

[...] é fundamental promover o empreendedorismo cultural e criativo por meio de iniciativas específicas para a formação profissional. Os profissionais criativos podem aprimorar as suas capacidades por meio de diferentes tipos de atividades de formação, como educação

1 Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Ufba). E-mail: leocosta@ufba.br.

2 Professora da Faculdade de Comunicação/Ufba. E-mail: renataprocha@gmail.com.

3 Graduanda em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura/Ufba. Bolsista de iniciação científica. E-mail: mattos.nayanna@gmail.com.

4 Mestranda do Programa Multidisciplinar em Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/Ufba. E-mail: rahissacaldas@gmail.com.

5 COSTA, Leonardo. *Profissionalização da organização da cultura no Brasil*.

profissional formal, formação informal e programas de formação específicos.⁶

Grosso modo, o longo processo de constituição de um mercado de bens simbólicos, iniciado no século XVIII, a partir da Revolução Industrial,⁷ passa por uma série de modificações e amplia cada vez mais seu escopo, abarcando, além das artes e das indústrias culturais, os negócios que lidam diretamente com o mercado das ideias. Desse modo, na última década do século XX, somada à noção de economia da cultura, toma força a ideia de economia criativa, “cujas atividades produtivas tem como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica”.⁸ Ainda que estejamos analisando um processo em curso, cujas consequências para o campo ainda são imprevisíveis, evidencia-se o surgimento de cursos oferecidos pelas mais diferentes instituições, em diferentes níveis, que abordam e adotam a temática. Diante da conjuntura apresentada, torna-se premente o questionamento: de que modo é pautada a economia criativa e da cultura na formação acadêmica dos profissionais/empreendedores no campo da organização cultural?

O artigo ora apresentado condensa, portanto, os resultados da pesquisa *Economia criativa e formação em organização da cultura*,⁹ que teve como propósito realizar uma análise comparativa da atual formação em economia da cultura e em economia criativa nos cursos superiores em produção e gestão da cultura, a fim de se compreender os processos de qualificação dos agentes atuantes nesse campo, conforme explicitado no objetivo geral do projeto.

O estudo toma como base os programas de componentes disciplinares cuja ementa enfatiza a economia criativa e/ou a economia da cultura como temática central a ser abordada ao longo do curso e prevê três etapas distintas. São elas: 1) levantamento, eleição e discussão de referências bibliográficas do campo da economia da cultura e criativa, bem como outras contribuições pertinentes a aspectos metodológicos; 2) identificação e

6 UNCTAD. *Relatório de economia criativa*, p. 263.

7 BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos.

8 BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa*, p. 26.

9 Realizada no âmbito do Observatório de Economia Criativa (Obec) e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult), ambos da Ufba, com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

catalogação dos cursos e componentes curriculares de graduação em organização cultural a serem considerados; e 3) análise qualitativa dos conteúdos formativos identificados, considerando em especial os pressupostos teórico-metodológico que fundamentam os programas, a partir de uma análise de palavras-chave e bibliografia adotadas nos distintos programas.

Em relação à primeira etapa assinalada, consideramos que os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a discussão sobre a formação em economia criativa e da cultura, ora apresentada, serão evidenciados a partir das discussões propostas ao longo desta reflexão e, ademais, compõem as referências deste texto. Nesse sentido, nós nos ateremos, de modo mais específico, às duas etapas seguintes.

CURSOS SUPERIORES EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA E COMPONENTES EM ECONOMIA DA CULTURA E CRIATIVA

O levantamento inicial dos cursos de graduação em organização da cultura adota como ponto de partida a pesquisa *Mapeamento dos cursos de gestão e produção cultural no Brasil: 1995-2015*.¹⁰ Os dados do levantamento foram atualizados, enfatizando a formação de nível superior (bacharelado e/ou tecnólogo), e podem ser resumidos pelo mapa da Figura 1, que elenca os 13 cursos em funcionamento atualmente na área da organização cultural, com componentes que versam sobre economia da cultura ou criativa em pelo menos um tópico de suas disciplinas, indicando suas localidades. O mapa não leva em consideração experiências que foram descontinuadas.

Dos 15 cursos inicialmente mapeados, dois não constam na Figura 1, visto que foram descontinuados: tecnólogo em Produção Cultural da Faculdade de Administração e Artes de Limeira (Faal), que nunca formou turma; e Ciências Sociais/Produção e Política Cultural da Universidade Cândido Mendes (Ucam), que deixou de ser ofertado no segundo semestre de 2016 e foi oficialmente extinto no primeiro semestre de 2017. As análises apresentadas a seguir referem-se, portanto, aos 13 cursos de graduação na área da organização da cultura com componentes que versam sobre economia da cultura ou criativa em pelo menos um tópico de suas disciplinas e estejam em funcionamento no Brasil.

10 OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. *Mapeamento dos cursos de gestão e produção cultural no Brasil*.

Figura 1 – Mapa da graduação em organização da cultura no Brasil



Fonte: elaborado pelos autores.

Por meio de pesquisa documental, não foi possível localizar o projeto pedagógico de dois cursos – tecnólogo em Produção Cultural da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF) –, mas pudemos encontrar a grade curricular dos 13 cursos em funcionamento.

Presença de disciplinas de economia da cultura e/ou economia criativa

Durante mapeamento das disciplinas, constatamos que três cursos não tinham na sua grade curricular uma disciplina obrigatória ou optativa que utilizasse os termos “economia da cultura” e/ou “economia criativa” em sua nomenclatura. Ou seja, cerca de 23% dos percursos formativos não possuem um componente curricular específico que aborde a temática de forma central, ainda que o tema seja tratado entre os tópicos de outras disciplinas do currículo. São os casos do curso de Comunicação (habilitação em Produção em Comunicação e Cultura) da Ufba – no qual a disciplina obrigatória Marketing Cultural, com carga horária de 68 horas, possui um tópico sobre economia da cultura e da comunicação – e do curso de Engenharia de Produção (ênfase em Produção em Cultura) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) – no qual a disciplina obrigatória Produção Cultural I, com carga horária de 60 horas, possui um tópico sobre economia da cultura. No curso tecnólogo em Produção Cultural da Faap,

não conseguimos localizar se o conteúdo está sendo ministrado, atualmente, enquanto tópico em alguma outra disciplina.

Os outros 10 cursos de formação superior em organização da cultura mapeados e em funcionamento no Brasil, ou seja, aproximadamente 77%, possuem uma disciplina, obrigatória ou optativa, que versa sobre economia da cultura e/ou economia criativa em sua nomenclatura.

Nomenclatura das disciplinas

Dos 10 cursos que apresentaram disciplinas contendo os termos “economia da cultura” e/ ou “economia criativa” em sua nomenclatura, apenas um (10%) possui uma matéria denominada Economia Criativa e da Cultura – o de Produção Cultural das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) – e um curso (10%) conta com uma disciplina obrigatória denominada Economia Criativa – o de Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural da Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa). No caso do curso de Relações Públicas da Unipampa, houve uma alteração recente da grade curricular: a disciplina Economia da Cultura, com carga horária de 30 horas, posicionada no quinto semestre de formação, foi substituída pela obrigatória Economia Criativa, com carga horária de 75 horas, e posicionada no primeiro semestre.

Sendo assim, 80% dos cursos que dispõem de uma disciplina obrigatória ou optativa fazem a opção pelo termo “economia da cultura” em sua nomenclatura (Tabela 1). A própria emergência histórica desse termo, anterior às discussões sobre a economia criativa, pode explicar um pouco essa preferência. Para o pesquisador Paulo Miguez,

[...] alguns estudiosos da matéria têm insistido na compreensão de que as indústrias criativas significam, particularmente, a ampliação dos campos de estudos e pesquisas dedicados às artes, às indústrias culturais e aos *media* na perspectiva da incorporação de setores e dinâmicas típicas da nova economia. Assim sendo, este novo campo – novo para a academia, para as políticas e para o mercado – parte do importante e indispensável repertório de reflexões que, ao longo dos últimos cinquenta anos, deu corpo ao que chamamos de economia da cultura.¹¹

11 MIGUEZ, Paulo. Economia criativa, p. 98.

Tabela 1 – Adoção dos termos “economia da cultura” e “economia criativa” nas disciplinas

Disciplina	Curso	Instituição
<i>Termos ausentes</i>		
Dimensão Econômica e Sustentabilidade da Cultura	Tecnólogo em Produção Cultural	Fundação Armando Alvarez Penteado (Faap)
Marketing Cultural	Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura	Universidade Federal da Bahia (Ufba)
Produção Cultural I	Engenharia de Produção (ênfase em Produção em Cultura)	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
<i>Termos presentes</i>		
Economia Criativa e da Cultura	Tecnólogo em Produção Cultural	Faculdades Unidas Metropolitanas (FMU)
Economia Criativa	Comunicação Social – Relações Públicas	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
Economia da Cultura	Tecnologia em Produção Cultural	Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
	Bacharelado em Produção Cultural	Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)
	Área de Concentração em Políticas e Gestão Cultural – bacharelado interdisciplinar (BI) de Humanidades e BI de Artes	Universidade Federal da Bahia (Ufba)
	Comunicação Social com ênfase em Produção Cultural	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
	Graduação em Produção Cultural	Universidade Federal Fluminense (UFF)
Financiamento e Economia da Cultura	Bacharelado em Produção e Política Cultural	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
Experiências e Teorias da Cultura – Enfoque V: Economia da Cultura e Empreendedorismo	Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas/Política e Gestão Cultural	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Tópicos Especiais em Economia da Cultura		
Tópicos Especiais em Economia da Cultura I e II	Comunicação Social com ênfase em Mídias Sociais	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Fonte: elaborado pelos autores.

Posicionamento das disciplinas na grade curricular dos cursos

Os dez cursos que oferecem disciplinas que versam sobre economia da cultura e economia criativa em suas nomenclaturas, totalizam 12 disciplinas, sendo três (25%) disciplinas optativas e nove (75%) obrigatórias.

Temos como exemplo a área de concentração em políticas e gestão cultural da Ufba e o curso de Produção Cultural do IFRJ como experiências que trazem esse conteúdo na forma de uma disciplina optativa. No entanto, a disciplina de Economia da Cultura da Ufba foi ministrada pela última vez no segundo semestre de 2012 e na IFRJ a disciplina foi incluída no projeto pedagógico de curso (PPC) em 2015, porém até o momento não foi lecionada por nenhum professor. No caso do IFRJ, pudemos observar também um tópico sobre o conceito de economia criativa na disciplina obrigatória Produção Cultural I, ministrada no segundo semestre do bacharelado em Produção Cultural.

O bacharelado em Produção e Política Cultural da Unipampa, na sua recente reforma curricular, criou a disciplina Financiamento e Economia da Cultura, com carga horária de 60 horas, posicionada no sexto semestre de formação, no lugar das disciplinas extintas Gestão Financeira em Projetos Culturais e Financiamento e Economia da Cultura. O curso de Produção Cultural da UFF traz a disciplina Economia da Cultura, com carga horária de 60 horas, posicionada no quinto semestre. O curso de Tecnologia em Produção Cultural do IFRN apresenta a disciplina Economia da Cultura, com carga horária de 60 horas, no quarto semestre.

O curso de Comunicação Social com ênfase em Produção Cultural da UFPE apresenta a disciplina obrigatória Economia da Cultura, com carga horária de 60 horas, alocada no quarto, quinto ou sexto semestre de formação para obtenção da habilitação. O curso com ênfase em mídias sociais apresenta as disciplinas obrigatórias Tópicos Especiais em Economia da Cultura I e II também alocadas no quarto, quinto ou sexto semestre de formação para obtenção da habilitação em Mídias Sociais, ambas também com carga horária de 60 horas. Tal especificidade se deve ao fato de as duas habilitações compartilharem o mesmo ciclo básico, diferindo-se apenas pela opção, entre o quarto e sexto semestre, das 11 disciplinas eletivas obrigatórias de cada uma delas. Na UFPE, a economia criativa é um dos eixos temáticos presentes nos cursos:

O crescimento do setor cultural em Caruaru, assim como em outros lugares, tem como condição necessária o crescimento da economia regional como um todo. Porém, apenas o crescimento econômico não garante por si só o incremento do setor cultural na região. É preciso que haja empreendedores culturais capazes de divulgar as realizações dos artistas locais e torná-las economicamente viáveis. É necessário também que haja ações para a formação de um público afeito às manifestações artísticas locais, de modo que, a médio e longo prazo, haja um contingente disposto a pagar pelo custo de produção que cada espetáculo cultural demanda. [...] A formação de um contingente de produtores culturais também tornará possível um amplo mapeamento da Economia Criativa e do uso de aparelhos culturais na região, condição necessária para o planejamento de políticas públicas e estratégias de *marketing*.¹²

No caso do bacharelado interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – área de concentração em Política e Gestão Cultural – da UFRB, há tanto uma disciplina obrigatória quanto uma optativa na área da economia da cultura. Possui como componente obrigatório a disciplina Experiências e Teorias da Cultura – Enfoque V: Economia da Cultura, Gestão e Empreendimento, com carga horária de 68 horas, posicionada no sexto semestre de formação; e como disciplina optativa, Tópicos Especiais em Economia da Cultura, com carga horária também de 68 horas (Tabela 2).

Tabela 2 – Classificação e posicionamento das disciplinas nas grades curriculares

Curso	Instituição	Disciplina	Carga Horária	Semestre
<i>Optativas</i>				
Área de Concentração em Políticas e Gestão Cultural (BI de Humanidades e BI de Artes)	Ufba	Economia da Cultura	68h	-
Bacharelado em Produção Cultural	IFRJ	Economia da Cultura	54h	-
BI em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas/Política e Gestão Cultural	UFRB	Tópicos Especiais em Economia da Cultura	68h	-

12 UFPE. *Curso de Comunicação Social*, p. 19.

<i>Obrigatórias</i>				
Tecnólogo em Produção Cultural	FMU	Economia Criativa e da Cultura	-	3º
Bacharelado em Produção e Política Cultural	Unipampa	Financiamento e Economia da Cultura	60h	6º
Comunicação Social – Relações Públicas	Unipampa	Economia Criativa	75h	1º
Graduação em Produção Cultural	UFF	Economia da Cultura	60h	5º
Tecnologia em Produção Cultural	IFRN	Economia da Cultura	60h	4º
Comunicação Social com ênfase em Produção Cultural	UFPE	Economia da Cultura	68h	4º ao 6º
Comunicação Social com ênfase em Mídias Sociais		Tópicos Especiais em Economia da Cultura I e II	60h	4º ao 6º
BI em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas/Política e Gestão Cultural	UFRB	Experiências e Teorias da Cultura – Enfoque V: Economia da Cultura e Empreendedorismo	51h	5º

Fonte: elaborado pelos autores.

Iniciativas extracurriculares

Além dos componentes curriculares mapeados, vale salientar que, no caso da UFF e da Ufba, há ainda a presença de um Obec.¹³ Por meio da produção e difusão de pesquisas, informações e notícias sobre a Economia Criativa, o Obec busca estabelecer uma relação direta entre a universidade e a realidade local e estadual e faz parte de uma rede nacional que integra os observatórios dos estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A rede é fruto de cooperação com o Ministério da Cultura.¹⁴

13 O Obec/BA conta com polos regionais de articulação e irradiação de atividades, que compõem uma articulação direta no apoio às atividades de pesquisa e extensão por meio da Ufba e de outras instituições associadas ao projeto, como a UFRB. A página do Obec/BA está disponível em: <<http://bit.ly/2HXU4GV>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

14 Mais informações sobre o Obec estão disponíveis em: <<http://bit.ly/2E0kXX3>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

O Obec não é uma atividade curricular nos cursos, mas pode auxiliar no processo formativo dos estudantes que fizerem parte da sua composição.

Vale ressaltar ainda que a Faculdade de Comunicação da Ufba realizou, no ano de 2016, concurso para a área do conhecimento Teorias da Cultura e Economia da Cultura.¹⁵ No mapeamento realizado, o curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura está nos 23% que não possuem no momento nenhuma disciplina obrigatória ou optativa nesse campo, contando apenas com um tópico sobre o assunto na disciplina Marketing Cultural.

ANÁLISE QUALITATIVA DO CONTEÚDO FORMATIVO

Outro ponto analisado em relação aos diferentes aspectos formativos foi centrado no conteúdo dos programas das disciplinas ofertadas pelos cursos superiores na área. Nesse sentido, diante da complexidade da temática proposta e do caráter interdisciplinar dos processos que envolvem o estudo proposto, acreditamos, em consonância com o que assevera Mieke Bal,¹⁶ na adequação de se enfatizar os conceitos, a partir de seu caráter intersubjetivo, enquanto estratégia metodológica. Segundo a autora,

Los conceptos son tampoco nunca simples. Sus varios aspectos pueden ser descubiertos, las ramificaciones, tradiciones e historias que convergen en su uso actual pueden ser evaluadas una a una. Los conceptos casi nunca se utilizan de una misma manera. Por lo tanto, es posible debatir sobre el modo en que se utilizan haciendo referencia a las tradiciones y escuelas de las que surgieron, lo que permite valorar la validez de sus connotaciones. Esto facilitaría enormemente el debate entre las disciplinas participantes. Los conceptos no son solo herramientas, plantean problemas subyacentes de instrumentalismo, realismo y nominalismo, así como la posibilidad de interacción entre el analista y el objeto. Precisamente porque viajan entre palabras ordinarias y las teorías condensadas, los conceptos pueden provocar y facilitar la reflexión y el debate a todos los niveles metodológicos en las humanidades.¹⁷

15 Mais informações sobre o concurso para Teorias da Cultura e Economia da Cultura estão disponíveis em: <<http://bit.ly/2SlgB5l>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

16 BAL, Mieke. *Teoría de la narrativa*.

17 *Ibid.*, p. 43.

Ou seja, diante da impossibilidade de se adotar uma metodologia comum dentre as diferentes disciplinas envolvidas, bem como de “*cubrir todos los clásicos, los períodos o ‘siglos’, y todas las principales teorías utilizadas dentro de un campo*”,¹⁸ tal perspectiva nos parece apropriada para aplicar a divisão disciplinar, sem, no entanto, abandonar o necessário rigor.

Partindo, portanto, desse esclarecimento metodológico, vamos nos ater a dois caminhos distintos, mas complementares. Inicialmente, adota-se a eleição de conceitos-chave para efetuar a análise de sua ocorrência nos referidos programas. Com essa perspectiva, buscou-se contemplar, ainda, a sistematização e discussão sobre as referências bibliográficas obrigatórias e complementares então adotadas. Cabe enfatizar que o processo de escolha de determinados autores e textos reflete as perspectivas e posturas teóricas pretendidas. Ainda em consonância com Mieke Bal,¹⁹ consideramos que a “neutralidade” buscada por vezes nos discursos metodológicos representam não uma possibilidade teórica, mas uma mera estratégia retórica.

Palavras-chave

Conforme já explicitado, partimos do pressuposto de que o processo de seleção de determinados conceitos em detrimento de outros revela a opção por tradições e escolas teóricas, e pela ênfase em determinadas problemáticas. Nesse sentido, identificamos oito palavras-chave relacionadas a diferentes perspectivas adotadas no campo. Parte delas, conforme explicitado a seguir, foram consideradas em conjunto com algumas possíveis variantes com usos e abordagens semelhantes.

Nos 10 cursos²⁰ que apresentaram disciplinas que versam sobre economia da cultura e/ou economia criativa em sua nomenclatura, localizamos 12 disciplinas, três optativas e nove obrigatórias, como visto na Tabela 2. Nos programas pesquisados, contabilizamos as inserções das seguintes palavras-chave: economia da cultura, economia criativa (e suas variantes indústrias criativas e indústria criativa), desenvolvimento, financiamento

18 Ibid., p. 15. Tradução nossa: “cobrir todos os clássicos, os períodos ou ‘séculos’, e todas as principais teorias utilizadas dentro de um campo”.

19 Ibid.

20 Ficaram de fora da análise os cursos das instituições: FMU – pois não se disponibilizou a fornecer os materiais para análise –, Unirio, Faap e da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da Ufba – estas por apresentarem apenas tópicos do tema em outra disciplina.

(e a variação fomento), políticas culturais (o singular política cultural, bem como política pública de cultura), indústrias culturais (considerada em conjunto com mercado cultural e mercados culturais) e economia solidária.

Vale ressaltar que, na aferição das palavras-chave, não foi considerado o título do curso ou da disciplina especificada, e sim o conteúdo da sua ementa, objetivos, conteúdo programático e bibliografia. O Gráfico 1 apresenta o quantitativo relacionado a cada noção elencada.

Gráfico 1 – Inserções de palavras-chave nos programas



Fonte: elaborado pelos autores.

Podemos perceber como principais referências conceituais as noções de economia da cultura e economia criativa e possíveis variantes, como indústrias criativas e indústria criativa: 50% das palavras-chave contabilizadas. Essa constatação já se mostrava previsível, tendo em vista que a pesquisa está centrada em programas de disciplinas nas áreas de economia da cultura e economia criativa. Por outro lado, evidencia-se que a abordagem voltada para “economia da cultura” se sobrepõe à “economia criativa” e suas variantes. Isso nos permite conjecturar sobre tal predominância, como já abordamos anteriormente em relação à emergência histórica do campo da economia da cultura.

Ainda a esse respeito, cabe destacar que o programa da disciplina intitulada Economia da Cultura, da UFF, é o único em que “economia da cultura” não aparece mencionada no conteúdo do programa, constando apenas no título do componente curricular, enquanto que “economia criativa” aparece uma única vez. Por sua vez, a Unipampa, que tem no curso de Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural o componente Economia Criativa, possui ementa e bibliografia focadas na discussão sobre economia da cultura, e não sobre economia criativa:

A dinâmica da cultura na economia e a economia da cultura. As ações culturais e seus efeitos geradores de emprego e da ampliação do bem-estar econômico e social. A produção mercantil e distribuição dos bens culturais dentro da análise econômica do mercado cultural. A economia da cultura, as indústrias criativas e o desenvolvimento territorial, sustentável, endógeno, etc.²¹

Em ambos os casos, evidencia-se a recorrência das ambiguidades e imprecisões das delimitações entre esses campos, pois, ainda que tenham origens semelhantes, dedicam-se a abordagens e ênfases distintas. Apesar de o campo da economia da cultura ter ganhado destaque nos debates relacionados à cultura, muito em função do papel central que cumpre nas discussões sobre desenvolvimento no capitalismo globalizado, a ciência econômica ainda se mostra pouco receptiva às questões culturais. São escassas as escolas de economia que inserem em suas grades curriculares disciplinas relacionadas a essas questões. Se observarmos as escolas de economia brasileiras, em especial os seus cursos de graduação, fica evidente a enorme defasagem que possuem quando o assunto diz respeito à economia da cultura, seja em função da ausência total do assunto ou devido à maneira como a temática é tratada: dissociada das questões sociais e históricas, pesquisada muitas vezes sob a ótica do consumo, que busca resumir em números práticas e costumes culturais impossíveis de serem expressados somente por meio de gráficos e modelos numéricos.

Grande parte dos estudos econômicos feitos para refletir sobre a cultura eram muito mais a respeito das artes – vale ressaltar que as artes priorizadas eram as do campo erudito, relacionadas ao que se pode chamar de “alta cultura” – e muitos deles abordavam questões relacionadas ao mecenato público e privado e à formação dos preços das obras de arte.²² Para Miguez, “a aproximação da ciência econômica em relação ao campo da cultura, na perspectiva de um deslocamento da ‘economia da arte’ na direção de uma ‘economia da cultura’, só vai acontecer a partir da metade dos anos 1960”.²³ Com a ajuda da sociologia, em especial dos trabalhos feito por Norbert Elias e Pierre Bourdieu, como afirma Tolila,²⁴ a economia se volta para a cultura,

21 UNIPAMPA. *Plano de ensino*, p. 1.

22 MIGUEZ, Paulo. Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em economia da cultura.

23 *Ibid.*, p. 10.

24 TOLILA, Paul. *Cultura e economia*.

e o estudo de William Baumol e William Bowen²⁵ pode ser considerado pioneiro dessa relação entre o econômico e o cultural. A partir dele e do que ele representou no contexto em que fora elaborado, outros estudos surgiram fazendo com que, aos poucos, a economia da cultura ganhasse espaço na produção intelectual, começando a ser mais explorada por outras áreas de conhecimento, e não somente por antropologia e sociologia.

A cultura possui centralidade na construção das sociedades e representa elemento fundamental para o desenvolvimento. Diante dos avanços da globalização, com o fortalecimento dos grandes mercados internacionais de capitalismo avançado, o campo da cultura se apropriar de estudos a respeito da sua própria dinâmica econômica se faz necessário e urgente, como forma de se apoderar de uma ferramenta capaz de garantir a sobrevivência de sua diversidade, sua autonomia e seu desenvolvimento. Pensar sobre a Economia da Cultura é uma questão de permanência, não no sentido de imobilidade passiva diante da dinâmica das coisas, mas de preservação cuidadosa do campo da cultura, de suas riquezas simbólica e material – que têm sido engolidas pelo capitalismo num processo não de valorização do capital cultural, mas de sua subordinação aos capitais financeiro e monetário.

Já o conceito de economia criativa ainda é recente, os estudos que buscam analisar o crescimento dessa forma diferente de se organizar a produção têm dado seus primeiros passos nos últimos anos. Como afirma Paulo Miguez, importante referência no Brasil quando o assunto é economia criativa, “raras as instituições acadêmicas e os pesquisadores que trabalham com este assunto, raras, também, as publicações, particularmente livros, que se ocupem exclusivamente desta temática”.²⁶ Diante disso, trabalhar com o conceito de economia criativa torna-se um desafio – porém, um desafio necessário para estudiosos da economia da cultura, uma vez que as manifestações da economia criativa já são identificadas em nossa sociedade e contribuem hoje de maneira significativa para o crescimento das economias mundiais.

O conhecimento e o potencial de inovação representam os principais elementos caracterizantes tanto da indústria quanto da economia criativa. Com funcionamento bastante diferente dos setores mais tradicionais, os novos modelos de produção, difusão e comercialização que marcam a economia criativa têm feito com que ela seja considerada estratégica para o alcance de um desenvolvimento socioeconômico sustentável. Miguez

25 BAUMOL, William J.; BOWEN, William G. *Performing arts – the economic dilemma*.

26 MIGUEZ, Paulo. *Repertório de fontes sobre economia criativa*, p. 6.

nos apresenta uma definição bastante elucidativa para compreendermos melhor as especificidades do setor:

A economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais.²⁷

A diferenciação entre os conceitos de “indústria cultural” e “indústrias culturais” também merece ser evidenciada. A noção de “indústria cultural” é cunhada por Adorno e Horkheimer²⁸ com o objetivo de elaborar uma teoria crítica sobre o processo de transformação da cultura em mercadoria e sua sujeição à lógica industrial. Estudos posteriores relativizam essa primeira noção e passam a adotá-la a partir de outras e diversas perspectivas. Por outro lado, a expressão “indústrias culturais”, aqui considerada em conjunto com as variantes “mercado cultural” e “mercados culturais”, pode ser explicitada como:

*[...] un conjunto de ramas, segmentos y actividades auxiliares industriales productoras y distribuidoras de mercancías con contenidos simbólicos, concebidas por un trabajo creativo, organizadas por un capital que se valoriza y destinadas finalmente a los mercados de consumo, con una función de reproducción ideológica y social.*²⁹

Ou seja, o autor enfatiza, de maneira crítica, o crescente papel do campo da cultura (e da comunicação) nas economias nacionais e transnacionais como área dinâmica, concentrada e cuja rentabilidade e capital comprometido aumentam de forma exponencial. Tal perspectiva enfatiza três aspectos: 1) a compreensão de indústria como uma forma de produção, ainda que o campo cultural traga especificidades devido à sua natureza; 2) a dupla face das indústrias culturais no sentido de valorização do capital e reprodução de relações sociais; e 3) sua focalização nos mercados de

27 MIGUEZ, Paulo. Economia criativa, p. 96-97.

28 ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural.

29 ZALLO, Ramón. *Economía de la comunicación y la cultura*, p. 26. Traduzido por Alexandre Barbalho em sua obra *Textos nômades* (p. 41): “um conjunto de ramos, segmentos e atividades auxiliares industriais, produtoras e distribuidoras de mercadorias com conteúdos simbólicos, concebidas por um trabalho criativo, organizadas por um capital que se valoriza e destinadas finalmente aos mercados de consumo, com uma função de reprodução ideológica e social”.

consumo.³⁰ Pode-se pressupor, portanto, que a escolha por essa expressão evidencia uma abordagem voltada para uma perspectiva mais mercadológica, enquanto indústria cultural, no singular, denota referência a uma perspectiva histórica e crítica ao capitalismo.

Feitas as diferenciações, nos programas analisados foram identificadas cinco citações do termo “indústria cultural”. O único programa que adota Adorno e Horkheimer como bibliografia é o de Economia da Cultura da Ufba. Embora a noção não seja citada em outras oportunidades, a ementa propõe um percurso histórico do campo, indicando uma possível contextualização. Esse parece ser o mesmo entendimento da disciplina Economia da Cultura do IFRN, que explicita a ideia de historização, ainda que não adote os autores como referência e traga em sua ementa a noção de forma descontextualizada, a nosso ver de maneira que se adequaria mais à perspectiva atual de “indústrias culturais”. Quanto a “indústrias culturais”, foram identificadas seis citações, considerando suas variantes. É possível verificar, conforme presumido, a ênfase em uma perspectiva mais mercadológica nos programas que adotam a expressão (dois da UFRB, um da UFF e um da Unipampa).

Vale destacar a relação das disciplinas com os termos “financiamento e fomento” e “políticas culturais”, áreas correlatas de pesquisa no campo da organização da cultura. Há ainda uma pequena recorrência do termo “diversidade cultural”: uma questão estratégica da agenda contemporânea da cultura, mas que no Brasil não é tão ligada à economia da cultura e/ou criativa, ao contrário do exterior.³¹ Por último, a economia solidária é pouco abordada nos conteúdos programáticos. Normalmente, há pouco diálogo entre esse conceito e os de economia da cultura e/ou criativa, pois se situam em perspectivas econômicas diferentes.³²

30 BARBALHO, Alexandre. *Textos nômades*.

31 No *Repertório de fontes sobre economia criativa* são listados, por exemplo, 26 trabalhos na área da diversidade cultural, sendo que 23 têm autores estrangeiros e apenas três contam com autores nacionais (MIGUEZ, Paulo. *Repertório de fontes sobre economia criativa*, p. 16).

32 “Podemos dizer que falta aos empreendedores da cultura não familiarizados com as práticas da economia solidária, o conhecimento de formas alternativas de organização tais como autogestão, cooperativas e associações, das vantagens de ser dono dos meios de produção, de aproximar oferta e demanda e de reposicionar a lógica da circulação por meio da atuação em rede” (NICOLAU, Geórgia. *Economia da cultura e economia solidária*).

Análise das referências bibliográficas

Em análise das bibliografias sugeridas nos programas, pudemos identificar 69 trabalhos distintos, divididos entre as categorias: bibliografia obrigatória, bibliografia complementar e bibliografia adicional. As disciplinas obrigatórias Tópicos Especiais em Economia da Cultura I e II, da UFPE e a optativa Tópicos Especiais em Economia da Cultura, da UFRB, não apresentaram essa seção em seus programas. Quando consideramos as bibliografias que se repetem em disciplinas diferentes, chegamos ao número total de 88 referências citadas nos nove programas, das quais 39% são tratadas como obrigatórias, 42% como complementares e 19% como adicionais. Muitos programas não trazem bibliografia adicional, o que justifica o baixo número de referências nessa categoria.

Das 88 referências apresentadas nos programas, 51 (58%) são livros completos, 27 (31%) são livros organizados, quatro (5%) são artigos, três (3%) são relatórios de pesquisa, uma é (1%) um capítulo de livro e duas (2%) são de um documento elaborado pelo Ministério da Cultura. O *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações – 2011 a 2014*³³ é tido como bibliografia obrigatória na Unipampa e adicional na UFRB. Destaca-se a predominância de livros completos, que comumente são produções com maior aprofundamento teórico-analítico se comparados a livros organizados, que possuem na sua edição um conjunto de artigos acadêmicos.

Entre os autores/trabalhos mais citados, destacam-se: *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*,³⁴ referenciado como bibliografia obrigatória nas disciplinas analisadas da Ufba, da Unipampa e da UFF, e como complementar na UFRB; *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*,³⁵ referenciado como bibliografia obrigatória na Unipampa, no IFRN e na UFPE; e *Economia da cultura – ideias e vivências*,³⁶ obrigatória no IFRJ e no IFRN e complementar na Unipampa. Estão presentes também em três programas diferentes *A economia das trocas simbólicas*,³⁷ citado como obrigatório na Unipampa e no IFRJ e complementar na

33 BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa*.

34 TOLILA, Paul. *Cultura e economia*.

35 REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável*.

36 REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de (Org.). *Economia da cultura*.

37 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*.

UFRB; e *A economia da cultura*,³⁸ bibliografia obrigatória nas disciplinas da Ufba, da Unipampa e da UFRB.

Outros oito trabalhos são bibliografias comuns nos programas de pelo menos duas disciplinas distintas, por exemplo, “*Economia da arte e da cultura*,”³⁹ *As regras da arte*,⁴⁰ *Economia da cultura – a indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil*,⁴¹ *Pão e circo: fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento*,⁴² *Introdução à economia*⁴³ e *Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento*.⁴⁴

Quanto à procedência dos autores, 59% são de origem brasileira, enquanto os 41% restantes distribuem-se entre França, Estados Unidos, Polônia, Áustria, Inglaterra, Alemanha, Itália, Portugal, Argentina, Canadá, Austrália e Taiwan. Esse dado pode tanto significar que ainda temos pouco material internacional traduzido para o português, tendo em vista a preferência em se adotar material didático na nossa língua materna na graduação, quanto que atualmente, no Brasil, temos um grupo de pesquisadores já consolidado refletindo sobre o tema específico. Apenas um curso, o da UFRB, inseriu indicações bibliográficas não traduzidas no seu programa. Cabe destacar ainda como Celso Furtado, um dos primeiros estudiosos a investigar o vínculo entre o desenvolvimento econômico e as manifestações culturais no Brasil, aparece pouco.

Entre os autores de origem estrangeira, destacam-se diversos clássicos que se debruçam sobre aspectos teóricos mais abrangentes dos campos da sociologia, filosofia e economia, a exemplo de Adorno e Horkheimer,⁴⁵

38 BENHAMOU, François. *A economia da cultura*.

39 BOLAÑO, César; GOLIN, Cida ; BRITTOS, Valério (Org.). *Economia da arte e da cultura*.

40 BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*.

41 BERTINI, Alfredo. *Economia da cultura*.

42 EARP, Fábio Sá (Org.). *Pão e circo*.

43 ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*.

44 SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. *Economia e política cultural*.

45 ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *A indústria cultural*.

Bauman,⁴⁶ Bourdieu,⁴⁷ García Canclini,⁴⁸ Certeau,⁴⁹ Elias,⁵⁰ Mankiw,⁵¹ Schumpeter⁵² e Thompson,⁵³ entre outros. Por sua vez, abordam a temática da economia criativa e da cultura, de maneira mais específica, autores contemporâneos recentemente traduzidos para o português, como Benhamou,⁵⁴ Greffe,⁵⁵ e Tolila,⁵⁶ os três de origem francesa. Ainda em referência a essa categoria de análise, chama atenção a quase absoluta predominância⁵⁷ de autores de origem europeia e estadunidense, apenas evidenciando a geopolítica da produção do conhecimento fortemente centrada nos países do Hemisfério Norte.

Quanto à área de conhecimento a que pertencem os autores, consideramos suas últimas titulações e chegamos aos seguintes resultados: 39% são da área de economia; 16%, da sociologia; 11%, da administração; 10%, da comunicação; 3%, das artes; 3%, da antropologia; 2%, da filosofia; 2%, da ciência política; e 2%, da área de mídias. O restante, equivalente a 12%, não pode ser enquadrado nesse parâmetro por se tratar de livro organizado com autores de diferentes áreas, tendo em vista que a procedência do organizador não representaria a área de conhecimento de todos os autores presentes na obra. Podemos perceber a importância da interdisciplinaridade do campo, ainda que com uma preponderância da área econômica.

46 BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo*.

47 BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*; BOURDIEU, Pierre. *El sentido social del gusto*; BOURDIEU, Pierre. *O mercado de bens simbólicos*.

48 GARCÍA CANCLINI, Néstor. *As culturas populares no capitalismo*; GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos*.

49 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1*.

50 ELIAS, Norbert. *Músicos burgueses na sociedade de corte*; ELIAS, Norbert. *Mozart se torna um artista autônomo*; ELIAS, Norbert. *Arte de artesão e arte de artista*.

51 MANKIW, Nicholas Gregory. *Introdução à economia*.

52 SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*.

53 THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*.

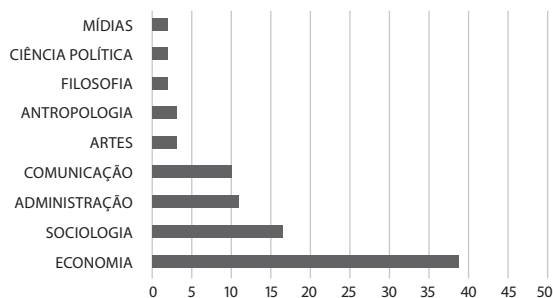
54 BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*.

55 GREFFE, Xavier. *Arte e mercado*.

56 TOLILA, Paul. *Cultura e economia*.

57 A exceção é o autor Néstor García Canclini, argentino radicado no México, que possui duas diferentes obras, citadas uma única vez em diferentes programas.

Gráfico 2 – Áreas de conhecimento dos autores referenciados nos programas



Fonte: elaborado pelos autores.

Cabe enfatizar, ainda, que a ausência de uma discussão mais aprofundada acerca da cultura – verificada nos programas analisados – pode ser explicada pelo fato de que os cursos, objetos desta análise, são voltados para a atuação profissional nesse campo em específico. Desse modo, é possível inferir que isso ocorre porque a discussão sobre essa temática se evidencia em outros componentes das grades curriculares ou de forma transversal na formação como um todo.

Em análise comparativa, identificamos que a bibliografia apresentada pela UFRB – na disciplina Tópicos Especiais em Economia da Cultura do curso de BI em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas com área de concentração Política e Gestão Cultural – e a dos dois programas da Unipampa possuem sete referências em comum, dado que não se observa em nenhuma outra comparação entre programas nesta pesquisa, o que pode indicar possíveis influências exercidas na construção dos projetos político-pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os resultados da pesquisa “Economia criativa e formação em organização da cultura” auxiliam uma melhor compreensão dos processos de qualificação dos agentes atuantes neste campo, principalmente no que concerne aos conceitos da economia da cultura e criativa. Ao comparar os programas de diferentes cursos espalhados pelo Brasil, conseguimos analisar as diferenças e semelhanças entre eles por meio de suas abordagens teórico-conceituais e de seus posicionamentos nos projetos político-pedagógicos.

O profissional responsável pela organização da cultura necessita de conhecimentos específicos e singulares da cultura contemporânea, mas entrelaçados com informações das demais áreas que deverão manter um diálogo próximo entre o universo artístico cultural, o poder público, o meio empresarial e a sociedade civil, como forma de proporcionar experiência ou contato com o trabalho prático inerente à própria atividade do setor. Numa perspectiva de formação multidisciplinar, a economia se faz presente na maioria dos cursos superiores da área por intermédio das discussões acerca da economia da cultura e criativa apresentadas neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: _____. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991.
- BARBALHO, Alexandre. *Textos nômades: política, cultura e mídia*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.
- BAL, Mieke. *Teoría de la narrativa: una introducción a la narratología*. Madrid: Cátedra Ediciones, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BAUMOL, William J.; BOWEN, William G. *Performing arts – the economic dilemma: a study of problems common to theater, opera, music and dance*. New York: Twentieth Century Fund, 1966.
- BENHAMOU, François. *A economia da cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- BERTINI, Alfredo. *Economia da cultura: a indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BOLAÑO, César; GOLIN, Cida; BRITTOS, Valério (Org.). *Economia da arte e da cultura*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *El sentido social del gusto: elementos para una sociología de la cultura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- _____. O mercado de bens simbólicos. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações*. Brasília: MinC, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. *Relatório de economia criativa*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

COSTA, Leonardo. *Profissionalização da organização da cultura no Brasil: uma análise da formação em produção, gestão e políticas culturais*. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2011.

EARP, Fábio Sá (Org.). *Pão e circo: fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento*. Curitiba: Palavra Imagem, 2002.

ELIAS, Norbert. Músicos burgueses na sociedade da Corte. In: _____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. Mozart se torna um artista autônomo. In: _____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. Arte de artesão e arte de artista. In: _____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. *Plano de ensino*. São Borja: Unipampa, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2W0gbTN>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

GREFFE, Xavier. *Arte e mercado*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2013.

MANKIW, Nicholas Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MIGUEZ, Paulo. *Repertório de fontes sobre economia criativa*. Salvador: Cult, 2007.

_____. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007.

_____. Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em economia da cultura. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: Ufba, 2008.

NICOLAU, Georgia. Economia da cultura e economia solidária: uma relação possível e necessária. *Unisol Brasil*, São Bernardo do Campo, 5 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/economia-da-cultura-e-economia-solidaria-uma-relacao-possivel-e-necessaria/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. *Mapeamento dos cursos de gestão e produção cultural no Brasil: 1995-2015*. São Paulo: Itaú Cultural, 2016.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Barueri: Manole, 2006.

- REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de (Org.). *Economia da cultura: ideias e vivências*. Rio de Janeiro: ABGC, 2009.
- ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 1973.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. *Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília: Ipea, 2007.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002
- TOLILA, Paul. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.
- UFPE. Ver UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.
- UNCTAD. Ver CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO.
- UNIPAMPA. Ver FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Curso de Comunicação Social: bacharelado, campus da UFPE em Caruaru*. Caruaru: UFPE, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1AyfezrR6RDh4GuFIOebWIoWiPZ1GCOrc/view>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- ZALLO, Ramón. *Economía de la comunicación y la cultura*. Madrid: Akal, 1988.

Trajétórias e desafios na gestão cultural universitária: a Casa de Cultura Villa Maria da Uenf¹

*Simonne Teixeira*²

*Juan Ignacio Brizuela*³

O que é e para que serve uma casa de cultura de uma universidade pública? Essa é uma pergunta que nos temos feito ao longo desses últimos três anos com bastante intensidade. Depois de todo este tempo, ainda nadamos num mar possibilidades, embora não tenhamos uma resposta definitiva a esse questionamento. Este texto busca explicitar os caminhos que temos percorrido para tentar fortalecer e, ao mesmo tempo, compreender a dimensão cultural da universidade. Para tanto, realizaremos o seguinte percurso: uma breve narrativa sobre a história da Villa Maria e sua instituição como casa de cultura no norte fluminense, uma reflexão sobre a universidade enquanto projeto político e seu papel social, a trajetória da casa de cultura no contexto universitário e as ações atualmente desenvolvidas, seus propósitos e reflexões.

*

-
- 1 Agradecemos aos funcionários da Casa de Cultura Villa Maria da Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (Uenf), que nos acolhem e apoiam nessa aventura, especialmente a Gustavo Rangel, técnico nível superior, pela paciência em esclarecer as inúmeras perguntas sobre a Casa para elaboração deste artigo; a todos os bolsistas envolvidos nas atividades de pesquisa e extensão; e à Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).
 - 2 Doutora em Filosofia e Letras (História) pela Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha). Professora vinculada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Ciências Naturais. Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (Leea/Uenf) do Centro de Ciências do Homem da Uenf. Diretora da Casa de Cultura Villa Maria/Uenf (gestão 2016-2019). Coordenadora desde 2004 da Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural (Leea/Uenf). E-mail: simonne@pq.cnpq.br.
 - 3 Pós-doutorando (Faperj) no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Políticas Sociais e na Casa de Cultura Villa Maria/Uenf. Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Graduado em Relações Internacionais pela Universidad Católica de Córdoba (UCC), Argentina. Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). Integrante do Coletivo PachaMãe – Integração Latino-Americana (Letras/Ufba). E-mail: juanbrizuela.gpc@gmail.com.

O edifício que abriga a Casa de Cultura Villa Maria teve sua construção concluída em 1918, completando, portanto, 100 anos em 2018. Feita pelo rico industrial Atilano Chrisóstomo de Oliveira para servir de presente à sua esposa, Maria Queiroz de Oliveira, a casa foi deixada por esta em testamento, na ausência de herdeiros, à primeira universidade pública que se instalasse em Campos dos Goytacazes. A edificação, projetada pelo arquiteto José Benevento em estilo eclético e inspirada nas vilas romanas, recebeu o nome de Villa Maria em homenagem à sua proprietária. Maria de Queiroz, apelidada como *Finazinha*, em razão de haver nascido num dia dois de novembro, ficou conhecida na cidade por sua generosidade, sendo também chamada de “Rainha da Bondade”⁴ devido a suas ações caritativas voltadas às crianças e aos desvalidos. A construção, situada no ponto topográfico mais alto da cidade, se destaca pela sua singela beleza e pelo amplo jardim em seu entorno. Localizada no atualmente chamado “quadrilátero histórico”, está ladeada por dois imponentes prédios: a antiga residência de José Martins Pinheiro, barão da Lagoa Dourada, construída entre 1861 e 1864 e que desde 1884 abriga o Liceu de Humanidades de Campos; e o antigo Fórum Nilo Pessanha, obra do mesmo arquiteto da Villa Maria, José Benevento, em parceria com Pedro Campofiorito, construído em 1935 e desde 2008 Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.

O edifício do Liceu de Humanidades foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) em 1988. Na praça em que se situam esses edifícios, encontra-se um coreto com elementos estruturais em ferro, também tombado pelo órgão. Fazem parte desse conjunto, no entorno da praça e nas ruas adjacentes, algumas outras edificações em estilo eclético, que definem ainda mais esta região como um local privilegiado pela burguesia industrial açucareira emergente entre finais do século XIX e início do século XX.

O sonho de uma universidade pública acalentava os desejos da elite econômica e intelectual da cidade⁵ – sonho este que tem sua máxima expres-

4 Cf. A CASA que guarda histórias e fator; D. FINAZINHA de Queiróz, exemplo de bondade e amor ao próximo; NOSSA capa; O NOME de D. Finazinha será gravado em ouro no livro de “Honra ao Mérito”, p. 17; VILLA Maria – Finazinha Queiróz, uma dama que dedicou sua vida aos pobres.

5 Desde os anos 1960-1970, a cidade contava com a presença da Universidade Federal Fluminense (UFF), inicialmente como um setor da Escola de Serviço Social e, posteriormente, como um departamento. Mas esta não se configura como uma universidade pública de Campos dos Goytacazes, conforme o testamento de dona Finazinha.

são na doação em testamento da Villa Maria a uma futura e então utópica instituição de ensino superior. Finazinha faleceu em dezembro de 1970, aos 83 anos. A sonhada universidade somente chegaria efetivamente em 1993. Após sua morte, a casa ficou abandonada, servindo por vezes de abrigo para mendigos e sem teto. Nesse período, o local sofreu diversos danos, dentre eles a destruição dos belos vitrais de suas portas interiores e o rompimento das paredes para a retirada dos canos de cobre. Um acordo entre a prefeitura e o judiciário permitiu que a casa fosse ocupada pelo poder municipal após obras de recuperação do imóvel,⁶ durante o período de 1979 a 1989.

A Uenf⁷ foi criada em 23 de dezembro de 1991, a partir do decreto nº 17.206, que instituiu, na Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Comissão Acadêmica de Implantação; “em 10/12/1992, foi aprovada a lei nº 2.043/92, criando a Fundação Estadual Norte Fluminense, com a missão de manter e desenvolver a Universidade Estadual do Norte Fluminense e implantar e incrementar o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense”⁸. Com a efetiva implantação da Uenf no ano de 1993, a casa foi entregue à nova universidade para que ali se instalasse a reitoria. No entanto, a construção de estilo eclético com seu amplo jardim tornou-se a Casa de Cultura Villa Maria da Uenf, destinada a ser, por excelência, o espaço cultural da jovem universidade.

Convidado por Darcy Ribeiro para desenvolver o projeto da casa de cultura da universidade, José Américo Pessanha⁹ inicia seu texto afirmando que

6 A Villa Maria nunca foi objeto de restauração. Depois do período de abandono, a casa foi reformada e adaptada para servir de sede da prefeitura do município. Nessa obra, foi acrescido um cômodo no segundo piso na parte de trás da casa (sobre a cozinha e a área de serviço interna) e foi alterado o sistema de forro interno original para instalação da tubulação de um equipamento de ar condicionado central, substituindo-o por um forro de PVC.

7 A inclusão do nome de Darcy Ribeiro ao da universidade se dá ao final do processo de conquista de autonomia, em 2001.

8 Cf. UENF. História da Uenf.

9 José Américo Pessanha, campista, filósofo, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para a cátedra de história da filosofia, foi aposentado compulsoriamente pelo ato institucional nº 5 (AI-5). Foi editor da coleção Os Pensadores e colaborou em diferentes âmbitos da vida cultural brasileira nas décadas de 1980 e 1990, dos quais se destacam sua atuação no núcleo de editoração da Fundação Pró-Memória, na Direção do Centro Cultural São Paulo e na Secretaria de Cultura (gestão de Marilena Chaui) do governo Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo (PESSANHA, José Américo. Empédocles e a democracia, p. 103).

A Casa da Cultura *Villa Maria* está projetada para a prestação de serviços à comunidade e ao mesmo tempo ser um cartão de visita da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Nela se reflete o espírito da nova Universidade que se caracteriza pela tomada de consciência do deslocamento da produção de valor da área do trabalho manual para a produção de conhecimento, e pelo papel que têm as novas tecnologias na dinamização desse processo. Ao mesmo tempo, da necessidade de corrigir as tendências tecnicistas que abandonando a tradição humanista formam profissionais e cidadãos pela metade, extremamente competentes numa área específica, mas incapazes de compreender a realidade que os cerca, o mundo e a época que vivem.¹⁰

Essas palavras – que em nosso contexto atual cobram uma força particularmente primordial – propõem o resgate da tradição humanista na formação universitária, desumanizada na progressiva divisão entre os saberes provenientes das áreas de humanas e os saberes técnicos, consolidada no processo de expansão das universidades brasileiras ao longo dos anos 1970-1990. Essa proposta trazia em seu bojo uma concepção de cultura pautada em dois pilares fundamentais: uma acepção de cultura que escape àquela restrita pelas chamadas belas artes e que abranja “as diferentes manifestações da criatividade humana (resgate do conceito renascentista e humanista de cultura), em particular as produções do pensamento investigativo e crítico, a ciência e a tecnologia, sem prejuízo para as elaborações da imaginação criadora e da memória”.¹¹

Essa concepção está pautada na ideia de que a universidade deve ter um papel formador não apenas do profissional, mas principalmente do indivíduo, sendo compreendida nesse sentido como uma experiência transformadora. A Uenf nasce, nas palavras de seu criador, Darcy Ribeiro,¹²

[...] para fazer-se herdeira das tradições regionais do saber popular e erudito, mas comprometida a conquistar o que lá precisa florescer para que toda a região se integre na Civilização Emergente, fundada na ciência e na técnica. Sua missão é adornar-se, cultivar e ensinar a ciência e as tecnologias de ponta, que constituem o patrimônio cultural maior da humanidade, para colocá-las a serviço da modernização e do progresso econômico e social da região e do Brasil.

10 PESSANHA, José Américo. Casa da Cultura Villa Maria, p. 179.

11 Ibid., p. 180.

12 Ibid., p. 16.

Miguel se apropria do modelo universitário proposto por Wilhelm von Humboldt (1767-1835) para a Universidade de Berlim, que estabelece alguns parâmetros em que se busca fundamentalmente a “formação integral do indivíduo (*Bildung*); a unidade entre ensino-pesquisa; o carácter não instrumental dos conteúdos e resultados de ambos; a interdisciplinaridade e cooperação; a autonomia da ciência e a autonomia administrativa”,¹³ para defender uma formação em ciências que busque ser mais completa no cultivo do indivíduo.

Esse ideal que norteou a formação universitária em suas origens está bem distante da constatação que faz Marilena Chauí do papel das universidades hoje,

Creio que a universidade tem hoje um papel que alguns não querem desempenhar, mas que é determinante para a existência da própria universidade: criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear toda a tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano de produção material quanto no da produção intelectual.¹⁴

Em outro cenário, mais positivo, Jaramillo González e colaboradores, no primeiro parágrafo do prólogo que abre o livro *Políticas culturales para la educación superior en Colombia*, escrevem que:

Bajo las modalidades del conocimiento científico y tecnológico, del despliegue de innovaciones técnicas, de la conversación y acrecentamiento del humanismo, las artes y la filosofía, así como de las actividades de investigación que profundizan los saberes, corren las fronteras de lo conocido, revelan otras facetas de la realidad o generan alternativas sobre la preservación de la biodiversidad, al mismo tiempo que convocan a la celebración de la diversidad lingüística y la multietnicidad que nos caracteriza; la universidad no ha sido ajena al acrecentamiento de su misión y a la profundización y ampliación de sus responsabilidades y compromisos con el desarrollo de las localidades, las regiones y el país. Siempre de la mano de la cultura, en una composición caleidoscópica de haceres, lenguajes y modos de existencias propios de la vida intelectual, las rutinas de los laboratorios, la agitación de los debates, la maduración de las ideas nuevas y la incesante producción simbólica

13 MIGUEL, Leonardo Rogério. *Conservar e amar o básico*, p. 288.

14 CHAUI, Marilena, 2001 apud MIGUEL, Leonardo Rogério. *Conservar e amar o básico*, p. 272.

*que convierte la universidad en proyecto iluminador del destino de una sociedad y una nación.*¹⁵

Voltamos a Pessanha, que destaca a importância da casa da cultura como um projeto político direcionado à implantação efetiva do pluralismo democrático, devendo constituir-se em espaço de expressão aberta das várias linguagens, apresentando-se “com *caráter alternativo*: em contrapartida ao modelo vigente e bastante generalizado, que pressupõe a redução da cultura de consumo, à massificação, ao negócio, ao mercado”¹⁶ Para ele, caráter alternativo significa a:

[...] abertura de espaço para a experimentação, a ousadia no criar e no pensar, o despertar e a expansão da consciência crítica, a revisão e desconstrução dos preconceitos que tolhem a cultura e a sociedade, etc.; esse caráter alternativo incide diretamente sobre um ponto decisivo: a constituição dos acervos da Casa da Cultura e, inevitavelmente, reflete-se também na escolhas de projetos produzidos e incentivados.¹⁷

O projeto para a casa da cultura indica ainda o lócus desse espaço como polo de discussão e análise do ambiente cultural, sugerindo ampla temática em que se inserem a indústria cultural, a TV, a indústria editorial e modelos de políticas culturais, entre outros.¹⁸

Esses recortes são para destacar as ideias nas quais esse projeto buscava se inserir, não apenas no contexto regional e nos debates contemporâneos sobre a cultura e seu papel institucional, mas, sobretudo, como a cultura – por meio da casa – se colocava na formação universitária, com um expressivo papel acadêmico que, aliado ao conhecimento técnico e científico, serviria à formação e ao cultivo do indivíduo, capaz de compreender e atuar na realidade que o cerca.

15 JARAMILLO GONZÁLEZ, María Adelaida et al. *Políticas culturales para la educación superior en Colombia (nuestro proyecto común)*, p. 11.

16 PESSANHA, José Américo. Casa da Cultura Villa Maria, p. 181.

17 Ibid., p. 181.

18 De fato, a relação entre cultura, educação e comunicação aparece de forma explícita no plano orientador da Uenf de 1993, tanto na incorporação da Casa Villa Maria no projeto universitário quanto na proposta de um Centro Experimental de Educação e Comunicação, que incluía o projeto da Escola Brasileira de Cinema e Televisão, inspirado no modelo da Escola Internacional de Cinema e TV de Cuba, passando pelas graduações em Cinema e Multimídia, entre outras, que estavam na cabeça de Darcy Ribeiro nessa iniciativa em particular.

A Casa de Cultura Villa Maria dista aproximadamente seis quilômetros, em área urbana, do *campus* principal da universidade. Entre 1993 e 2003, sua direção¹⁹ foi assumida por pessoas alheias à Uenf, pertencentes ao cenário artístico-cultural do município. Os programas implantados atendiam em parte àqueles indicados no projeto proposto, sendo implementada a midiateca,²⁰ constituída por videoteca, fonoteca e biblioteca, e o auditório polivalente com recursos de multimídia. Nos primeiros anos de atividade, com fartos recursos, a casa, além das atividades ordinárias de atendimento ao público na midiateca, promoveu concertos e exibições coletivas de filmes. Também foi instalada ali, em 1995, a primeira internet pública no município. Viviam-se um tempo com muitos recursos, favorecendo que, ao longo desse período, as atividades do local fossem marcadas por inúmeros programas e ações destinadas ao público em geral (exibição de vídeos; audições; consulta escolar; *shows*, alguns de artistas consagrados, como Hermeto Pascoal; apresentações de esquetes teatrais etc.).

O conjunto que formava a midiateca merece nossa atenção em particular. O início de suas atividades é concomitante à inauguração da casa de cultura. A videoteca constituía-se de um espaço com uma estrutura radial, tipo “aranha”, com quatro “baías” – nas quais havia uma televisão e estavam disponíveis cadeiras e até quatro *headphones*, para que os usuários pudessem assistir (individual ou coletivamente) a um vídeo previamente selecionado por eles a partir de um catálogo de títulos. Além disso, havia exibições de vídeos no auditório, acompanhadas de audições musicais, como parte de mostras temáticas. Importante destacar que, entre os anos de 1996 e 1999, não existiu na cidade nenhuma sala de exibição comercial de filmes,²¹ o que tornava a Casa de Cultura Villa Maria o único equipamento cultural com programação em audiovisual. Em geral, essas exibições de filmes e audições coletivas eram combinadas, fazendo parte de uma programação semanal.

19 A direção da casa é oficialmente uma assessoria da reitoria, mas naquele momento não eram indicados professores nem membros da comunidade acadêmica da Uenf.

20 Os outros programas indicados no projeto são: laboratório de línguas, centro de memória, núcleo de capacitação de informática, *softwarehouse* pública, unidade de editoração eletrônica, unidades de desenvolvimento de multimídia, ilha de edição de vídeo e ateliês de arte.

21 SILVA, Jólson B. *Salas de cinema em Campos dos Goytacazes*, p. 38.

A fonoteca oferecia, a partir de um catálogo de músicas renovado semanalmente, a audição individualizada dos fonogramas previamente escolhidos pelos usuários. Disponha de uma sala com oito cadeiras confortáveis e equipamentos de ponta para que os visitantes, após escolherem as músicas que desejavam ouvir, sentassem para desfrutar da audição com *headphones* individuais. Isso foi muito antes de que novas mídias – como, primeiramente, os *discman* e, logo depois, os iPods e novos formatos de arquivos (mp3, por exemplo) – viessem a suplantam essas práticas.

As atividades da fonoteca tiveram início concomitantemente à implantação da casa de cultura, atendendo às determinações do autor do projeto da universidade, o professor Darcy Ribeiro. Ao longo dos anos, também foi se consolidando como um importante acervo formado por aquisições próprias, doações de pessoas da municipalidade que estavam começando a se desfazer de suas coleções, de rádios que passavam a utilizar somente o meio digital em suas programações musicais – abandonando a forma analógica – e de músicos e pesquisadores musicais que vislumbraram a importância do acervo que se formava. Com o passar do tempo, a oferta de audições para o público foi extinta devido à drástica diminuição da procura pelo serviço.

A biblioteca ou sala de leitura atendia a um público juvenil, constituído principalmente por estudantes do Liceu de Humanidades e, com menor frequência, estudantes dos colégios privados que estão no entorno da casa. Seu acervo estava composto principalmente por livros didáticos e obras literárias de apoio às pesquisas escolares.

De modo geral, sobre os acervos da Casa de Cultura Villa Maria, sua constituição se deu ao longo dos anos, em grande parte com o acolhimento de coleções que pertenciam a pessoas e rádios locais. Com relação ao acervo fonográfico, grande parte foi recebida no período inicial, inclusive o material que compõe o Fundo Amador Pinheiro da Silva (APS)²² e as doações de rádios locais no processo de mudança de mídias – do vinil para a fita DAT

22 Doado pelo radialista Amador Pinheiro Silva, esse fundo reúne 1.835 discos de acetato em 78 rpm, pertencentes à primeira rádio de Campos dos Goytacazes (Rádio Cultura de Campos), pioneira entre as estações no estado do Rio de Janeiro, criada em 1934. Entre as raridades do acervo está a gravação original de “Pelo telefone”, de Donga e Zé da Zilda, com o Conjunto Regional de Donga, pela Odeon, em 1938, e “Ai! Que saudade de Amélia”, de Mário Lago e Ataulfo Alves, gravada também pela Odeon em 1941. O fundo possui ainda discos com músicas de compositores campistas, como Aluísio Machado, Athayde Dias e Wilson Batista. A coleção conta ainda com alguns discos pintados à mão, que são uma verdadeira raridade.

e/ou MD –, como as rádios Litorânea e Atlântica.²³ Também é importante destacar nesse período o acolhimento da biblioteca de Gastão Machado.²⁴

Na gestão administrativa da Uenf para os anos 2004-2007, foi nomeado por primeira vez um professor da universidade²⁵ para a direção da casa de cultura. Comprometido com a produção do conhecimento e reconhecendo a importância dos acervos constituídos no exercício das atividades fins, ao longo desse período o professor implementou projetos que buscavam preservar as informações contidas nos documentos, visando favorecer o acesso.

O desenvolvimento tecnológico, sobretudo a partir dos anos 2000, tornou vários projetos e serviços da casa obsoletos. Importante observar que tanto o acervo audiovisual quanto o fonográfico dependem de equipamentos para sua reprodução. A obsolescência das mídias e as mudanças culturais nos hábitos de escutar músicas e assistir a vídeos e filmes são pontos sensíveis para esses acervos, já que se faz necessária a transferência da informação para outros suportes, assim como a manutenção e renovação dos equipamentos da midiateca.

Também nesse período foi implantado na casa o Polo Arte na Escola, fruto de um convênio entre a Uenf e o Instituto Arte na Escola,²⁶ cuja mis-

23 *Fundo Rádio Atlântica FM (Atla)*: doação da Rádio Atlântica FM formada por 917 discos de vinil, contendo diversos gêneros musicais, com destaque para música popular nacional e internacional. Contém, ainda, discos de compositores e intérpretes campistas. *Fundo Rádio Litoral FM (Rali)*: composto por 1.721 discos de vinil, contendo diversos gêneros musicais, com destaque para música popular nacional e internacional. Contém, ainda, discos de compositores e intérpretes campistas.

24 *Fundo Gastão Machado*: está formado pela biblioteca particular de Gastão Machado (1899-1964), destacado jornalista, caricaturista e teatrólogo campista, ele mesmo autor de diversas peças de teatro. Sua primeira peça foi escrita em 1923 e teve longa carreira como autor teatral, recebendo grande influência do teatro musical que então se fazia na capital (Rio de Janeiro) e em Campos. A partir dos anos 1940, transfere-se para o Rio de Janeiro e, bem relacionado com intelectuais e artistas do teatro, não para mais de escrever. Suas peças teatrais musicais são parte desse acervo, o que o aproxima do acervo fonográfico e documental do qual tratamos. A coleção bibliográfica inclui inúmeras revistas editadas entre finais do século XIX e início do século XX e jornais. São exemplos algumas revistas editadas no município, como *Aurora - Letras-Artes-Ciência* e *A Planície*. Também há diversos números de revistas de maior abrangência, como *Gênese* e *Kosmos*. Entre os jornais, há diversos volumes encadernados do *Monitor Campista* e do *Jornal do Commercio*, em que se destaca o *Recompilador Campista*, de 1834.

25 O professor Frederico Schwerin Secco.

26 O Instituto Arte na Escola é uma associação civil sem fins lucrativos que, desde 1989, qualifica, incentiva e reconhece o ensino da arte por meio da formação continuada de

são é a implementação e disseminação de ações que contribuam, no âmbito do ensino das artes, para a melhoria da educação básica por meio do acesso aos recursos didáticos por ele disponibilizados.²⁷

Com isso, deu-se início à digitalização das fitas VHS para CD-ROM e dos fonogramas dos diferentes suportes – acetato, vinil, MD, CD, fitas DAT e K7 – e um novo direcionamento para a sala de leitura, que passou a ter como prioridade os livros de arte, literatura e cultura. Foi realizado o trabalho de higienização e restauração de uma parte do acervo Gastão Machado, que pôde ser disponibilizada ao público. Nesse período foi também implantado um centro de internet comunitária (CIC), projeto do governo estadual cujo objetivo era o de “melhorar a qualidade de vida da população através da inclusão digital”,²⁸ por meio da oferta de internet livre, dos serviços públicos *on-line* e do treinamento gratuito em alfabetização digital.

A gestão da casa assumiu um caráter mais sóbrio no tocante aos projetos e ações externos, voltando-se a um cuidado redobrado dos acervos, visando a sua conservação. Os recursos já não eram tão fartos e a implementação dos projetos de conservação foi possível graças aos editais de pesquisa da Faperj.

Durante duas gestões administrativas da Uenf (2007-2011 e 2012-2015), não houve nomeação para a direção da Casa de Cultura Villa Maria. Sem um gestor, as atividades ficaram limitadas, descontinuadas e cada vez mais distanciadas do resto da universidade, sem novos aportes ou projetos que dessem vitalidade. Aliás, é sintomático que essa “lacuna” em uma das assessorias da reitoria não tenha gerado algum desconforto nos professores e alunos da comunidade uenfiana. Não foram implementados novos projetos e a casa de cultura servia apenas – e eventualmente – para as reuniões de reitoria nos momentos de greve, em que os professores e demais servidores impediam a entrada no *campus*. Contudo, alguns eventos para o público externo foram promovidos pelo Orfeão de Santa Cecília, houve continuidade nas atividades do CIC/Centro de Tecnologia da Informação

professores da educação básica. Tem como premissa que a arte, enquanto objeto do saber, desenvolve nos alunos habilidades perceptivas e capacidade reflexiva, assim como incentiva a formação de uma consciência crítica, não se limitando à autoexpressão e à criatividade (cf. INSTITUCIONAL: sobre o Instituto Arte na Escola).

27 Disponível em: <http://artenaescola.org.br/rede/polo.php?id_polo=11>. Acesso em: 1 dez. 2018.

28 Cf. PRODERJ. Atuação: inclusão digital.

e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Proderj) e os funcionários deram sequência à laboriosa tarefa de conservar os acervos com os poucos recursos existentes.

Após as eleições para a reitoria em 2015, foi escolhida uma nova gestão, que realizou – durante o período de transição – um detalhado levantamento sobre os equipamentos existentes na instituição: centro de convenções, Casa de Cultura Villa Maria, bibliotecas, espaço de ciência e editora. Esse levantamento permitiu conhecer a situação geral e, ao assumir a atual administração, foi nomeada uma professora para a direção da casa. Num primeiro momento foi pensada uma coordenação de cultura que fizesse a gestão de todos esses espaços. Mas a proposta mostrou-se rapidamente inviável, devido à dificuldade de gestão de espaços com especificidades tão diferentes e demandas tão específicas. Outro problema foi a falta de recursos humanos e financeiros para que fosse possível uma gestão mais eficiente.

A nova direção²⁹ encontrou um quadro desolador: as rotinas da casa de cultura tinham se reduzido a manter a ordem e a limpeza; a “preservar” os bens patrimoniados nas salas trancadas e transformadas em verdadeiros depósitos; os funcionários³⁰ estavam em uma rotina de cuidados com o acervo sem equipamentos ou materiais e sem um projeto para a continuidade dos trabalhos; além de um distanciamento enorme da própria instituição e de seu contexto de ensino e produção do conhecimento.

A gestão começou com um atraso de três meses no repasse das verbas de orçamento para a universidade, que durou até o primeiro trimestre de 2018. Na casa de cultura faltaram produtos de limpeza para sua manutenção, houve corte no fornecimento de energia e água, e durante quase dois anos o local ficou sem nenhuma segurança,³¹ permanecendo os funcionários obrigados a trabalhar com os portões fechados.³²

*

29 Gestão 2016-2019.

30 Um total de nove funcionários, sendo que dois deles foram em janeiro de 2017 cedidos à prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes. A casa não conta com funcionários do campo da cultura ou produção cultural.

31 Cf. LILARGEM, Jonatha. Após quase dois anos, serviço de vigilância volta a ser realizado na Uenf na cidade de Campos.

32 A ausência de segurança por falta de pagamento do Estado às empresas prestadoras de serviço atingiu todos os *campi* da Uenf.

Nesse ponto voltamos à pergunta inicial: o que é e para que serve uma casa de cultura de uma universidade pública? Pelo breve histórico aqui apresentado, percebemos que no momento inicial a Casa de Cultura Villa Maria foi pensada para “refletir o espírito da nova Universidade”, ou seja, contribuir a “tomada de consciência do deslocamento da produção de valor da área do trabalho manual para a produção do conhecimento”,³³ num processo de caráter formativo que incorporasse as novas tecnologias. No entanto, a proposta – embora, abrangente e inovadora no que tange a uma casa de cultura – se apresenta, na prática, muito centrada em si, sem estabelecer um vínculo real com a universidade. Não se trata apenas de ser um palco no qual se transfere o conhecimento produzido no *campus* para uma nova leitura de difusão, buscando aproximação com a arte e a cultura. A casa tem no projeto papel fundamental enquanto produtora do conhecimento no campo da arte e da cultura, embora a sua função como espaço universitário e cultural não esteja explicitada, fundamentada e devidamente aprofundada. Assim, o projeto inicial tem servido para dar o rumo das ações da casa, mas não responde à pergunta proposta.

Em realidade, são poucas as universidades brasileiras que possuem uma casa de cultura.³⁴ Em geral, temos a cultura na universidade vinculada a uma pró-reitoria de extensão. Essa incorporação da cultura à extensão, a nosso ver, a coloca num *status* subordinado ao escopo das finalidades que tem a universidade. Fazendo pesquisa em ciência, desenvolvemos a extensão como ação prioritária na difusão do conhecimento. Mas situada na extensão, a cultura passa por um deslocamento que a transforma em produção de eventos e espetáculos, muitas vezes não necessariamente vinculada à pesquisa acadêmica *stricto sensu* ou à sala de aula. Em outras palavras, reivindicamos um lugar para a cultura, no âmbito da universidade pública, equiparado ao da ciência, no que tange a seu papel formador (no sentido da formação integral do indivíduo) e enquanto produtora de conhecimento – ela mesma, um amplo campo de pesquisa.

Ainda mais, é difícil que um professor da Uenf tenha experiência prévia de gestão cultural para além daquela estritamente relacionada à pesquisa e às ações de extensão. Contudo, enquanto educadores, arriscamos

33 PESSANHA, José Américo. Casa da Cultura Villa Maria, p. 179.

34 Temos conhecimento da Casa de Cultura da Universidade Estadual de Londrina (UEL), criada em 1971, e da Casa de Cultura da América Latina da Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1987.

alguns aspectos que deveriam orientar as ações e atividades propostas e desenvolvidas pela casa: alçar a cultura a um *status* de maior proeminência no contexto da universidade; contribuir, por meio da cultura, com os processos de formação integral dos indivíduos, proporcionando uma educação mais humanística; estimular o diálogo dos diferentes saberes produzidos na universidade e fora dela, por meio de encontros e debates; discutir os valores que permeiam a universidade pública; e estimular a reflexão sobre criação cultural e artística, favorecendo a construção de sensibilidades. Se esses eram valores de fundo epistemológico, havia outro, relacionado ao patrimônio cultural, que impunha ações mais concretas, advindas da existência de um espetacular acervo documental (textual, bibliográfico e fonográfico/sonoro) que carecia de reconhecimento (até mesmo institucional) e de ações de salvaguarda, preservação e difusão.

A falta de recursos institucionais, as dificuldades para efetivamente desenvolver as ações pautadas nos princípios estabelecidos e a emergência em assinalar a casa como um lugar de produção de conhecimento nos levou a buscar recursos públicos direcionados à pesquisa. São exemplos a obtenção de verba para a continuidade e desenvolvimento do projeto de digitalização pela Faperj³⁵ e de bolsas em diferentes programas: Jovens Talentos (JT),³⁶ Iniciação Científica (IC),³⁷ Extensão,³⁸ Treinamento e Capacitação Técnica (TCT) e recém-doutor (RD).³⁹ Esse número expressivo de estudantes e bolsistas, somados a alguns voluntários, trouxe vida à casa. No total, são aproximadamente 20 pessoas atuando em diferentes frentes e em conjunto. Os bolsistas trabalham de modo coletivo, compartilhando os conhecimentos gerados em cada uma das pesquisas. Os da categoria JT

35 Edital Faperj nº 03/2016 – “Apoio à produção e divulgação das artes no estado do Rio de Janeiro” – Projeto de pesquisa “Produção de catálogo digital e disponibilização de registros sonoros: divulgação do acervo musical da Fonoteca da Casa de Cultura Villa Maria/Uenf”.

36 O JT/Faperj oferece bolsas de pré-iniciação científica para estudantes do ensino médio.

37 As pesquisas de IC estão fundamentalmente voltadas para dar visibilidade ao potencial de pesquisa dos documentos fonográficos (radiodifusores) e documentais (partituras e teatro). Contamos atualmente com quatro bolsas de IC (Faperj/Uenf e Conselho Nacional e Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) com estudantes do curso de história da UFF/Campos.

38 Dentro do programa de extensão da Uenf são oferecidas bolsas discentes e para alunos externos à universidade (Universidade Aberta). Atualmente, temos dois projetos em execução: um vinculado ao Polo Arte na Escola e outro à difusão do acervo documental, por meio de uma página *web* (villamaria.uenf.br).

39 Do qual faz parte o coautor deste texto.

apoiam as ações dos demais bolsistas, tanto na organização de eventos e difusão quanto na higienização, guarda e digitalização da documentação textual (com fins de salvaguardar, mas também de disponibilizar na página *web*). Os de IC desenvolvem um trabalho pioneiro de pesquisa nos acervos. Essas pesquisas têm gerado trabalhos acadêmicos – alguns, inclusive, premiados.

Interessante destacar que, no período, recebemos algumas doações importantes: partituras e outros documentos da professora Maria da Glória Ramalho Pessanha, mais conhecida como dona Glorinha, do antigo Conservatório de Campos, além de todo o acervo relacionado à produção teatral do jornalista e autor campista Godofredo Tinoco. Esse material, assim como todos os manuscritos de Gastão Machado que não haviam recebido cuidados no tratamento anterior, estão atualmente em processo de higienização, identificação e classificação.

Também conseguimos novos títulos para a sala de leitura, com foco principalmente em artes, cultura e políticas culturais. Recebemos doações da Fundação Darcy Ribeiro, da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Instituto Brasileiros de Museus.

Durante quase dois anos, as atividades foram limitadas, uma vez que não havia meio de franquear a entrada de pessoas. Mas alguns projetos foram iniciados e têm tido desdobramentos, como a parceria no âmbito do curso de Artes Cênicas do Instituto Federal Fluminense (IFF) para a realização de uma oficina de teatro na casa de cultura e a parceria com a Secretaria de Educação do município para realização de cursos de formação de professores. Também foram desenvolvidos sete encontros como o Ciranda de Conversa na Villa, cujo eixo temático é “Universidade pública brasileira: quais são os nossos valores?”. Acolhemos o festival Rock Goitacá, organizado por um coletivo local; criamos nossos próprios eventos, que ocorrem prioritariamente nos jardins da casa: Ressaca na Villa, Choro da Villa, Bazar da Villa, Arraiá da Villa, Brincantes da Villa, Vinil da Villa e Semana de Arte da Villa. Inexistentes os recursos, organizamos com criatividade e parcerias com a sociedade esses eventos que atraem numeroso público. Alguns deles são resultado dos projetos que desenvolvemos na casa, como a Semana de Arte da Villa, a Semana de Música da Villa e o Vinil da Villa.

Com o retorno dos seguranças, os portões da casa de cultura estão abertos, acolhendo visitantes durante o dia em seus jardins, estabelecendo novas possibilidades. Com isso, recentemente demos início a um projeto de

ocupação dos espaços internos da casa de cultura com exposições de arte. Esse projeto é resultado da conformação da Teia Interuniversitária de Arte (Teia), grupo que reúne pessoas da casa de cultura, do Polo Arte na Escola, do IFF e da Casa Duna,⁴⁰ em São João da Barra. O resultado desse esforço é a realização da primeira exposição de artes plásticas na Villa, Erosões Visuais.

Nesse sentido, destacamos que as atividades do Polo Arte e as da casa nunca haviam se combinado para o desenvolvimento de ações em prol da Arte e da Cultura, tendo se consolidado com projetos conjuntos nestes últimos anos. O Bazar da Villa, a Semana de Arte da Villa e o grupo Teia são pontos em que têm convergido essas interações.

Entendemos que nos últimos anos conseguimos explorar melhor a dimensão cultural na casa por meio da música, do teatro e das artes plásticas – e não apenas com ações, mas principalmente como guardiões dos mais importantes acervos na região relacionados à música e ao teatro. Também conseguimos consolidar uma atuação na formação continuada dos professores de artes visuais. Não que estejamos fechados a outras linguagens, mas temos procurado manter o foco naquelas que temos podido contribuir de forma mais efetiva (e afetiva), buscando construir sensibilidades, destacar os aspectos culturais dessas linguagens artísticas e do processo de formação. Procuramos inovar, também, oferecendo uma disciplina instrumental e um curso de extensão sobre arte e educação patrimonial, com acesso à Plataforma de Ensino à Distância (EAD) da própria Uenf.

Finalmente, se imaginamos os desafios dos próximos 25 anos da casa de cultura – embora possa parecer algo utópico –, destacamos alguns pontos que são importantes na gestão cultural universitária, a partir da experiência adquirida.

- a) A dimensão territorial da cultura na universidade: com isso nos referimos tanto à distância física que existe entre o *campus* principal da Uenf e o edifício histórico da casa quanto ao desafio de dinamizar práticas artísticas e culturais em todos os territórios de influência da universidade, da mesma forma que existem ações científicas

40 A Casa Duna é uma residência de arte e centro de pesquisa acadêmica concebida e coordenada por Julia Naidin e Fernando Codeço como parte de seus projetos de pós-doutorado em Políticas Sociais na Uenf e de doutorado em artes cênicas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), respectivamente. Instalada em Atafona, a Casa Duna atua desenvolvendo projetos colaborativos de arte contemporânea, teatro e memória oral e visual.

e tecnológicas dessa instituição em várias localidades das regiões norte, noroeste e dos lagos fluminenses.

- b) A valorização da sensibilidade artística e da interculturalidade na formação acadêmica: a relação de pertencimento da casa com estudantes, professores e comunidade uenfiã não termina de se configurar, e isso não se reduz à visitação desse equipamento cultural. O principal problema é que a qualificação artística e cultural não é considerada importante, muito menos prioritária, em quase todas as instituições de ensino superior do país. A criação de cursos nessa área e, além disso, a incorporação das artes e da cultura em todos os centros da universidade são imperativos em uma nova configuração acadêmica.
- c) A construção de um circuito cultural interuniversitário: a relação com as outras universidades e espaços culturais da cidade e da região é fundamental para sedimentar cada uma das ações desses equipamentos, fortalecendo e viralizando as ofertas e serviços culturais para cada um deles. Embora seja difícil, é necessário que exista um trabalho entre técnicos, professores e alunos com, pelo menos, afinidade nessa área, mas também entre colegas de outras universidades públicas e privadas, das mais diversas formações e áreas do conhecimento.
- d) O estabelecimento de condições dignas para o trabalho cultural: o melhoramento das condições materiais, de infraestrutura e de locomoção para efetivar um circuito cultural universitário são fundamentais. Sabemos que esse desafio é comum a todas as áreas científicas e tecnológicas, mas existe uma necessária e urgente reparação histórica no campo das artes e da cultura – especialmente nas universidades – que se faz cada vez mais imperiosa diante dos complexos problemas com os quais defrontamos na contemporaneidade.

Em síntese, evidentemente os desafios são inúmeros para a gestão cultural universitária. As questões de ecologia e meio ambiente no campo da cultura, por exemplo, são difíceis de articular em ações culturais cotidianas na universidade. Temos esboçado algumas ações e projetos interdisciplinares sobre educação ambiental patrimonial, mas são isoladas e ainda

incipientes na nossa região. Contudo, também reconhecemos os avanços, mesmo em tempos de crise, que, embora possam parecer pequenos, acreditamos serem a semente de uma efetiva política cultural pública, democrática e territorial. Aqui, na Casa de Cultura Villa Maria da Uenf, ninguém solta a mão de ninguém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CASA que guarda histórias e fatos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 7 dez. 1997.

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Atuação: inclusão digital. *Proderj*, Rio de Janeiro, 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2E7Bf0i>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

D. FINAZINHA de Queiróz, exemplo de bondade e amor ao próximo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1952. Suplemento dedicado a Campos.

INTITUCIONAL: sobre o Instituto Arte na Escola. *Arte na Escola*, São Paulo, 26 nov. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2Ia4HGK>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

JARAMILLO GONZÁLEZ, María Adelaida et al. *Políticas culturales para la educación superior en Colombia (nuestro proyecto común)*. Medellín: Universidad de Antioquia, 2013.

LILARGEM, Jonatha. Após quase dois anos, serviço de vigilância volta a ser realizado na Uenf na cidade de Campos. *A Notícia na Hora*, [S.l.]. 20 abr. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2SLmLLv>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MIGUEL, Leonardo Rogério. Conservar e amar o básico: um relato sobre a “inutilidade” fundamental da universidade. *Revista em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 270-298, 2017.

O NOME de D. Finazinha será gravado em ouro no livro de “Honra ao Mérito”. *Revista [de Propaganda do Município de Campos]*, Campos dos Goytacazes, p. 17, dez. 1951. Seleções Campistas.

PESSANHA, José Américo. Casa da Cultura Villa Maria. *Revista Universidade do Terceiro Milênio*, Campo dos Goytacazes, v. 3, n. 1, p. 179-190, 1993.

_____. José Américo. Empédocles e a democracia. Edição e introdução e notas por Maria das Graças de Moraes Augusto, Carolina Araújo e Alice Bitencourt Haddad. *Kléos: revista de filosofia antiga*. Rio de Janeiro, v. 7-8, n. 7-8, p. 97-182, jul. 2003-jul. 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2TITQFf>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

PRODERJ. Ver CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

RIBEIRO, Darcy. Plano orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense. *Revista Universidade do Terceiro Milênio*, Campo dos Goytacazes, v. 1, n. 1, 1993.

SILVA, Joilson B. *Salas de cinema em Campos dos Goytacazes: lugar, sociabilidade e políticas culturais – da década de 1960 aos anos 2010*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.

UENF. Ver UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO. História da Uenf. *Uenf*, Campos dos Goytacazes, 20 set. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2GFs88r>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

VILLA Maria – Finazinha Queiróz, uma dama que dedicou sua vida aos pobres. *O Encontro*, Campos dos Goytacazes, 25 mar. 1979.

Lutas por direitos, institucionalização e participação cidadã: entre velhos dilemas e atuais debates, um estudo dos modelos sistêmicos de políticas culturais do Rio de Janeiro¹

*Adélia Zimbrão*²

*Lessandra da Silva*³

INTRODUÇÃO

Os anos 1980 foram marcados por importantes avanços em termos de democratização política, impulsionados por mobilizações e lutas de movimentos sociais, culminando com a promulgação da chamada “Constituição Cidadã de 1988”.⁴ Em seu primeiro artigo, instituiu-se que a República Federativa do Brasil se constituiria em Estado Democrático de

1 Este texto é um estudo ampliado e revisado de trabalho apresentando no IV Congresso Internacional sobre Culturas – Memória e Sensibilidade: Cenários de Experiência Cultural Contemporânea, realizado na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Cachoeira/BA, em novembro de 2018.

2 Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atuando no Setor de Pesquisa em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). E-mail: adelia.zimbrao@rb.gov.br.

3 Mestre em Administração Pública pela EBAP/FGV, especialista em Teoria da Arte: fundamentos e práticas artísticas pela Uerj, cientista social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduação em Comunicação Social pela UFF. Professora de Ensino superior. Atuou como pesquisadora e consultora da EBAP/FGV no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS). E-mail: lessandrasilva@hotmail.com.

4 “A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, conforme Bonavides (1994), é basicamente em muitas de suas dimensões essenciais uma Constituição do Estado social, posto que não concede apenas direitos sociais básicos, mas que os garante, por trazer em seu texto constitucional institutos processuais para esse fim (mandato de injunção, mandato de segurança coletivo e a inconstitucionalidade por omissão). Além dessas novas técnicas jurídicas de garantias de direitos, a Constituição de 1988 inovou no campo das políticas públicas sociais, reservando espaços institucionais de participação

Direito e em seu parágrafo único estabeleceu-se que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou *diretamente*”.⁵ Nesse sentido, a nova Carta Constitucional consagrou a criação de espaços institucionais para a participação popular⁶ que marcou as lutas contra a ditadura civil-militar.

Nessa direção, modelos organizacionais de políticas públicas com participação cidadã foram sendo desenvolvidos no Brasil. Nesse formato participativo destaca-se a criação de conselhos e conferências de políticas públicas.⁷ Dessa forma, houve um *pacto-aposta* por parte de setores democráticos de que a constitucionalização de direitos econômicos, sociais e culturais e a participação da sociedade no ciclo das políticas públicas contribuiriam para um projeto democrático de reforma do Estado brasileiro.

Nesse sentido, algumas perspectivas teóricas e movimentos progressistas apontam para a institucionalização como importante caminho para se criar uma cultura democrática. Nessa concepção, ações participativas impulsionadas pelo Estado seriam mecanismos constitutivos da proposta de institucionalizar a cidadania tendo por base modelos organizativos democráticos de gestão pública.

Nessa linha – da institucionalização das políticas públicas participativas e do Estado Democrático de Direito como propulsor dos direitos culturais –, a institucionalização das políticas culturais vem ocorrendo em diversos formatos, entre os quais destacamos a concepção de desenho organizacional sistêmico de políticas públicas. O debate sobre a construção de um Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi lançado pelo Ministério da Cultura (MinC) em 2003, sendo que em 2012 foi aprovado um projeto de emenda constitucional (PEC) que tornou o SNC um dispositivo constitucional. Assim, com adesões de vários estados e municípios, o SNC vem sendo implementado.

popular na gestão pública. Por isso e por outros aspectos é conhecida como a Constituição Cidadã” (ZIMBRÃO DA SILVA, Adélia C. Sistemas nacionais na área de gestão pública, p. 5-6).

5 BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

6 Esclarecemos que neste trabalho usaremos os termos *participação popular* e *participação cidadã* para nos referirmos à incorporação da participação de diversos atores da sociedade civil em mecanismos adotados na gestão pública.

7 O Brasil tem registro inaugural do processo de conferência nacional o ano de 1941, feito pela área de saúde. Entretanto, é a Constituição de 1988 que reforça a democracia participativa em vários de seus dispositivos.

Quanto aos municípios, de acordo com o MinC,⁸ 2.642 cidades brasileiras faziam parte do sistema até fevereiro de 2019, o que representa 47,4% do total. No âmbito estadual, a adesão é de 100%, pois todos os 26 estados, além do Distrito Federal, fazem parte do SNC. No Rio de Janeiro, o acordo da adesão foi publicado no *Diário Oficial da União* do dia 7 de maio de 2014, e o Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (Siec/RJ) foi instituído em 7 de julho de 2015, pela lei nº 7.035. O estado fluminense possui 92 municípios, com população total estimada em 16.718.956. Desses, 31 municípios participaram da I Conferência Nacional de Cultura (CNC); 60 estiveram na II CNC; e 75 atuaram na III CNC. Em agosto de 2018, 75 municípios do estado fluminense já haviam feito adesão ao SNC; número este que permaneceu o mesmo em fevereiro de 2019, quando foi feita nova consulta à Plataforma do SNC. Essa integração possibilita que estados e municípios institucionalizem políticas públicas culturais organizadas num modelo sistêmico descentralizado e participativo, estruturadas com base na criação de órgão de gestão cultural local, do conselho de política cultural, da conferência e do plano de cultura, assim como de um sistema de financiamento.

Esses dados demonstram que há uma tendência de pactuação entre os três níveis de governos – federal, estadual e municipal – na promoção de modelos de gestão organizados nos formatos sistêmicos de políticas culturais, que tem na participação cidadã e na concepção dos direitos culturais suas principais bases. Entretanto, essa aposta na institucionalização da participação em espaços públicos estatais e essa luta centrada no campo dos direitos enfrentam resistência por parte de analistas sociais e de algumas frentes progressistas. Parte das críticas tem como argumento recorrente a concepção de que tais mecanismos impulsionados por ações estatais teriam limitado potencial de democratização da gestão pública e de transformação social. Afirmam ainda perspectiva crítica negativa do Estado e da política como formas possíveis de um projeto emancipador, posto que a emancipação é, antes de tudo, a autonomia dos movimentos sociais do próprio Estado e suas instituições.

Cabe destacar, ainda, que as políticas públicas se situam em arenas de lutas, posto que “envolvem conflitos de interesses entre camadas e classes sociais e as respostas do Estado para essas questões podem atender a

8 BRASIL. Ministério da Cultura. Planilha Geral de Adesões ao Sistema Nacional de Cultura. 14 de fevereiro de 2019.

interesses de uma em detrimento do interesse de outros”.⁹ Portanto, há que se considerar na análise desses processos institucionalizados participativos e de lutas centradas no reconhecimento jurídico – ou seja, na estratégia ídeo-política da promoção da cultura e dos direitos como elemento de transformação social democrática – como são tratados os conflitos e disputas que emergem nesse processo, uma vez que são relevantes para explicitar jogos de força.

Este trabalho tem por objetivo apresentar um panorama sobre processos de construção e implementação dos sistemas de cultura no estado e em municípios do Rio de Janeiro, a fim de contribuir para reflexão acerca de processos de institucionalização das políticas estruturantes e suas relações com aspectos da cidadania e democratização da gestão pública e das relações sociais. Trata-se de refletir sobre a atuação da área da cultura nesse processo de construção de políticas nacionais de institucionalização e indução de política pública descentralizada e participativa que, ao estruturar um SNC, busca impulsionar o desenvolvimento democrático de políticas públicas culturais locais.

Para isso, analisam-se documentos sobre o Siec/RJ e de legislações de sistemas municipais fluminenses. Analisa-se, ainda, a atuação do Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC) do Rio de Janeiro, sendo uma dimensão desta análise o funcionamento e o conteúdo dos debates nas reuniões do conselho como indicador de seu papel na arena da política setorial. O percurso metodológico deste trabalho também é perpassado por levantamento-síntese teórico acerca de perspectivas acadêmicas orientadas pelas tendências institucionalistas, como forma de orientar a análise documental. Mas é importante esclarecer que é feita breve exposição sobre tal assunto, sem a intenção de esgotar o tema.

Este estudo apresenta resultados parciais obtidos a partir da análise de documentos como regimentos internos, pautas, atas do conselho estadual de políticas culturais e legislações referentes a sistemas de cultura produzidas no estado e em municípios fluminenses. Assim, a pesquisa até aqui realizada ocorreu basicamente por fontes documentais. Sobre estudos que têm como base documentos, Giumbelli, no artigo “Para além do ‘trabalho de campo’: reflexões supostamente malinowskianas”, explica que “a fonte textual não ganha privilégio por oposição ao trabalho de campo, mas pela

9 CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais, p. 12.

razão de estarem nela inscritas as informações metodologicamente relevantes e socialmente significativas”¹⁰

É importante ter clareza de que, em uma pesquisa na qual as fontes documentais são utilizadas como principal instrumento de obtenção de dados, é fundamental a acuidade específica por parte do pesquisador, que deve considerar os limites constitutivos dessas fontes e os artefatos e artifícios de seu constructo. Nesse sentido, o entendimento de documento como monumento, tal como teoricamente desenvolvido por Le Goff,¹¹ contribui para apurar a análise, porque nessa perspectiva tem-se a compreensão de que todo documento é resultado de escolhas e intenções de quem o elabora – sendo assim, apresenta um ponto de vista parcial da história. Isso porque se trata de um produto da sociedade, que o fabricou de acordo com as relações de forças que concentravam o poder. É importante considerar os documentos como registros parciais, resultado de assimetrias nas correlações de forças.

Destaca-se ainda que este estudo faz parte de pesquisa mais ampla desenvolvida no Setor de Pesquisa em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), intitulada *Políticas Públicas de Cultura, Diversidade e Desigualdade: arranjos institucionais de gestão*.

DILEMAS ASSOCIADOS À INSTITUCIONALIZAÇÃO E À
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E A CULTURA DOS
DIREITOS: UM ESTUDO DOS MODELOS DE SISTEMAS DE
POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIROS

As lutas contra a ditadura civil-militar no Brasil impulsionaram o surgimento de novas formas de organização na sociedade brasileira. A perseguição aos movimentos sindical, camponês e estudantil e aos partidos de esquerda conduziu à politização de novos espaços e temáticas de organização social, como os bairros e as questões de gênero, étnicas e ambientais, assim como as de crianças e jovens marginalizados.¹² Os movimentos sociais questionavam o autoritarismo e o centralismo da ditadura civil-militar e colocaram em pauta a exigência de direitos – civis, sociais, políticos e culturais –, assim como a promoção da democracia participativa

10 GIUMBELLI, Emerson. Para além do “trabalho de campo”, p. 102.

11 LE GOFF, Jacques. *História e memória*.

12 ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). *Participação popular nas políticas públicas*.

com a atuação da cidadania na definição das políticas públicas que iriam consolidar tais direitos. Um forte movimento de participação popular na Assembleia Constituinte contribuiu para que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 incorporasse demandas e reivindicações da sociedade por mecanismos que pudessem promover um Estado democrático e participativo, de modo que as políticas públicas pudessem assegurar, por meio do novo ordenamento constitucional, um conjunto de direitos e construir uma cultura democrática pouco presente na sociedade brasileira.

A Constituição Cidadã referenciou o reconhecimento da fundamentalidade dos direitos – entre eles, os culturais. Nesse sentido, estabeleceu vários dispositivos que são comumente considerados relativos à cultura¹³ e que integrariam o rol dos direitos do cidadão brasileiro. A constitucionalização dos direitos culturais foi um avanço democrático, mas o grande desafio que se coloca é como dar efetividade a eles.¹⁴ Dessa forma, o debate sobre qual modelo de gestão pública seria mais eficaz para promover os direitos culturais ganhou centralidade nos meios acadêmicos, nos movimentos culturais e no âmbito governamental. E como todo processo que envolve política pública, tal percurso foi marcado por embates acirrados, posto que políticas públicas envolvem lutas por recursos e interesses divergentes – e, muitas vezes, antagônicos –, pois sinalizam para projetos políticos e societários que estão em disputa. Como explica Souza, a “essência da política pública” é “o embate em torno de ideias e interesses”¹⁵ e ainda que “o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre políticas públicas”.¹⁶

13 CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*; CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos culturais no Brasil*; MACHADO, Bernardo Novais da Mata. *Direitos humanos e direitos culturais*; SILVA, José Afonso da. *Ordenação constitucional da cultura*.

14 Nesse sentido, Calabre chama atenção: “Não podemos deixar de ressaltar que a Constituição Federal, desde 1988, garante que todo cidadão tem direito a cultura e que cabe ao Estado fazer valer esses direitos. Esse mesmo princípio foi replicado em inúmeras constituições estaduais e nas leis orgânicas dos municípios. Mas, na maioria das vezes, não foi traduzido, não se efetivou em ações e políticas governamentais” (CALABRE, Lia [Org.]. *Seminário Internacional Sistemas de Cultura*, p. 128).

15 SOUZA, Celina. *Políticas públicas*, p. 24.

16 *Ibid.*, p. 21.

Nessa direção, a arquitetura de gestão para as políticas públicas culturais adotada baseou-se no desenho organizacional fundamentado em modelos sistêmicos como modo de alcançar a garantia dos direitos. Assim, o SNC, incorporado em 2012 à Constituição Federal, parte desse desafio e busca incentivar o desenvolvimento de sistemas de políticas culturais em todos os entes federados. Segundo Matos, Rangel e Marques, é esperado que com a “uniformização e a harmonização das estruturas institucionais, presentes na atual proposta do sistema, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios avancem na promoção da cidadania cultural”,¹⁷ mas residiria dúvida se terão condições e meios de garanti-la.

Portanto, a estruturação de modelos sistêmicos de políticas públicas culturais constituiu-se como um modo de buscar sua institucionalização no Brasil, campo este marcado, segundo Rubim,¹⁸ por uma tríade de “tristes tradições” (ausência, autoritarismo e instabilidade). Calabre explica que “a relação entre Estado e cultura é antiga, mas com esse viés de política pública, tomando em consideração o conjunto da população é um fenômeno que data do século XX”.¹⁹

Para lançar luz a essa análise, interessa-nos provocar uma reflexão partindo da concepção da influência das correntes neoinstitucionalistas nos debates acerca das políticas públicas:

O debate sobre políticas públicas também tem sido influenciado pelas premissas advindas de outros campos teóricos, em especial o chamado neo-institucionalismo, que enfatiza a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas.²⁰

A autora explica, ainda, que de acordo com os vários ramos do neoinstitucionalismo:

[...] instituições são regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores. [...]. Assim, o que a teoria neo-institucionalista nos ilumina é no entendimento de que não são só os indivíduos ou grupos que têm força relevante influenciam as

17 MATOS, Fernanda Laís de; RANGELA, Vânia Maria Andrade Brayner; MARQUES, Cristina Maria do Vale. *Sistemas municipais de cultura*, p. 47.

18 RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil*.

19 CALABRE, Lia (Org.). *Seminário Internacional Sistemas de Cultura*, p. 128.

20 SOUZA, Celina. *Políticas públicas*, p. 37.

políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições.²¹

Assim, é importante situar a análise dos sistemas de políticas culturais também com as contribuições e críticas a tal abordagem teórica. Isso porque um dos argumentos centrais postos para a criação dos sistemas de políticas culturais é o de que a “institucionalização da área da cultura é fundamental para o fortalecimento do campo, para continuidade de políticas públicas pautadas nas demandas da sociedade, assim como para promoção e garantia dos direitos culturais”.²² Dessa forma, o MinC atuou, desde 2003, na elaboração de um sistema de cultura de base participativa que tivesse capacidade de articular entes federados e sociedade civil. Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio Janeiro (SEC/RJ) participa da construção do SNC ao instituir seu sistema estadual, assim como em vários municípios, que vão se articulando a esse modelo organizativo de gestão de políticas públicas de cultura. A contribuição do neoinstitucionalismo é importante nessa análise porque considera que a luta pelo poder e por recurso entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas.

Essa luta é mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimento de outros, embora as instituições sozinhas não façam seus papéis – há também os interesses, como diz a teoria da escolha racional, ideias, como enfatizam o institucionalismo histórico e o estrutural, e a história, como afirma o institucionalismo histórico.²³

Algumas perspectivas teóricas consolidam o pressuposto de que a institucionalização é o caminho para se criar uma cultura democrática, enquanto outras apontam distintas vertentes e são críticas a essa tendência. Assim, as estratégias de ações participativas impulsionadas pelo poder público seriam mecanismos constitutivos da proposta de institucionalizar a cidadania a partir da modelagem de gestão estatal. Desse modo, vem ocorrendo na área da cultura um processo de institucionalização da participação dos cidadãos e os sistemas culturais criados nos âmbitos nacional,

21 Ibid., p. 38-39.

22 RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. *Padec edição 2015*.

23 SOUZA, Celina. Políticas públicas, p. 39.

estadual e municipal constituem-se como mecanismos de cidadania popular. Contudo, esses processos de institucionalização recebem críticas.

Segundo Côrtes, uma crítica muito frequente a esse processo diz respeito à ideia de que tal institucionalização provocaria o disciplinamento das formas de organização e de “manifestação espontâneas de atores sociais – provenientes da sociedade civil – que passariam a se organizar em torno dos conselhos e a canalizar suas demandas e propostas principalmente para eles”.²⁴ Outro argumento utilizado, ainda conforme a autora, refere-se a enfatizar que tais mecanismos impulsionados por ações estatais teriam limitado potencial de democratização da gestão pública e que fóruns mais autônomos, diante dos governos, teriam possibilidades mais efetivas de promover a democratização. De acordo com Côrtes, essa visão é compartilhada tanto por analistas de processos participativos quanto por “lideranças de entidades sociais que por vezes hesitam em integrar os fóruns temendo legitimar, com sua presença, espaços políticos que consideram não-democráticos”.²⁵ Mas a autora considera falso esse suposto dilema *institucionalização versus democratização*, embora reconheça que o disciplinamento da participação, ao menos em parte, tenha ocorrido.

Nesse sentido, quando se trata da institucionalização na área cultural, essas críticas são ainda mais contundentes. Segundo Mata Machado,²⁶ uma das recorrentes críticas ao SNC diz respeito ao papel do Estado no campo da cultura. Assim, a crítica sustenta-se no argumento de que o modelo sistêmico – que inclui a criação, pelos entes da Federação, de uma forte estrutura institucional – “seria equivalente a colocar uma ‘camisa de força’ na cultura que, em si mesma, é dinâmica e avessa a qualquer tipo de controle”.²⁷ Além disso, os críticos argumentam que as ações e serviços culturais são praticados predominantemente pela sociedade, e não pelo Estado, como em outras áreas, por exemplo, a saúde. O autor apresenta respostas a esses questionamentos. Para isso, argumenta que é “próprio do mundo da cultura estar sempre em movimento, mas a proposta do SNC não afeta essa característica básica, simplesmente porque não se dirige à cultura em si,

24 CÔRTEZ, Soraya Vargas. Conselhos de políticas públicas, p. 52.

25 Ibid., p. 52.

26 MACHADO, Bernardo Novais da Mata. Estado e sociedade no sistema nacional de cultura.

27 Ibid., p. 35.

mas à política pública de cultura”.²⁸ Assim, segundo Mata Machado, o SNC seria mais adequadamente nomeado como Sistema Nacional de Política e Gestão Cultural, “pois seu alvo é justamente a organização das políticas culturais, historicamente marcadas pela fragilidade institucional, falta de planejamento, amadorismo, elitismo [...] e favoritismo”.²⁹ Além disso, esclarece que o “papel do poder público no campo da cultura nunca foi insignificante, mesmo entre as chamadas políticas culturais tradicionais”.³⁰

Mata Machado assevera que o “Estado Democrático intervém na cultura para garantir direitos, por meio da prestação de serviços culturais à sociedade”.³¹ Para o autor, “a necessidade de organizar as políticas culturais é colocada acima de tudo pela Constituição Federal, que remete ao Estado a obrigação de garantir ‘a todos o pleno exercício dos direitos culturais’ (art. 215)”.³² Portanto, podemos considerar que Mata Machado sustenta que a constitucionalização dos direitos culturais e a adoção, pela Constituição Federal de 1988, do modelo político de Estado Democrático de Direito justificariam a institucionalização das políticas culturais num modelo sistêmico, no qual a participação da sociedade, assim como o entendimento da cultura como direito, é a mais forte base desse desenho organizacional.

Assim, em comum acerca das várias interpretações a respeito do SNC, bem como sobre os sistemas estaduais e municipais, encontramos essa linha de análise que parte da democracia fundamentada na luta pelos direitos e da institucionalização como fatores importantes para a promoção da democracia. Tais formas analíticas de políticas públicas são fundamentais para a compreensão desse fenômeno social, assim como para buscarmos modos de elaboração de políticas públicas que tenham por finalidade a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Mas é preciso trazer outros debates que se somam na contribuição a esses objetivos democráticos.

Nesse sentido, a reflexão de Gomes³³ sobre as possibilidades (e limites) do alcance teórico e a dimensão ideopolítica da luta pelos direitos sociais para projetos societários emancipatórios pode contribuir para lançarmos

28 Ibid., p. 35.

29 Ibid., p. 35.

30 Ibid., p. 36.

31 Ibid., p. 36.

32 Ibid., p. 35.

33 GOMES, Cláudia. *Em busca do consenso*.

luz a todo esse debate. Segundo a autora, não se pode negar que se produziu na tendência do debate político contemporâneo – tanto por parte de liberais quanto de críticos deliberativos e marxistas – que todos procuraram encontrar, “no discurso do direito, um fundamento adequado para o ordenamento político democrático que se autojustifica pelo pluralismo do mundo contemporâneo, constituindo um fenômeno social que se porta em uma cultura que se pretende do consenso”.³⁴

Para Gomes, há que se atentar para o caráter formal e abstrato da igualdade e democracia fundamentada na luta pelos direitos. Para a autora, se, por um lado, a constituição foi um avanço – pois institucionalizou nos marcos jurídicos a abertura democrática e promoveu o ideário da democracia participativa, além de ter consagrado direitos individuais e coletivos e construído uma linguagem da cultura de direitos –, por outro, “seu conteúdo é eminentemente abstrato”.³⁵

A pesquisadora explica que, no âmbito das práticas organizativas de resistência de trabalhadores, movimentos sociais e sindicatos, entre os anos de 1980 e 1990, houve uma adesão à luta especialmente pela afirmação dos direitos, o que teria marcado a cultura política do campo da esquerda no Brasil. Mas, para a autora, proposições igualitárias com base no princípio da luta por direitos de cidadania são um erro categórico, uma vez que “por sua própria natureza, a relação entre capital e trabalho é a revelação da contradição estrutural insuperável da desigualdade substantiva”.³⁶ Desse modo, para Gomes, “qualquer tentativa de conciliar os princípios de igualdade e direito (ainda que justo) é inevitavelmente contraproducente, uma vez que é constitutiva e inerente a essa forma de sociabilidade a injustiça efetiva”.³⁷

Enfim, nesta parte do trabalho apresentamos vertentes nas quais “as análises sobre sistemas políticos democráticos geralmente apontam a institucionalização da participação como uma possibilidade para ampliar a democracia”.³⁸ Nessa linha, “a literatura sobre democracia também tem se

34 Ibid., p. 133.

35 Ibid., p. 75.

36 Ibid., p. 122.

37 Ibid., p. 122.

38 SILVA, Lessandra da. *Institucionalização de práticas participativas na administração pública*, p. 47. Costa explica que a questão da institucionalização está longe de ser consensual entre as teorias das ciências sociais. Mesmo os autores que não se consideram anti-institucionalistas – perspectiva teórica que na década de 1980 orientou muitos trabalhos sobre os movimentos sociais – ressaltam que as contribuições democratizantes dos

constituído por uma discussão que restringe a democracia à esfera política. E ainda mais: *democratizar* diz respeito a garantir acesso às instituições *estatais*”.³⁹ Assim, algumas teorias procuraram demonstrar que o Estado é o principal ator para conduzir um projeto de democratização, a partir de transformações das arenas institucionais.

Nesse sentido, há uma tendência a apostar que a democratização das instituições, a participação popular no Estado e o controle social poderiam produzir projetos societários mais igualitários e socialmente mais justos. Entretanto, outras perspectivas apontam que as instituições estatais – ou seja, o poder administrativo – não são o espaço mais adequado para a produção de formas de vida emancipadas.

No próximo item deste trabalho apresentamos a experiência da construção do Siec/RJ e dos municípios, com a finalidade de contribuir para reflexão sobre o processo de institucionalização das políticas públicas culturais e suas possíveis relações com a democratização da gestão pública.

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO

O Siec/RJ

A construção do Siec/RJ principia com a elaboração de um diagnóstico preliminar sobre a cultura no estado do Rio de Janeiro, realizado a partir de reuniões em 92 municípios e oito encontros regionais, os quais embasaram a elaboração da minuta do Plano Estadual de Cultura.⁴⁰ Tal processo ocorreu durante os anos de 2009 a 2012, sendo que em 2010 a SEC/RJ apresentou a minuta do Plano Estadual de Cultura, que “foi feita e aprovada de forma colaborativa, incluindo todas as regiões do estado, além de consulta pública virtual”.⁴¹ Após essa consulta, que aprimora e amplia o projeto, este é enviado para Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)

movimentos sociais não devem ser reconhecidas apenas a partir de instâncias institucionais (COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais).

39 SILVA, Lessandra da. *Institucionalização de práticas participativas na administração pública*, p. 101, grifos da autora.

40 RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Cultura. *SEC 2016, 2017 e 2018*.

41 Secretaria de Estado de Cultura. *Relatório formação do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro*.

em maio de 2014 e aprovado. Em julho de 2015, é sancionado pelo governador Luiz Fernando Pezão, via lei nº 7.035/2015, a Lei de Estado de Cultura, constituída pelo Siec/RJ e, em anexo, pelo Plano Estadual de Cultura.

Em linhas gerais, a lei nº 7.035/ 2015 institui o sistema, define seus princípios e objetivos, trata dos elementos que integram o sistema, estabelece o Conselho Estadual de Cultura (CEPC) e as conferências de cultura (estadual e regional), fóruns e seus instrumentos. Define ainda como instrumentos de gestão do Siec: a) o Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro; b) o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro; e c) o Programa de Formação e Qualificação Cultural do Rio de Janeiro. Desse modo, com tal marco legal, inicia-se o processo de implantação do Siec/RJ. O CEPC é criado em outubro de 2015 por meio do decreto nº 45.419.

O Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro

De acordo com a lei nº 7.035/2015, o CEPC/RJ é um órgão colegiado, deliberativo e vinculado à SEC. Entre suas competências, encontram-se as seguintes: propor ações e metas decorrentes das diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura; acompanhar e fiscalizar a execução dessas ações, acompanhar e fiscalizar os resultados dos instrumentos de gestão do Siec, participar da elaboração do Plano Plurianual referente à área de cultura e sugerir parâmetros para editais e processos seletivos relativos a ações de estímulo à produção e à difusão de cultura. A composição do CEPC, pelo que celebram a lei nº 7.035/2015 e o decreto 45.419/2015, prevê 32 membros titulares e 32 membros suplentes, sendo: a) 16 integrantes titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo poder público; e b) 16 membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil, eleitos presencial ou virtualmente.

A posse dos conselheiros eleitos para o biênio 2016-2018 ocorreu no dia 30 de maio de 2016. De acordo com documento da SEC, “O Conselho Estadual de Política Cultural, o primeiro do Estado do Rio de Janeiro de composição paritária”, constituído a partir de eleição para legitimar sua representatividade, conforme previsto pela normativa do SNS/MinC, “envolveu, ao todo, entre eleitores, candidatos, observadores, pesquisadores, equipe técnica, representantes da Alerj, Ministério da Cultura, e Comissão Eleitoral, 3.500 pessoas”.⁴²

42 Ibid., p. 23.

Análise das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CEPC

Estudos realizados nos anos 1990 identificaram conselhos muito voltados para si mesmos e pouco articulados com seu ambiente institucional e societário mais amplo, sendo demonstrado que conselheiros se debruçavam mais em dinâmica interna do conselho⁴³ do que em temas relacionados ao desenho da política pública ou prioridades de investimento público. Porém, quando analisamos os documentos do CEPC/RJ, temos um resultado diferente: verifica-se envolvimento nesse aspecto – organizacional e interno –, mas, principalmente, a atuação do conselho na definição das diretrizes, na formulação da política pública e desempenhando papel em suas funções propriamente políticas de proposição de temas, explicitação de conflitos, construção de acordos e buscando criar articulações no interior dos governos municipais.

Indícios disso puderam ser observados na análise documental da gestão da primeira formação do CEPC/RJ, na qual foram realizadas nove reuniões ordinárias e quatro extraordinárias nos anos de 2016, 2017 e 2018. Análise das atas aponta envolvimento do órgão em assuntos de caráter estratégico no que diz respeito à participação na construção do Siec, da revisão e monitoramento do Plano de Cultura e no debate sobre fundos para financiamento (ainda que não se possa aferir participação efetiva nas definições sobre as prioridades de investimentos) e na mobilização para manutenção tanto da SEC/RJ, no desenho organizacional estadual, assim como do MinC, uma vez que ambos estiveram, em 2016, na iminência de serem retirados da estrutura governamental.

Nessa direção, uma das atas registra uma nota do conselho que adverte que:

A extinção da SEC/RJ tende a fragilizar o cenário das estruturas administrativas de cultura nos municípios, pode desestabilizar as ações em curso com artistas, agentes e produtores culturais, e a sociedade de modo geral, e ainda, retardar o processo de instalação do Sistema Estadual de Cultura do RJ.⁴⁴

43 TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil.

44 RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Política Cultural. *Atas da 1ª a 9ª reuniões ordinárias e Atas da 1ª a 4ª reuniões extraordinárias.*

Em função desse cenário de crise, é convocada reunião extraordinária e são estabelecidas estratégias de ação. Assim, ressaltamos que a primeira gestão do CEPC/RJ ocorre num cenário de turbulência política e econômica tanto no estado fluminense quanto no governo federal, que passa por um processo de instabilidade que culminou no que vários teóricos chamaram de golpe parlamentar-jurídico-midiático,⁴⁵ que destituiu a presidenta Dilma Rousseff – e os documentos assinalam que nessa conjuntura houve ameaça de extinção da SEC/RJ e do MinC. Um dos argumentos seria a contenção de custos. Mas, na ata da terceira reunião, menciona-se um contra-argumento de um dos conselheiros que esclarece que o orçamento estadual da cultura – menor que 1% – não traria grande impacto ao orçamento do governo estadual. Destaca-se que a mobilização do CEPC/RJ foi relevante tanto para a manutenção da SEC/RJ na estrutura organizacional do governo estadual quanto para a permanência do MinC.

Acerca disso, os documentos mostram ações realizadas pelo CEPC/RJ. No que diz respeito ao MinC, que ficou por um período sem ministro⁴⁶ logo após o golpe de 2016, na ata é mencionado que o CEPC/RJ enviaria uma carta cobrando a definição sobre esse cargo. Registra-se também que as seguintes ações seriam realizadas pelo conselho para manutenção da SEC: “a) audiência pública na Alerj, com amplo debate em defesa do #FICASEC; b) solicitação de audiência com o sr. governador Luiz Fernando Pezão para abertura de diálogo em defesa do #FICASEC; c) reuniões ampliadas do Conselho, com debate

45 A deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, é analisada por diversos intelectuais e juristas brasileiros como um golpe que envolveu ações de âmbito parlamentar-jurídico-midiático (SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil do século XXI*; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Grande dúvida constitucional de que o supremo fugirá; SERRANO, Pedro. *Impeachment de Dilma: golpe ou estado de exceção?*; SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*; PRONER, Carol. *Golpe Branco no Brasil: Dilma Alerta na ONU*). Além disso, em 2018 várias universidades do país ofereceram cursos para analisar o que chamam de processo de golpe institucional.

46 Logo após o pedido de afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República ter sido aceito pela Câmara dos Deputados, o governo interino de Michel Temer extinguiu o MinC. Conforme explica Rubim, “com a tomada do poder federal e a proposta do governo de extinguir o ministério, o movimento do campo cultural se ampliou. Sedes do ministério e de seus órgãos foram ocupadas em todo país, manifestos e manifestações proliferaram, nomes consagrados da cultura se pronunciaram e seis expressivas personalidades culturais femininas não aceitaram o convite para assumir a gestão da Secretaria de Cultura criada para substituir o Ministério. Restou ao governo voltar atrás e recriar, rapidamente, o Ministério da Cultura, configurando sua primeira derrota de vulto” (RUBIM, Albino. *Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil*, p. 74).

sobre a valorização da cultura fluminense e cartas de apoio das regionais pelo #FICTV (locais, regionais, e de âmbito nacional) e pelo #FICASEC.⁴⁷ Os registros apontam que essa atuação do CEPC/RJ foi fundamental para que não houvesse a desestruturação governamental da cultura.

Segundo Côrtes,⁴⁸ a eficácia das ações dos conselheiros depende também de sua capacidade de extrapolar o território dos próprios conselhos. Desse modo, segundo a autora, os próprios conselheiros agem sobre o contexto político. Nem os conselhos nem seus participantes estão isolados, pois encontram-se num cenário nos quais atores sociais buscam influenciar outros coletivos.

Assim, esse êxito quanto à manutenção da SEC relaciona-se também com o capital político e outras instituições e atores políticos estratégicos que conseguem ser acionados. Sobre esse resultado, em reunião posterior realizada pelo CEPC – mais especificamente, no quarto encontro realizado –, na qual já se sabia que a SEC seria mantida, houve a participação do secretário estadual de Cultura, sr. André Lazaroni. Tal secretário mencionou, na ocasião, “o vigor e compromisso do Conselho Estadual de Política Cultural do RJ, na defesa da Cultura Fluminense, atestada de modo especial, recentemente, pelo FICA SEC”.⁴⁹ Posteriormente, na oitava reunião, uma das conselheiras também destacou o papel importante do CEPC na “contínua defesa pelas políticas culturais fluminenses, chegando ao marcante episódio de defender a permanência da SEC RJ, quando de sua possível extinção em novembro de 2016”.⁵⁰ Ainda na quarta reunião, os conselheiros cobraram ações comprometidas com o estabelecimento e funcionamento do Fundo Estadual de Financiamento para Cultura. Destaca-se, entre conselheiros, a defesa de que é “na Política do Fomento, que deve residir uma das maiores missões do Conselho, onde ele precisa se colocar ainda mais atuante”.⁵¹ A oitava reunião também reitera a relevância atribuída ao financiamento, sendo que há constantes declarações quanto à importância de debate sobre o Fundo Estadual de Cultura e sobre o Programa Estadual de Incentivo, “pois é ali que está o dinheiro, o recurso”.⁵² Aliás, ainda sobre financiamento, durante a sétima reunião, uma das

47 RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Política Cultural. *Ata da 3ª reunião ordinária*.

48 CÔRTEZ, Soraya Vargas. Conselhos de políticas públicas.

49 RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Política Cultural. *Ata da 4ª reunião ordinária*.

50 *Ibid.*, *Ata da 8ª reunião ordinária*.

51 *Ibid.*, *Ata da 4ª reunião ordinária*.

52 *Ibid.*, *Ata da 8ª reunião ordinária*.

conselheiras respondeu aos questionamentos apresentados por vários conselheiros quanto à “reformulação da Lei do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], para cumprimento da lei 7.035/2015, na aplicação do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do RJ, informando que a Superintendência que trata da matéria já está fazendo os devidos encaminhamentos”.⁵³ A conselheira explicou que uma equipe formada por técnicos da SEC e especialistas para aprofundar o tema é pauta antiga de discussão no colegiado, considerando a divisão regional dos recursos da Lei do ICMS, em distribuição segundo o que estabelece a lei. Segundo ata da oitava reunião do CEPC/RJ, 72% de todos os projetos incentivados via Lei do ICMS tinham concentração na capital, e mesmo assim, apenas nas áreas da zona sul e do centro. Algumas regionais têm zero de fomento.⁵⁴

Esse debate sobre desigualdade na distribuição dos recursos para a área da cultura no estado do Rio de Janeiro é recorrente nos encontros do conselho. Ainda na oitava reunião (2018), informou-se que a equipe técnica da Superintendência da Lei de Incentivo (Suplei) foi colocada à disposição para buscar e fazer cumprir o patamar estabelecido em lei, que trata do percentual de 60% para as nove regiões do estado – 1) metropolitana II/Baixada Fluminense; 2) metropolitana III/leste fluminense; 3) região noroeste fluminense; 4) região norte fluminense; 5) região serrana; 6) região das baixadas litorâneas; 7) região médio paraíba; 8) região centro-sul; e 9) região Costa Verde – e 40% para a região Metro I/Capital.

Tal questão em torno do assunto da redistribuição regional dos recursos do financiamento é considerada de grande importância para os conselheiros. Eles lembram que em todos os encontros de cultura realizados nos municípios:

uma das questões mais levantadas é a questão da regionalização dos recursos do ICMS, em função do disparate cultural que sempre foi a postura do Estado a respeito de suas respectivas regiões, onde tudo sempre está concentrado na Capital, nas mãos dos mesmos produtores, quase sempre com os mesmos patrocinadores.⁵⁵

Sobre a desigualdade na distribuição de recursos financeiros na cultura, Calabre lembra:

53 Ibid., *Ata da 7ª reunião ordinária*.

54 Ibid., *Ata da 8ª reunião ordinária*.

55 Ibid.

Nas décadas que nos precederam o que o país vivenciou foi uma legislação que terminou privilegiando os produtores e alguns segmentos artísticos, distribuindo de maneira muito desigual os já exíguos recursos financeiros da cultura. A organização da sociedade e sua participação nos conselhos de políticas públicas, em geral são, sem dúvidas, um caminho que se abre para a construção de uma sociedade mais democrática e para o fortalecimento dos municípios.⁵⁶

Nesse sentido, o CEPC/RJ tem exercido um papel significativo e muito atuante. Um exemplo disso é que os conselheiros reclamaram que no edital de 2018 a questão da regionalização deveria ter sido contemplada e mostraram sua insatisfação por isso não ter ocorrido. Os registros indicam que eles, principalmente aqueles que eram representantes da sociedade civil, defenderam com veemência que a política de regionalização dos recursos do ICMS deveria ser contemplada já nesse edital – além disso, consideraram que deveriam ter tido participação nas decisões sobre ele. Essa reivindicação quanto ao papel decisor do Conselho revela disputas pelo poder e expõe as assimetrias presentes nas relações entre representantes dos diversos setores envolvidos nos embates por recursos. Assim, uma fala que exemplifica isso advém de uma conselheira que menciona: “a SEC RJ pode apresentar os 40/60%, supostamente, do jeito que ela quiser. Nós, os conselheiros, podemos opinar, mas a gestão não é do Conselho, é da SEC RJ”.⁵⁷ Entretanto, cabe destacar que tais assimetrias não são constitutivas das relações que se operam apenas intraconselho. Córtes⁵⁸ explica que as assimétricas relações são geradas no ambiente societal externo aos conselhos e penetram os fóruns estruturando as posições dos conselheiros conforme suas trajetórias pessoais e das instituições que envolvem aquele ambiente. Assim, reduzir o impacto das assimetrias de poder produzidas historicamente – e geralmente estruturadas por regras sociais implícitas⁵⁹ – é um desafio constante.

A assimetria nas relações se mostra também no embate travado pela demanda por transparência quanto às informações acerca dos recursos disponíveis. Na nona reunião ordinária do CEPC/RJ, os conselheiros reclamaram

56 CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no Brasil*, p. 128.

57 RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Política Cultural. *Ata da 8ª reunião ordinária*.

58 CÔRTEZ, Soraya Vargas. *Conselhos de políticas públicas*.

59 *Ibid.*

que não sabiam exatamente quanto tinha no fundo estadual.⁶⁰ Essa dificuldade de acesso às informações pelos conselheiros é retratada ainda na fala do presidente do órgão que, entre outras questões, diz que considera muito importante que o CEPC/RJ tenha todas as informações, como aquelas relativas ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Padec) e dos demais programas da SEC/RJ, considerando o uso de recursos públicos provenientes de convênios e parcerias com o MinC e outros ministérios, e organizações internacionais.

O descontentamento com a questão da participação do conselho nas decisões da SEC/RJ é demonstrado também na escolha das cidades que sediaram as conferências regionais. Os conselheiros reclamam que, em geral, a cidade que sedia é escolhida pelo secretário estadual de Cultura e sempre se favorece aquela “que já tem tudo”.⁶¹ Defendem também que municípios menores e com mais dificuldade de atuação cultural tenham oportunidade para sediar as conferências. Os membros do poder público estadual explicam que o critério de escolha de tais cidades envolve o apoio e estrutura que podem dar para a organização das conferências.

Outro ponto polêmico foi a criação do I Prêmio Estadual de Patrimônio Imaterial de Dança, de Quadrilhas, de Roças, de Salão Infante, uma vez que o artigo 5º do Siec, que estabelece normativa para criação e/ou iniciativas desse teor, dispõe que isso deve ser feito com prévia ação no CEPC/RJ. O evento foi questionado na SEC/RJ, por ofício, com alegação de que não seguiu os trâmites regimentais. Um dos conselheiros diz que a superintendência e a coordenação têm autonomia de criar seus prêmios, mas considera que tanto a secretaria quanto o CEPC/RJ erraram: “o conselho só se encontra a cada dois meses e a SEC/RJ fez todo o trabalho para fora de casa e esqueceu de falar internamente, sem respeitar o que está estabelecido em lei”.⁶² Outra conselheira lembra que o órgão “tem que entender que não é gestor. O conselho tem função de deliberar sobre coisas, de opinar. Quem faz a gestão é a SEC/RJ, e a secretaria vai criar quantas ações de programa quantos ela quiser porque é função do Executivo fazer essas coisas”.⁶³

Assim, registram-se nas atas diversos pontos de divergência que emergem nas reuniões do CEPC/RJ. Como vimos – por meio dos discursos realizados

60 RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Política Cultural. *Ata da 9ª reunião ordinária.*

61 *Ibid.*, *Ata da 8ª reunião ordinária.*

62 *Ibid.*

63 *Ibid.*

nesses encontros –, algumas dessas falas pontuam que parte dessas discordâncias poderia ser atribuída à falta de entendimento do conselho/dos conselheiros quanto a seu papel. Uma das conselheiras até sugere capacitação desse grupo “para que tenham uma ideia mais ampla e detalhada do papel deles, tanto nos conselhos municipais de Cultura como, ainda, na própria gestão”.⁶⁴

A capacitação dos conselheiros é fundamental para que estes tenham uma atuação cada vez mais qualificada. Entretanto, uma análise atenta desses documentos em seu conjunto indica que tais embates sinalizam questionamentos sobre correlações de forças existentes entre diversos segmentos da cultura fluminense, que ao longo das décadas tem tido acesso extremamente desigual aos recursos públicos. O que essas disputas travadas expõem é muito mais uma luta para ampliar o poder decisório dessa instância de participação popular nas políticas públicas de cultura e sua gestão do que, necessariamente, somente uma “falta de entendimento” quanto a seu papel.

Isso evidencia os desafios e limites dessas instâncias formais de participação, uma vez que não se trata de uma mera questão de o marco legal não definir adequadamente as atribuições e competências do conselho. Trata-se de relações de poder que se explicitam nos jogos políticos e nas disputas por recursos. Trava-se uma batalha na qual grupos com diferentes interesses buscam manter ou inverter a assimetria nesse jogo. O conselho é um espaço de política pública e, como bem asseverou Souza, a “essência da política pública” é “o embate em torno de ideias e interesses”.⁶⁵ Portanto, a mudança de correlações históricas de forças dependerá de um conjunto de fatores reunidos em dado contexto, e não meramente de legislação. Em que pese que “o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre políticas públicas”,⁶⁶ não se pode considerar que criar uma estrutura com canais participativos será suficiente para romper com uma tradição de práticas autoritárias, descontínuas, desiguais e de privilégios que permearam historicamente vários campos das políticas públicas no Brasil – entre eles, o da cultura.

64 Ibid., *Ata da 9ª reunião ordinária*.

65 SOUZA, Celina. Políticas públicas, p. 24.

66 Ibid., p. 21.

Nesse sentido, a institucionalização das políticas públicas culturais em modelo sistêmico, por prever mecanismos participativos, é grande avanço democrático no cenário brasileiro, tradicionalmente marcado por estados autoritários e, quando muito, por participação apenas de “notáveis” indicados sem processos eletivos para os conselhos de cultura. Mas essa participação social ampliada, prevista em várias legislações que criam os sistemas de cultura (nacional, estaduais e municipais), esbarra em práticas culturais que não avançam tão rapidamente como desejado apenas pela previsão legal. A própria dinâmica da máquina estatal por vezes atrapalha o processo de democratização. Isso se faz notar na insatisfação demonstrada nas reuniões do CEPC/RJ quanto ao tempo da burocracia estatal para a análise de procedimentos, principalmente no que diz respeito à liberação para aplicação de recursos financeiros. Os conselheiros – em geral, aqueles que representam a sociedade civil – comentam a situação difícil para os que atuam com cultura, e aqueles que representam o poder público explicam que o cenário de crise justifica a demora. No relato apresentado, uma conselheira registra que as várias mudanças ocorridas tanto na gestão do MinC quanto na SEC/RJ – com novos ministros da Cultura, secretários nacionais e secretários de estado de Cultura do Rio de Janeiro ao longo de dois anos – afetam diretamente a execução de programas.⁶⁷ Outra conselheira, nessa linha, diz que é necessário considerar um cenário atípico no estado fluminense, o que torna o trâmite burocrático de grande complexidade, pela qual o jurídico vivencia dois complicadores que engessam muito a máquina: o Decreto de Calamidade Pública nº 45.6921, de 17 de junho de 2016, e o programa de regime fiscal firmado com o governo federal, publicado no *Diário Oficial da União* em 6 de setembro de 2017, no qual a SEC/RJ é, obrigatoriamente – como outras unidades administrativas –, impedida de várias movimentações.⁶⁸

Apesar dessas justificativas plausíveis, a tensão *tempo da burocracia versus tempo do mundo da vida* não é típica apenas de cenários de crise. Calabre explica:

A área da cultura acrescenta uma série de desafios a si mesma para a gestão pública. Há, por exemplo, um constante descompasso entre as dinâmicas da área, com ritmos muito próprios e o tempo da realização das políticas, programas e ações dentro da máquina

67 RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Política Cultural. *Ata da 9ª reunião ordinária*.

68 *Ibid.*, *Ata da 8ª reunião ordinária*.

pública. As políticas culturais, assim como as políticas sociais, exigem do Estado cada vez mais agilidade e invenção de mecanismos que permitam que um conjunto de atores sociais sejam incorporados como parceiros das mesmas e não mais somente como usuários ou beneficiários passivos.⁶⁹

Enfim, a análise do modelo sistêmico de políticas públicas culturais não pode orbitar numa interpretação de cunho meramente técnico e normativo. Nesse sentido, os canais de participação – base comum dos modelos sistêmicos de políticas culturais observados nas esferas federal, estadual e municipal –, se entendidos menos em sua dimensão gerencial e de eficiência e mais em sua potencialidade enquanto prática política que busca desenvolver valores horizontais e equilibrar assimétricas relações no âmbito das relações entre Estado e sociedade, podem contribuir para desenvolver cultura democrática no Brasil.

As trajetórias de políticas públicas no Brasil, desde a Era Vargas até o momento de institucionalização do SNC, revelam forte disputa entre agentes sociais. O que está em jogo é uma luta por preservação da hegemonia de um modelo excludente, elitista e centralizador.⁷⁰ Nesse cenário, encontram-se também forças de resistência, centradas na defesa da cultura como um direito, que entendem o modelo sistêmico como uma potencialidade dentro de uma institucionalidade estatal, de romper com tal modelo excludente e contribuir para a construção de uma cultura democrática. Destacam-se também análises de teóricos e apostas de forças progressistas que, apesar de concordarem com os avanços trazidos pela constitucionalização dos direitos, têm uma visão crítica dos limites da luta institucional para consolidação de projetos societários emancipatórios.

PANORAMA ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS MUNICIPAIS DE CULTURA EM CIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Até dezembro de 2018, a adesão dos municípios fluminenses ao SNC era de cerca de 81,52%. Dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, apenas 17 não assinaram acordo. Entre os que não aderiram, destacamos

69 CALABRE, Lia (Org.). *Seminário Internacional Sistemas de Cultura*, p. 130.

70 CARVALHO, Cristina Amélia; SILVA, Rosimeri Carvalho da; GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. *Sistema Nacional de Cultura*.

Sumidouro, com população estimada em 15.191 habitantes. Apesar de a cidade não ter feito tal acordo, encontramos um documento, emitido pelo Poder Legislativo municipal e destinado ao Executivo municipal, sugerindo a criação do sistema de cultura:

Poderia dar-se maior ênfase a cultura [...] com a simples criação do sistema municipal de cultura e também do fundo municipal de cultura, aqui no município de Sumidouro. Municípios vizinhos agiram dessa forma e assim houve um substancial e expressivo avanço cultural da parte dos mesmos. Apenas para ilustrar anexamos a está indicação as leis criadas sobre o cerne da questão no município de Carmo. Por demasia é bom lembrar que a criação dessas leis valorizaria todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do município.⁷¹

Trata-se de documento designado *Indicação nº 050/2017*, redigido por vereador da Câmara Municipal de Sumidouro para ser lido em plenário e depois encaminhado ao prefeito da cidade. Destacam-se as expectativas expostas: “dar maior ênfase a cultura” com “simples criação de sistema” e dos argumentos utilizados: valorizar “manifestações artísticas e culturais” que “expressam diversidade”.⁷²

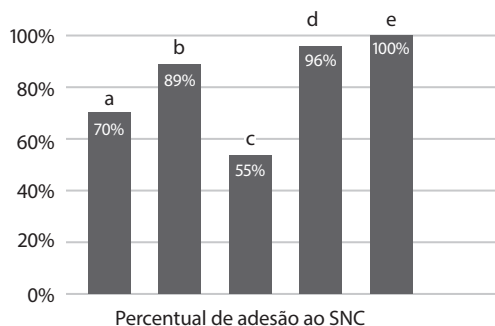
A situação dos municípios do estado do Rio de Janeiro no que diz respeito à relação adesão ao SNC e porte dos municípios/nº de habitantes estava assim configurada até agosto de 2018: a) municípios com população superior a 500 mil habitantes: 100% de adesão (são quatro municípios); b) municípios com população de 100 mil até 500 mil habitantes: das 23 cidades nessa situação, apenas uma (Queimados) não fez adesão ao SNC; c) municípios com população de 50 mil até 100 mil habitantes: dos 11 municípios que se enquadram nessa classificação, cinco não fizeram adesão; d) municípios com população de 20 mil até 50 mil habitantes: das 27 cidades existentes, apenas três não fizeram adesão ao SNC; e e) municípios com população até 20 mil habitantes: das 27 cidades nessa situação, apenas oito não fizeram adesão ao SNC.

A Figura 1 nos fornece indicação sobre o percentual de adesões ao SNC por parte dos municípios do Rio de Janeiro.

71 SUMIDOURO. Câmara de Vereadores do Município de Sumidouro. *Indicação nº 050/2017*.

72 Ibid.

Figura 1 – Adesão dos municípios do RJ ao SNC por porte/nº de habitantes – até agosto de 2018



- a) 19 DOS 27 MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE (população até 20.000 habitantes).
- b) 24 DOS 27 MUNICÍPIOS DE PEQUENO-MÉDIO PORTE (população acima de 20.000 até 50.000 habitantes).
- c) 6 DOS 11 MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE (população acima de 50.000 até 100.000 habitantes).
- d) 22 DOS 23 MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE (população acima de 100.000 até 500.000 habitantes).
- e) 4 DOS 4 MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE (população superior a 500.000 habitantes).

Fonte: elaborado pelas autoras, com base na Planilha Geral de Adesões ao Sistema Nacional de Cultura, publicada no *site* do Ministério da Cultura, em agosto de 2018.

No que diz respeito a tais municípios com população de até 20 mil habitantes, fizemos um recorte entre os 92 do Rio de Janeiro a partir de dois critérios: cidades de pequeno porte (máximo de 20 mil habitantes) e que fizeram adesão ao SNC.

A situação da implementação de sistemas municipais de cultura em municípios de pequeno porte no estado do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro possui 27 municípios com população de até 20 mil habitantes. Destes, 19 fizeram adesão ao SNC até agosto de 2018, o que representa 70% das localidades de pequeno porte. O Quadro 1 apresenta aqueles que fizeram adesão, fornecendo algumas informações sobre sua situação no desenvolvimento do SNC.

Quadro 1 – Relação dos municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes) do estado do Rio de Janeiro que fizeram adesão ao SNC e legislações relacionadas

1) Aperibé	<p>Data da adesão ao SNC: 05/09/2013. <i>Tem lei disponível na internet? Sim.</i> Lei nº 666, de 17 de outubro de 2016: “Cria o Sistema Municipal de Cultura, Conferência Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Cultura, Conselho de Políticas Culturais de Aperibé, Plano Municipal de Cultura, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer e Turismo [...]”</p>
2) Areal	<p>Data da adesão ao SNC: 21/03/2013. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i></p>
3) Cantagalo	<p>Data da adesão ao SNC: 16/10/2014. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i></p>
4) Cardoso Moreira	<p>Data da adesão ao SNC: 21/03/2013. <i>Tem lei disponível na internet? Sim.</i> A documentação encontrada na internet dispõe apenas sobre a Lei nº 356, de 26 de abril de 2010, que cria o “Conselho Municipal de Cultura de Cardoso Moreira – CMCCM e o fundo de cultura”.</p>
5) Carmo	<p>Data da adesão ao SNC: 16/10/2014. <i>Tem lei disponível na internet? Sim.</i> Lei nº 1.648, de 30 de abril de 2014: regulamenta Sistema Municipal de Cultura, institui o Conselho Municipal de Política Cultural (menciona o Plano Municipal de Cultura, as conferências, define os instrumentos de gestão do sistema e detalha o sistema de financiamento de cultura, incluindo fundo municipal de cultura).</p>
6) Comendador Levy Gasparian	<p>Data da adesão ao SNC: 25/11/2013. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i></p>
7) Duas Barras	<p>Data da adesão ao SNC: 28/07/2017. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i></p>
8) Italva	<p>Data da adesão ao SNC: 12/12/2014. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i></p>
9) Laje do Muriaé	<p>Data da adesão ao SNC: 12/09/2013. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i></p>
10) Macuco	<p>Data da adesão ao SNC: 03/05/2013. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i></p>
11) Mendes	<p>Data da adesão ao SNC: 16/06/2017. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada</i></p>
12) Porciúncula	<p>Data da adesão ao SNC: 24/08/2017. <i>Tem lei disponível na internet? Sim.</i> Lei nº 2.205, de 3 de agosto de 2016: cria o sistema municipal de cultura de Porciúncula e dá outras providências. Dados do SNC: possui conselho e fundo.</p>

13) Quatis	Data da Adesão ao SNC: 03/12/2013. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i> “Quatis já tem três segmentos necessários para a implantação do Sistema Municipal de Cultura. São eles: conselho, plano e fundo, todos no âmbito do Município.” ⁷³
14) Rio das Flores	Data da adesão ao SNC: 03/05/2013. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i>
15) Santa Maria Madalena	Data da adesão ao SNC: 28/12/2012. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i>
16) São José de Ubá	Data da adesão ao SNC: 05/12/2014. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i>
17) São Sebastião do Alto	Data da adesão ao SNC: 16/08/2013. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i>
18) Sapucaia	Data da adesão ao SNC: 20/04/2018. <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada.</i> Aprovada lei que cria o Conselho Municipal de Cultura, em 02 de outubro 2018. ⁷⁴
19) Trajano de Moraes	Data da adesão ao SNC: 16/08/2013 <i>Tem lei disponível na internet? Não encontrada</i>

Fonte: elaborado pelas autoras, com base na Planilha Geral de Adesões ao Sistema Nacional de Cultura, publicada no *site* do Ministério da Cultura, em agosto de 2018.

Entre os municípios de pequeno porte, oito (num total de 27) ainda não aderiram ao SNC. Entre os 19 que fizeram adesão, encontramos em apenas quatro deles legislações relacionadas ao sistema de cultura disponíveis na internet.

Apesar de o SNC orientar quanto à importância da elaboração de sistema de informações, vemos como ainda é difícil encontrar informações básicas disponíveis para acompanhar minimamente a situação do desenvolvimento das ações relacionadas à construção de sistemas municipais. O SNC não tem sido retroalimentado pelos municípios com dados elementares – e um sistema pressupõe um conjunto de dados que possam ser transformados em informações para uma gestão eficaz, eficiente e efetiva. Quando imaginamos que se trata de um modelo com proposta de articulação de políticas públicas culturais entre três esferas federativas, aumenta

73 QUATIS. Conferência de cultura acontece neste sábado em Quatis.

74 SAPUCAIA. Após 20 anos de lutas, prefeito Fabrício Baião cria Conselho Municipal de Cultura em Sapucaia.

a relevância dessa prática gerencial, uma vez que a transparência também fica comprometida, sendo um forte entrave para processos democráticos.

Assim, no que concerne ao levantamento das legislações relativas aos sistemas municipais de cultura no Estado fluminense, conforme expresso no Quadro 1, cabem alguns esclarecimentos. Foi realizada uma ampla pesquisa na internet, em vários *sites*, utilizando palavras-chave que indicavam: município X + sistema municipal de cultura + plano municipal de cultura + conselho municipal de cultura + fundo municipal de cultura + legislação sistema cultura. O intuito era encontrar possíveis documentos relacionados à organização dos sistemas municipais de cultura no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Também fomos diretamente à página do SNC, pois lá existem campos previstos para serem alimentados com informações sobre municípios que fizeram adesão, tais como: a) sistema municipal de cultura (SMC); b) órgão gestor; c) conselho municipal de política cultural; d) fundo municipal de cultura; e e) plano municipal de cultura.

Entretanto, numa busca geral, não foram encontrados muitos desses dados na internet, assim como poucas informações estão disponíveis na plataforma do SNC. Para se tenha uma noção, dos 85 municípios do estado fluminense que constam nessa plataforma, apenas 11 citam a existência de alguns dos cinco componentes citados.⁷⁵ Entretanto, nenhum deles traz a normatização/legislação anexada. Portanto, só encontramos legislações referentes aos sistemas municipais de quatro municípios de pequeno porte entre os 19 que constam como já tendo feito adesão. A seguir, fazemos algumas considerações sobre o que observamos em comum entre as legislações relativas aos sistemas desses locais.

Dos quatro municípios de pequeno porte cujas legislações estão acessíveis pela internet (Aperibé, Cardoso Moreira, Carmo e Porciúncula), três dispõem de uma única lei que cria o sistema, prevê o conselho de políticas culturais, as conferências, o fundo municipal e o plano municipal de

75 Documentos existentes, segundo dados do SNC (consulta realizada em 4 de dezembro de 2018), nos municípios do Rio de Janeiro com adesão ao SNC: a) *Porciúncula*: Conselho Municipal de Política Cultural e Plano de Cultura; b) *Duque de Caxias*: Órgão Gestor e Conselho Municipal de Política Cultural; c) *Pinheiral*: SMC; d) *Paraíba do Sul*: SMC; e) *Nilópolis*: SMC; f) *Cordeiro*: SMC, Órgão Gestor, Conselho Municipal de Política Cultural e Fundo de Cultura; g) *São Pedro da Aldeia*: Conselho Municipal de Política Cultural; h) *Rio das Ostras*: SMC, Órgão Gestor, Conselho Municipal de Política Cultural, Fundo de Cultura e Plano de Cultura; i) *Petrópolis*: SMC; j) *Nova Iguaçu*: SMC, Órgão Gestor e Fundo de Cultura; l) *Casimiro de Abreu*: SMC, Órgão Gestor, SMC, Fundo de Cultura e Plano de Cultura (BRASIL. Ver SNC).

cultura, ou seja, foram instituídos legalmente pela própria lei que cria o SMC. Apenas a legislação de Cardoso Moreira cria somente o conselho e o fundo municipal de cultura, não dispondo sobre os itens anteriormente mencionados nas demais legislações.

Destaca-se que a lei de Carmo reproduz praticamente na íntegra o “modelo básico de Projeto de Lei do Sistema Municipal de Cultura – SMC – a ser adaptado à realidade de cada município”.⁷⁶ Isso parece criar uma estrutura desnecessária para município de pequeno porte. Não parecem ter considerado a recomendação do MinC-Secretaria de Articulação Institucional (SAI) quanto à necessidade de “adaptação” da lei. Cabe levantar, em pesquisa de campo, como foi feito esse processo de produção legal de elaboração do SMC. Já a legislação do município de Aperibé é extremamente semelhante à que cria o SMC de Porciúncula.

No que diz respeito à análise dos conselhos municipais de políticas culturais, buscamos observar pontos em comum ou dissonantes a partir das seguintes referências:

Quadro 2 – Variáveis para análise dos conselhos municipais de política cultural

Variáveis
1. COMPOSIÇÃO 1.1 – Quantos membros? 1.2 – Poder público: indicação de quem? Quem/ que setores é (são) previsto(s)? 1.3 – Representantes sociedade: como? Eleição? Quem/que setores pode(m) concorrer?
2. PODER DECISÓRIO 2.1 – Paritário/deliberativo?
3. MANDATO 3.1 – Duração do mandato? 3.2 – Remunerado ou não?
4. PRESIDÊNCIA 4.1 – Quem pode ser presidente? 4.2 – Quem tem o voto de desempate?
5. COMPETÊNCIAS
6. ESTRUTURA DO CONSELHO
7. FREQUÊNCIA DOS ENCONTROS DA ASSEMBLEIA

Fonte: elaborado pelas autoras.

76 Ministério da Cultura. *Guia de orientações para os municípios: perguntas e respostas*, p. 56.

Os referidos quatro municípios têm legislações prevendo a formação do conselho municipal de políticas culturais.

Quanto à composição, a maioria tem a mesma proporção entre representantes do poder público e da sociedade civil (Porciúncula e Cardoso Moreira). Destaca-se Aperibé, cujo grupo majoritário é composto pela sociedade civil, pois estão previstos oito representantes dessa categoria e cinco do poder público. Quanto a Carmo, apesar de falar em paridade, a lei não está totalmente clara, posto que está registrado que serão 12 membros, mas não explicita quantos serão da sociedade civil e do poder público. Só menciona como será indicado um do poder público e um da sociedade civil. Quanto ao processo de representação, em todas as legislações estão previstas eleições para escolha dos representantes da sociedade civil; já os que representam o poder público serão nomeados pelo prefeito, sendo alguns indicados e designados por seus respectivos órgãos. Na definição dos órgãos do poder públicos, há bastante diversidade, incluindo atuação com representantes do Executivo e Legislativo (Porciúncula e Cardoso Moreira).

Na maioria das legislações desses municípios também são definidos os segmentos sociais que poderão se candidatar para representação da sociedade civil, assim como geralmente são indicados os órgãos do poder público que terão representação. Ressalta-se que a participação da sociedade prevista em Cardoso Moreira está circunscrita a representantes das entidades de classe e de organizações/grupos que tenham atividades culturais. Entretanto, os estudos sobre conselhos de políticas culturais mostram que uma concepção ampla de cultura pressupõe diversificação das representações, não restringidas a segmentos artísticos. Nesse sentido, o material produzido pela SAI/MinC como guia para municípios orienta que o conceito de cultura previsto na Constituição Federal 1988, por incluir todos “os modos de ‘criar, fazer e viver’”,⁷⁷ pressupõe que os segmentos representados devem ser diversos, incluindo, entre outros, setores artísticos e movimentos sociais não necessariamente ligados a artes, mas sim à cultura, devendo-se considerar faixas etárias, etnias, gênero, representações territoriais etc.

Nessa direção, as legislações de Porciúncula e Aperibé (principalmente esta última) parecem ter adotado uma linha que vai ao encontro dessa concepção de cultura num sentido antropológico, e não apenas como expressão artística. Em estudo sobre a implementação de sistemas municipais de

77 Ibid., p. 39.

cultura no Recôncavo da Bahia, Bezerra e colaboradores⁷⁸ apontam algo semelhante, pois observaram que os conselhos de cultura tinham diversos representantes advindos de segmentos populares (inclusive aqueles tradicionalmente excluídos), assim como a existência de grande adesão de setores artísticos-culturais também na participação do processo eleitoral de escolha dos representantes. Para os referidos autores, o processo de criação do SMC estimulou maior organização da sociedade civil e aproximou agentes culturais locais e administração pública.

No que diz respeito ao caráter decisório, todas as legislações dos quatro municípios de pequeno porte fluminenses preveem que os conselhos são deliberativos, entendidos também como consultivos e de assessoramento. Todos os mandatos têm duração de dois anos, e os conselheiros não são remunerados. Em todas as leis está previsto que a presidência do conselho deverá ser exercida por um de seus membros, em pleito interno. Tomadas de decisão são por maioria simples de votos e sempre é o presidente o detentor do voto minerva. Isso confere uma importância a esse cargo.

Côrtes⁷⁹ afirma que estudos sobre conselhos municipais, de diversos setores, mostram existência de muitas iniciativas que buscam reduzir a possibilidade de que gestores (poder público) presidam os conselhos, posto que, principalmente no âmbito local, realmente são aqueles que dispõem dos maiores recursos de poder e informação. Segundo a pesquisadora, isso lhes confere poder de viabilizar ou obstacularizar o funcionamento do conselho. Entretanto, nas legislações municipais que analisamos, nenhuma tem esse tipo de previsão, pois qualquer conselheiro pode ser o presidente (representante da sociedade ou do poder público). Côrtes⁸⁰ considera que essas estratégias – impedir o poder público de presidir o conselho – nem sempre têm bons resultados, pois algumas vezes levam tais gestores a se afastarem do conselho e, assim, o canal de representação de interesses societais frente aos gestores de políticas culturais pode ser comprometido.

Entre as competências previstas nas legislações de Porciúncula e Aperibé, encontram-se aquelas que podem ser consideradas estratégicas, com participação dos conselheiros em planejamento/plano, como elaboração de políticas culturais, definição de prioridades, competência de fiscalização de recursos públicos na área cultural, ações estratégicas quanto

78 BEZERRA, Laura et al. Sistemas municipais de cultura no Recôncavo da Bahia.

79 CÔRTEZ, Soraya Vargas. Conselhos de políticas públicas.

80 Ibid.

à articulação interfederativa e participação no que diz respeito a processos de tombamento. Destaca-se que Porciúncula prevê ainda que o conselho analisa, seleciona e dá parecer sobre projetos culturais. Carmo também tem previsão de competências estratégicas de políticas públicas culturais.

Entretanto, ao contrário dos referidos municípios, as competências legalmente instituídas para o conselho de Cardoso Moreira não preveem tanta atuação na dimensão estratégica. Não há referência à participação na elaboração do planejamento e do plano, apenas à aprovação. Também não há participação na definição e escolhas de projetos culturais, apenas fiscalização. Só há previsão de participação na proposição e fiscalização de políticas de financiamento/fomento. Portanto, parece constituir-se mais como um órgão de controle do que necessariamente de planejamento.

Enfim, as legislações e suas regras apontam um grande avanço no que diz respeito a democratizar o acesso a canais de decisão sobre políticas públicas culturais, mas os resultados vão depender de fatores ambientais sociais e políticos em cada âmbito local. Segundo estudo de Côrtes,⁸¹ conselhos localizados em cidades com envolvimento político pouco institucionalizado e com baixa organização da sociedade civil tendem a ser mais dependentes dos gestores públicos para a formação da agenda de debates. Ao contrário, cidades com forte organização da sociedade civil e maior experiência da militância política têm maiores possibilidades de influenciar a formação da agenda de discussão e interferir no processo decisório das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização das políticas culturais vem ganhando diversos contornos, entre os quais destacamos a concepção de desenho organizacional sistêmico de políticas públicas. Para algumas vertentes, os processos de institucionalização das políticas estruturantes possibilitam aprofundar a cidadania e contribuem para promover a democratização da gestão pública. Além disso, favorecem a continuidade das políticas públicas orientadas pelas demandas da sociedade e garantem direitos culturais. Mas, como vimos, tal perspectiva não é consensual tanto entre teóricos quanto entre ativistas políticos – e quando se trata da institucionalização do campo da cultura, essas críticas se acentuam.

81 Ibid.

No que diz respeito à democratização da gestão pública, a análise documental realizada a partir das experiências fluminenses de institucionalização na área cultural nos permite algumas sinalizações e ponderações. Alguns indicativos de gestão democrática que poderíamos apontar em processos de institucionalização a partir de modelos sistêmicos dizem respeito às normatizações dos conselhos culturais, uma vez que são paritários (estadual e municipais), envolvendo tanto representantes do poder público quanto da sociedade civil. A composição do conselho também é uma dimensão extremamente relevante para processos de políticas públicas comprometidas com a democratização da gestão, uma vez que indicam como o poder será distribuído. Como vimos, as experiências municipais analisadas dos conselhos de política cultural no estado do Rio de Janeiro apontam para diversificação de representantes dos segmentos da sociedade – incluindo movimentos populares – e, em um dos casos, a previsão de participação da sociedade civil é majoritária, o que indica aspecto democrático.

O processo eleitoral envolvido na escolha dos representantes da sociedade civil é outro aspecto que também favorece a democracia. Entretanto, observa-se nas relações estabelecidas em função do conselho a necessidade de abertura para aprendizado mútuo entre representantes do poder público e da sociedade civil. Portanto, tal instância mostra-se como importante espaço para democratização da gestão pública, pois os que representam o poder público são “obrigados” a explicitar questões técnicas e políticas sobre financiamento e escolha de cidades para os eventos, ou seja, explicar processos decisórios eivados de correlações de forças, uma vez que políticas públicas envolvem disputas e distintos jogos de interesse.

Verifica-se que representantes da sociedade civil vão incorporando ao discurso os meandros das regras burocráticas. Os registros nas atas revelam disputas entre vários grupos e fazem emergir diferentes interesses. Há recorrente cobrança sobre transparência, seja na definição dos critérios que serão construídos para a definição das políticas de financiamento – incluindo o fundo público –, seja sobre a própria utilização dos recursos financeiros disponíveis. Nos debates, explicita-se o histórico problema da regionalização dos recursos (concentração na capital fluminense e, principalmente, na zona sul e central da cidade, nos mesmos grupos/produtores culturais) e da democratização do orçamento. Nesse sentido, revela-se que não basta o grande avanço que se constituiu em conseguir colocar a regionalização dos recursos na agenda política e nas metas do plano estadual

de cultura. A disputa ocorre também na execução das políticas, na qual se nota a necessidade de organização e mobilização de agentes sociais para que haja efetiva ampliação da democratização dos recursos públicos. Assim, é preciso um processo constante de “vigilância-disputa” para que metas como a regionalização dos recursos e a democratização do acesso (não só do público em assistir aos espetáculos, mas também do produtor em obter recursos e apoio para suas ações na cultura) sejam alcançadas, de modo a consolidar oportunidades democratizadas para todos.

Ainda sobre democratização, cabe destacar que as legislações que envolvem a construção dos sistemas de cultura dos quatro municípios analisados mostraram-se ancoradas em valores democráticos. Resta investigar se tais aspectos presentes no “espírito” dessas leis municipais que orientam o campo cultura ecoam nas práticas das políticas culturais forjadas no âmbito de tais cidades. Mesmo uma pesquisa de campo deve considerar, tal como sinalizado por Côtres, que o “ideal normativo não pode servir de parâmetro metodológico para análise do funcionamento e do papel dos conselhos no processo decisório”.⁸² Isso porque, segundo essa autora, “o confronto da realidade com tal ideal levaria necessariamente a conclusão de que eles não o atingem”.⁸³ Tal procedimento não contribuiria para compreensão “de como se estruturam as relações sociais” dos conselhos ou do papel que eles de fato exercem na política pública setorial.⁸⁴

Desse modo, a institucionalização de tais mecanismos em processos de políticas públicas contribui para a democracia, mas não se trata de uma sentença que encontrará resultados iguais e necessariamente conduzirá a uma mudança na cultura política. As regras, por mais adequado que seja o desenho organizacional da política pública, não levam direta e imediatamente a uma participação mais simétrica, mas a induzem e, dependendo da correlação de forças que emergirá em cada município, os resultados podem ser mais amplos ou mais frágeis. As articulações políticas intra, extra e interconselhos; o capital político dos representantes; suas experiências com militância política; e suas habilidades em circular, negociar e influenciar outras arenas políticas que fazem parte do processo decisório das políticas públicas terão impactos resultantes de todos esses fatores combinados.

82 CÔTRES, Soraya Vargas. Conselhos de políticas públicas, p. 62.

83 Ibid.

84 Ibid.

A análise documental também aponta para a importância da institucionalização, por meio do desenho organizacional dos sistemas para manutenção das políticas culturais em um cenário de crise. A atuação do CEPC/RJ foi importante tanto para a permanência da secretaria estadual de cultura na estrutura governamental quanto para a continuidade das políticas definidas nos planos participativos e para a aplicação dos recursos econômicos destinados à área da cultura. Portanto, a institucionalização revelou-se um indicativo de “força de continuidade” contra as tentativas de desmonte das estruturas governamentais no âmbito federal e estadual.

Concordamos com considerações de Côrtes⁸⁵ de que os limites da democratização propiciados pelos conselhos não se devem ao seu desenho institucional. As explicações para isso devem-se mais ao ambiente societal e político do qual fazem parte, que (re)produz as imensas desigualdades políticas, culturais e sociais presentes na sociedade brasileira, as quais adentram esses espaços.

As experiências dos sistemas de cultura no atual formato foram sendo conduzidas e intensificadas num cenário de governo federal presidido por partido progressista com forte atuação na construção de modelos participativos de gestão, pactuados com amplos segmentos da sociedade civil. Muito mais do que uma ação programática partidária, os mecanismos participativos estão, na realidade, previstos na Constituição Federal de 1988. Portanto, tais sistemas não podem ser vistos como “programas ideológicos”, mas devem estar norteando a atuação de todos os governantes que estão na condução do país, independentemente das filiações partidárias. Portanto, esse momento de transição política governamental irá apontar os alcances da institucionalização, uma vez que as lideranças do próximo governo já começam a sinalizar seu descontentamento com os conselhos e indicar formas de limitação de suas atuações, desconsiderando os dispositivos constitucionais.⁸⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). *Participação popular nas políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira*. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

85 Ibid.

86 SOARES, Jussara; MARIZ, Renata. Equipe de Bolsonaro estuda limitar atuação de conselhos nacionais de políticas públicas.

BEZERRA, Laura et al. Sistemas municipais de cultura no Recôncavo da Bahia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2018, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://bit.ly/2LWo7xg>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. Ministério da Cultura. *Guia de orientações para os municípios: perguntas e respostas*. Brasília, MinC, 2011.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional. Departamento de Desenvolvimento Institucional. Coordenação Geral do Sistema Nacional de Cultura. *Planilha Geral de Adesões ao Sistema Nacional de Cultura, publicada em 14 de fevereiro de 2019*. Brasília: MinC, 2019. Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2019/02/2019.02.14-Planilha-Geral.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

_____. *Ver SNC*. Brasília, [200-?]. Disponível em: <<http://bit.ly/2GyEekQ>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. (Coleção Textos Nômades, n. 2).

_____. *Seminário Internacional Sistemas de Cultura: política e gestão cultural descentralizada e participativa*. Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

CARVALHO, Cristina Amélia; SILVA, Rosimeri Carvalho da; GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinamismo e do formal nos municípios da região Sul. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 665-686, dez. 2009.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Conselhos de políticas públicas: o falso dilema entre institucionalização e democratização da gestão pública. In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Org.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: Edufba, 2010.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysso et al. (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

_____. Direitos culturais no Brasil. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 11, p. 115-126, jan.-abr. 2011.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 91-107, fev. 2002.

GOMES, Cláudia. *Em busca do consenso: radicalidade democrática e afirmação de direitos – tendências contemporâneas no serviço social*. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. *Direitos humanos e direitos culturais*, [S.l.], 30 mar. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2GE7vK3>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

_____. Os direitos culturais na Constituição brasileira: uma análise conceitual e política. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: teoria e práxis*. São Paulo: Itáú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

_____. Estado e sociedade no sistema nacional de cultura. In: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (Org.). *Seminário Internacional Sistemas de Cultura: política e gestão cultural descentralizada e participativa*. Brasília: MinC, 2015.

MATOS, Fernanda Laís de; RANGELA, Vânia Maria Andrade Brayner; MARQUES, Cristina Maria do Vale. Sistemas municipais de cultura: caminhos possíveis para o exercício dos direitos culturais? *PragMATIZES: revista latino-americana de estudos em cultura*, ano 4, n. 7, p. 45-60, set. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2TSPc7q>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MEYER-BISCH, Patrice. A centralidade dos direitos culturais, pontos de contato entre diversidade e direitos humanos. *Revista Observatório Itáú Cultural*, São Paulo, n. 11, p. 27-42, jan.-abr. 2011.

PRONER, Carol; Golpe Branco no Brasil: Dilma Alerta na ONU. In: PRONER, Carol; CITTADINO, Giseli; TENENBAUM; Márcio; RAMOS FILHO; Wilson (Org.). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

QUATIS. Conferência de cultura acontece neste sábado em Quatis. *Prefeitura de Quatis*, Quatis, 10 abr. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2BHYPyW>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 7.035, de 7 de julho de 2015. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 8 jul. 2015.

_____. Secretaria de Estado de Cultura. *Padec edição 2015: qualificação da gestão cultural – apoio à elaboração de planos municipais de cultura*. Rio de Janeiro: SEC, 2015. Não paginado.

_____. Secretaria de Estado de Cultura. *Relatório formação do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro: biênio 2016-2018*. Rio de Janeiro: SEC, 2015.

_____. Secretaria de Estado de Cultura. *SEC 2016, 2017 e 2018: etapas de implantação do sistema estadual de cultura*- RJ. Rio de Janeiro: SEC, 2018.

_____. Conselho Estadual de Política Cultural. *Atas da 1ª a 9ª reuniões ordinárias e Atas da 1ª a 4ª reuniões extraordinárias: anos de 2016, 2017 e 2018*. Rio de Janeiro: CEPC/RJ, 2018.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

_____. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. *Matrizes*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 57-77, maio-ago. 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Grande dúvida constitucional de que o supremo fugirá. In: PRONER, Carol; CITTADINO, Giseli; TENENBAUM; Márcio; RAMOS FILHO; Wilson (Org.). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

_____. *A democracia impedida: o Brasil do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2017.

SAPUCAIA. Após 20 anos de lutas, prefeito Fabrício Baião cria Conselho Municipal de Cultura em Sapucaia. *Prefeitura de Sapucaia*, Sapucaia, 5 out. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2InrH5m>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

SERRANO, Pedro. *Impeachment* de Dilma: golpe ou estado de exceção? In: PRONER, Carol; CITTADINO, Giseli; TENENBAUM; Márcio; RAMOS FILHO; Wilson (Org.). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

SILVA, José Afonso da. *Ordenação constitucional da cultura*. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

SILVA, Lessandra. Institucionalização de práticas participativas na administração pública: caminho para democratização do poder local? (Estudo de caso do orçamento participativo de Niterói). 2001. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

SOARES, Jussara; MARIZ, Renata. Equipe de Bolsonaro estuda limitar atuação de conselhos nacionais de políticas públicas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 dez. 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/2E7xkAo>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. 2006.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SUMIDOURO. Câmara de Vereadores do Município de Sumidouro. *Indicação nº 050/2017*. Ato do vereador Rondineli Tomaz Costa. Sumidouro, 4 jun. 2017.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ZIMBRÃO DA SILVA, Adélia C. Sistemas nacionais na área de gestão pública: a construção do Sistema Nacional de Cultura. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2., Brasília, 2009. *Anais...* Brasília: Consad, 2009. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br:8080/bitstream/20.500.11997/1566/1/Zimbr%C3%A0o%20Adelia_Sistemas%20nacionais%20na%20%C3%A1rea%20de%20gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica_a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20Sistema%20Nacional%20de%20Cultura.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

Fomento às expressões culturais dos territórios periféricos: algumas experiências brasileiras

Lia Baron¹

Nas últimas duas décadas, tornaram-se mais potentes e mais visíveis as manifestações culturais produzidas em territórios populares, bairros pobres, favelas, subúrbios e periferias, assim como nos interiores e rincões do Brasil. Aqui, irei me referir a elas como “expressões culturais de dimensão territorial”, uma vez que se constata, no ambiente da gestão cultural, forte tendência de entendê-las e reconhecê-las a partir de suas conexões com seus territórios – isto é, com o chão (a realidade geográfica física) e com as relações interpessoais de todos os níveis que se dão sobre os recortes de solo.²

Essas expressões culturais têm a força de desafiar desigualdades de variados tipos e questionam o lugar subalternizado em que seus agentes costumam ser colocados. Além de nascerem e se fortalecerem em áreas periféricas, são capazes de transformar as condições sociais assimétricas que caracterizam esses espaços. Por isso, é possível afirmar que, não apenas sendo criadas a partir de determinados territórios, elas podem revitalizá-los ou colaborar para a conformação de territórios novos, uma vez que têm a característica de instaurar modos de vida e de conexão intersubjetiva originais.

Tais expressões culturais de dimensão territorial vêm se fortalecendo a ponto de terem demandado o desenvolvimento de políticas adequadas à sua continuidade, consolidação e crescimento. Pode-se afirmar que o ciclo de formulação de políticas dessa natureza foi iniciado no âmbito federal, na década de 2000, com a criação do Programa Cultura Viva – que além de ter

1 Lia Baron é doutora em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa/Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão (categoria Doutor Júnior) e diretora de planejamento e projetos especiais na Fundação de Arte de Niterói. E-mail: liabaron@gmail.com.

2 Aqui, valho-me da definição de Milton Santos de “território usado”: “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*, p. 8).

sido descentralizado para estados e municípios, impulsionou e avalizou a formulação de políticas de caráter similar pelas próprias unidades da federação.

Apesar de se constituírem sobre alicerces jurídicos e administrativos diversos, a maior parte dessas iniciativas compartilha uma premissa conceitual lançada originalmente pelo Cultura Viva: elas se comprometem a valorizar as expressões culturais forjadas *nos* territórios e/ou *pelos* agentes que ali vivem, invertendo a premissa “difusionista” – em voga em outros momentos históricos da política cultural brasileira – de “levar” ou “oferecer” cultura aos habitantes de regiões com pouco acesso a bens e processos culturais. Trata-se, aqui, da instauração de uma ênfase no “reconhecimento” conjugada com a prática do fomento: ao reconhecer determinados agentes culturais e manifestações antes invisibilizados, o Estado (nas suas variadas formas de governo) compromete-se a conceder apoio financeiro para o financiamento das suas atividades. Na grande maioria dos casos, o apoio é concedido por meio de editais públicos para seleção de projetos.

A intenção primordial deste artigo é pôr lado a lado algumas práticas governamentais de reconhecimento e fomento a expressões culturais de dimensão territorial, para que se possam apontar e compreender suas características comuns, seus pontos de contato ou de similitude e mesmo suas tendências de contágio e influência mútua.

A pesquisa que subsidia a escritura deste texto, realizada com o financiamento da Casa de Rui Barbosa/Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão, foi realizada em três fases. Inicialmente, foi feito um mapeamento de editais nos *sites* de secretarias e fundações públicas voltadas para gestão cultural de todos os estados e capitais brasileiras. Em seguida, foram reservados para leitura aqueles que se destinam ao reconhecimento e fomento³ de expressões culturais de dimensão territorial. Depois, foram filtrados 10 editais para análise aprofundada. As peças foram escolhidas por apontarem como condicionantes e estruturais, na seleção dos projetos, sua vinculação com os territórios – valorização essa que se coloca de formas variadas nos documentos estudados, como se verá adiante. A análise recaiu sempre sobre as últimas versões de editais lançados repetidamente. Foram pinçados

3 Aqui, faço corresponder a ideia de fomento à de financiamento, entendido como transferência de recursos. A opção pelo termo fomento se deu pelo fato de as políticas analisadas utilizarem essa palavra para definirem seu objetivo, dispensando a palavra financiamento. Há, de fato, editais voltados ao fomento a iniciativas culturais de base territorial que não pressupõem apoio financeiro. Prefiro aqui não os analisar, restringindo-me às relações de injeção orçamentária, para que fosse possível manter o padrão regular de pesquisa.

editais dos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal, e dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.⁴

UMA NOVIDADE E UMA IMPULSÃO: O PROGRAMA CULTURA VIVA

Hoje considerado um caso de referência internacional – inspiração conceitual e metodológica para ações realizadas em outros países do globo –, o Programa Cultura Viva foi implementado no governo federal em 2004. Sua principal ação são os pontos de cultura, instituições que funcionam como “um organizador da cultura no nível local, atuando como ponto de recepção e irradiação de cultura”.⁵ No modelo original do programa, após seleção pública, as entidades assinavam convênio com o governo, com plano de trabalho e suporte financeiro plurianual.

Tendo se consolidado como uma política de cidadania e diversidade cultural, o programa se tornou a principal imagem da gestão de Gilberto Gil no comando do Ministério da Cultura (MinC). Isso porque tornou práticos e palpáveis alguns dos pressupostos de sua administração, apresentados no seu tão lido e estudado discurso de posse:⁶ a) que o MinC estivesse presente “em todos cantos e recantos de nosso país” – o que aqui chamarei princípio da descentralização; b) que o MinC fosse “a casa de todos os que pensam e fazem o Brasil” – princípio da democratização e da cidadania; c) que “não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos” – princípio do descentramento; d) que “não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais” – princípio do reconhecimento e do fomento; e e) que caberia ao MinC fazer “uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país” – princípio da ativação.

Embora não tenha se constituído a partir de um pensamento formalizado sobre a noção de território, na intenção de “desesconder o Brasil” e suas expressões culturais adormecidas ou invisibilizadas, o Programa Cultura Viva espalhou, no ambiente das políticas culturais, um modo de formular programas

4 É possível que tenham sido lançados editais não mapeados pela pesquisa. Isso se deve, certamente, ao fato de não terem sido publicados nos *sites* dos órgãos de gestão pesquisados ou, ainda, de terem sido publicados em áreas não reservadas a editais e chamadas públicas.

5 TURINO, Celio. *Ponto de cultura*, p. 64.

6 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>>. Acesso em: 21 dez. 2018

em que o dado geográfico se apresenta como central. Digamos que o raciocínio geográfico tenha passado a impulsionar e condicionar, de forma mais contundente, um ciclo de novas políticas. A partir de então, uma geografia entendida como sobreposição de dados físicos e imateriais, mistura de componentes jurídico-administrativos e socioculturais, passou a ser levada em conta, de forma mais radical, na invenção de ações comprometidas com a cidadania, a descentralização, a desconcentração e a democratização cultural.

Em 2007, tendo alcançado uma proporção que praticamente inviabilizou seu gerenciamento por parte do MinC, o Cultura Viva passou a ser descentralizado para estados e municípios por meio de convênios. A estratégia favoreceu a capilaridade, o alcance e o impacto do programa e, não menos importante, foi fundamental para engajar tais instâncias de governo nos princípios de política cultural então defendidos pelo MinC, incentivando-os a desdobrá-los em programas próprios. Talvez o mais flagrante ônus da descentralização tenha sido avolumar a burocracia envolvida. A inflexibilidade das condições de contratação, de transferência de recursos e de prestação de contas sempre foram limites na relação entre o Estado e as iniciativas contempladas. Agora que outras instâncias de gestão pública foram envolvidas, a fluência do processo tendeu a se retrair ainda mais.⁷

Como se poderá observar em algumas experiências dos programas formulados por estados e municípios, embora as premissas conceituais do Cultura Viva tenham sido herdadas, foram desenvolvidas estratégias originais e alternativas à excessiva burocratização que balizava a execução do programa. Essas estratégias – de natureza administrativa, jurídica e até comunicacional – revelaram-se indispensáveis para a criação de uma relação saudável com o público-alvo de tais ações de fomento, uma vez que os agenciamentos culturais beneficiários desse tipo de iniciativa se apresentam, em sua maioria, como informais e não profissionalizados.

A EXPERIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS (SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E BELO HORIZONTE)

A mais sólida iniciativa municipal para o fomento a expressões de dimensão territorial foi criada em 2003, em São Paulo, por meio da lei nº 13.540.

7 A sanção da Lei Cultura Viva (lei nº 13.018/2014), definindo a instauração dos termos de compromisso cultural em substituição aos convênios, atenuou muitos termos da burocratização característica do programa.

Ela “institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI”, destinado a “apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais”.⁸ Um detalhe que merece destaque: apesar de o programa municipal apresentar muitas similaridades com os princípios que balizam o Cultura Viva, sua lei foi aprovada antes mesmo que a iniciativa federal tivesse sido implementada, coincidindo com seu momento de formulação. Trata-se de um caso de sincronicidade, que denota, além do pioneirismo do município paulista, uma disponibilidade para a experimentação na gestão de cultura e uma sensibilidade de escuta das demandas da sociedade civil. O fato de o VAI ter sido criado a partir da sanção de uma lei é outro aspecto digno de ser sublinhado. À diferença do Cultura Viva, que só ganharia a lei nº 13.018 em 22 de julho de 2014, o programa foi iniciado a partir de uma ação de institucionalização, o que favorece seu reconhecimento político, sua continuidade e sua estabilidade.

Desde 2004, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo tem lançado editais anuais do VAI, com características inovadoras e democratizantes que são definidas pelo texto legal. A regra determina que o fomento seja voltado a grupos e coletivos não constituídos juridicamente, forma de organização preponderante entre os agenciamentos culturais atuantes em territórios periféricos, mas nem sempre aceitável para formalização de contratos com órgãos públicos. Além disso, a inscrição pode ser feita de forma impressa e em locais de fácil acesso. Hoje, o edital é redigido em forma de perguntas e respostas, em tom similar ao de um manual, dispensando o linguajar obscuro e distanciador característico dos documentos oficiais da gestão pública.

O impacto que o programa gerou nas periferias da cidade e na cena cultural paulista desdobrou-se na demanda por políticas voltadas à consolidação, desdobramento e continuidade das ações culturais beneficiadas pelo VAI. Em 2013, a lei foi alterada para originar o VAI II, beneficiando iniciativas com mais tempo de atuação cultural ou já contempladas na modalidade VAI I. O VAI II dobra o aporte financeiro aos projetos (passando de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil).

Já em 20 de julho de 2016, ainda no município de São Paulo, é sancionada a lei nº 16.496, que institui o Programa de Fomento à Cultura da

8 SÃO PAULO (Município). Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003 (VAI I).

Periferia de São Paulo, “para apoiar financeiramente projetos e ações culturais propostos por coletivos artísticos e culturais em distritos ou bolsões com altos índices de vulnerabilidade social, especialmente nas áreas periféricas do município”.⁹ A lei divide o município em quatro áreas e determina a cota de projetos que devem ser beneficiados pelos editais em cada uma delas, priorizando aquelas em que se verifica maior número de “domicílios particulares, permanentes ou improvisados, com renda *per capita* de até meio salário mínimo”.¹⁰ À diferença do VAI, vê-se aqui que os recortes de territórios físicos beneficiados e os seus critérios de valorização são definidos com precisão. Outro aspecto inovador nos editais do programa de fomento reside no fato de que os membros da sociedade civil que fazem parte das bancas são indicados e eleitos pelos proponentes no momento da inscrição – um mecanismo de reforço da avaliação por pares que colabora para garantir a representatividade do resultado. Pelo programa, cada proponente é contemplado com uma verba que pode variar de R\$ 105 mil a R\$ 315 mil – patamar de fomento similar ao de programas mais tradicionais, voltados às linguagens artístico-culturais, que não priorizam a produção de territórios periféricos.

No município do Rio de Janeiro, a primeira iniciativa de fomento à cultura de territórios periféricos apareceu em 2014, mais de dez anos depois do VAI. O edital de Ações Locais¹¹ foi formulado como um desdobramento da implementação da Rede Carioca de Pontos de Cultura. Segundo o texto do documento, “entende-se por ‘ação local’ a realização continuada de práticas, atividades e projetos nos campos da cultura, da arte, da comunicação e do conhecimento que promovam transformações socioculturais positivas nas comunidades e nos territórios em que são desenvolvidos”.¹² Voltado para pessoas físicas, microempreendedores individuais (MEI), grupos e coletivos, a iniciativa beneficia cada ação com R\$ 40 mil, verba que deve custear a manutenção das suas atividades ao longo de um ano. O objetivo primordial do edital é democratizar e descentralizar o fomento na cidade, até então bastante restrito aos bairros da zona sul e do centro.

9 SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.496, de 20 de julho de 2016, art. 1º.

10 Ibid.

11 Esse trecho é redigido a partir de minha experiência profissional como subsecretária de Cultura e Cidadania da prefeitura do Rio de Janeiro (na gestão 2013-2016), instância responsável pelos editais de Ações Locais e Territórios de Cultura.

12 RIO DE JANEIRO (Município). *Ações Locais 2014*, p. 1.

Para garantir a capilaridade do programa, o edital estabelecia cota territorial: ao menos 60% das iniciativas contempladas deveriam ser atuantes em bairros da zona norte e da zona oeste. Curioso observar que em nenhuma versão do edital a cota territorial foi acionada. Isso porque a SMC desenvolveu recursos metodológicos para favorecer a aproximação com o público-alvo. O processo de divulgação era feito presencialmente, a partir de um trabalho de mobilização comunitária e elucidação do mecanismo realizado por uma equipe de “articuladores locais” que se distribuíam pela cidade. A inscrição era feita de forma simplificada, por meio de preenchimento de formulários de perguntas e respostas, dispensando-se o tradicional modelo projetual de formalização das iniciativas pleiteantes. No processo seletivo havia a “fase de escuta”, em que os proponentes encontravam a banca e discutiam oralmente sobre suas ações. Além disso, as ações classificadas recebiam uma chancela por parte da SMC, um documento de reconhecimento que favorecia a negociação de apoios locais, os pedidos de autorização diante de órgãos públicos, a aprovação em outros editais etc. No que diz respeito à prestação de contas, eram requeridos documentos que comprovassem a execução das ações propostas na inscrição e a efetiva destinação do recurso, dispensando apresentação de documentos fiscais.

O edital de Ações Locais teve duas edições com o mesmo formato e objetivo e estendeu-se em uma terceira, voltada à seleção de iniciativas integrantes da programação cultural olímpica. Desdobrou-se ainda no edital Territórios de Cultura, lançado pela SMC a partir da mesma metodologia, mas voltado para o fomento a ações realizadas em territórios populares específicos da cidade, delimitados pela gestão. Em 2016, a sequência foi descontinuada pela prefeitura, não sendo desenvolvida outra iniciativa em substituição aos editais de Ações Locais e Territórios de Cultura.

No ano de 2018, por outro lado, a prefeitura de Belo Horizonte retomou o edital Descentra, surgido em 2013 (com edições realizadas em 2014 e 2015), que busca – como seu próprio nome aponta – melhor equilíbrio na distribuição de recursos do Fundo Municipal de Cultura. O edital transfere R\$ 20 mil a pessoas físicas atuantes ou residentes em áreas periféricas. Apesar de a linguagem do edital e seu modelo de seleção e fomento serem, de certo modo, convencionais, o documento lança mão de distinções conceituais valiosas para políticas públicas dessa natureza. Considera que a “descentralização” é a “ação de política pública que valoriza a expressão artística e cultural nas mais diversas regiões da cidade”, beneficiando, na

seleção dos projetos, aqueles *realizados* nas “regionais e territórios com baixo índice de participação histórica nos mecanismos municipais”.¹³ Define “desconcentração de recursos”, por sua vez, como a “transferência de recursos públicos por meio da atividade de fomento que objetive a descentralização cultural”.¹⁴ Nesse caso, a pontuação correlata é conferida aos projetos de empreendedores *residentes* nas “regionais e territórios com baixo índice de participação histórica nos mecanismos municipais”.¹⁵ Enquanto a descentralização diz respeito ao local da atividade fomentada, a desconcentração é relativa ao local de moradia do agenciador cultural. Os territórios beneficiados pela pontuação são especificados no edital.

De maneira similar à experiência do Ações Locais, a última edição do Descentra contou com divulgação presencial: dez encontros foram realizados por meio da iniciativa denominada Caravana da Cultura, na qual se forneceram informações e instruções sobre os procedimentos de inscrição.

A EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS

(BAHIA, RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL E ESPÍRITO SANTO)

O primeiro estado brasileiro a desenvolver uma política cultural de base territorial foi a Bahia. A experiência tem origem em 2007, com a delimitação, pela Secretaria de Planejamento, dos territórios de identidade, que aglomeram um conjunto de municípios de acordo com traços identitários comuns. Imediatamente, a Secretaria de Cultura (Secult) traçou um conjunto de iniciativas com o propósito de descentralizar sua política: foi criada uma Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, foram reconhecidos representantes territoriais, houve uma reestruturação na governança dos equipamentos culturais e foram realizados eventos territorializados e conferências, entre outras ações de diálogo e escuta itinerantes. Naturalmente, os mecanismos de fomento também sofreram o impacto positivo da nova inflexão, tendo sido desenvolvidos editais com vistas à descentralização do orçamento e atendimento às demandas territoriais.

Embora parte do conjunto de ações tenha sido descontinuada ao longo do tempo, alguns instrumentos de fomento mantiveram a lógica de reconhecimento dos fluxos culturais territoriais. O mais recente edital lançado

13 BELO HORIZONTE. *Edital Descentra 2018*, p. 2.

14 Ibid.

15 Ibid.

pela Secult com essa ênfase, datado de 2016, tem o nome de Territórios Culturais. Com verba originária do Fundo de Cultura da Bahia, ele tem por objetivo fomentar propostas de cooperação e intercâmbio incluindo, no mínimo, três municípios baianos de um mesmo território de identidade. O instrumento é bastante amplo do ponto de vista da admissibilidade de proponentes, permitindo a inscrição de pessoas físicas, grupos, coletivos, agenciamentos com constituição jurídica e MEI. Para cada projeto, a verba transferida varia entre R\$ 60 mil e R\$ 95 mil.

Um ano antes, em 2015, a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) do Rio de Janeiro havia lançado o edital Microprojetos Favela Criativa. O instrumento beneficia ações realizadas “em territórios populares de todo o estado do Rio”,¹⁶ conferindo pontuação diferencial para os que “fortalecem ações culturais preexistentes no território”,¹⁷ além de pontuação adicional para os que são executados em municípios da Baixada ou aqueles que não fazem parte da região metropolitana. Admitindo inscrições de pessoas físicas e de Cadastros Nacionais de Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrados no Simples, o edital transfere R\$ 12 mil a cada ação beneficiada.

O edital de Microprojetos faz parte do pacote de fomento proposto no âmbito do Programa Favela Criativa (principal ação da então recém-renomeada Superintendência de Cultura e Território da SEC). Sob o guarda-chuva do programa, também foram lançados os editais Geração Cultura RJ – Apoio à Criação Artística e Cultural da Juventude, e Bailes e Criação Artística no Funk. No processo seletivo, os três guardam um traço em comum: preveem uma fase de “escuta”, encontro presencial entre os proponentes e a banca, similar ao edital de Ações Locais. A eficácia de tal estratégia na seleção de propostas que apresentam maior vinculação com os territórios populares já havia sido testada em um conjunto de editais lançados pela SEC em 2011 (quando a instância gestora ainda era nomeada Superintendência de Cultura e Sociedade), em que figuraram o Edital de Criação Artística no Funk e a Seleção Pública de Projetos de Cultura Digital, mais conhecida como “edital das *lan houses*”.

No ano de 2018, outros dois estados lançaram editais de base territorial. O Distrito Federal publicou o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) Regionalizado, para “incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Distrito Federal, promovendo a descentralização da execução dos

16 RIO DE JANEIRO (Estado). *Chamada pública nº 04/2015*, p. 1.

17 *Ibid.*, p. 7.

projetos e a democratização no acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo”.¹⁸ Voltado para proponentes de amplo espectro de formalização (incluindo pessoas físicas, grupos e pessoas jurídicas), o edital se destina a agentes culturais residentes em macrorregiões delimitadas no documento.

Também fundamentado na restrição dos territórios fomentados, o estado do Espírito Santo publicou em 2018 o edital Projetos de Cultura e Arte nos Bairros do Projeto Estruturante Ocupação Social no Estado do Espírito Santo, em sintonia os princípios definidos pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos para o referido projeto. Com foco em ações que tenham como público-alvo jovens sem vida escolar, as iniciativas contempladas devem ser provenientes e desenvolvidas nos bairros indicados pelo edital. A cada uma, são transferidos R\$ 10 mil ou R\$ 20 mil.

UM CICLO DE INOVAÇÃO

A análise dos editais elencados anteriormente aponta para a emergência de um ciclo de iniciativas públicas de fomento que, ao reconhecerem e valorizarem a conexão das ações/agentes culturais com os territórios periféricos, comprometem-se com os princípios da descentralização e da democratização cultural.

Elas partem de alguns dados comuns, como uma tendência ao fomento de pequeno porte. Em geral, a margem varia entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil, à exceção do Programa de Fomento à Cultura da Periferia do município de São Paulo, que pode chegar a aportar R\$ 315 mil por ação. A experiência paulista denota que o investimento de pequeno porte é favorável a um primeiro contato da administração pública com as ações incipientes, mas que, ao se consolidar o programa de fomento, as ações apoiadas vão ganhando outra proporção e estrutura, o que demanda novos patamares de aporte por parte da gestão: trata-se de um ciclo de demanda virtuoso, que comprova o impacto do investimento orçamentário, mas que também pode indicar uma relação de dependência das ações em relação ao fomento público.

Outro dado a se destacar entre os editais pesquisados diz respeito ao fato de que seis dos dez documentos mencionam o termo “territórios”, com a ressalva de que nenhum texto analisado define com precisão a acepção da palavra adotada para o desenvolvimento da política em questão. Outros termos de natureza geográfica também aparecem nos textos, como “áreas”,

18 DISTRITO FEDERAL. *FAC Regionalizado 2018*, p. 1.

“bolsões”, “regiões”, “macrorregiões”, “municípios”, “bairros”, “comunidades” e “favelas”.

Apesar dessa fluidez e pluralidade na categorização geográfica, cada edital lança mão de recursos mais ou menos precisos para valorizar as relações entre as ações fomentadas e os territórios de origem do proponente ou de realização da proposta. Podemos classificar esses métodos em três tipos mais recorrentes: 1) restrição territorial – delimitação e indicação dos territórios específicos em que as ações podem ser realizadas ou onde os proponentes podem ser residentes, excluindo-se do escopo da política os demais locais que compõem dada realidade geográfica ou dado espaço jurídico-administrativo; 2) cota territorial – percentual ou número de proponentes contemplados em cada recorte territorial indicado; e 3) pontuação territorial – valorização da conexão com determinados territórios no processo de avaliação do projeto. As categoriais de 1 a 3 variam da mais à menos excludente em termos de abrangência territorial da política.

Além disso, pode-se constatar que, no movimento de formulação dos editais analisados, as gestões lançaram mão de processos e métodos específicos (que dizem respeito aos formatos de inscrição, seleção, fomento, recolhimento e transferência de recursos, divulgação etc.) para que pudessem se conectar de maneira saudável com o público-alvo, apresentassem eficácia e mostrassem potencial de continuidade. No desenvolvimento de tais métodos, ao tentar flexibilizar procedimentos tradicionais e criar caminhos de fomento alternativos, é possível que as gestões tenham se colocado em novas dificuldades internas. De toda maneira, a insistência em trilhas inovadoras parece ser indispensável para que se garanta o impacto de iniciativas de apoio às culturas dos territórios – culturas essas que apresentam demandas específicas e desafiadoras aos modelos consolidados de gestão.

Elenco aqui algumas características inovadoras flagrantes (não presentes em todos os editais estudados, mas pelo menos em algum deles), tecendo breves comentários sobre pontos positivos e dificuldades administrativas que impõem:

- Admissibilidade de pessoas físicas, coletivos, grupos informais e MEI: a maior parte dos agenciamentos culturais oriundos de territórios periféricos não se organiza segundo modelos de constituição jurídica tradicionais. A flexibilidade na admissibilidade dos proponentes favorece a aproximação com o público-alvo e, por

consequente, a eficácia da política, apesar de poder apresentar ônus fiscais ao proponente pessoa física.

- Linguagem simplificada do edital e modelos alternativos de inscrição (não projetuais): a maior parte dos agentes culturais oriundos dos territórios periféricos não tem formação ou profissionalização em gestão cultural. A maleabilidade na linguagem dos textos oficiais e no modelo de submissão das iniciativas aumenta a participação de “entrantes” e o alargamento de alcance da política, democratizando-a. Por outro lado, pode dificultar a aprovação jurídica interna dos editais.
- Inscrição presencial, em papel, em diversos pontos da cidade (além da possibilidade de inscrição *on-line*): proponentes que não têm acesso a recursos digitais passam a ter maior facilidade na inscrição, além de estarem dispensados do pagamento de envios postais. No entanto, a logística do processo seletivo e a tabulação de dados oriundos dos editais é dificultada.
- Divulgação presencial, por meio de articuladores ou caravanas: favorece o mapeamento apropriado do público-alvo, estimula a inscrição de “entrantes” e qualifica o material enviado no momento da inscrição. Entretanto, pode demandar investimento financeiro adicional por parte da gestão.
- Encontro presencial, entrevista ou escuta no processo seletivo: representa uma possibilidade adicional de explicação e defesa do projeto, além tornar mais transparentes as conexões entre o agente cultural e o território. Também pode representar um entrave logístico no processo seletivo e demandar investimento financeiro adicional por parte da gestão.
- Chancela a projetos classificados: favorece o reconhecimento comunitário do projeto, além da negociação de apoios locais, pedidos de autorização a órgãos públicos e submissões em outros editais. Não apresenta ônus para a gestão.
- Prestação de contas sobre a execução do projeto: simplifica e desburocratiza a execução financeira, além de dispensar a contratação de profissional específico para a consolidação do material. Por parte da gestão, também simplifica a análise e aprovação do

material, mas pode trazer entraves à aprovação jurídica do edital e complicações dos órgãos gestores com os órgãos de controle.

- Admissibilidade de propostas multilinguagens ou de linguagens artístico-culturais não canônicas: permite maior aproximação do edital com o público-alvo e o fomento a iniciativas inovadoras.
- Vinculação a fundos de cultura ou leis específicas: beneficia a robustez orçamentária do edital e suas perspectivas de continuidade, estabilidade e crescimento. Por outro lado, vincula os termos dos editais às premissas e regramentos dispostos na legislação.

A leitura do material estudado aponta para o fato de que, a despeito de o Cultura Viva experimentar decréscimo progressivo nos últimos cinco anos, as iniciativas de fomento territorial engendradas por estados e municípios seguem proliferando-se e aperfeiçoando-se. Mesmo considerando os casos de editais e políticas que foram descontinuados, o número de documentos lançados em 2018 é considerável (seis de dez casos estudados). Tais iniciativas contribuem para atenuar o quadro de concentração de recursos em certas regiões e camadas de agentes culturais – e seria saudável que seus modelos inspirassem estratégias de descentralização e desconcentração por parte de outras unidades da federação que dispõem de mecanismos de fomento.

Os instrumentos de suporte às expressões culturais de dimensão territorial representam um valioso caso de inovação campo da gestão cultural, uma experiência de criatividade na tentativa do Estado de se aproximar do cidadão. É uma responsabilidade das gestões que ora assumem (em todas as escalas da administração pública) inspirar-se nesse caminho aberto e favorecer a sua consolidação, transformando esse inventivo ambiente de gestão cultural em um campo sólido e continuado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio (Org.). *Cultura pela palavra*: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003 – 2010. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

BARON, Lia. A territorialização das políticas públicas de cultura no Rio de Janeiro. *Revista Z Cultural*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 1, 1. sem. 2016. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/a-territorializacao-das-politicas-publicas-de-cultura-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2009.

COSTA, Eliane. *Territorialidades urbanas em ciberculturas plurais: o vital e o virtual nas periferias do Rio de Janeiro*. 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LOPES, Juliana. *Um ciclo de políticas culturais e a centralidade da produção cultural das favelas e periferias do Rio de Janeiro (2003-2016)*. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. No prelo.

RUBIM, Albino. Cultura e território: experiência baiana de territorialização da cultura. In: SEMINÁRIO CULTURA E TERRITÓRIOS, 2016, Niterói. *Anais...* Niterói: FAN, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2NlLG3n>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Niterói, ano. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SERPA, Angelo (Org.). *Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade*. Salvador: Edufba, 2015.

TURINO, Celio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo pra cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

Catálogos institucionais

SÃO PAULO (Município). *Via Vai: percepções e caminhos percorridos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2012.

Leis consultadas

BRASIL. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 jul. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2SVLDAV>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003 (VAI I). Institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI – no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura e dá outras providências. *Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo*, São Paulo, 24 mar. 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2GSFjTB>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. Lei nº 15.897, de 8 de novembro de 2013 (VAI II). Altera a Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que criou o Programa para Valorização de Iniciativas – VAI, instituindo duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura. *Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo*, São Paulo, 9 nov. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2GSFjTB>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. Lei nº 16.496, de 20 de julho de 2016. Institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo. *Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo*, São Paulo, 21 jul. 2016. Disponível em <<http://bit.ly/2GyWhY3>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

Editais estudados

BAHIA. *Edital nº 24/2016*: Territórios Culturais. Salvador: Secult, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2TYxTSy>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BELO HORIZONTE. *Edital Descentra 2018*. Belo Horizonte: SMC, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2Ejh1AC>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

DISTRITO FEDERAL. *FAC Regionalizado 2018*. Brasília: SEC, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2GyRA0n>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

ESPÍRITO SANTO. *Edital de seleção de projetos nº 030/2018*. Vitória: SEC, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2SdY6ea>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Chamada pública nº 04/2015*: Microprojetos Favela Criativa 2015. Rio de Janeiro: SEC, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2EiyjOo>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

RIO DE JANEIRO (Município). *Ações Locais 2015*. Rio de Janeiro: SMC, 2015. Arquivo pessoal.

_____. Territórios de Cultura 2015. Rio de Janeiro: SMC, 2015. Arquivo pessoal.

SÃO PAULO (Município). *Programa de Fomento à Cultura da Periferia*. São Paulo: SMC, 2018a. Disponível em: <<http://bit.ly/2Gzck8b>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. *Edital da 15ª edição do Programa VAI – modalidade 1*. São Paulo: SMC, 2018b. Disponível em: <<http://bit.ly/2V1J4de>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. *Edital da 15ª edição do Programa VAI – modalidade 2*. São Paulo: SMC, 2018c. Disponível em: <<http://bit.ly/2GOhrXE>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

